



# A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SEGREGADO EM ALFENAS-MG

**Evânio dos Santos Branquinho (org.)**

**Unifal-MG**

**2021**



# **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SEGREGADO EM ALFENAS-MG**

**Evânio dos Santos Branquinho (org.)**

**Alfenas-MG  
Unifal-MG  
2021**

2021 Direitos reservados aos autores. Direito de reprodução do livro é de acordo com a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

## A Produção do Espaço Segregado em Alfenas-MG



Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG  
Endereço: Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 Centro  
Alfenas - Minas Gerais - Brasil - CEP: 37.130-001

Reitor: Sandro Amadeu Cerveira

Vice-reitor: Alessandro Antonio Costa Pereira

Sistema de Bibliotecas da UNIFAL-MG / SIBI/UNIFAL-MG

Autores: Camilo de Lélis Gonçalves, Dilma Maria da Silva, Evânio dos Santos Branquinho, Igor Rafael de Paula, Keylla Patrícia Francisco, Lilian Mara de Castro Azevedo, Paulo Vitor Moraes Estella

Organização, Editoração, Revisão: Evânio dos Santos Branquinho

Edição e arte: Evânio dos Santos Branquinho

Apoio à editoração: Marlom César da Silva

Capa: Evânio dos Santos Branquinho, Fotografia: Márcio Virtudes

Contra-capas: Evânio dos Santos Branquinho, Fotografia: Márcio Virtudes

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas  
Biblioteca Central – Campus Sede

A produção do espaço segregado em Alfenas-MG / Evânio dos Santos Branquinho, (org.). -- Alfenas -- MG : Editora Universidade Federal de Alfenas, 2021.  
326 f.: il. –

ISBN: 978-65-86489-28-6 (e-book)  
Vários autores  
Inclui Bibliografia.

1. Geografia Urbana. 2. Planejamento Urbano. 3. Espaços públicos - Aspectos ambientais. 4. Espaços públicos - Aspectos sociais. 5. Segregação urbana - Alfenas-MG. I. Branquinho, Evânio dos Santos, (org.). II. Título.

CDD- 910. 098151

Ficha Catalográfica elaborada por Marlom Cesar da Silva

Bibliotecário-Documentalista CRB6/2735

A diferença é incompatível com a segregação, que a caricatura. Quem diz 'diferença', diz relações, portanto, proximidade – relações percebidas e concebidas, portanto, inserção numa ordem espaço-temporal dupla: próxima e distante. A separação e a segregação rompem a relação. Constituem, por si sós, uma ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano. A segregação complica e destrói a complexidade. Henri Lefebvre, *A revolução urbana*, 2004 [1970], p. 123-124.

## Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>6</b>
<b>Prólogo .....</b>	<b>12</b>
<b>1 As fases do distrito de Barranco Alto em relação ao lago de Furnas: prosperidade, isolamento e “renascimento” .....</b>	<b>26</b>
Camilo de Lélis Gonçalves	
<b>2 Alfenas e a formação do bairro Pinheirinho: segregação socioespacial, especulação imobiliária e direito à cidade .....</b>	<b>65</b>
Igor Rafael de Paula	
<b>3 Uma análise sócio-espacial do bairro Santos Reis: urbanização e segregação .....</b>	<b>108</b>
Keylla Patrícia Francisco	
<b>4 O espaço vivido da segregação socioespacial: uma análise do Conjunto Habitacional São Carlos .....</b>	<b>152</b>
Dilma Maria da Silva	
<b>5 O espaço contraditório da mobilidade urbana: a questão das ciclovias na cidade de Alfenas .....</b>	<b>198</b>
Evânio dos Santos Branquinho	
<b>6 Geografia do crime: análise espacial da criminalidade em Alfenas entre 2012 e 2018 .....</b>	<b>228</b>
Paulo Vitor Moraes Estella; Evânio dos Santos Branquinho	
<b>7 O processo de condominização residencial na cidade de Alfenas .....</b>	<b>276</b>
Lilian Mara de Castro Azevedo	
<b>8 Considerações finais .....</b>	<b>321</b>

## **Apresentação**

A universidade possui entre as suas principais funções a geração de conhecimento, seja no ensino, pesquisa ou extensão. E tão importante quanto esta geração, é a sua divulgação; trazer à sociedade os resultados de suas atividades. Em nosso caso, associado à área das ciências humanas, não temos o papel mais direto na criação de novos produtos, tratamentos, patentes etc., a atribuição que nos cabe, além de contribuir na formação de nossos discentes e atendimento à comunidade, é produzir dados e informações que possibilitem a construção do conhecimento, de ideias, e além disso, subsídios para um posicionamento, para questionamentos, ou para uma tomada de decisão na sociedade. Como atores sociais, talvez esta seja a nossa principal responsabilidade.

Os textos aqui presentes, produzidos ao longo dos 13 anos do curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas, são compostos de artigos e sínteses de Trabalhos de Conclusão de Curso sobre a problemática do espaço urbano em Alfenas, e possuem a qualidade de revelar em suas particularidades os traços essenciais dessa reprodução, e, em seu conjunto, a conformação (arranjo espacial) que a cidade assume atualmente.

Constituem trabalhos originais, apoiados em fundamentação teórica crítica, ampla documentação, pesquisa de campo, com entrevistas e questionários aplicados à população, assim como a organização de materiais cartográficos e iconográficos. Tais pesquisas alcançaram um equilíbrio entre esses conteúdos e, principalmente, uma articulação entre a parte teórica e a parte prática, o que indica uma reflexão consistente e com apresentação de resultados efetivos.

Sem dúvida proporcionam uma significativa contribuição para a compreensão do espaço urbano de Alfenas nas primeiras décadas do século XXI, em suas tensões e contradições. Constituem referência a outros estudos. E isso não é mera retórica, pois inúmeras vezes indiquei esses trabalhos para outros alunos em busca de fontes de pesquisas.

Numa cidade onde os dados oficiais são escassos ou inexistentes, ou o acesso a estes é muito limitado, em que contamos com a má vontade de

praxe dos órgãos públicos, a alternativa é produzir nossos próprios dados através do levantamento das fontes primárias, muitas vezes, limitando a abrangência da pesquisa.

Tomamos como base para apresentação no presente livro especialmente os resultados dessas pesquisas. Desse modo, correndo-se o risco de mutilar as ideias dos autores e, ao mesmo tempo, fazendo-se um esforço de interferir o menos possível, assumimos inteiramente a responsabilidade por quaisquer incorreções.

A apresentação, aludida aqui, não é um termo empregado ao acaso, pois trata-se literalmente dessa conotação, seguido de um convite para baixar essas monografias no site da Geografia e conhecê-las na íntegra, complementando a leitura com as bases teóricas e metodológicas que foram em parte sacrificadas aqui.

Nesse sentido, na introdução, além da problematização, procuramos suprir um pouco essa lacuna, apresentando uma visão geral das características socioespaciais de Alfenas contemporânea; trazemos também uma breve fundamentação teórica que procura amarrar todos os trabalhos, à teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre (já discutido em outros trabalhos nossos), o que não exclui, ao longo dos textos, um diálogo com outros autores fundamentais que tratam das questões urbanas.

Os textos, que representam diferentes momentos de nosso curso, de trabalhos de nossa primeira à última turma. O período em que algumas dessas pesquisas foram desenvolvidas não invalidam seu conteúdo e sua propriedade, muito ao contrário, confirmam a sua qualidade ao apontarem problemáticas em seus desdobramentos que ocorreriam mais recentemente e, portanto, por se mostrarem atuais nos problemas então revelados.

Os textos são organizados aqui em um sentido do processo de urbanização e segregação, embora não seja o único e, evidentemente, podem ser lidos de forma independente. Organizados em conjunto, os textos nos fornecem uma noção de como se dá a reprodução do espaço e suas contradições no município de Alfenas e região. O mais importante é a

articulação que eles têm, as implicações entre as diferentes problemáticas abordadas.

Iniciando pela relação rural urbana, o êxodo rural intensificado na década de 1960, como no caso da formação do lago de Furnas, no estudo sobre o distrito de Barranco Alto, apresentado no capítulo 1. As consequências desse processo de urbanização, discutido na expansão urbana de Alfenas e a formação da periferia, problematizados no caso do Pinheirinho, no capítulo 2. Esse processo, marcado pela segregação, pode ser observado sob outras perspectivas e momentos, como no caso da formação do bairro Santos Reis, e o apagamento da memória cultural, no capítulo 3; e da implantação dos conjuntos habitacionais populares, a exemplo do Jardim São Carlos, no capítulo 4, que levanta importantes questionamentos que serão abordadas nos capítulos seguintes, com destaque para a mobilidade urbana, a violência urbana e a condominização.

Segregação que assume novas formas no processo mais recente, e também pode ser observada sob o prisma da mobilidade urbana, no capítulo 5; os desdobramentos da segregação através da violência intrínseca e fundante desse processo como um dos fatores da violência urbana e da criminalidade, tema negligenciado na Geografia, no capítulo 6; e, por fim, a autosegregação na disseminação de condomínios fechados de alto padrão na cidade, no capítulo 7.

Começando por Barranco Alto, pois é o contexto do avanço da industrialização e urbanização do país, a instalação da usina a fim de gerar eletricidade para a Região Sudeste, a crescente mecanização do campo, e conseqüente êxodo rural e a difusão de um modo de vida urbano-industrial, contribuem para o crescimento das cidades a partir de meados do século XX. Santos Reis, bairro do início do século XX, é "engolido" por esse processo.

Apresentamos um breve resumo dos capítulos a seguir.

O capítulo 1 trata dos impactos socioambientais no distrito de Barranco Alto, localizado no município de Alfenas-MG ocasionados pela inundação de parte de seu território pela formação do reservatório de Furnas década de 1960. Além dos problemas das terras agricultáveis, de

indenizações e identitários, o Distrito acabou relativamente isolado da sede do município, o que contribuiu para sua estagnação socioeconômica e segregação.

O capítulo 2 aborda a expansão urbana de Alfenas-MG, que se acelera a partir de meados do século XX, e se verifica a intensificação dos problemas de especulação imobiliária e de segregação socioespacial. Toma-se como estudo de caso o bairro do Pinheirinho, originalmente um conjunto habitacional da COHAB instalado na década de 1980, com toda a precariedade de um local periférico, em termos de acesso à infraestrutura e aos serviços coletivos. Após três décadas, o bairro passou por uma consolidação de sua estrutura urbana, mas os problemas de segregação persistem, agora no contexto de uma periferia mais complexa.

O capítulo 3 faz um levantamento das características sociais, econômicas e culturais dos moradores do bairro Santos Reis, um dos mais antigos da cidade, composto por uma população negra e parda que tenta manter sua identidade cultural em meio a processos de esquecimento de suas memórias, tradições, preconceitos, precariedade de serviços públicos e infraestrutura, apesar da do longo tempo de existência, e sua articulação ao tecido urbano, a segregação de diversas formas se manteve se transformou ao longo do tempo.

O capítulo 4 aborda as condições de vida e cotidiano no conjunto habitacional São Carlos, localizado no bairro de mesmo nome, conjunto de prédios edificadas ano? Ligado ao Programa Minha Casa Minha Vida, que apesar de tentar resolver o problema de moradia, acaba reproduzindo os fatores de segregação socioespacial já colocados como precariedade de serviços públicos, violência urbana... políticas urbanas em benefício da economia capitalista, conflito entre o concebido e o vivido, não é uma área tão distante da área central, mas os processos de segregação se dão sob novas formas. Análise através dos agentes produtores do espaço urbano e sua dinâmica.

O capítulo 5 trata dos problemas de mobilidade urbana, evidentes há décadas nas grandes cidades do país, vêm ganhando expressão nas cidades de porte médio como Alfenas. O uso indiscriminado do transporte individual

e as deficiências dos transportes coletivos, principalmente, levaram a essa situação crítica, com graves problemas de trânsito e ambientais. Algumas das soluções apontadas são o incentivo aos transportes coletivos e aos transportes alternativos. Entretanto, a transformação do espaço urbano visando à mobilidade de outros meios que não o automóvel particular esbarra em uma série de interesses e em um modelo de circulação já estabelecido, expondo as contradições e a natureza política do espaço e da reprodução social.

O capítulo 6 aborda a criminalidade no contexto de deterioração das condições de vida, e vem sendo objeto de estudos de diversas áreas de pesquisa, desde a questão de suas origens, associada aos processos de desigualdades e segregações. A pesquisa tem como objetivo principal a espacialização dos principais crimes na cidade de Alfenas-MG, com o auxílio de técnicas de Geoprocessamento em ambiente SIG, assim como sua contextualização através de correlações de indicadores sociais. Entre o período de 2012 e 2018, os crimes violentos, tráfico de drogas, furtos e roubos foram estudados, a partir dos dados levantados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado. Os resultados permitiram analisar a dinâmica de crimes registrados, a identificação dos territórios mais vulneráveis a determinados tipos de delitos.

O capítulo 7 discute a proliferação dos condomínios residenciais fechados na cidade de Alfenas, na última década. O foco principal é o de analisar as relações que possibilitaram a implantação destes empreendimentos, dialogando com os agentes transformadores da cidade e as relações de consumo do espaço urbano. As análises indicam uma forte interferência do Estado na produção desse espaço urbano fragmentado, evidenciando uma estratégia mercantil não destacada nas abordagens sobre esse tema. Também indicam que a separação física proporcionada pelo condomínio gera uma forma de complementaridade entre os moradores de ambos os lados do muro, transformando não só a paisagem urbana como também a dinâmica social das cidades.

As considerações finais destacam alguns pontos como o processo de produção social do espaço ocorre em Alfenas em suas particularidades, na

escala dos lugares mas articulados à totalidade da cidade e da reprodução das relações sociais.

Expressamos aqui um agradecimento a André Bellini, pelos mapas mais uma vez. Aos autores e seus professores Ana Rute e Sandra, que orientaram dois dos trabalhos aqui apresentados e que também apoiaram a proposta deste livro. Um reconhecimento por estes estudos nos fornecerem tantos conteúdos e conhecimentos. E aos discentes e docentes do curso de Geografia, que no dia a dia constroem um ambiente motivador de contínua aprendizagem.

## Prólogo

Alfenas, nesses últimos anos, vem apontando para uma nova escala de produção de seu espaço urbano e, portanto, de reprodução das relações sociais. Antes uma cidade de morfologia mais compacta e com um único centro urbano (monocêntrica), para uma expansão da mancha urbana difusa e segmentada, com a formação de novas centralidades, indicando um padrão mais complexo e segregado.

Chama a atenção a grande quantidade de novos empreendimentos em relação ao porte da cidade, em mais de uma dezena nesses últimos anos, revelando novas formas de exploração da renda do solo e de especulação imobiliária.

A explosão de novos loteamentos no entorno do Campus II da Unifal, a partir de sua implantação no bairro Santa Clara, é marcante; assim como a instalação de condomínios fechados de alto padrão na região do bairro Aeroporto, revelam as intensas desigualdades na reprodução desse espaço urbano, e novas formas de segregação e de autosegregação.

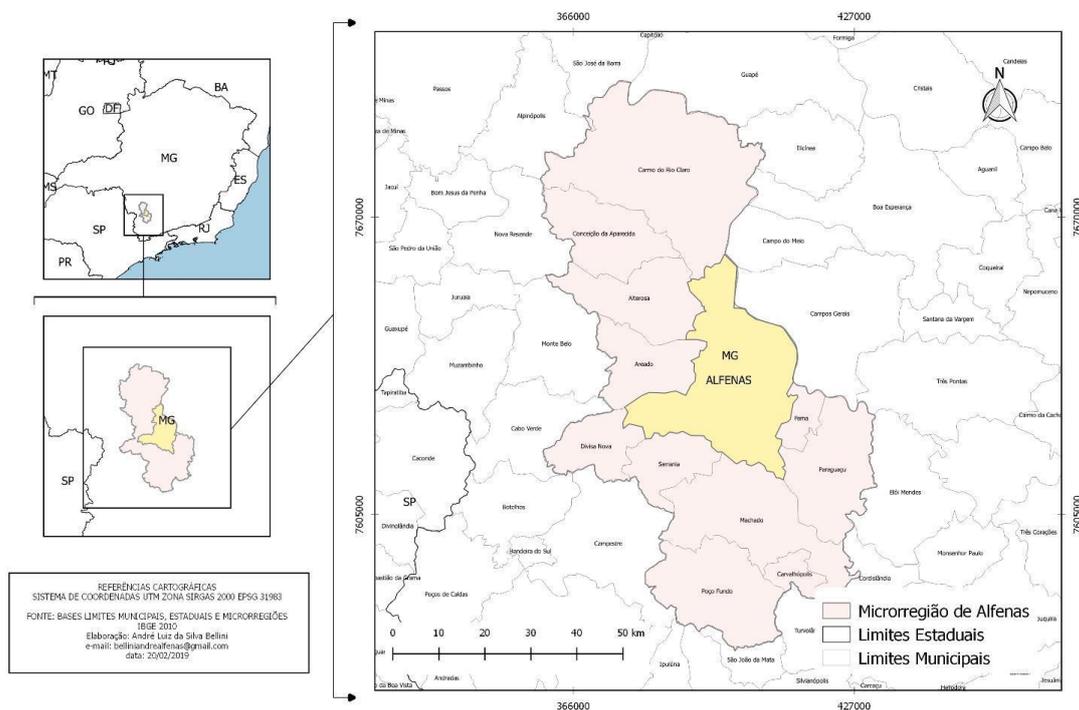
Novos agentes produtores do espaço se sobressaem, como as incorporadoras, com novas estratégias de reprodução de capitais ligadas ao setor imobiliário acentuam exclusivos modos de consumo do espaço, como no caso dos condomínios fechados, por outro lado, a inércia geográfica de formas de reprodução do espaço permanecem, como a segregação da região do bairro Primavera.

Ou da formação de uma periferia mais complexa como no caso da região do Pinheirinho, onde novos usos do solo e classes sociais convivem próximas, mas apartadas.

A cidade destaca-se como polo de comércio e serviços para as cidades vizinhas, assim como é referência nos setores de saúde e de ensino superior, o que a consolidou como um centro sub-regional no sul de Minas Gerais (Figura 1).

A cidade situa-se entre as metrópoles da região Sudeste: Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. Também está localizada em uma rede urbana no sul de Minas Gerais comandada por capitais regionais como Pouso Alegre, Poços de Caldas e Varginha (IBGE, 2020a).

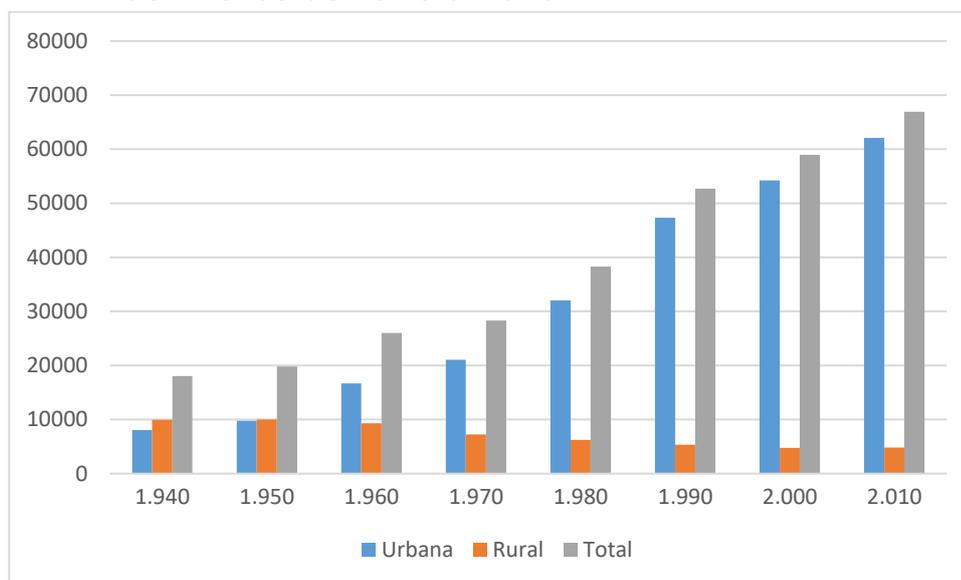
Figura 1 - Mapa de localização da sub-região de Alfenas MG



Elaboração: André Luiz da Silva Bellini, fevereiro de 2019

Com uma população total estimada em 80,5 mil habitantes (IBGE, 2020b), observa-se no gráfico da figura 2 que a população urbana superou a rural em 1960, em função, entre outros fatores, da instalação do reservatório de Furnas para geração de energia elétrica, que deslocou populações ribeirinhas para as cidades da região, a exemplo de Alfenas. A partir desse período o crescimento da população urbana é contínuo enquanto a população rural diminui em termos absolutos. Além dos processos de expulsão do campo, a cidade também atrai, como na década de 1980, a instalação de cursos de ensino superior provoca uma crescente entrada de estudantes que chegam a compor dez por cento da população total do município, assim como parte dos migrantes sazonais ligados à colheita do café acaba fixando-se na cidade. É a partir desse período que o crescimento periférico se intensifica com a instalação de loteamentos com precária infraestrutura.

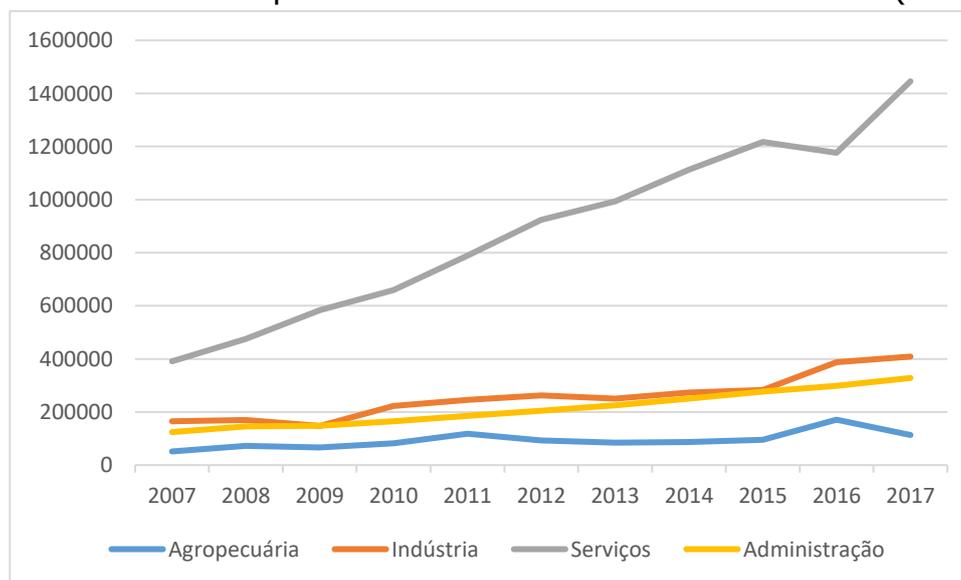
Figura 2 – Evolução da população urbana, rural e total do município de Alfenas de 1940 a 2010



Fonte: IBGE, 2020b.

No período de dez anos, o Produto Interno Bruto (PIB) do município passou de 823 milhões de reais em 2007 para 2,6 bilhões em 2017, um crescimento de três vezes, com expressiva expansão do setor de serviços, o que corrobora o aumento da polarização regional, conforme se observa no gráfico da Figura 3.

Figura 3 – Evolução do Produto Interno Bruto por setores de atividade no município de Alfenas-MG entre 2007 e 2017 (x 1000) R\$



Fonte: IBGE, 2020b.

A instalação do reservatório de Furnas contribuiu para a desarticulação da rede de transporte ferroviário no sul de Minas Gerais, sendo substituída pelo transporte rodoviário, que rearticulou a rede urbana em função deste. Esse novo arranjo modal beneficiou Alfenas que passou a articular uma rede de pequenas cidades em seu entorno<sup>1</sup>.

A refuncionalização que as cidades vêm passando, intensificada com a reestruturação produtiva a partir do processo de globalização econômica e financeira na década de 1980, vem aumentando as disparidades entre as cidades e configurando novas hierarquizações na rede urbana. A rearticulação da rede urbana com o incremento dos transportes e da circulação tanto aumenta a complementariedade entre as cidades, a exemplo da desconcentração da produção, como aumenta a competitividade entre elas, na busca de atração de investimentos, através de subsídios e isenções fiscais, desencadeando a chamada “guerra fiscal”.

Corrêa (2006, p. 320-326) aponta que, diante de uma crescente especialização produtiva, divisão territorial do trabalho e complexidade funcional, a rede urbana passa a assumir padrões mais complexos com múltiplos circuitos, em que os centros urbanos não podem ser classificados apenas em suas funções centrais, mas também nas funções especializadas, passando a combinar interações em escala local e regional com aquelas de âmbito nacional e internacional<sup>2</sup>. Um exemplo seria as mudanças na organização empresarial com as corporações multifuncionais e as múltiplas localizações em redes, como franquias e subcontratações; nos processos produtivos, modelos flexíveis, nos quais se verificam realocação das

---

<sup>1</sup> De acordo com o *Regiões de Influência das Cidades* (REGIC – IBGE, 2008), Alfenas aparece como um centro sub-regional polarizando os municípios de Alterosa, Areado, Campo do Meio, Campos Gerais, Conceição de Aparecida, Cordislândia, Divisa Nova, Fama, Guaxupé, Machado, Paraguaçu e Serrania.

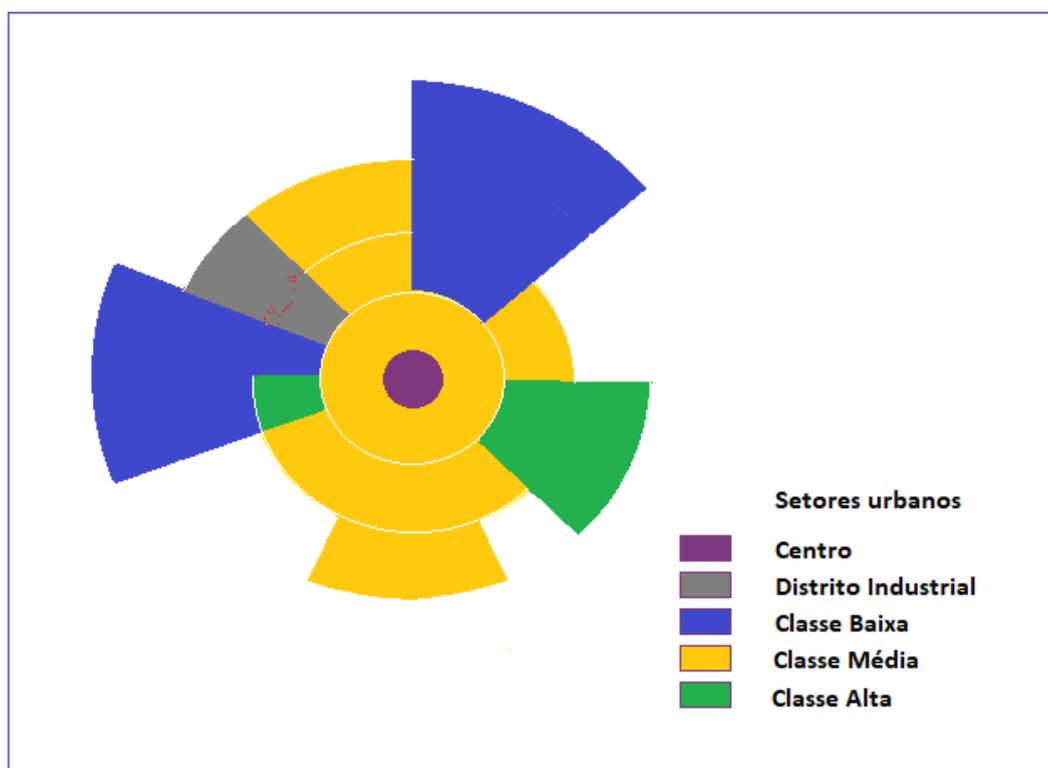
<sup>2</sup> A rede urbana no Sul de Minas Gerais caracteriza-se por uma elevada densidade de pequenos centros originados no passado derivada de uma rede de localidades centrais, mínima divisão do trabalho, elevada densidade demográfica rural e pequena mobilidade da população (CORRÊA, 2006, p. 258-259). A instalação da rede ferroviária regional no final do século XIX ligando os centros urbanos do sul de Minas diretamente com os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro restringiu a articulação entre esses centros e a consolidação de uma cidade primaz. Atualmente, a região caracteriza-se por “uma rede urbana descentralizada, onde a função de centralidade é partilhada entre cidades médias, como Poços de Caldas, Varginha, Itajubá, Pouso Alegre, Passos e Lavras, e incluindo, por vezes, outras, como Alfenas, São Lourenço e Três Corações.” (ANDRADE, 2014, p. 168).

unidades filiais, com dispersão das atividades e concentração do capital e das decisões.

A divisão social e territorial do trabalho também se aprofunda na escala intraurbana; estrutura-se um espaço para atender a essas novas demandas, criando uma infraestrutura, especialmente ligada à circulação e comunicação, tendo como resultado um espaço urbano mais diferenciado, desigual e complexo.

Constata-se que a consolidação de Alfenas como cidade média começa a apresentar em sua atual fase de expansão setores mais definidos de segregação socioespacial, como por exemplo, condomínios fechados na região do bairro Aeroporto, loteamentos de classe média na região do bairro Pinheirinho, e loteamentos e conjuntos populares na região do bairro Primavera (Figura 4).

Figura 4 - Distribuição das classes sociais no espaço urbano de Alfenas



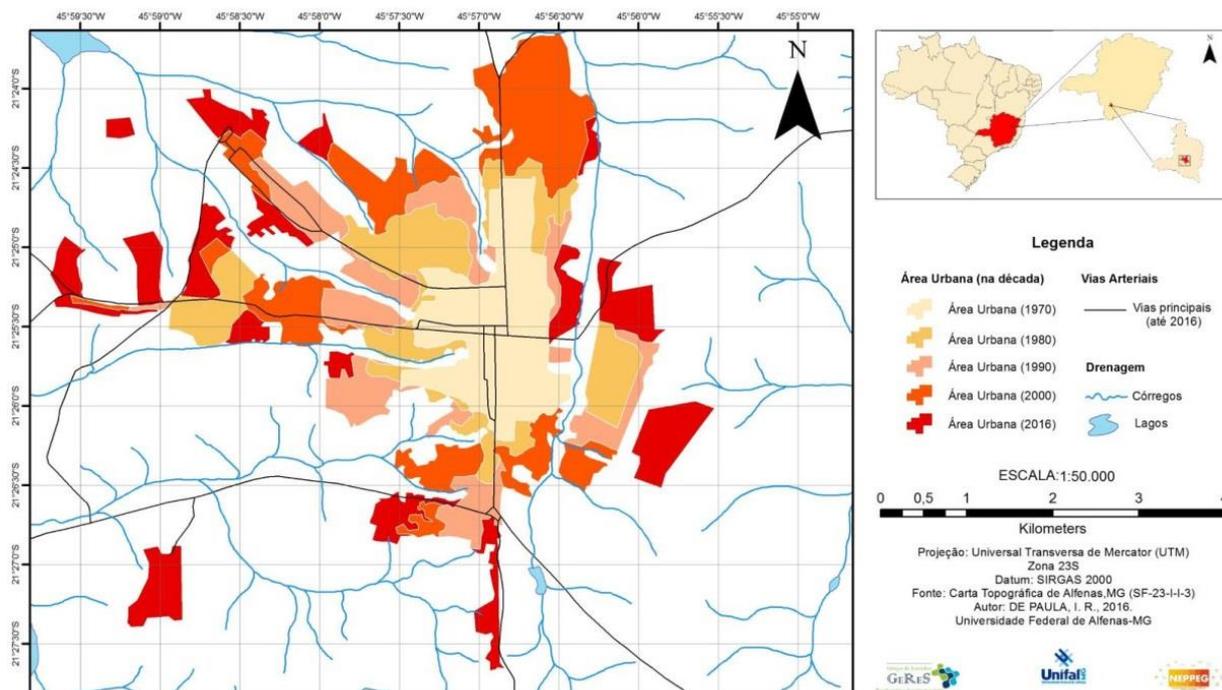
Fonte: Modelo Setorial de Hoyt<sup>3</sup>.  
Elaboração: Evânio S. Branquinho.

<sup>3</sup> A discussão sobre os modelos de estrutura urbana encontra-se, dentre outros, em Corrêa, 1989, 2013 e Villaça, 2007.

A cidade apresenta ainda um único centro, não desenvolvendo até o momento um subcentro importante, observa-se portanto, na região do centro e seu entorno ainda a função residencial de parcela da população de maior poder aquisitivo, característica comum a uma cidade de porte pequeno, pois em cidades médias mais típicas predominam a função comercial e outros serviços com maior grau de especialização. Mas o atual crescimento da cidade e a recente expansão dos condomínios fechados indicam a formação de um eixo de expansão e de um setor de valorização na parte leste da cidade, na região do bairro Aeroporto, onde já havia a ocupação com moradias de alto padrão.

Trata-se de transformações importantes, que indicam uma reestruturação, um novo patamar que a cidade alcança, a mudança de função do centro para eminentemente terciário, com o deslocamento da população de classe alta para um setor específico de valorização, com consequências para a cidade como um todo, é acompanhado de desconcentração de atividades do centro que seguem esses estratos, ao mesmo tempo que estabelece setores valorizados, com a formação de novas centralidades, define a expulsão de população mais pobre para os outros setores menos valorizados, ou seja, impõe a segregação às outras classes com menor opção de escolha, junto à expansão da mancha urbana (Figura 5).

Figura 5 - Mapa da Expansão Urbana de Alfenas-MG



Fonte: IBGE, 1970; LANDSAT-5, 1983, 1993; LANDSAT-7, 2003; LANDSAT-8, 2016.  
Elaboração: Igor de Paula.

Como resultado desse processo, constitui-se uma cidade apropriada desigualmente, de acordo com os interesses e poderes de cada classe ou estrato social, portanto, uma cidade onde se evidencia a segregação socioespacial. É importante destacar o papel do Estado como instituição que carrega as contradições da sociedade, e tende à reprodução das relações sociais colocadas; fundamental agente produtor do espaço, valorizando desigualmente este de acordo com as suas estratégias de intervenção.

Nesse sentido, Flávio Villaça (2001, p. 142) entende a segregação como “[...] o processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole.” Em outra obra, o autor chama a atenção para a importância de abordá-la não na escala do bairro, mas por região da cidade, procurando integrá-la ao “[...] restante da estrutura urbana, e, de outro, suas relações com os demais aspectos da totalidade social, ou seja, com seus aspectos econômico, político e ideológico” (VILLAÇA, 2012, p. 45, 46).

Corrêa (2013) considera dois modos de segregação residencial: a auto-segregação, quando as classes e segmentos de maior poder aquisitivo possuem autonomia de escolha dos locais de residência; e a segregação imposta, a qual, apresenta a seguinte distinção:

É possível distinguir a segregação imposta, envolvendo aqueles que residem onde lhes é imposto, sem alternativas de escolha locacional e de tipo de habitação, e a segregação induzida, que envolve aqueles que ainda têm algumas escolhas possíveis, situadas, no entanto, dentro de limites estabelecidos pelo preço da terra e dos imóveis (CORRÊA, 2013, p. 43).

Corrêa (1989, p. 64) salienta ainda a segregação social como um processo dinâmico no espaço, mas também no tempo, e de como a cidade vai se reestruturando em função desta e em ritmos variados.

A desconcentração de população e atividades do centro, formando outras centralidades, pode gerar desvalorização da área central e possibilitar a moradia de classes de menor poder aquisitivo em cortiços por exemplo. Posteriormente, essa área central pode sofrer processos de renovação urbana, valorização do espaço e expulsão desses segmentos mais pobres. Enquanto uma área periférica que estava estagnada, pode sofrer um rápido processo de transformação e valorização com a chegada de novas atividades e classes de maior poder aquisitivo, como por exemplo, a implantação de condomínios fechados, constituindo uma periferia mais heterogênea e com novas centralidades.

Podemos articular essa discussão acerca da segregação socioespacial à Teoria da produção social do espaço de Henri Lefebvre.

O autor propõe a abordagem do **espaço** articulada às concepções de **Produção** e de **Produzir** que apresentam características simultâneas de universalidade e de concreto, conceitos que remetem à prática:

Considerar a **produção** é um modo de evitar uma abordagem segmentada (como muitas vezes ocorre nas áreas especializadas do saber), retomando as relações sociais que a engendraram e expondo suas contradições, as quais destacam-se: a produção que tem um caráter coletivo e sua apropriação que ocorre de forma privada, no contexto das

disparidades entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de trabalho.

Essas contradições se exacerbam, onde reprodução do espaço ocorre de forma extremamente desigual, caracterizada pela intensa segregação socioespacial da população. De uma forma extensiva, expulsando a população para a periferia, e, de uma forma intensiva, aproximando espacialmente ricos e pobres, mas rigidamente apartados, como no caso dos condomínios fechados.

Referente ao conceito de espaço (social), este é tomado não apenas como um elemento passivo ou um receptáculo dos objetos produzidos pela sociedade. O espaço não é só um produto, um objeto, mas sim a **relação social** intermediada por esses objetos. Desse modo, o espaço contém objetos naturais, sociais, redes e fluxos, porém, não se reduzindo a esses objetos nem a sua soma, ele é também **condição, meio** tanto da produção (no sentido estrito) como, principalmente, da **reprodução das relações de produção**, o que inclui aí: as artes, a ciência, a cotidianidade etc.

Ele seria mais a condição e o resultado: o Estado, e cada uma das instituições que compõem, supõem um espaço e a organização segundo suas exigências.[...] Relação social? Sim, certamente, mas inerente às *relações de propriedade* (a propriedade do solo, da terra, em particular), e de outra parte ligada às *forças produtivas* (que moldam esta terra, este solo), o espaço social manifesta sua polivalência, sua 'realidade' ao mesmo tempo formal e material. *Produto* que se utiliza, que se consome, ele é também *meio de produção*; rede de trocas, fluxos de matérias-primas e de energias moldam o espaço e são determinados por ele. Esse meio de produção, produto como tal, não pode se separar nem das forças produtivas, das técnicas e do saber, nem da divisão do trabalho social, que o modela, nem da natureza, nem do estado e das superestruturas (LEFEBVRE, 1974, p. 102).

Nesse contexto, o espaço revela todo seu conteúdo político, estratégico e ideológico. Lugar de contradições e conflitos entre os diversos segmentos sociais existentes (indivíduos, grupos, classes) que visam à defesa de seus interesses e à apropriação deste espaço, à propriedade privada, ao poder do Estado etc.

É no espaço então que os conflitos e contradições, envolvendo os diversos segmentos sociais e interesses, se materializam. Desse modo, a

reprodução do espaço ocorre reproduzindo esses conflitos sociais e contradições. Nesse movimento de reprodução destacam-se uma tríade de processos simultâneos e inter-relacionados: a *homogeneização*, a *fragmentação* e a *hierarquização* do espaço.

O processo de *homogeneização* (domínio da lei e da ordem estabelecidas; da racionalidade tecnológica e burocrática) do espaço decorre, por um lado, de sua transformação em mercadoria (apesar de suas especificidades), assumindo, de acordo com suas particularidades naturais e de localização, um determinado valor de troca, que se sobrepõe ao uso. Por outro lado, a homogeneização também ocorre no âmbito político, principalmente pela atuação do Estado através dos planejamentos, que impõem projetos (espaço abstrato) que desconsideram as particularidades socioespaciais, apoiados em discursos desenvolvimentistas e de redução dos desequilíbrios socioeconômicos e territoriais. E de "harmonização" dos conflitos.

Nesse processo, fica evidente a contribuição da ciência enquanto agente que fundamenta a lógica desses projetos. O predomínio aí é de uma lógica formal que concebe o espaço como lógico, matemático, geométrico. Não que esta lógica seja incorreta em si mesmo, mas sim quando a sua aplicação é generalizada a diversos domínios (racionalismo), os nivelando, reduzindo (o vivido), não restituindo a sua unidade e desconsiderando o seu contexto e especificidades.

Nos dois casos, tanto no científico quanto na esfera do poder público, o procedimento não ocorre sem **violência**. No primeiro, pela generalização da lógica racional reduzindo as realidades, ou as fragmentando pelo procedimento das análises e dos campos do saber especializados que não restituem a sua unidade. No segundo, além do uso de tal método científico redutor, a implantação dos projetos, muitas vezes, ocorre de modo unilateral e coercitivo sobre as diferentes realidades.

A *fragmentação* (no seio da homogeneização) do espaço no capitalismo ocorre por diversas vias: através do parcelamento da terra para sua venda, gerando assim segregação sócio-espacial, em função da desigual apropriação da riqueza e, conseqüentemente, do espaço; pela

especialização das atividades e dos espaços (divisão social e espacial do trabalho); pela formação de guetos; e diversas separações, segregações: o público e o privado, o concebido e o vivido, natureza e técnica, estrangeiros e nativos etc. E através da ciência, como visto anteriormente, por meio de suas disciplinas especializadas que recortam o conhecimento e o próprio espaço.

A *hierarquização* do espaço ocorre de múltiplas maneiras: na esfera do poder do Estado, com a criação de várias instituições público-administrativas; pelo poder econômico, com os espaços de atuação das empresas privadas, que podem ir do âmbito local ao mundial; pela formação de uma rede urbana e as áreas de influências das grandes cidades; a hierarquia se estende também: aos automóveis, às vestimentas, às edificações, ao saber etc.

Pretendemos abordar a questão da segregação nessa perspectiva mais ampla, oferecendo assim outros aspectos envolvidos na problemática, relacionada à fragmentação, à homogeneização e à hierarquização, no processo de reprodução do espaço.

A fragmentação a que nos referimos é socioeconômica, mas não só a da população pobre expulsa e confinada na periferia, ela vai além, onde a população mais abastada mora (se enclausura) em condomínios fechados e prédios de alto padrão, que constituem verdadeiras fortalezas; do consumo apartado nos *shopping centers*; dos empregos confinados em centros empresariais, do lazer em clubes privativos, entre outros. E não só, é a fragmentação que chega ao ponto de se desconhecer o próprio vizinho, é a fragmentação instituída por um determinado modo de vida, por uma reprodução da sociedade baseada na exacerbação do individualismo.

Esses processos, que resultam num espaço ao mesmo tempo fragmentado, homogêneo e hierarquizado, podem ser associados a uma tríade de conceitos mais amplos que envolve, de acordo com Lefebvre (1974, p. 48-49):

a) as *representações do espaço* – ligada às relações de produção, ao poder e à ordem que as impõem, como a do conhecimento, dos signos, dos códigos; trata-se do espaço **concebido**, por exemplo, pelos arquitetos,

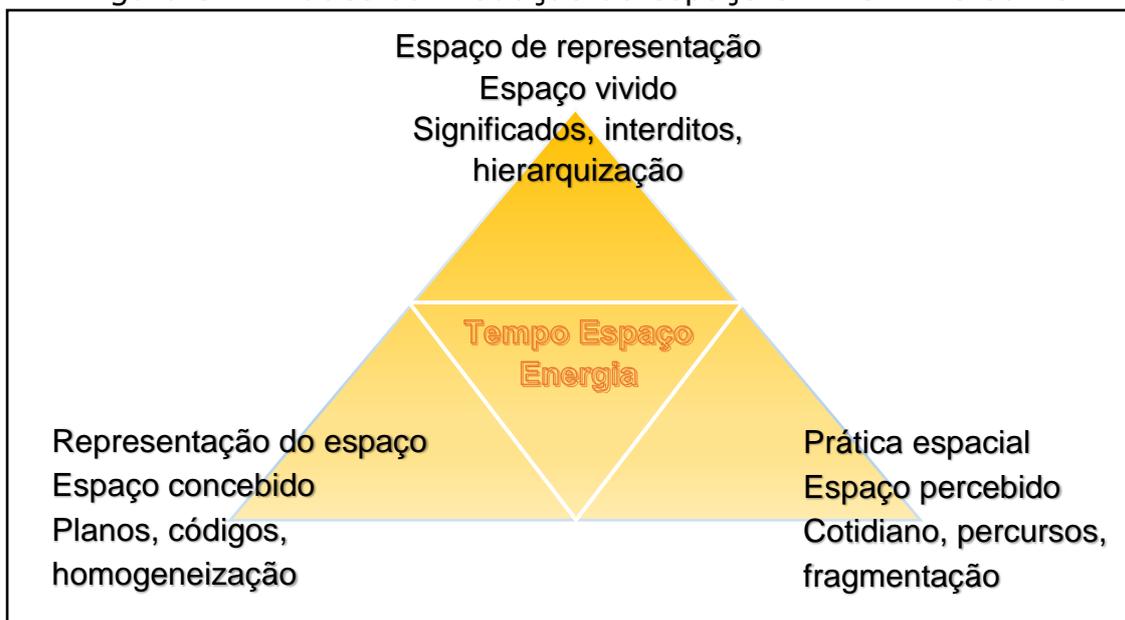
urbanistas, planejadores, geógrafos etc. Predominam aí concepções, que visam uma homogeneização do espaço, baseadas numa lógica racional (formal, abstrata, geométrica) que se pretende unitária, aplicando-se a todos os campos.

b) os *espaços de representação* – são os espaços do **vivido** através das imagens e dos símbolos que acompanham o espaço; é o espaço do habitante, do usuário; ele recobre o espaço físico utilizando simbolicamente seus objetos. Como exemplos pode-se citar os edifícios e chaminés de fábricas que simbolizam a verticalidade fálica, a hierarquização do espaço. São também os espaços representados pelas artes, os lugares interditos e “subterrâneos”.

c) a *prática espacial* – refere-se ao espaço **percebido** do cotidiano; envolve a produção e reprodução, que ocorre gerando fragmentações; lugares próprios a cada formação social que assegura a continuidade numa relativa coesão. Para Lefebvre, a prática espacial no contexto do capitalismo monopolista: “Ela associa estreitamente no espaço percebido a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e realidade urbana (os percursos e as redes ligando os lugares de trabalho, da vida “privada”, dos lazeres etc.)” (LEFEBVRE, 1974, p. 48).

Embora, os processos de fragmentação se associem mais à prática espacial, ao espaço percebido, não se pode desconsiderar suas inter-relações com as representações do espaço e os espaços de representação, onde eles também estão presentes (Figura 5).

Figura 5 – Tríades da Produção do espaço em Henri Lefebvre



Fonte: Lefebvre, 1974.

Elaboração: Evânio S. Branquinho

É importante considerar também os modos particulares de vida que convivem (e resistem) a um padrão urbano ligado à reprodução do mundial, que indiscutivelmente se impõe. Entretanto, ele não destruiu todas as outras formas de relações que se desenvolvem e persistem, ou buscam sua inserção nesse “novo” urbano.

## Referências

ANDRADE, Alexandre C. **Pouso Alegre (MG):** expansão urbana e dinâmicas socioespaciais em uma cidade média. Tese (doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro-SP, 2014.

CORRÊA, Roberto L Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de A. *et al.* **A cidade contemporânea:** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p. 39-59.

CORRÊA, Roberto L. **Estudos sobre a rede urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos demográficos**, 2020b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2007.

## CAPÍTULO 1

### **As fases do Distrito de Barranco Alto em relação ao Lago de Furnas: prosperidade, isolamento e “renascimento”<sup>4</sup>**

Camilo de Lélis Gonçalves

#### **1 Introdução**

A implantação de grandes obras transforma o espaço, atinge as populações locais e as que dependem direto ou indiretamente dos recursos da região onde é instalada.

Esse foi o caso da implantação da usina hidrelétrica de Furnas no Sul de Minas Gerais, inaugurado em 1963, cuja idealização se iniciou na década de 1950, no governo de Getúlio Vargas, para acelerar o desenvolvimento do Brasil (LEMOS JÚNIOR, 2010, p. 5).

Nessa época, o país passava por uma série de transformações. O setor público começou a investir mais no desenvolvimento do setor elétrico que, até então, estava nas mãos de capitais estrangeiros.

A partir daí, essa responsabilidade seria dividida ou repassada aos governos estaduais que pudessem criar empresas de distribuição que executassem obras e infraestruturas com o intuito de fortalecer a produção e atender às demandas de crescimento da industrialização. Tratava-se, portanto, de uma necessidade de urgência para o país que depende prioritariamente da energia, sobretudo aquela vinda de usinas hidrelétricas.

Ainda na década de 1950, mais precisamente em 1957, no governo de Juscelino Kubistchek, foi criada a Empresa Centrais Elétrica de FURNAS S/A; cuja missão era construir uma usina hidrelétrica capaz de atender a demanda da região centro-sul do país e evitar o iminente colapso energético (LEMOS JÚNIOR, 2010).

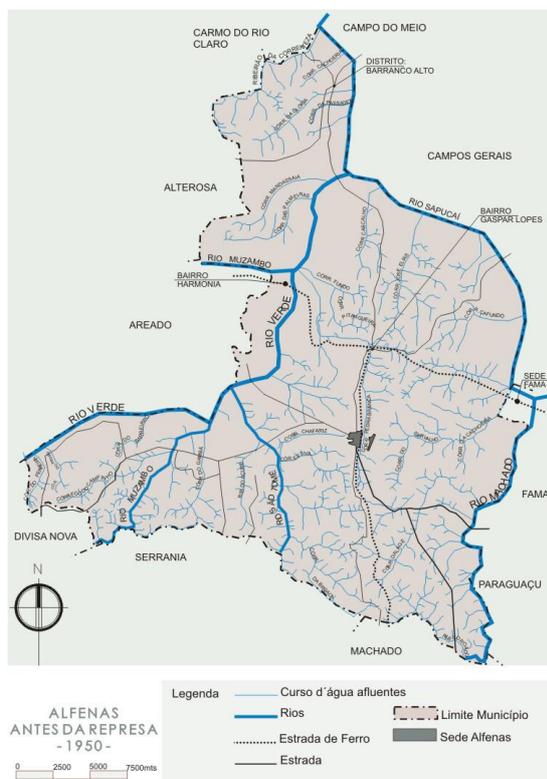
---

<sup>4</sup> Este capítulo é uma síntese do TCC “As fases da relação do Distrito de Barranco Alto com o Lago de Furnas: Prosperidade, isolamento e “renascimento”, apresentado em 2014, sob orientação da Profa. Dra. Ana Rute do Vale.

O lago de Furnas cobre uma superfície de 1.440 Km<sup>2</sup>, configurando um perímetro de 3.500 Km<sup>2</sup>. Sua bacia de drenagem apresenta uma área total de 54.464 Km<sup>2</sup>, atingindo 34 municípios que ali se encontram. O lago é formado por dois "braços", o primeiro é formado pelo Rio Grande, conta com uma extensão de 240 km e situa-se a leste do reservatório, já o segundo, ao sul, é formado pela junção dos rios Verde, Sapucaí e Machado. O reservatório de Furnas ainda hoje é um dos maiores lagos artificiais do mundo (LEMOS JÚNIOR, 2010).

Dentre os municípios que tiveram parte de suas terras inundadas pelo lago de Furnas, está Alfenas, o qual boa parte de seu espaço rural ficou submerso, além dos distritos de Barranco Alto e Fama (figuras 1 e 2), sendo que esse último emancipou-se de Alfenas em 1948, tornando-se um novo município.

Figura 1 - Município de Alfenas antes da inundação de suas terras pelo lago de Furnas em 1950



Fonte: Prefeitura Municipal de Alfenas, 2006a.

Figura 2 - Município de Alfenas depois da inunda o de suas terras pelo lago de Furnas em 1960



Fonte: Prefeitura Municipal de Alfenas, 2006a.

O distrito de Barranco Alto, inicialmente denominado São João do Barranco Alto, foi criado em 24 de dezembro de 1874. Está localizado a 37 quilômetros da sede do município de Alfenas; possui um total de 15 logradouros, sendo quatro ruas mais extensas e o restante, pequenas travessas. Contava, em 2010, com uma população total de 1157 habitantes, destes 382 na zona urbana e 775 na zona rural, conforme a tabela 1.

Tabela 1 – População total, urbana e rural do Distrito de Barranco Alto entre os anos 1991 e 2010

	1991	2000	2010
Total	1168	1352	1157
Urbana	314	418	382
Rural	854	934	775

Fonte: IBGE, 2010.

Pode-se afirmar que se trata de um pequeno aglomerado com características mistas (urbanas e rurais) e, como quase toda pequena localidade do sul de Minas Gerais, sua história está ligada predominantemente ao rural, tanto pela economia agrícola como pela cultura ligada à vida do campo, a qual chama a atenção a redução registrada de sua população nas últimas décadas (IBGE, 2014).

O que mais nos chama a atenção com relação ao distrito é o fato de que, antes da inundação de parte de sua área, o que imperava era a prosperidade, ou seja, a situação era de uma comunidade com certa autonomia com relação à sede do município, tendo desenvolvimento equiparado aos demais distritos do município de Alfenas, que se emanciparam na década de 1930: São Joaquim da Serra Negra (atual Alterosa), Serrania e São Sebastião do Areado (atual Areado).

Viera (2002 p. 21) fala do Barranco Alto, na década de 1930, destacando os estabelecimentos comerciais, do Banco Financeiro, da produção e da fábrica de laticínios. Isto quer dizer, se comparando em cada época com a região, os benefícios em que desfrutava o distrito era o acesso

ao espaço urbano de Alfenas e à parte dos municípios vizinhos, que era por estradas e navegação a vapor, que se integrava à malha ferroviária.

A partir daí, Barranco Alto passa a viver um período de isolamento por barreiras físicas - lago de Furnas - e estagnação econômica e consequente esvaziamento populacional, embora não haja dados sobre o número de habitantes anterior à inundação. O que se pode observar é que durante pelo menos 40 anos (década de 1960 ao início dos anos 2000) faltaram investimentos públicos e privados no distrito, dando aos moradores a sensação de "abandono" por parte da prefeitura municipal de Alfenas.

Somente a partir do início dos anos 2000, a população do distrito começou a perceber algumas preocupações com relação aos setores básicos de assistência à sociedade, como saúde, educação e infraestrutura por parte do governo municipal.

Atualmente, embora a população do distrito continue se sentindo isolada geograficamente, percebe-se um aumento na satisfação aos serviços recebidos pelas políticas públicas. Mesmo tendo que buscar alguns recursos na cidade de Alterosa, localizada a 35 km, apesar das distâncias serem praticamente as mesmas, em comparação à sede do município em Alfenas, que fica a 35 km, via balsa.

Nessa nova fase, o lago que já foi considerado como "inimigo" pelos antigos moradores, agora passa a ser visto como possibilidade de desenvolvimento de atividades econômicas, como a pesca e o turismo. Aliás, é bastante comum a presença de segundas-residências no distrito, de propriedade de moradores de cidades maiores, inclusive do estado de São Paulo, que buscam o descanso e o contato com a natureza. No entanto, isso não significa que a situação seja de total superação dos problemas locais, mas um possível "renascimento" do Barranco Alto.

Partindo dessa realidade, nosso trabalho pretende analisar essas três fases do Barranco Alto, por nós denominadas de prosperidade (início do século XX até década de 1960), isolamento (década de 1960 até início dos anos 2000) e "renascimento" (início dos anos 2000 até 2013). Para tanto, buscaremos: a) resgatar a história da comunidade de Barranco Alto no

contexto do município de Alfenas e região; b) analisar o papel da inundação provocada pelo lago de Furnas no isolamento espacial e econômico da população de Barranco Alto; e c) analisar a percepção dos moradores sobre a situação atual do distrito, bem como sua relação com a prefeitura municipal de Alfenas.

Como procedimentos metodológicos, além do embasamento teórico e coleta de dados junto à Prefeitura de Alfenas e órgãos oficiais, realizamos entrevistas com representantes da Prefeitura Municipal de Alfenas e moradores mais antigos, bem como a aplicação de questionários semiestruturados.

A importância dessa pesquisa justifica-se pela carência de estudos geográficos, de modo geral, sobre as transformações socioespaciais provocadas pela implantação da usina hidrelétrica de Furnas e o alagamento de terras no Sul de Minas Gerais e, mais especificamente, sobre a comunidade de Barranco Alto, um distrito no qual essas transformações foram tão significativas ao ponto de marcar para sempre a vida dessas pessoas e seus descendentes.

## **2 O distrito nas fronteiras da lei, entre o rural e o urbano**

Município é a menor circunscrição territorial brasileira com administração própria, podendo ter várias divisões e sub-divisões, distritos e sub-distritos, cujo objetivo é auxiliar na administração e prestação de serviço às comunidades (PINTO, 2003).

Vale (2005, p. 46) lembra que a definição de município no Brasil é fruto do Decreto-Lei 311, que entrou em vigor 02 de março de 1938, o qual “dispõe sobre a divisão territorial do País, e dá outras providências” e que, a partir de então, passou a regulamentar as unidades territoriais administrativas do Brasil (e continua valendo até hoje). Assim, o Art. 3º estabelece que “toda a sede de município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome”, enquanto o Art. 4º regulamenta o distrito, citando que “esse será designado pelo respectivo nome de sua sede, a qual, enquanto não for

erigida em cidade, terá a categoria de vila”<sup>5</sup>. Ademais, o decreto também prevê que todos os municípios e distritos precisam ter delimitadas áreas urbanas e suburbanas, as quais devem ter respectivamente nos distritos 200 e 30 moradias no mínimo.

Desde então, segundo Wanderley (2000) todas as sedes municipais (pequenos povoados ou simples vilarejos), independente de suas características funcionais ou estruturais ou sua população, foram transformadas em cidades. E, com isso, as prefeituras municipais tornaram-se responsáveis pela definição dos perímetros urbanos de seus municípios.

Ainda nos dias atuais é a partir do Decreto-Lei 311/1938, que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) estabelece sua definição de município e de distrito para fins censitários. Dessa forma, os municípios:

[...] constituem as unidades autônomas de menor hierarquia dentro da organização político administrativa do Brasil. Sua criação, incorporação, fusão ou desmembramento se faz por lei estadual, observada a continuidade territorial, a unidade histórico-cultural do ambiente urbano e os requisitos em lei complementar estadual. Essas transformações dependem de consulta prévia às populações diretamente interessadas, através de plebiscito [...] (IBGE, 2000, p.16).

Por conseguinte, a cidade é definida como “a localidade onde está sediada a Prefeitura Municipal”, enquanto os distritos “são unidades administrativas dos municípios” (IBGE, 2000, p.16).

Para contextualizar um distrito temos que analisar diversos estudos e leis que o determina. Contudo, o que se sabe é que o distrito tem uma função pré-administrativa, ou seja, ele é uma unidade que têm a função de prestar os primeiros serviços básicos às comunidades e ou pequenos aglomerados que dependem da administração de um distrito sede (PINA *et al.*, 2008).

Pinto (2003) explica que o distrito representaria o estágio inicial do município, já que esse último, em processo de desenvolvimento, poderá

---

<sup>5</sup> BRASIL. **Decreto-lei nº 311**, de 2 de **março de 1938**. Dispõe sobre a divisão territorial do País, e dá outras providências. Coleção de Leis [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 1, p.438, 1938. Col. 1.

tornar-se um município, após a sua emancipação. O autor, assim caracteriza o distrito como sendo aquele que:

[...] tem como sede a vila, que é um povoado de maior concentração populacional. Ele não tem organização da pequena produção e atendimento das primeiras necessidades da população residente em seu entorno, cujo comando fica a cargo da sede do município. O distrito tem a mesma denominação de sua vila e, somente pode ser criado por meio de lei municipal. No entanto, os requisitos exigidos para a criação de um distrito são estabelecidos por meio de lei estadual. O município não pode, por si só, instalar distritos adotando critérios próprios. Faz-se necessário que um povoado atenda todas as exigências determinadas pela legislação estadual para que o município, por meio de uma lei municipal aprovada pela Câmara de Vereadores local, o eleve à categoria de distrito (PINTO, 2003, p. 57).

Pina *et al.* (2008) atentam para o fato de que para a existência de distritos devem ser observados fatores qualitativos além de se embasar nos fatores quantitativos contidos na lei, ou seja, devem também ser levadas em conta as principais carências dos moradores dos distritos tais como: serviços básicos de saúde, educação, transporte. Podemos acrescentar também o lazer e a comunicação, isto é, na impossibilidade de prestação dos primeiros serviços sociais básicos à população, é inviável a criação ou existência do distrito.

Abramovay (2000, p. 4) é um dos autores que questionam o critério brasileiro de distinção rural/urbano, apontando algumas restrições como: 1) a definição do rural é feita em parte pelos poderes públicos municipais muito mais interessados na arrecadação fiscal do que nos aspectos geográficos, sociais, econômicos ou culturais; 2) todo aglomerado populacional que possuir serviços públicos, poderá ser definido como urbano, o que leva os pequenos distritos a serem denominados urbanos e; 3) a definição do rural, geralmente, se baseia na carência, que não é um critério adequado, seja qual for o ponto de vista.

Diante dessa questão, Tavares (2003) questiona o fato de que sendo as normas que delimitam o rural e o urbano no Brasil, tributaristas naturalmente irão subestimar os espaços rurais e passar a classificá-los como urbanos, para que assim possam aumentar a arrecadação do IPTU

para o município. Isso sem contar que o valor do IPTU (cobrado em metros quadrados) é sempre maior que o ITR (cobrado em hectares).

Tudo isso só vem confirmar a ideia de Abramovay (2000) de que o rural no Brasil é definido pela carência de investimentos públicos. Todavia, quando há um interesse público esse passa a delimitar arbitrariamente o rural e ou urbano, ou seja, havendo um interesse econômico, arrecadação ou intermediação econômica. Para ele, a carência não é um bom critério para definição do rural, embora observando que quando os serviços públicos se estendem para os aglomerados populacionais, ou pequenos distritos estes passam a ser considerados urbanos.

### **3 Barranco Alto: da gênese até os dias atuais**

A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente (FERREIRA, 2002, p.321).

Atualmente, o distrito de Barranco Alto configura-se como uma pequena península formada pelo lago de Furnas, que inundou partes dos rios Muzambo, Sapucaí e Córrego da Glória (figura 3).

Figura 3 – Fotografia aérea ortogonal de Barranco Alto em 2006



Fonte: Prefeitura Municipal de Alfenas, 2006b.

Todavia, muitas transformações ocorreram no distrito a partir desse processo de inundação. Torna-se importante, então, resgatarmos essa história para compreendermos o momento atual vivenciado por essa comunidade. Conforme já mencionado, optamos por fazer um recorte histórico baseado em três fases: prosperidade, isolamento e provável “renascimento”. Por conta dos poucos dados encontrados sobre o Barranco Alto – principalmente na primeira fase de análise –, boa parte das informações foram colhidas por meio de depoimentos de pessoas que moram há mais tempo no local ou que já moraram e migraram para a sede do município.

### 3.1 A FASE DA PROSPERIDADE

A partir do depoimento de uma moradora idosa que nasceu no distrito, foi possível conhecer um pouco da gênese do Barranco Alto. Ela nos relatou que seus avós contavam que o distrito começou com a aglomeração das famílias naquela região devido à proximidade do Rio Sapucaí, porém foi posteriormente à construção da igreja de São João Batista que ocorreu um aumento populacional mais significativo (depoimento de A. G., 86 anos).

O depoimento de Ana Gomes tem relação com o que diz o artigo História de Alfenas.

O que provavelmente tenha acontecido é que com a decadência da exploração do ouro na região, que foi de uma produção pequena e rápida, fez com que os exploradores procurassem para desenvolver as atividades agrícolas e ou de criação de animais para consumo doméstico os vales férteis com abundância de água (HISTÓRIA DE ALFENAS, s/d).

A moradora relatou também que,

O transporte da época era por meio de animais domésticos (cavalos, mulas) e, sendo que trilhas ou estradas ainda não eram bem definidas, os transportes e a própria locomoção das pessoas, por meios hidrográficos eram menos trabalhoso, mais rápido e eficiente.

Conforme o depoimento anterior, se a construção da igreja foi um fator importante para o crescimento populacional, isso se deve ao fato de que historicamente a religiosidade sempre se destacou em pequenos aglomerados no Brasil. A igreja católica procurava instituir sua presença, construindo capelas e ou fundando paróquias. No caso de Barranco Alto, embora não tenha sido possível encontrar a data precisa da fundação da paróquia, sabe-se que no início do século XIX a igreja já era presente neste local.

Devemos destacar também que a igreja, neste momento, tinha um poder equiparável ao do Estado, ou seja, documentações ou até determinadas decisões civis eram acolhidas por essa instituição como valor legal.

Devido à importância da Igreja na formação dos aglomerados que se tornaram grandes centros, é fundamental que se tenha acesso a documentos históricos relatando a presença dessa instituição. Porém, no caso do distrito em estudo, há dificuldades para o levantamento das informações, pois houve uma série de transferências no decorrer dos anos. A paróquia de São João Batista, que tinha uma de jurisdição bem ampla, incluindo os bairros de Boa Vista, São Bartolomeu e Cavacos, pertencia à diocese de Campanha até a criação da diocese de Guaxupé. Com a criação desta diocese, a Paróquia de São João Batista é transferida para essa nova diocese de Guaxupé. Após essa transferência têm ainda novas mudanças.

A igreja de São João Batista, no Barranco Alto, deixa de ser a sede da paróquia, sendo esta sede transferida para o distrito de Cavacos, cujo nome hoje é Divino Espírito Santo, distrito que pertence ao município de Alterosa; ou seja, a igreja de São João Batista no Barranco Alto, hoje é uma capela assistida pela paróquia do Divino Espírito Santo.

A partir do momento em que ocorre o aumento populacional, a comunidade tende a desenvolver as atividades culturais, proporcionando o fortalecimento da identidade local. Estas atividades culturais, especialmente as festas, passam também a constituir fatores de atração para as comunidades e ou pessoas mais próximas. Conseqüentemente, o comércio também cresce para atender às demandas dessa população.

Barranco Alto, nas primeiras décadas do século XX, tem um desenvolvimento no mesmo nível de outros distritos de Alfenas que se transformaram em cidades como: Areado, Alterosa, Serrania e Fama. Este desenvolvimento se deve à localização privilegiada na época, ou seja, a proximidade do rio Sapucaí, navegável naquela região em que duas empresas exploravam a navegação a vapor naquele período (Navegação Fluvial do Rio Sapucaí e Viação Fluvial do Rio Sapucaí) (LIMA, 1934, p. 213).

Por meio do depoimento de um morador que residiu por mais de 70 anos próximo do Barranco Alto, ficamos sabendo que o distrito também era um ponto de entroncamento da rodovia, que embora não pavimentada, ligava as cidades de Alfenas, Alterosa, Carmo do Rio Claro e Passos. A navegação naquela época era responsável pelos fluxos de mercadorias e

peças, em trecho navegável de Carmo do Rio Claro à Fama. A navegação e o tráfego constante de pessoas, que passavam por esta rota, ajudaram a fortalecer o comércio de Barranco Alto (M. H. M.).

O movimento era fortalecido ainda mais, pois o porto de Barranco Alto funcionava como entreposto de mercadorias das pequenas indústrias de Campo do Meio, Campos Gerais e também da produção agrícola dessa região. Assim, o meio mais rápido e prático para chegar até a próxima estação ferroviária – sendo que no caso de Barranco Alto era a de Harmonia – era o transporte hidroviário.

Essas mercadorias também eram distribuídas, através do porto do distrito, para os municípios vizinhos, de um lado e outro do rio Sapucaí.

A partir de 1914, duas linhas de navegação fluvial estavam integradas à rede ferroviária: a Navegação Fluvial do Rio Sapucaí e a Viação Fluvial do Rio Sapucaí. Ambas serviam os municípios de Alfenas, Dôres da Boa Esperança, Campos Gerais, Carmo do Rio Claro e parte de Guapé, ligando o porto de Fama (que então era distrito de Paraguaçu) ao Porto Carrito e Porto Belo, em Carmo do Rio Claro. Elas estavam "encravadas" entre a Sul e a Oeste de Minas. Elas faziam, em dias diferentes, a ligação dos portos indicados. Grandes embarcações, com capacidade para 20 passageiros e 30 mil toneladas de cargas, tinham itinerários definidos e horários regulares. Levavam sal, rapadura, queijo, manteiga e outros mantimentos, conforme as encomendas entre os comerciantes da região (LIMA, 1934, p. 213).

A malha ferroviária da Companhia Ferroviária Sul Mineira, que percorria o trecho Machado-Monte Belo, tendo estações em Fama, Alfenas, Gaspar Lopes e Harmonia, seguindo para o distrito de Juréia em Monte Belo, também era responsável pelo fluxo de pessoas na região, em paralelo com a navegação a vapor.

De acordo com depoimentos de moradores antigos, o desenvolvimento comercial de Barranco Alto atingiu tal nível que seus estabelecimentos comerciais, além de atender as demandas locais, ainda atraíam clientes de municípios vizinhos, como Campo do Meio. Nessa época, o comércio do distrito contava com armazéns (venda) de provisões alimentares, lojas de tecidos e acessórios para vestimenta, além de farmácia que, além do aglomerado, atendia as áreas rurais mais próximas.

Figura 4 – Estabelecimento comercial em Barranco Alto, antes da inundação do lago de Furnas, década de 1950



Figura 5 – Estabelecimento comercial em Barranco Alto, antes da inundação do lago de Furnas, década de 1950



Fonte: Arquivo pessoal (Manuel Ávila). Fonte: Arquivo pessoal (Manuel Ávila).

Ayer (1983, p. 16), ao reportar-se sobre o desenvolvimento do distrito nas primeiras décadas do século XX, compara-o aos demais distritos que depois se emanciparam de Alfenas.

Faziam parte do território de Alfenas, além da sede e os povoados, os seguintes distritos:

- 1) Fama: criado em 30 de agosto de 1911 (lei nº. 556) e instalado em 5 de maio de 1912. Tinha 1500 habitantes e 300 casas.
- 2) Serrania: também criado em 30 de agosto de 1911 (lei nº. 556) e, em 1917 ainda não havia sido instalado. Tinha 250 casas.
- 3) São João do Barranco Alto: criado em 24 de dezembro de 1874 (lei nº. 2087). Tinha 1200 habitantes e 360 casas. A este distrito pertenciam os povoados de Boa Vista, Cavaco e São Bartolomeu.
- 4) São Joaquim da Serra Negra: criado em 1850 (lei nº. 472) e pertencia ao município de Caldas, tendo sido transferido para o de Alfenas em 1860 (lei nº. 1090). A população era de 1600 habitantes e 600 casas.

Pelo exposto, até então, nas primeiras décadas do século XX, o desenvolvimento de Barranco Alto era bem equiparável aos demais distritos de Alfenas, permanecendo assim até o final da década de 1950.

Uma informação, que não foi possível obter, diz respeito ao momento em que ocorreu a perda ou desligamento de território do município de Alfenas e ou do distrito de Barranco Alto para o distrito de Alterosa dos bairros de Cavacos, São Bartolomeu e Boa Vista.

Ayer (1989), citando Matzner (1950), aponta a lei em que estabelece o desmembramento do distrito de Alterosa do município de Alfenas, o decreto-lei n. 148, de 17 de dezembro de 1938.

Os primeiros sinais de decadência do distrito apareceram com a pré-falência da navegação a vapor no rio Sapucaí, no final da década de 1930 (AYER, 1989).

De 1933 a 1940, extinta a Navegação Fluvial do Sapucahy, persistiram 3 vapores, da Empresa de Navegação Sapucahy, a cobrir um trecho que ia de Fama até Carmo do Rio Claro. Os portos eram os seguintes: Fama, Amoras, Cabo Verde, Barranco Alto, Azevedo, Correnteza, Águas Verdes, Prado Leite, Ponte, Tromba e finalmente Carrito, já no município e Carmo do Rio Claro (HISTÓRIA DE ALFENAS, s/d).

Esta diminuição do transporte fluvial está relacionada ao aumento do transporte rodoviário que, embora na época não dispusesse de veículos suficientes, e as estradas serem relativamente precárias, ainda era mais rápido e tinha uma maior abrangência que os transportes hidroviários.

Como Barranco Alto dependia de um comércio que estava relacionado com a navegação fluvial, conforme referido, a diminuição do fluxo de pessoas levou, conseqüentemente, à decadência do comércio local.

Vieira (2002) atribui ao distrito, antes do advento de Furnas, como um local de grande importância para o município, destacando o comércio, o desempenho na agricultura, bem como a representatividade política, com a eleição de vereadores do distrito, como Antonio Borges de Oliveira (*Borjão*) e/ou Olímpio Cardoso Machado.

Na década de 1940, Barranco Alto desenvolveu-se chegando a contar com Agência dos Correios, com Agência do Banco Financeiro da Produção S.A., e com vários estabelecimentos comerciais, além de uma fábrica de laticínios, orgulho do prefeito Romeu Vieira, um dos descendentes mais politizado dos fundadores de Alfenas (VIEIRA, 2002, p. 21).

Entretanto, tudo começa a modificar em Barranco Alto a partir dos rumores sobre a construção da usina hidrelétrica de Furnas, iniciada em 1957, cujas águas de seu lago em pouco tempo atingem as terras do

distrito, que passa a ter sua economia estagnada, inaugurando a fase que denominamos de isolamento.

### 3.2 A FASE DO ISOLAMENTO

No distrito de Barranco Alto, a primeira impressão que o alagamento de Furnas trouxe para a população foi a de perda de identidade, ou seja, houve um processo de desterritorialização. Este sentido de desterritorialização é comentado por Haesbaert (2004), focando o sentimento em relação aos costumes de uma comunidade, através dos quais ela é reconhecida em sua região.

Em seguida, o autor afirma que a desterritorialização, no sentido cultural é a hibridização dos costumes e culturas, que dificulta a identificação de uma comunidade. Contudo, não é este o caso de Barranco Alto, esta hibridização é própria das áreas de grandes fluxos imigratórios, o que é totalmente ao contrário da situação do Barranco Alto, que foi palco de grande fluxo emigratório.

O que se pode entender no caso do distrito em foco, de acordo com as concepções de Haesbaert (2004), desterritorializar aqui é relacionado mais à transformação do espaço. Nesta situação, à medida que o espaço foi transformado pelo enchimento do lago de Furnas, houve aí em primeiro lugar uma mudança no habitat, seguida da segregação socioespacial, formadas por barreira física, que no caso é o lago Furnas. Com isso, houve um desligamento das comunidades que ficaram do outro lado do lago e, em consequência, o enfraquecimento dos movimentos religiosos e outros movimentos tradicionalmente voltados aos costumes locais.

No Barranco Alto o que mais intensificou este sentimento de perda de identidade cultural foi enfraquecimento das festas tradicionais, que além da religiosidade, também eram acompanhadas de bailes (o chamado forró), quermesse, leilão de prendas.

A gente se preparava ano inteiro para estas festas, mas principalmente para a de São João e São Pedro. A expectativa era

grande, só que valia à pena, juntava gente de todos os lados, das fazendas de Campo do Meio e Campos Gerais, tanto na parte da religião quanto nos bailes, a gente se divertia muito. A gente mesmo fazia a nossa diversão, não precisava comprar a diversão como nos dias de hoje. Depois que Furnas veio e as festas foi ficando mais desanimadas, as pessoas do outro lado não tinha mais condições de atravessar a água para vir aqui (I. G., 80 anos).

Figura 6 - Festa de Nossa Senhora do Rosário em Barranco Alto, antes da inundação do lago de Furnas, década de 1950



Fonte: Arquivo pessoal (Manuel Ávila).

A perda para os moradores da época vai além de um sentimento nostálgico. É o enfraquecimento do próprio cotidiano, ou seja, são situações que jamais vão ser vivenciadas, em função da transformação do espaço, que torna impossível a reconstituição destas. Até mesmo o que se pode ser acolhido como patrimônio cultural, por exemplo, a igreja, demolida há aproximadamente duas décadas após o enchimento do lago, deixa de existir por imposição dos grandes projetos de infraestrutura, no caso aqui hidrelétrico.

Esta situação é corroborada por Viana (2003), que menciona o distanciamento das comunidades no momento de reassentá-las. No caso de Barranco Alto, há apenas uma diferença, não houve reassentamento e sim migrações compulsórias, ou seja, a comunidade foi fragmentada, uma grande parcela da população teve que mudar para outras cidades ou região.

No que diz respeito aos impactos culturais, a insensibilidade das autoridades frente às tradições culturais resulta em ruptura e

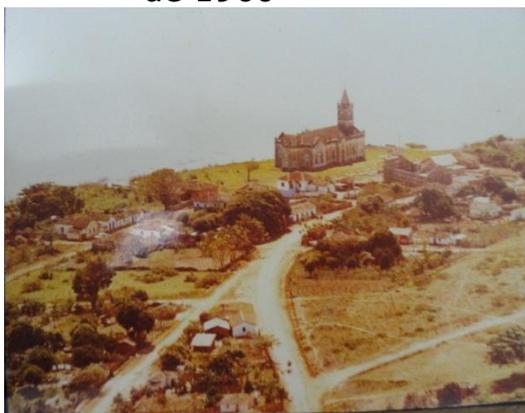
separação física de comunidades, vilas e famílias. Na Índia, as 19 comunidades deslocadas pelo projeto Sardar Sarovar, no Estado de Gujarat, foram reassentadas em mais de 175 localidades diferentes (VIANA, 2003, p. 41).

O entrevistado M. H. M., que morou mais de 70 anos próximo ao distrito (aproximadamente quatro quilômetros) e o frequentava diariamente, fala da perda e da diminuição do movimento, principalmente em dias de festas.

[...] Em dias de festa, o barco de carretilha (embarcação exclusiva para travessia de uma margem à outra do rio, impulsionado pelo movimento das águas) não parava, era levando gente de um lado pro outro o dia inteiro, vinha famílias inteiras do outro lado do rio para as festas. Quase tudo foi embora com o enchimento do lago, primeiro as festa, que deixaram de existir, depois o comércio que foi enfraquecendo, e acabou fechando quase todos, e por fim fechou até a fábrica de laticínio. Passados os anos, a igreja que era símbolo de orgulho nosso, grande e bonita também foi demolida. Fizeram outra, só que muito menor e mais simples, e com isso as pessoas que tinham acesso ao Barranco Alto já não o enxergava da mesma forma. Mas com o tempo a gente foi se acostumando (M. H. M.).

Com relação ao prédio da igreja, como símbolo cultural da comunidade, Furnas se posicionou na obrigação de mantê-la em pé, mas o monitorando por conta de sua localização muito próxima ao lago. Porém, segundo depoimentos de moradores mais antigos, com o passar do tempo, Furnas decidiu demoli-la e construir outra, evitando assim os gastos com manutenção.

Figura 7 - A igreja antiga do Barranco Alto na década de 1960



Fonte: Arquivo pessoal de Manuel Ávila

Figura 8 - A nova igreja de São João Batista no Barranco Alto



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2013.

O que se percebe da população local na época do enchimento do lago é que foram expropriados de seus sentimentos sem ao menos serem consultados. Estas expropriações, sejam elas de valores sentimentais e/ou econômicos, foram feitas de modo compulsório.

Vieira (2002) trata da inundação ocorrida no município, provocada pela formação do lago de Furnas e os transtornos nas comunidades e proprietários rurais próximos a Barranco Alto, ressaltando as dúvidas, a falta de esclarecimentos e a revolta daqueles que sofreram danos e perdas com o enchimento do lago. As demandas jurídicas, os protestos na maioria das vezes insignificantes e a falta de preparo para lidar com o acontecimento.

A partir do momento em que uma barragem é anunciada, a população residente na futura área do reservatório começa a sofrer com a interrupção de investimentos públicos e privados. O preço dos imóveis começa a cair. Os bancos param de emprestar dinheiro. Novas escolas e hospitais deixam de ser construídos. Serviços e comodidades existentes podem ser interrompidos ou fechados muito tempo antes de a população ser transferida (VIANA, 2003, p. 47).

A instalação de Furnas foi uma época de sofrimento para as famílias que moravam nas regiões, com possibilidades de serem atingidas. A falta de informação era o principal problema que criava um conflito interno e fazia até mesmo as pessoas ficarem doentes.

O povo ficava sem saber das coisas direito, a única comunicação que tinha era alguns rádio que existia na região, quem ouvia não sabia entender. Então as pessoas ficavam angustiada. Na hora de negociar casas ou terras a maioria nem sabia fazer isso, era quase todos gente muito humilde. Tudo que se tinha era apenas para se manter (M. H M).

Todo grande projeto como Furnas, que seja danoso e cause transtorno e prejuízo, seja este material ou moral à sociedade, os empreendedores são responsáveis por amenizar ou neutralizar esses transtornos. No entanto, não há relatos de que tenha sido feito algum tipo de consulta com os possíveis atingidos, procurando a melhor forma de ressarcimento.

Discutindo a questão mais no âmbito econômico, nota-se que a população de Barranco Alto não concordou com a indenização que foi feita. Pois a maioria era constituída por famílias de baixo poder aquisitivo e os valores repassados pelos seus bens que foram atingidos não lhes davam poder de compra, equiparados em outro lugar.

As perdas materiais reconhecidas pelas empresas, na maioria das vezes, são apenas daquelas pessoas de maior poder aquisitivo. No caso de Barranco Alto, os proprietários de terras, comércios. Esses bens, na maioria das vezes, somente são vistos como bens de valor pelo próprio titular, isto é, as circunstâncias que detém, que mantém ou que dependem desses bens materiais não são levados em conta pelos responsáveis de grandes empreendimentos.

Benincá (2011) levanta estas questões salientando que a dimensão dos atingidos é muito superior ao úmero divulgado, pois empregados, meeiros dos proprietários, na maioria das vezes, não são levados em conta pelos levantamentos estatísticos das companhias hidrelétricas.

Levando em conta, todos os transtornos já citados, relacionando o enchimento do lago de Furnas com acontecimentos da época, torna-se plausível analisar Furnas como um fator possível de responsabilidade pelo não desenvolvimento do distrito de Barranco Alto.

Nota-se que Barranco Alto, da criação do distrito até a implantação do lago de Furnas, conforme as análises e estudos discutidos nesta pesquisa, o seu desenvolvimento acompanhou no mesmo ritmo os demais

distritos de Alfenas, até o início da década de 1950, período em que os demais distritos já haviam se emancipados.

Furnas foi sem dúvida o fato mais marcante na história do distrito. Começando a análise na perspectiva do fator espaço: Furnas inundou cerca de 1440 km<sup>2</sup>, sendo até hoje a terceira maior área submersa do Brasil para implantação de hidrelétrica. Ficando atrás apenas da usina de Tucuruí, no Estado do Pará, com 3007 km<sup>2</sup>, e da usina de Sobradinho, no Estado da Bahia, com 4214 km<sup>2</sup> (BENINCÁ, 2011, p. 62).

O problema das estatísticas de atingidos por barragens está ligada a uma dimensão ainda maior, qual seja: o próprio conceito de atingido. A maioria dos levantamentos realizados pelos governos e/ou empresas consideram como atingidos pelo projeto apenas aquelas pessoas que são deslocadas por causa do enchimento do reservatório e que possuem o título de propriedade. Eles excluem, desse modo, a população a montante e a jusante da barragem, os posseiros e as pessoas que não possuem o título de propriedade, as pessoas deslocadas por causa de outras partes do projeto (como por exemplo, as linhas de transmissão, a casa de máquina, etc), as famílias que perdem suas terras ou parte delas, mas que permanecem com suas casas, as populações residentes nas ilhas formadas pelo reservatório (VIANA 2003, p. 34)

Nessas circunstâncias, podemos observar que a população do distrito viveu momentos de total desespero, pois a economia da época provinha basicamente da agricultura de subsistência. Esta se praticava mais nas áreas baixas, que possuíam maior produtividade e mais fácil manejo. Além desta atividade, outros recursos econômicos procediam da pecuária e do comércio. E, por último, uma pequena porcentagem advinha da produção de café, que se iniciava na região.

Com as perdas das terras nas áreas baixas, ocorre a diminuição de emprego, que gera uma série de problemas para a população do distrito. As emigrações (especialmente o êxodo rural) crescem demasiadamente, o comércio, que até então era responsável pelo movimento de parte da economia, começa decair. A fábrica de laticínio, por dificuldade de escoamento da produção, ameaça fechar.

Estes fatores são visivelmente desencadeados em razão do enchimento do lago de Furnas. Porém, para analisar os acontecimentos de uma forma mais precisa, é necessário que se deixe o Barranco Alto

propriamente dito, ou seja, deixar de analisar somente o “perímetro urbano” e suas adjacências, e fazer uma análise mais na escala regional.

Iniciando pelas ferrovias, com seus percursos sempre nas áreas baixas e mais planas, percebe-se que nas regiões inundadas pelo lago de Furnas, houve uma total desativação dessas linhas. Também a navegação a vapor deixa de existir; as rodovias, apesar de não serem pavimentadas, em sua maioria sofreram interrupção por conta do lago de Furnas. Algumas destas que foram interrompidas, a empresa disponibilizou balsas para a travessia. Isto é, em alguns pontos de maior trânsito, sendo que em algumas localizações, as rodovias tiveram que ser transferidas ou, em outras situações, os usuários mudarem suas rotas.

Regionalmente, houve um colapso nas vias de transporte de um modo geral. E, em consequência, uma lentidão no processo de desenvolvimento, que só seria recuperado parcialmente com a pavimentação das estradas.

No Barranco Alto esta situação foi mais acentuada. Pois, todo o fluxo de pessoas, que utilizavam os meios de transporte via Barranco Alto, teve que mudar totalmente os percursos. São três situações bem distintas após o lago de Furnas:

- 1) A ferrovia que ficava a 23 km, estação Harmonia, foi desativada. Com isto uma parcela dos frequentadores do distrito perde esta opção;
- 2) A navegação a vapor deixa de operar, assim todo o fluxo de mercadorias e pessoas que fazia a interligação Barranco Alto – ferrovias deixa de existir;
- 3) A rodovia Alfenas – Carmo do Rio Claro, com a inundação do lago, torna-se inviável, sendo este trajeto transferido via Areado.

Podemos observar que o lago de Furnas, gerou aí um semi-isolamento do distrito. Sendo interrompido pelo lago as ligações Barranco Alto – Campo do Meio e Campos Gerais. Permanecendo as ligações com o distrito sede de Alfenas, com 43 km de distância, via balsa que gera atraso nas viagens, ou um percurso de aproximadamente 75 km, via BR-491, que fica a 17 km do Barranco Alto.

Diante esta situação, nota-se que o lago de Furnas tem uma grande, talvez a maior, participação na estagnação do distrito. Todavia não

podemos afirmar que é o responsável, pois alguns tem-se alguns fatos correlacionados a este acontecimento:

Na década de 1950, mais precisamente em 1952, o governo de Getúlio Vargas lança programas para impulsionar a agricultura. Dando abertura e incentivo para a importação de máquinas. Este programa vai dar início à mecanização da agricultura na região. E com isto vai ocorrer a diminuição da demanda de mão de obra, gerando desemprego. “Em 1940 Minas Gerais tinha 6743.416 habitantes, dos quais somente 25% residiam em áreas urbanas. Entre 1940 e 1950 essa proporção aumentou para pouco mais de 30% ao ano e a rural a 0,74% ao ano” (BRITO; HORTA, 2010).

O programa de industrialização do governo Juscelino Kubitschek, faz crescer a demanda por mão de obra nas grandes cidades a serem industrializadas. A mecanização e industrialização são os principais fatores do êxodo rural.

Para Barranco Alto, que tinha sua principal economia nas atividades agrícolas, somando-se o isolamento e a expropriação dos atingidos pelo lago de Furnas, passa a ter um grande deslocamento de sua população.

Além desta situação, temos a afirmação de Walcacer (1983), segundo o qual, a emergência dos centros urbanos depende principalmente de uma participação política. Neste caso, podemos observar que não houve aí nenhum interesse político para impulsionar o distrito a se desenvolver, mas também não houve interesse, investimento, privado, de determinado agente financeiro e nem mesmo da população.

Nesse sentido, podemos concluir que Barranco Alto não se desenvolveu emancipando-se e tornando-se município por situações bem distintas: não houve interesse público ou privado capaz de impulsionar o distrito a se desenvolver e o lago de Furnas, o isolamento, a segregação sócio-espacial somados ao êxodo rural, foram os maiores contribuintes para o não desenvolvimento do distrito.

Os grandes empreendimentos, programas de governos, estão sempre voltados para o desenvolvimento do país e projeção nacional. Pelo menos é o discurso aplicado na pré-execução de todos os grandes projetos.

A hidrelétrica de Furnas foi implantada para resolver a crise do setor energético do Brasil, mais precisamente o centro-sul do país, região com previsão de maior concentração industrial. Que se mantêm na liderança da industrialização até hoje.

Barranco Alto, que praticamente ficou submerso, sofrendo com a segregação sócio espacial além de outros transtornos, parece que por ironia, só veio a desfrutar dos benefícios da energia elétrica aproximadamente vinte anos depois, quando a administração municipal disponibilizou recurso para esse fim, na década de 1980.

Esta situação, ainda hoje, ocorre em diversas localizações onde são implantadas hidrelétricas. Os expropriados dos costumes, habitat e bens materiais, passam por esses sacrifícios sem obter os benefícios que contribuíram para acontecer. Essas situações são salientadas por Benincá (2010): "Nesse cenário é comum a constatação de vilas situadas debaixo de grandes linhas de transmissão, sendo ainda iluminadas com queima de diesel" (SANTOS, 2008, citado por BENINCÁ, 2010).

Isso mostra que a grande preocupação dos empreendedores é totalmente capitalista, sendo que o lado social fica em segundo plano, uma mera metodologia, envolvendo a sociedade com a dita responsabilidade social, tais como, energia e sustentabilidade, energia e meio ambiente, energia para todos, entre outras.

A disseminação dessas ideologias é capaz de alienar a sociedade, deixando-as omissas à verdadeira realidade dos impactos desses grandes empreendimentos. Em que os grandes problemas são as matas que ficam submersas, as espécies animais que, por mais que se refugiem, tendem à extinção. E principalmente os transtornos causados à própria sociedade que "quando" se têm algum retorno imediato, como o desfrute do empreendimento, não é possível saber se é compensador em relação às perdas.

Retomando o foco principal, que é o Barranco Alto, destacamos o trabalho de Viana (2003), quando a autora faz colocações acerca da situação em que vivem as localidades de maiores vulnerabilidades, quando

é anunciado a implantação de uma hidrelétrica. Estas localidades deixam de receber os investimentos públicos e privados.

Barranco Alto não passou por situações diferentes. O isolamento, agregado à falta de investimento das políticas públicas, fez com que o distrito permanecesse semi-adormecido por um período de mais de três décadas. Havendo um investimento mínimo nas principais áreas que demandam, as camadas da classe média/baixa como saúde, educação e transporte.

Depois que Furnas veio, já não tinha mais os políticos que tinha influencia em Alfenas, o Borjão "Antônio Borges de Oliveira", (ex-vereador de Alfenas pelo UDN), e o seu Olímpio, "Olímpio Cardoso Machado" (ex-vereador de Alfenas pelo PSD) (VIEIRA, 2002).

Barranco Alto ficou esquecido, não se falava em fazer mais nada aqui, só mesmo nas épocas de eleição que vinham com algumas promessas e depois esqueciam. Só mais recentemente, de uns vinte anos para cá, é que começaram a enxergar a gente de novo (F. S., 63 anos).

Os investimentos das políticas públicas, no Distrito de Barranco Alto, até próximo do ano 2000, só é possível saber por depoimentos dos moradores, pois não há disponibilidade de dados pela prefeitura municipal. Bem como os investimentos mais recentes em que os dados também serão levantados por depoimentos dos moradores locais e/ou por testemunho pessoal ou fotografias, como no caso do asfalto.

### 3.3 O PROVÁVEL "RENASCIMENTO"

Segundo o depoimento de funcionário de Prefeitura Municipal de Alfenas, Barranco Alto só começou a receber algum investimento mais significativo a partir de 1990, com exceção da energia elétrica que chegou em 1982, outros investimentos demoraram um pouco mais.

Em 1993, foi concluída a construção da nova escola em que se expandiu o ensino para o fundamental 1 e 2. E a partir de 2000, estas melhorias vêm gradativamente acontecendo, como o serviço de telefonia fixa, a implantação do Programa de Saúde da Família, a construção de

ambulatórios, a contratação de concessionária para o fornecimento de água tratada em 2008. Em 2013, ano que toda a população considera histórico, foi o ano da conclusão da pavimentação asfáltica do perímetro urbano do Distrito. “A partir de 2005, aqui melhorou, a prefeitura começou a trabalhar mais aqui para nós. Em consequência, melhorou os valores dos imóveis, os turistas começaram a aparecer mais. E acho eu que a população está mais satisfeita” (M. A., funcionário da Prefeitura Municipal).

Esses investimentos das políticas públicas, nos últimos 15 anos, são notáveis na transformação do Distrito e na satisfação da população. Embora ainda haja opiniões contrárias, percebe-se que o Distrito agora caminha para o desenvolvimento.

A maior prova deste desenvolvimento é verificada no mercado imobiliário, que teve um significativo aumento no valor, acima de 300%. Chegando o metro quadrado ao valor de 250 reais em algumas áreas, valores equiparados aos valores imobiliários de alguns bairros do distrito sede de Alfenas.

Isso demonstra que o distrito está sendo mais procurado, seja por turistas veranistas, como pelos ex-moradores que, com o desenvolvimento em vista, desejam adquirir imóveis no local. Muitas vezes, para possuir bens imobiliários no local de origem, ou outras vezes, com a pretensão de voltar após a aposentadoria.

Essas transformações, que denominamos de “renascimento”, são responsáveis também pela mudança da opinião pública local e até mesmo dos responsáveis políticos do Município.

Para compreender melhor essa fase, ouvimos opiniões que envolvem a gestão política atual, relacionando-as com a percepção da população local e das demandas atuais reivindicadas.

Para isso, trabalhamos com entrevistas, depoimentos e investigação ao longo da pesquisa. Em que, para se chegar a uma realidade da situação do Barranco Alto no momento, é preciso que seja feito um balanço envolvendo a comunidade, as autoridades políticas e a percepção de investidores privados. Pois, somente com a participação política, buscando

melhorias, é que vai gerar a satisfação popular e atrair os investimentos privados.

Para o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, a administração atual pretende que Barranco Alto continue sendo um distrito de Alfenas, mas exercendo a verdadeira função de distrito, isto é, prestando os serviços essenciais à comunidade local. Acrescentando a necessidade destas prestações de serviços devido à distância do distrito sede.

Para que isso funcione, afirma que foi designada uma moradora e funcionária pública, que mora no local, para levantar as principais pendências da comunidade, coordenar a execução dos serviços públicos e ver o que pode ser solucionado no local de imediato, ou então repassando para a administração municipal o que deve ser trabalhado a médio e longo prazos.

Quanto às verbas, disse que não são pré-definidas, os programas de melhorias abrangem o município de um modo geral. Quando há disponibilidade de verbas, são aplicadas buscando atender às necessidades mais urgentes.

A arrecadação do município é feita de modo geral, os imóveis que são registrados como urbano pagam IPTU. Outros impostos são arrecadados normalmente, independentes da localização dos contribuintes. Mas para o Barranco Alto está havendo no momento uma diferença. Por determinação da gestão anterior, os moradores do distrito estão isentos de pagar IPTU. Lembrando que isto se aplica a veraneios e outros proprietários. Quanto aos *royalties* de Furnas, a gestão atual trata-os como um recurso qualquer, sendo estes distribuídos da mesma forma que outros. Quanto à saúde, proveram os primeiros serviços no local, como o Programa de Saúde da Família, enquanto outras necessidades dependem de deslocamento para a sede. Há à disposição da comunidade veículos para transporte.

O secretário afirmou ainda que a educação hoje no distrito é considerada boa, o melhor desempenho das escolas de ensino fundamental do município, segundo o IDEBE. E o ensino médio, para que os jovens tenham acesso a este sem precisar se deslocar, existe um convênio com a

Escola Estadual Judith Vianna que funciona no local. Quanto às atividades de lazer, o distrito hoje dispõe de campo para a prática de futebol e quadra poliesportiva, que atende a prática dos esportes mais populares; outras questões nesta área estão em estudos, juntamente com a Secretaria de Esporte e Lazer.

A acessibilidade ao distrito é um problema de mais de meio século. Ou seja, desde a inundação do lago de Furnas, o que no momento procurou-se fazer foi manter recursos constantemente para a manutenção das estradas, disponibilizando caminhões e máquinas para este fim.

Outras necessidades, que hoje já são de grande importância para o distrito para a comunidade, são as instalações de posto de combustível e um posto bancário. No entanto, considero que isto deveria partir da iniciativa privada. Neste caso, o que se pode fazer é oferecer incentivos a algum investidor interessado.

Embora a empresa Furnas disponibilize balsa para a travessia na estrada tradicional. Esse processo gera um atraso nas viagens, provocando o descontentamento dos usuários. Estas viagens hoje podem ser feitas dos seguintes modos: via BR-491, passando pelo município de Alterosa, com um percurso de 75 km, ou via balsa, com um percurso de 37 km.

Estas dificuldades, em relação ao atraso via balsa, estão descritas na Tabela 2, no qual foram registradas as viagens durante a realização desta pesquisa.

Tabela 2 - Registro do tempo de espera para travessia na balsa das viagens feita durante a pesquisas

Viagem	Dia da semana	Dia do mês	Tempo de espera na ida (minutos)	Tempo de espera na volta (minutos)	Total do tempo de espera (minutos)	Média
1	sábado	17/ago	17	24	41	20,5
2	sábado	31/ago	10	22	32	16
3	domingo	15/set	32	23	55	27,5
4	sábado	19/out	07	17	24	12
5	sábado	16/nov	26	03	29	14,5
6	domingo	24/nov	03	05	08	4
7	quarta-feira	11/dez	47	03	50	25
8	domingo	15/dez	23	00	23	11,5
Total			165	94	262	16,3

Fonte: o autor.

Nota: Trabalho de campo, agosto a dezembro de 2013.

Embora seja o percurso mais viável, causa transtornos gerando atrasos aos usuários aumentando o tempo das viagens em até 50%. Com isso, segundo D. P., a gestão municipal ainda não dispõe de recursos para amenizar este problema.

Como vemos, há preocupação da prefeitura com relação à população do Distrito. No entanto, vários problemas que poderiam ser resolvidos no local, a migração das pessoas para a sede, muitas vezes, é mais viável economicamente, mais rápido e mais eficaz no atendimento. Por exemplo, na área de saúde ou até mesmo na educação, quando se estuda em uma faculdade.

Na visão da representante/coordenadora dos serviços públicos no Barranco Alto e representante comunitária do distrito, há sim uma atenção maior das políticas públicas em relação às décadas passadas, todavia há demandas que dependem das manifestações protocoladas da comunidade para que sejam atendidas pelos órgãos públicos. Para isso, é necessário que haja uma participação mais expressiva da população. Como exemplo, a participação da comunidade nas leituras e projetos do Plano Diretor Participativo de Alfenas, citando as carências da comunidade.

Uma das principais carências da comunidade, segundo ela, depende de uma visão mais ampla envolvendo o estrutural e o social, e está relacionada à assistência de creche, pois as mães que trabalham fora – a maioria na lavoura – têm que trabalhar em sistema de rodízio. Enquanto uma trabalha, a outra presta assistência a seus filhos e vice-versa.

Outra demanda é a questão de apoio fiscal, já que, segundo ela, a informalidade no trabalho rural, que é a maior fonte de emprego local, é preocupante. Acredita que cerca de 90% dos empregados desta área trabalham na informalidade. Este descompromisso dos empregadores com os trabalhadores leva à falta de direitos em situações como: afastamento prévio, concessão de aposentadoria, entre outros.

Como podemos observar, nesta fase de renascimento do distrito de Barranco Alto, há um envolvimento maior do poder público. E também da própria comunidade local que começa a despertar pessoas com interesse de se envolver nas políticas públicas, buscando formas de melhorias para a população local.

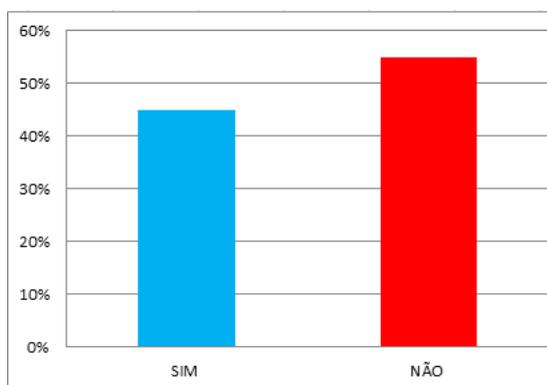
Barranco Alto hoje mantêm-se com a mesma dimensão/perímetro desde 1990, com 15 logradouros. Tem um total de 220 edificações, sendo que 40% destes imóveis pertencem a veranistas. Tem uma população de 487 pessoas (dados fornecidos pelo PSF local, em dezembro de 2013). Possui cinco estabelecimentos comerciais voltados para os gêneros alimentícios e consumos essenciais básicos, que atendem às demandas da comunidade. Além de continuar prestando serviços de correios e cartórios. Não há farmácia e nem atendimento odontológico. Na parte cultural e religiosa, existem quatro igrejas, sendo duas de nomeação evangélica e duas católicas.

Os bens e serviços que população local dispõe são do Programa de Saúde da Família, com atendimento médico quinzenal. Na educação, ensino Fundamental e Médio. Na área de lazer, quadra poliesportiva e campo de futebol. Todos os moradores têm acesso à água tratada e energia elétrica. Todas as ruas possuem pavimentação asfáltica e meio fio. Não possui saneamento básico e a coleta de lixo é feita semanalmente.

É necessário que se conheça a realidade no pós Furnas para compreender em que proporção a inundação atingiu os moradores locais e foi responsável pelas migrações compulsórias. Isto é visível nas Figuras 9 e 10, nos quais representam as pessoas que têm parentes que perderam suas residências e deixaram o local.

De acordo com os dados coletados, 56% dos moradores atuais têm parentes que perderam suas residências e 55% destas deixaram o distrito para viver em outro lugar. Todavia não podemos afirmar que a inundação foi totalmente responsável por isso. Ressaltando que fatores como mecanização da agricultura, demanda de mão de obra nas indústrias e nos serviços dos grandes centros urbanos, também contribuíram para as migrações.

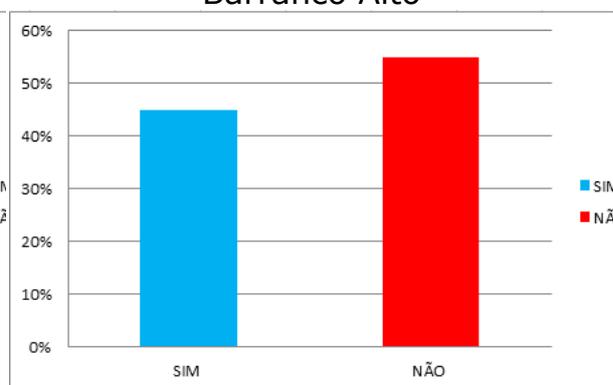
Figura 9 - Moradores que têm pessoas da família que perderam suas casas com a inundação do lago de Furnas



Fonte: o autor.

Nota: Trabalho de campo, dezembro de 2013.

Figura 10 - Moradores que têm pessoas da família que perderam suas casas com a inundação do lago de Furnas e que se mudaram do Barranco Alto



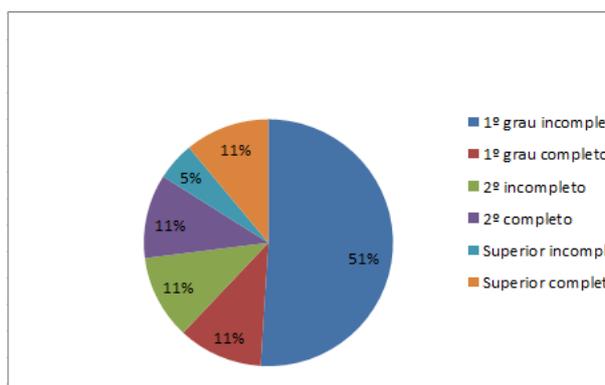
Fonte: o autor.

Nota: Trabalho de campo, dezembro de 2013.

Com relação ao nível de escolaridade dos entrevistados, podemos observar que 50% da população do distrito, não possui 1º grau completo. Podemos notar também que 50% da população têm idade superior a 40 anos. Pessoas com a faixa etária mais elevada não tiveram oportunidade de concluir os estudos no local por não haver disponibilidade. Isto mostra que houve uma mudança expressiva no setor da educação, pois à medida

que diminui a idade dos entrevistados há um aumento no grau de escolaridade. Como exemplo, vemos que 18% dos entrevistados têm idade inferior a trinta anos e a porcentagem que cursa ou concluiu o 2º grau é de 21%. Vale ressaltar que o ensino médio só foi introduzido no distrito mais recentemente. Com a disponibilidade do ensino, a tendência é que a maior parte dos jovens conclua o ensino médio.

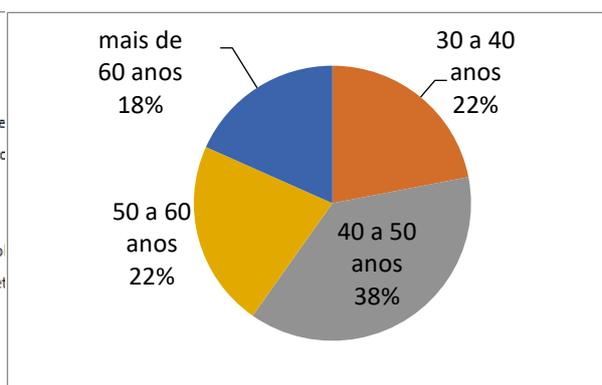
Figura 11 – Nível de instrução dos entrevistados



Fonte: o autor.

Nota: Trabalho de campo, dezembro de 2013.

Figura 12 - Faixa etária dos entrevistados



Fonte: o autor.

Nota: Trabalho de campo, dezembro de 2013.

Para levantar o grau de satisfação da população local em relação aos serviços essenciais, montamos com cinco itens, com a avaliação em que cada entrevistado considera determinado item de péssimo a ótimo, acompanhado de depoimentos.

O item Educação é considerado 100% ótimo pelos entrevistados, que segundo eles, é devido a capacitação dos professores e ao interesse dos alunos.

Sobre o atendimento médico, a grande maioria, 59% responderam ótimo, enquanto 41% responderam entre regular e péssimo. Justificando que o atendimento médico quinzenalmente não atende às necessidades.

O item infraestrutura básica, que envolve pavimentação, coleta de lixo, saneamento, iluminação e água tratada, 55% dos entrevistados, responderam bom e ótimo e 45% regular. A justificativa dos que responderam regular, é que a coleta de lixo deveria ser feita por mais de uma vez na semana.

Quanto à atuação da prefeitura no distrito, as opiniões dos entrevistados foram: 36% entre bom e ótimo, 41% regular e 23% entre ruim e péssimo. Esta proporção de rejeição ou aceitação é relacionada com as necessidades particulares. Pessoas que tendem a necessitar dos serviços públicos mais constantemente indicam mais rejeição do que aquelas que precisam periodicamente.

A questão do transporte, como observamos desde o início deste trabalho, que é o gargalo da comunidade, teve as seguintes avaliações: 77% ruim péssimo, 18% regular e apenas 5% consideram entre bom e ótimo. Das justificativas que mais destacaram, foram a pavimentação precária agregada à ocorrência das intempéries.

Tabela 3 - Percepção da população em relação aos serviços políticos e sociais

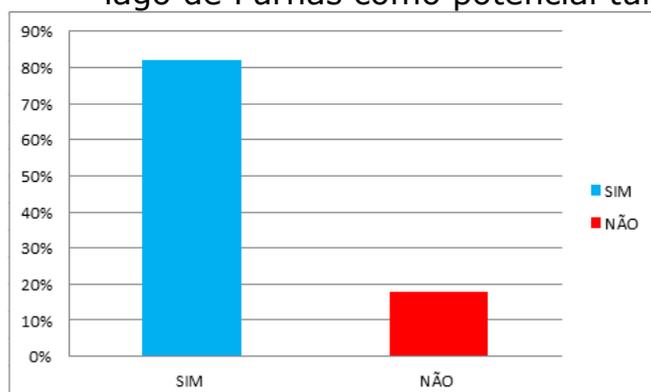
Item	Conceitos (%)		
	Ótimo/Bom	Regular	Ruim/Péssimo
Educação	100%	---	---
Atendimento médico	59%	27%	14%
Infra-estrutura básica	55%	45%	---
Atuação da prefeitura	36%	41%	23%
Acesso a sede do município	5%	18%	77%

Fonte: o autor.

Nota: Trabalho de campo, dezembro de 2013.

Como demonstra a Figura 13, cerca de 82% dos entrevistados veem o lago de Furnas com potencial de desenvolvimento turístico. Sendo que apenas 18% não veem esta potencialidade. Isto coincide com o gráfico 2, que indica entre os entrevistados: 18% têm a faixa etária superior a sessenta anos de idade. Sendo estas as pessoas que viveram de perto os impactos da inundação do lago de Furnas.

Figura 13 - Percepção dos moradores em relação ao lago de Furnas como potencial turístico



Fonte: o autor.

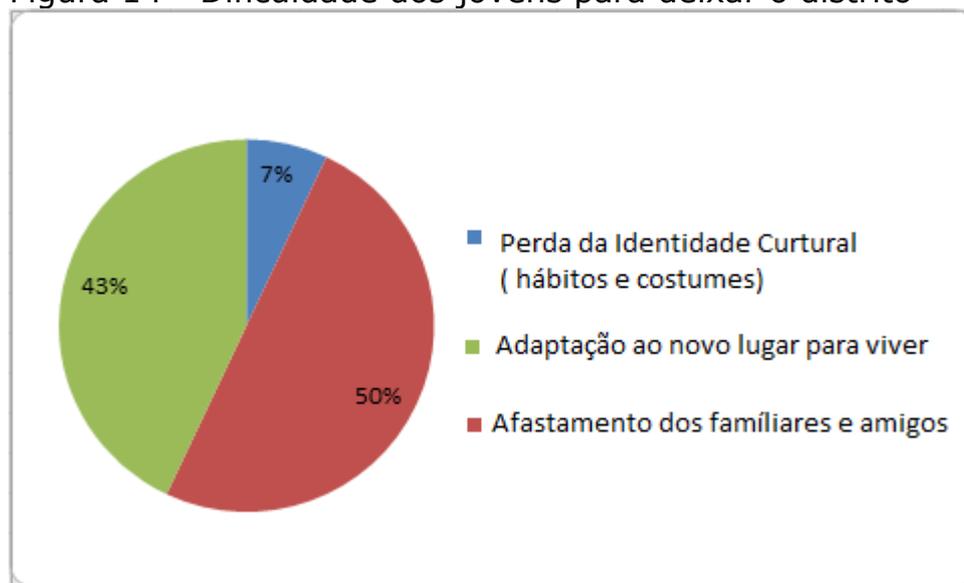
Nota: Trabalho de campo, dezembro de 2013.

Usamos os mesmos critérios anteriores, para coletar dados da percepção dos jovens em relação ao Distrito. Contudo, o objetivo difere um pouco da pesquisa junto ao grupo anterior, isso é, vamos analisar a percepção dos jovens para tentar ver as possibilidades de crescimento e desenvolvimento do Distrito.

A juventude representa apenas 13% da população do distrito (PSF LOCAL). Observamos que 50% destes já trabalharam ou estudaram fora de seus domicílios. Na possibilidade de deixarem o Distrito, levantamos algumas questões que lhes sugerissem dificuldades. Estas estão representadas na Figura 14.

Os Hábitos e costumes, ou seja, a identidade cultural foi em menor proporção a questão que menos representou para os que pretendem deixar o distrito. Apenas 7% dos jovens encontram-se nesta situação, isto comprova citações anteriores do enfraquecimento cultural local. As principais dificuldades encontradas por eles que se contrapõem à possibilidade de deixarem o distrito é em primeiro lugar, com 50% dos entrevistados apontando a dificuldade de se afastarem dos amigos e familiares, e 43% sentem dificuldades de adaptação ao novo espaço.

Figura 14 - Dificuldade dos jovens para deixar o distrito



Fonte: o autor.

Nota: Trabalho de campo, dezembro de 2013.

As demandas dos jovens na maioria das vezes são diferenciadas das demais faixas etárias, isto advém da própria cultura de que o jovem é mais dinâmico, mais participativo e conseqüentemente mais inovador. Por isso, a sua percepção para a análise que condicionam o futuro de uma comunidade.

A tabela 4 representa itens fundamentais da percepção dos jovens para se chegar a uma análise das perspectivas futuras. Ela mostra que 21% dos jovens residentes no Barranco Alto consideram o Distrito como um lugar ótimo ou bom para se viver, sendo que 36% consideram regular e 43% consideram péssimo ou ruim. Dois itens que se relacionam com o bem estar dos jovens, constatamos que em termos de atividades de lazer apenas 21% consideram bom ou ótimo e 36% regular e 43% ' péssimo ou ruim. Já a educação oferecida pela escola local tem a aprovação de 100% dos entrevistados.

Tabela 4 - Percepção dos jovens sobre o Distrito

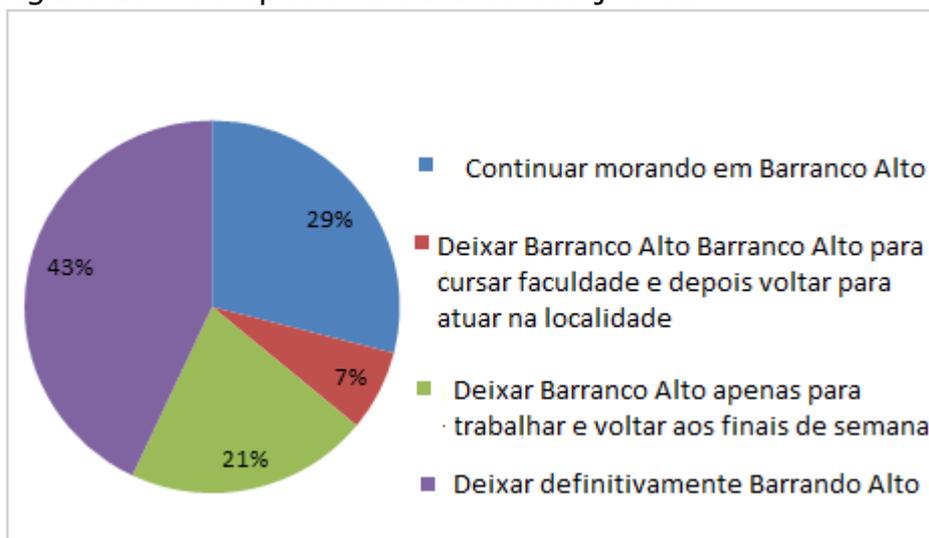
Item	Conceitos (%)		
	Ótimo/Bom	Regular	Ruim/Péssimo
Lugar para viver	21%	36%	43%
Atividades de Lazer	21%	36%	43%
Educação	100%	-----	-----

Fonte: o autor.

Nota: Trabalho de campo, dezembro de 2013.

As perspectivas futuras de uma comunidade dependem da satisfação da população em geral, mas principalmente dos jovens, dependendo de sua permanência ou não naquela comunidade, como podemos observar na Figura 15. Apenas 29% dos jovens pretendem continuar morando no Barranco Alto, enquanto que 43% têm a pretensão de deixar o distrito definitivamente. Outros 21% pretendem sair para trabalhar, voltando aos finais de semanas. E ainda constatou-se que 7% pretendem deixar o distrito apenas para concluir os estudos, voltando a atuar no local. Esses dados nos mostram que mais da metade dos jovens, ou seja, 57%, pretendem ainda permanecer no distrito, isto demonstra que a população jovem ainda mantém um forte vínculo com o local de origem.

Figura 15 - Perspectivas futuras dos jovens



Fonte: o autor.

Nota: Trabalho de campo, dezembro de 2013.

Dos maiores problemas que levam à rejeição dos jovens ao Distrito são: lazer, emprego e possibilidades de desenvolver os estudos no local. Anteriormente, nesta pesquisa já deparamos com as demandas da juventude em relação ao lazer. Em depoimento D. P. nos informou de quadras poliesportivas e campo de futebol, recursos suficientes para os esportes mais tradicionais. Todavia não é isto que os jovens estão relacionando à questão do lazer. Como a representante comunitária A. M. G. já havia mencionado antes, o que é necessário é a promoção de algum evento que incentive os jovens a desenvolverem seus esportes e algumas outras práticas em forma de lazer.

O emprego é sem dúvida um dos principais fatores que levam os jovens a deixarem o Distrito, como já observamos na opinião dos moradores em geral sobre a potencialidade do lago de Furnas como atrativo turístico, os investimentos da população local, voltados para esse fim podem ser um gerador de recursos em forma de emprego e/ou fonte de renda. Dessa forma, admitir de forma relevante que a maior parte da juventude, ou seja, 57% dos entrevistados intencionam permanecer no Distrito. Com isso, podemos acreditar na possibilidade de constantes melhorias e desenvolvimento de Barranco Alto.

## 4 Considerações

Com o resgate histórico do distrito de Barranco Alto foi possível conhecer a realidade que viveu sua população anteriormente, suas manifestações culturais, bem como as fases de progresso do distrito, dos recursos disponíveis em épocas de desenvolvimento, sejam eles naturais ou associados a empreendimentos humanos.

Posteriormente analisando a implantação do lago de Furna, podemos afirmar que foi um dos eventos que mais contribuiu para a estagnação do Distrito. Todavia, temos também que analisar por outros fatores associados a esse, tais como: a mecanização da agricultura e com isto a diminuição da mão de obra local. A industrialização e os serviços nos centros urbanos como atrativos dos fluxos migratórios. Entre outros, ainda podemos destacar a falta de investimentos públicos e/ou privados, além da falta de manifestações populares, que têm como objetivo a aproximação das diretrizes políticas, buscando investimentos para a comunidade. Tudo isso são fatores que diante da nossa pesquisa podemos afirmar que contribuíram para o não desenvolvimento do distrito de Barranco Alto.

Podemos concluir, de acordo com as pesquisas realizadas, que mais recentemente, com a participação das políticas públicas, o cenário do Distrito sofre alterações positivas, o qual denominamos de "renascimento". Fase essa que trabalhamos as percepções da população em que chegamos à conclusão de que embora haja uma parte significativa dela que desaprove a realidade do distrito hoje, a maior porcentagem da população demonstra grau de satisfação positiva, seja em relação às políticas públicas e aos serviços prestados e em relação ao lugar para se viver.

Nas pesquisas direcionadas aos jovens, notamos que a percepção de mais de 50% destes ainda mantêm forte vínculo com o local, pretendendo se manter no distrito, e uma pequena parcela que ainda se propõe a dedicar seus estudos no local.

Dentro destas perspectivas dos jovens e as manifestações de apego à comunidade pelos demais moradores, juntamente com as possibilidades

de investimentos públicos e privados (turismo), que começam a despontar no Distrito, podemos afirmar que Barranco Alto tende a alcançar nova fase, de renascimento e desenvolvimento.

## Referências

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão nº 702**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, 31p.

BENINCÁ, D. **Energia e cidadania aluta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRITO, F.; HORTA, C. J. Minas gerais: crescimento demográfico, migrações e distribuição espacial da população. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 10, 2002, Diamantina. **Anais [...]** Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2002, p. 1-19. Disponível em: <http://web.face.ufmg.br/cedeplar/site/diamantina2002/textos/D56.PDF>, acesso em: 10 fev. 2014.

FERREIRA, M. M. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 314-332. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi5a13.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2014.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HISTÓRIA DE ALFENAS, s/d. Disponível em: epidemiologia. Alfenas.mg.gov.br/download/historia\_Alfenas, acesso em: 05 fev. 2014.

IBGE. **Sensos demográficos: Resultados do universo. Características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LEMONS JÚNIOR, C. B. **A implantação da usina hidrelétrica de Furnas (MG) e suas repercussões**: estudo sobre a Territorialização de Políticas Públicas. 2010. 129f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociência, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS. **Plano Diretor Participativo de Alfenas (MG)**. Leitura Técnica. Alfenas: Secretaria de Planejamento e Coordenação, 2006a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS. **Cobertura aerofotogramétrica na escala aproximada de 1:6.000**. Alfenas, 2006b.

PINA, J. H. A.; LIMA, O. A.; SILVA, V. P. Município e distrito: um estudo teórico. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia: Ed. UFU, v,3, n. 6, ago. 2008, p.125-142.

TAVARES, L. A. As fronteiras do espaço rural: uma concepção normativo-demográfica. **RA'EGA**. Curitiba: Ed. UFPR, n.7, 2003, p.33-46. Disponível em:  
<http://calvados.c3sl.ufpr.br/raega/include/getdoc.php?id=38&article=17&mode=pdf>. Acesso em 06 fev. 2013

VALE, A. R. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)**. 2005. 214f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2005.

VIEIRA, I. M. **Mandassaia**. Alfenas, MG: Gráfica Atenas, 2002.

VIANA, R. M. **Grandes barragens, impactos e reparações: um estudo de caso sobre a Barragem de Itá**. 2003. 191f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

## **Capítulo 2**

### **Alfenas e a formação do bairro Pinheirinho: segregação socioespacial, especulação imobiliária e direito à cidade<sup>6</sup>**

Igor Rafael de Paula

#### **1 Introdução**

A geografia se dedicou durante muito tempo a estudar a distribuição e a organização dos povos e elementos na superfície terrestre e, para isso a cartografia sempre foi instrumento de relevante peso para realização de tal tarefa. Entretanto, as críticas à falta de objetividade e cientificidade à geografia tradicional, superada pelo rigor metodológico da geografia teórica, esbarrou, décadas mais tarde, na dificuldade do geógrafo em descrever os processos espaciais no tempo. Essa fase da Geografia passou pelas grandes contribuições críticas da vertente marxista, colocando sobre o debate científico os pontos que caracterizavam a eliminação da historicidade como fator que limitava a leitura geográfica, uma vez que espaço e tempo são dados reais indissociáveis à condição humana, não sendo uma razão lógica eliminar um em detrimento de outro (MORAES, 1990; MOREIRA, 2013; SANTOS, 2013).

Como efeito das críticas marxistas, no entanto, a cartografia seguiu em parte mais incorporada pela vertente quantitativa, como herança da geografia ibgeana, lideradas por S. Faissol, Fany Davidovich, Pedro Geiger e outros (ALMEIDA, 2000; LAMEGO, 2011), que herdou também os avanços científicos das escolas anglo-saxônicas

---

<sup>6</sup> Este capítulo compreende o capítulo 1 do Trabalho de Conclusão de Curso "Trabalhando a Educação Geográfica para o Direito à Cidade na Escola – Para que tem Servido a Nossa Geografia?", apresentado em 2017, sob orientação da Profa. Dra. Sandra de Castro de Azevedo.

e as novidades metodológicas e em cartografia, sensoriamento remoto a partir das décadas de 1950 e 1960 em diante.

A proposta de entender a cidade antes dos bairros surge da necessidade de articular as escalas em um mesmo contexto socioespacial, porque, se consideramos o espaço urbano produzido separado, haverá uma lacuna que impedirá o sucesso de um entendimento sobre o objeto em questão. Partir-se-á, portanto, da premissa de que apenas poderemos entender o espaço se primeiro incorporarmos substantivamente a realidade espacial da cidade e dos bairros, numa leitura dos processos e trajetórias históricas que carregam os sujeitos em suas práxis socioespaciais.

Neste sentido, o presente estudo (a parte apresentada aqui), mais histórico, visa rever o desenvolvimento socioespacial de Alfenas-MG até chegar às bases que formaram os bairros, aludindo para os processos de segregação socioespacial e o direito à cidade.

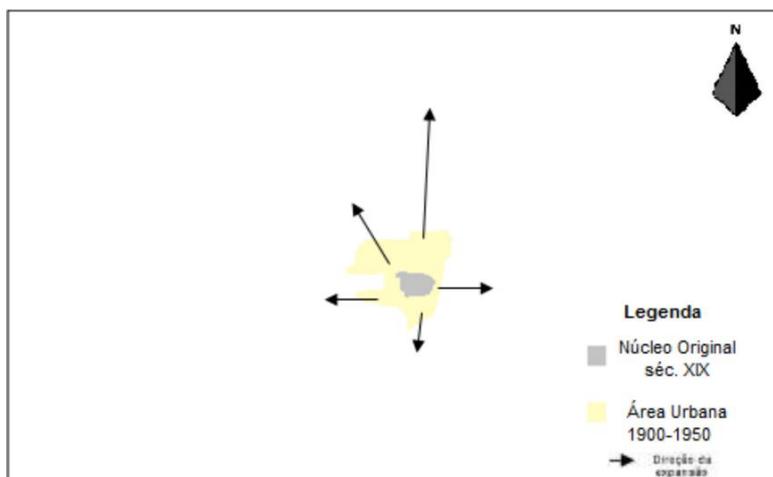
## **2 Os anos 1970: Uma nova dinâmica urbana em Alfenas-MG**

O crescimento de Alfenas-MG se deu a partir de seu núcleo fundante no século XIX em um direcionamento da expansão em 360°, seguindo o modelo típico de morfologia urbana de cidades interioranas (VILLAÇA, 2008). Esse padrão de distribuição espacial ainda está conservado no atual modelo de expansão, pois ele é determinado pelas condições físicas encontradas no município de Alfenas-MG, apresentando-se neste sentido, como barreira expansiva, rios e córregos. Dada essa situação, somada às limitações técnicas da época, as primeiras ocupações tiveram de se instalar nas áreas menos declivosas por oferecer maior facilidade para assentamentos humanos. A cidade lentamente cresceu até a década de 1970 (Figura 1) a partir de um núcleo central, a Vila Formosa<sup>7</sup> (ALFENAS, 2006; IBGE, 2017).

---

<sup>7</sup> Mesmo nome que a cidade obtinha ainda no século XIX, nos tempos de sua fundação, Vila Formosa de Alfenas.

Figura 1 - Direções da expansão urbana de Alfenas-MG, séc. XIX – 1950



Fonte: Prefeitura Municipal de Alfenas, 2006.

Elaboração: Igor R. de Paula.

No caso de Alfenas-MG, a partir da década de 1960, com a instalação do reservatório da UHE de FURNAS, houve grande contribuição para a rápida aglomeração na cidade, que representava, já naquele período, mais de dois terços da população total:

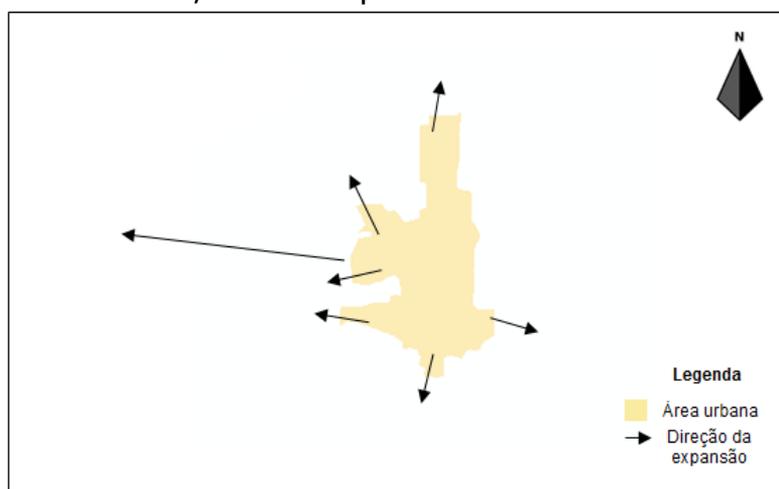
A população urbana superou a rural em 1960, em função, entre outros fatores, da instalação do reservatório de Furnas para geração de energia elétrica, que deslocou populações ribeirinhas para as cidades da região, a exemplo de Alfenas. A partir desse período o crescimento da população urbana é contínuo enquanto a população rural diminui em termos absolutos. Além dos processos de expulsão do campo, a cidade também atraiu, como na década de 1980, a instalação de cursos de ensino superior provoca uma crescente entrada de estudantes que chegam a compor dez por cento da população total do município, assim como parte dos migrantes sazonais ligados à colheita do café acaba fixando-se na cidade. É a partir desse período que o crescimento periférico intensifica com a instalação de loteamentos com precária infraestrutura (BRANQUINHO, 2011, p. 3-4).

Após a década de 1970, a cidade de Alfenas-MG passou por profundos processos de reestruturação e de expansão de seu espaço urbano por influência do contexto de intensa urbanização ocorrida na segunda metade do século XX no Brasil. Dentro do cenário global (capitalismo-financeiro) e nacional (capitalismo-industrial-comercial), Alfenas-MG, assim como a maioria das cidades do Sudeste do Brasil,

incorpora a maior parte da população municipal nas áreas urbanas a partir da década de 1960 e um crescimento exponencial da década de 1970 em diante, sobretudo no período de 1980 a 2010. Nesse contexto também, a substituição da importância da malha ferroviária pela rodoviária, bem como a nova dinâmica em termos de oferta de serviços colocou Alfenas-MG em outro patamar em termos de centralidade no contexto microrregional no Sul de Minas Gerais.

Nos anos 1970, de acordo com Carvalho e César (2010, p. 21), o “[...] crescimento periférico se destaca na história urbana de Alfenas, caracterizada pelo número de estudantes dos novos cursos superiores” ofertados pelo FETA<sup>8</sup>, que contava com apoio da EFOA<sup>9</sup>. Houve, neste tempo, a implantação de novos loteamentos como o Vista Alegre e o Jardim Aeroporto. No esquema abaixo, podemos observar a mancha urbana de Alfenas-MG na década de 1970 e em quais direções ela iria seguir na década seguinte (Figura 2).

Figura 2 - Direções da expansão urbana de Alfenas - MG, de 1970 para 1980



Fonte: IBGE, 1970.

Elaboração: Igor R. de Paula.

Até a década de 1970, a cidade limitava-se a uma mancha única, aparentemente sem vazios urbanos, compreendendo em sua

<sup>8</sup> Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas.

<sup>9</sup> Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas-MG, atual Universidade Federal de Alfenas-MG.

área, grande parte do que hoje é o centro da cidade, a Vila Formosa, a Vila Godoy, o Bosque dos Ypês, a Vila Borges, a Vila Betânia e o Parque das Nações, continuando sua expansão multidirecional, progredindo circularmente ao raio do núcleo primeiro da mancha urbana alfenense, que era a Vila Formosa, seguindo o delineamento ao longo do colinoso relevo de Alfenas-MG. Essa mancha sem vazios urbanos apresentava continuidade aglutinando a nova população que chegara do campo à cidade. O que se vê nesse período é o início da tendência da cidade em expandir-se à Oeste. Até a década de 1970, a cidade crescia latitudinalmente, influenciada por seu principal eixo de circulação, a Av. Governador Valadares, conectando-se às rodovias BR-369 (ao Norte) e BR-491 (ao Sul).

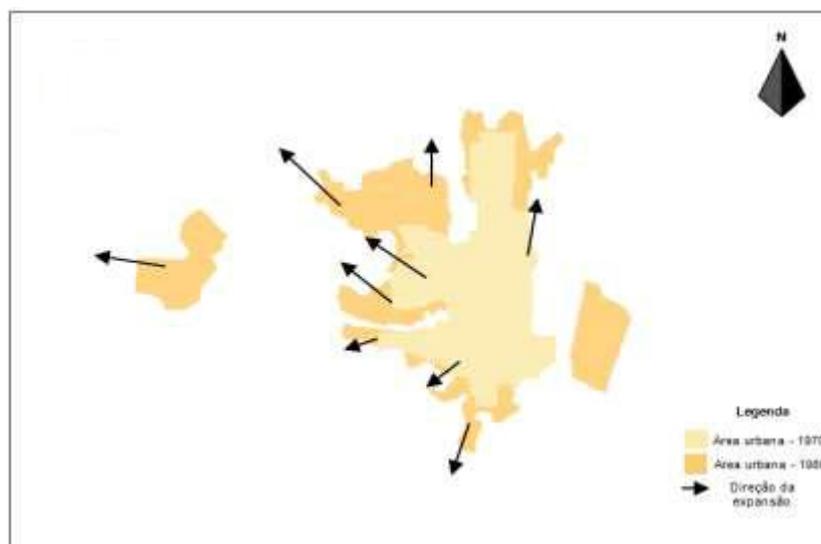
### **3 Os anos 1980: A especulação a Oeste**

Nessa década inicia-se o processo propriamente dito que origina este trabalho. Ademais, a cidade espalhou-se em uma mancha bem contínua, a partir dos principais eixos de circulação: um latitudinal, num vetor Norte-Sul (a Av. Governador Valadares e a Av. Presidente Artur Bernardes), e outro que seguiria como tendência de continuidade a Noroeste (Av. Henrique Munhoz), estabelecendo novos bairros à Noroeste, como o Jardim América, Jardim América I, Jardim Nova América e o Morada do Sol.

A complexidade da cidade estendeu-se, ao passo que, nessa transição da década de 1980 para a década de 1990, assentou-se as bases para a formação do Pinheirinho e do Jardim Aeroporto, bairro também afastado do centro da cidade, localizado à Leste da mancha urbana (Figura 3). A intensificação dos processos econômicos no período impactou na cidade, fazendo com que se expandisse, alcançando ainda mais seu ordenamento de direcionamento principalmente a Oeste, Noroeste e Norte, enquanto que o Leste ficou reservado para um ordenamento expansivo mais lento e

autosselecionado, justamente o loteamento do Jardim Aeroporto (CARVALHO; CÉSAR, 2010).

Figura 3 - Direções da expansão urbana de Alfenas-MG, de 1980 para 1990



Fonte: IBGE, 1970, LANDSAT-5, 1983.

Elaboração: Igor R. de Paula.

Justamente nesse momento que este estudo enfoca. Na leitura do contexto espacial da cidade nessa década. Inicialmente, com a ocupação de poucas casas, às margens do Córrego do Chafariz, depois, com o loteamento do Conjunto Habitacional (COHAB) Doutor Francelino Pereira dos Santos, em 1983, é que começou a desenvolver-se o bairro Pinheirinho, numa mancha a Oeste, isolada numa distância de aproximadamente 4 (quatro) quilômetros do centro da cidade, caracterizando como o primeiro espaço a figurar um vazio urbano. Ao mesmo tempo, algumas pessoas instalaram-se numa faixa de 300 metros adiante desse bairro, ocupando terrenos de forma irregular, como resposta à falta de condições de habitação, de sobrevivência. Surgia então o embrião do Santa Clara, chamado pelos fundadores vulgarmente pelo nome de "Corredor do Pinheirinho".

A transição entre as décadas de 1980 e 1990 mostra um novo desenho da estrutura intraurbana de Alfenas-MG e também uma nova tendência que se seguirá até a conformação urbana nas décadas seguintes. A isto deve-se principalmente o fato de que a principal via

de acesso a Oeste era uma estrada de terra, cercada por cafezais, bambuzais e alguns eucaliptos, conectando o centro da cidade e as vias arteriais ligadas às BRs 369 e 491 às propriedades rurais do município. A cidade nesse tempo foi aos poucos respondendo ao principal eixo de circulação intraurbano que servia como conexão às propriedades rurais locais, em forte expansão Oeste-Noroeste.

#### 4 Os anos 1990: A grande marcha para Oeste-Noroeste

É na década de 1990 que a antiga estrada de terra recebe pavimentação e torna-se a Av. Jovino Fernandes Salles (FIGUEIREDO; BERNARDES, 2010). O asfaltamento do principal eixo de circulação a Oeste traz consigo, concomitantemente, o interesse de empreendimentos sedentos pela nova oferta de infraestrutura a Oeste da cidade. Para parte da população, o futuro em Alfenas-MG passou a ser a Oeste, explicando o novo comportamento espacial da mancha urbana nos anos doravante, tendendo a direcionar-se ao redor desse novo eixo de circulação importante da mobilidade urbana alfenense (Figura 4).

Figura 4 - Direções da expansão urbana de Alfenas-MG, de 1990 para 2000



Fonte: IBGE, 1970, LANDSAT-5, 1983, 1993.

Elaboração: Igor R. de Paula.

A cidade consolidou-se numa expansão Oeste-Noroeste-Norte, num ângulo de 45º, com filas de loteamentos urbanos espaçados por vales, distribuindo-se pelos interflúvios e pelas vertentes das colinas, fazendo dos córregos do Chafariz e do Pântano, a Oeste e Noroeste, respectivamente, alguns dos fatores limitantes que condicionaram essa nova morfologia urbana de Alfenas-MG. Na porção Leste, o Jardim Aeroporto expandiu sua extensão territorial, sendo também um bairro separado da mancha urbana contínua pelo córrego da Pedra Branca, cortando a cidade em Sul-Norte. É nesse período que a cidade ganha um vetor para a origem do Distrito Industrial, na ponta Noroeste, e direciona sua expansão mais ainda no eixo Sul-Norte, Noroeste e, principalmente, Oeste. Tudo isto foi fruto da diversificação da atividade econômica de Alfenas, atraindo população para atender a oferta de mão de obra, aumentando cada vez mais o nível de complexidade urbana. O Oeste foi recebendo mais loteamentos, substituindo as paisagens de café, pastagens e eucalipto, por uma modificação que começava a apresentar casas e barracões em construção, começando a se instalar, paulatinamente, comércios e indústrias.

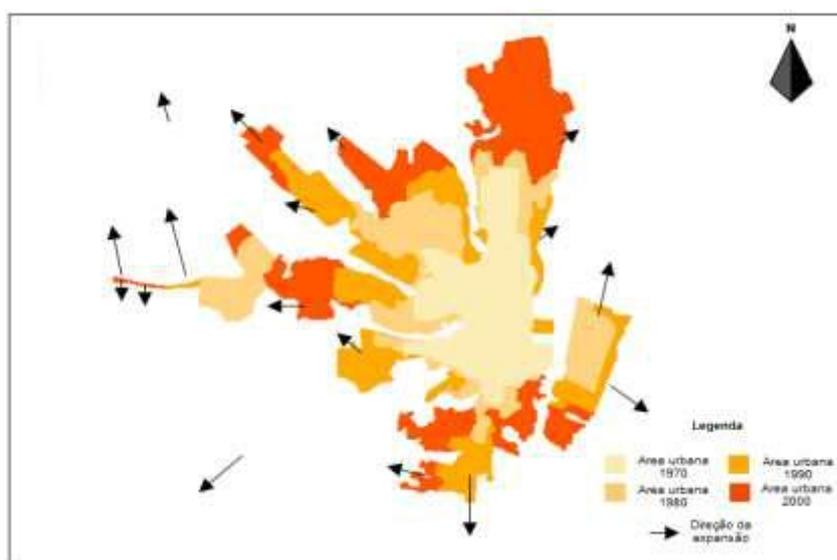
## **5 Os anos 2000: A consolidação do Oeste**

É na década de 2000 que de fato a cidade de Alfenas-MG consolida sua expansão a Oeste. A mancha urbana que podemos ver se expandindo a Oeste, aumenta ainda mais para esse direcionamento a partir da concretização de bairros como o Jardim Boa Esperança, Jardim Alvorada, o crescimento da malha urbana no Recreio Vale do Sol e Santa Clara, bem como se avançou também ao Norte com os bairros Vista Grande, Jardim Eunice, Vila Promessa, por exemplo, e ao Sul, com o Jardim Panorama, Jardim Santa Maria, Jardim Santa Inês e a continuidade do Jardim Aeroporto, a sul do mesmo bairro. A Noroeste nota-se também a evolução do Distrito Industrial, tendendo a expandir rumo a continuidade da estrada de acesso ao Pinheirinho (apêndice da

BR-491) (Figura 8), no sentido de aperfeiçoar a logística, e os bairros Jardim América, Residencial Oliveira, compondo esse movimento de expansão de Alfenas-MG num processo de tentativa de ocupação dos vazios urbanos, deixados na morfologia urbana desde a década de 1980.

O objetivo dos mapas é corroborar a ideia de que, após a implantação dos loteamentos que formaram o Pinheirinho, em 1980, a cidade foi se expandindo em grande parte para Oeste, justamente em direção ao bairro. Como se pode observar nos mapas também, a maior parte das setas aparece justamente na porção Oeste, marcando o desenvolvimento dessa porção na próxima década (Figura 5).

Figura 5 - Direções da expansão urbana de Alfenas-MG, de 2000 para 2010



Fonte: IBGE, 1970; LANDSAT-5, 1983, 1993; LANDSAT-7, 2003.  
Elaboração: Igor R. de Paula.

De 2000 para 2010 a cidade tenderia portanto, como indicam as setas, a direcionar-se bastante a Oeste, demonstrando ser a porção Oeste e Noroeste os novos eixos de expansão. Houve também intenso segmento de expansão ao Sul, na direção do novo terminal rodoviário intermunicipal/interestadual. Nota-se também crescimento das áreas arredores ao bairro Jardim Aeroporto, como expansão de áreas de classes mais altas e também ligeiro direcionamento a Nordeste,

expandindo a mancha urbana em direção as partes mais baixas próximas ao Córrego da Pedra Branca.

## **6 Os anos 2010: Novas perspectivas e novos eixos de expansão**

Até o ano de 2016, a cidade de Alfenas-MG tem demonstrado intensificação nos processos de expansão da mancha urbana, sobretudo na porção Oeste da cidade. Com a tendência da chegada da infraestrutura urbana, a conexão da mancha antes isolada com a cidade ocorreu através dos bairros Jardim Boa Esperança, Jardim Alvorada e Recreio Vale do Sol, ao Norte da Av. Jovino Fernandes Salles e com os bairros Novo Horizonte e Residencial Vale Verde (Figura 6).

Figura 6 – Vista aérea do loteamento Residencial Vale Verde, logo acima, o bairro do Pinheirinho; à direita da av. Jovino Fernandes Salles, o Recreio Vale do Sol



Fonte: Rogério S. Bernardes e Evânio S. Branquinho, ago. 2013.

A instalação da Unidade Educacional II da Universidade Federal de Alfenas, em 2012, atraiu e vem atraindo vetores da especulação imobiliária mais ainda para o Oeste, com pelo menos quatro

loteamentos recentemente distribuídos num raio de um quilômetro da Universidade, substituindo as plantações de café (Figura 7), repetindo o que houvera ocorrido na porção mais ao Sul da cidade, com a instalação do campus da Universidade José do Rosário Vellano, a Unifenas, em 2006, atraindo serviços e o interesse capitalista para aquele local (BRANQUINHO, 2011).

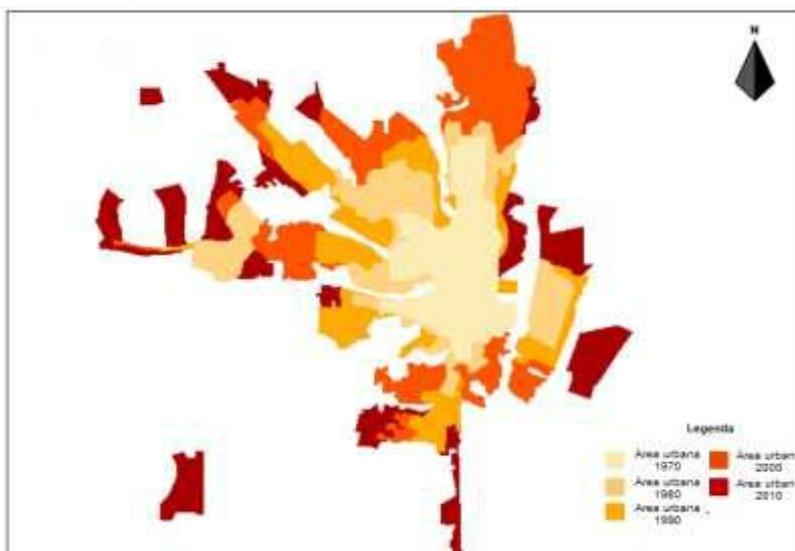
Figura 7 – Trevo no Pinheirinho, à direita; muros do Campus II da Unifal, à esquerda; e ao centro, novo loteamento Alto da Boa Vista



Fonte: Rogério S. Bernardes e Evânio S. Branquinho, jul. 2015.

Logo abaixo, é possível verificar a totalidade da evolução urbana de Alfenas-MG, como produto da consolidação dos esquemas anteriormente trazidos a discussão. A cidade praticamente espalhou-se pelos interflúvios e teve sua morfologia latitudinalmente e longitudinalmente condicionada pelos eixos de circulação, com a Av. Governador Valadares e a Av. Jovino F. Salles (Figura 8).

Figura 8 - Esquema da direção da expansão urbana de Alfenas - MG, até 2016



Fonte: IBGE, 1970; LANDSAT-5, 1983, 1993;  
LANDSAT-7, 2003; LANDSAT-8, 2016.  
Elaboração: Igor R. de Paula.

Neste novo contexto, após o ano de 2010, com a instalação da Unidade Educacional II entre os bairros Pinheirinho e Santa Clara, a Oeste da cidade de Alfenas-MG, um novo e incerto cenário vem sendo construído. O *boom* de loteamentos nos últimos quatro anos cercando a Universidade provocou rápida e profunda alteração na paisagem dos bairros mais próximos, o que pode servir como interessante estudo a ser explorado. Ademais, é importante reforçar que esse boom de loteamentos não se limita apenas a essa região da cidade, mas tem se espalhado por todas as partes dela. Entretanto, nessa porção Oeste, já no limite entre a cidade e a área rural, os cafezais começaram a dar espaço a tratores e a terra ao asfalto dos novos loteamentos (Figura 9).

Figura 9 – À esquerda, Bairro Santa Clara em expansão na área periurbana; à direita, plantações de café; acima, à direita, o novo loteamento Residencial Crystal



Fonte: Rogério S. Bernardes e Evânio S. Branquinho, nov. 2017.

Essa missão será mais bem cumprida com os futuros trabalhos a serem desenvolvidos, enfocando mais precisamente à Geografia Urbana, podendo dar suporte a novos apontamentos mais fundados acerca da criação de novos subcentros, eixos de expansão e desenvolvimento da forma urbana, bem como a intensificação dos conflitos, as novas formas de resistência, organização e enfrentamento na condição urbana da população pobre alfenense.

## **7 Segregação socioespacial e especulação imobiliária**

A forma urbana, mentalmente e socialmente presente às vidas na cidade compõe a sociedade que, dividida espacialmente, reproduz ideologias em constante conflito. Os movimentos no espaço urbano, os sítios nos quais ocorrem as mudanças numa dada temporalidade,

refletem no concreto as consciências que se quer produzir. Por isso, essa análise resumida dos movimentos da cidade de Alfenas-MG, nesses quase cinquenta anos, foi importante no trabalho, no sentido de vermos o que a cidade hoje reflete, através dos processos recapitulados desde o passado. A dispersão das manchas, as separações das classes na cidade correspondem às pressões das camadas dirigentes como fruto da divisão do trabalho e da seleção do espaço, como assinala Lefebvre (1991), sobre a forma urbana, ao dizer que:

Também é evidente que nessas mesmas condições a dispersão aumenta: divisão do trabalho levada até suas últimas consequências, segregação dos grupos sociais, separações materiais e espirituais. Essas dispersões só podem ser concebidas e apreciadas *através da referência* à forma da simultaneidade. Sem essa forma, a dispersão e a separação são pura e simplesmente percebidas, aceitas, interinadas como sendo fatos. Deste modo, a forma permite designar o conteúdo, ou antes, os conteúdos. Na sua emergência, o movimento dialético (conflitante) do conteúdo e da forma urbana: a problemática. A forma na qual esta problemática se inscreve levanta certas questões que fazem parte dela. Diante de quem e para quem é que se estabelece a simultaneidade, a reunião dos conteúdos da vida urbana? (LEFEBVRE, 1991, p. 91).

As regras do jogo capitalista, a divisão sócio espacial do trabalho e a divisão das vidas dá forma à cidade e ao conteúdo “urbano”, não sendo, portanto, condições separáveis diante desse processo.

Nesse sentido, a prática social é especializada e a ação envolve espaço e tempo, realizando-se em várias escalas indissociáveis a partir do plano do lugar. Na cidade, revela-se como justaposição entre uma morfologia social (promovida pela diferenciação das classes na sociedade) e pela morfologia espacial (produzida pelas diferenças nas formas e modos de acesso aos espaços da vida, através do uso). O desenvolvimento histórico da propriedade no seio do processo de reprodução aponta a reprodução do valor de troca – e o que dela se diferencia, o que ela subordina e como orienta o uso como possibilidade de apropriação realizando-se como diferença (CARLOS, 2007, p.49).

Essa produção social do espaço diferenciado se efetiva pela história dos grupos humanos e as condições ambientais (não num sentido necessariamente determinista). A reprodução social da cidade

sob a égide do valor de troca em substituição ao valor de uso recria diferentes contextos de origem espacial. Os lugares na cidade vão sendo formados de acordo com as classes as quais eles correspondem. Daí surge a lógica da segregação, contida no seio da especulação imobiliária, que é essa razão máxima da força do valor de troca. Neste processo surgem duas faces: a da segregação imposta e a autosegregação:

A segregação residencial pode ser considerada, de um lado, como autosegregação e, de outro, como segregação imposta e segregação induzida. Em comum está uma política de classe que gera estes tipos de segregação (CARLOS, 2013, p.43).

Quando se discute esses temas dentro de uma política de classes, pode-se pensar que a política é realizada por e para classes. Essa natureza política, não entrando a fundo numa discussão da prática histórica da política nas sociedades humanas, requer levar em conta a própria heterogeneidade de interesses, e o peso diferenciado que cada agente ou grupo social tem no processo decisório, bem como uma distribuição diferenciada no espaço urbano, na caracterização das linguagens várias manifestas pelas paisagens e nas formas de se organizar os grupos para o enfrentamento das lutas. Pensar a estratificação social junto à segregação é indispensável e facilita o entendimento quando:

A autosegregação visa reforçar diferenciais de existência e de condições de reprodução desses grupos por intermédio da escolha das melhores localizações no espaço urbano, tornando-as exclusivas em razão dos elevados preços da terra urbana e de suas amplas e confortáveis habitações (CARLOS, 2013, p.43).

A *segregação imposta*, essa outra face da periferização no espaço urbano, está de uma forma ou de outra relacionada à *autosegregação*. Se observarmos que, especialmente, as duas segregações surgem simultaneamente em Alfenas-MG, num corte longitudinal de quatro a cinco quilômetros de distância, num movimento de divergência (para Oeste os pobres e para Leste os ricos),

no qual a fissura dessa separação tenha origem no centro da cidade. Dentro disto, podemos imaginar que esse processo tem intencionalidades semelhantes, quando não, iguais, pois a segregação residencial das classes mais pobres:

[...]resulta também de uma política de classe, gerada por aqueles que detêm o poder, controlando diferentes meios de produção. [...] Após sua realização no espaço urbano torna-se muito difícil reverter os padrões espaciais das áreas segregadas: a expulsão à força é um dos meios bastante conhecidos, realizando-se uma "limpeza social" (CARLOS, 2013, p. 44).

Alguns setores da cidade vão, neste prisma, conformando espaços privilegiados para as classes que querem se afastar da área central por opção, em busca de privacidade e conforto. São diferentes as paisagens urbanas dessa periferia. Contrapõe a paisagem do centro urbano e da periferia pobre. Essa outra periferia partilha de arquitetura moderna, de casas mais bem-acabadas, modernas e arrojadas, estilizadas a gosto do proprietário que pode transferir à imagem da casa uma síntese de sua posição social. As telhas não são de fibrocimento ou de amianto, e o terreno é bem mais espaçoso. Algumas casas possuem aparência fechada, enclausurada, de vidas interiores e profundamente privadas, como se o que está lá dentro não pudesse ser visto ou cobijado, embora o *design* da casa aponte ao subconsciente do observador certo poder. As cercas elétricas reforçam a evidência do receio, a sensação do protegido, afastando-se do mundo da cidade, numa reclusão total, contrastando com a paisagem da periferia pobre, denunciando a violência que retorna ao *glamour* do privado graças a sua existência.

As casas nessa periferia pobre não têm cerca elétrica. Falta acabamento, reboco, o muro com rachaduras ou buracos, estruturas instáveis, gambiarras com placas de madeira ou PVC para completar o portão quebrado ou enferrujado, inexistência de garagens ou espaços muito apertados para estacionar o carro (que não é o "carro do ano", a não ser se estivermos falando da década de 1980 e 1990). As janelas grandes e abertas convidam os olhares para o que dentro daquelas

casas existe; as vidas aqui são então muito mais observáveis e observadas que na periferia rica, exprimindo outras relações humanas. São relações mais comuns e coletivas, embora haja uma fragmentação. Crianças descalças correndo sobre o asfalto coberto por terra trazida pelo vento, em decorrência das novas ruas que vão se abrindo, suprimindo os cafezais, segurando um pedaço de pau para brincar de taco/bete, no meio de uma estreita rua onde ainda eventualmente passam carroças, charretes e cavalos. É o (peri)urbano abocanhando o rural, é o rurano aliado a espaços doentes, adoecidos talvez pela consciência urbano-capitalista que parte da elite reproduz na cidade (LEFEBVRE, 1991).

A existência da propriedade privada da riqueza cria situações inumanas de existência na metrópole (na cidade), como bem o provam a realidade dos cortiços na área central, das favelas, das ocupações nas franjas sempre afastadas da mancha urbana apontando os traços mais visíveis desta condição inumana. Mas o inumano não se reduz à simples presença e ao domínio do econômico; revela-se numa dimensão mais ampla, que envolve um conjunto de mediações que vão da educação aos meios de comunicação midiáticos até o modo como a democracia representativa se desenvolve, eliminando a participação e apontando o homem privado de direitos (CARLOS, 2013, p. 107).

Essa diferenciação da paisagem em rápida e constante modificação é a prova da heterogeneidade do espaço urbano e também de suas profundas contradições que permanecem e vão sendo reestruturadas no espaço pelo acúmulo de tempo. As desigualdades estão contidas no espaço urbano e elas tentam definir os limites dos direitos que as classes terão acesso. Esse conteúdo inumano o qual Carlos (2013) traz se apresenta na imposição de dificuldades que as classes mais pobres têm. Tolhidas de uma melhor educação, sujeitas à opinião tendenciosa do rádio, da TV, da internet, e exploradas pela força de trabalho, diminuindo o tempo de lazer e de formação/participação política, essas populações se veem deparadas a esses obstáculos. Do contrário, as camadas mais ricas da sociedade conseguem comprar<sup>10</sup> uma educação de alto nível, controlar o discurso

---

<sup>10</sup> Justamente no sentido da educação como mercadoria.

da imprensa e angariar riqueza a partir do trabalho dos pobres, sobrando tempo e dinheiro para trocar por lazer, participar e formar-se politicamente:

Deste modo, a re-produção do espaço urbano do espaço repõe constantemente a questão da propriedade privada da riqueza sob a forma da terra ou do solo urbano e de sua realização como contradição valor de uso/valor de troca. Um processo que não ocorre sem violência (CARLOS, 2013, p.43).

E essa violência processual entre as classes se derrama sobre a malha urbana, interpelando as próprias vidas dos sujeitos que a constitui. O capitalismo vomita no seu incompleto produto urbano as contradições que, numa situação de retroalimentação constante. Ele se alimenta das desigualdades, para produzir as riquezas espacialmente limitadas em núcleos esparsos na cidade. Depois, lança fora novamente o resto das contradições de volta para a cidade, alimentando-se das desigualdades, reiniciando o processo mais uma vez.

[...] O espaço enquanto condição, meio e produto revela o movimento da produção/reprodução de toda a sociedade, uma tríade que apreende um movimento contraditório em que nenhum nível ou escala da produção espacial é excluído, ao contrário, realiza-se como justaposição entre esses níveis e no interior de cada um, constituindo-se como totalidade contraditória (CARLOS, 2007, p.55).

Como profunda contradição que garante a saúde débil desse sistema econômico e político, o capitalismo nas cidades vai repetindo esses movimentos em múltiplas escalas, tanto nas metrópoles, como nas cidades médias e pequenas. Obviamente que se trata de movimentos singulares, repletos de suas especificidades históricas e dimensionais, entretanto, contidas numa mesma totalidade analítica, como parte de uma grande rede bem conectada (pela informação, pela articulação política dos centros de decisão), em que os núcleos são as cidades, que vão expandindo suas massas ao mesmo tempo em que se nutrem da lógica desigual do capitalismo.

A desigualdade socioespacial e a precariedade para a reprodução da vida são produtos do modo de produção e, ao mesmo tempo, são condições de permanência nas mesmas condições precárias. O processo de expansão capitalista produzindo “cidade”, incorporando o espaço produzido pelos trabalhadores faz prevalecer o valor de troca sobre o valor de uso. É contra esse processo que trabalhadores consideram fundamental se organizar na luta pelo Direito à Cidade. As mobilizações e lutas de movimentos populares urbanos procuram alterar a desigualdade espacial, tornando-as possibilidade de mudança com o direito a ter direitos, um deles o de usufruir, na cidade, da riqueza produzida (RODRIGUES, 2007, p. 78).

E é justamente nessa situação de desconforto que surge a alternativa de se lutar pelo Direito à Cidade. Produzir uma leitura para além das formas e concepções de um urbano visto na casca superficial e ideológica, como muito se vê ainda em alguns estudos, aquele urbano material, visto só como conjunto de prédios, comércios e centro de emprego. A cidade e sua proposta atravessam esse projeto e se conclui como um espaço de multiplicidades.

Aliás, essa outra visão sobre a cidade revela outro lado da moeda. A concentração da riqueza, a acumulação por espoliação (HARVEY, 2011), e a denudação das possibilidades de igualdade (a negação de uma série de direitos), confluem para a negação do próprio direito à cidade. Entretanto, as camadas populares estão se desgastando e se cansando desse projeto. Os novos horizontes, as novas condições de organização e superação (um certo otimismo prático deste lado da sociedade), trazem um outro projeto de cidade.

Nesta orientação, é possível entender o “direito à cidade” como uma necessidade prática de superação da contradição valor de uso-valor de troca, que só se resolveria na superação daquilo que funda o capitalismo: a propriedade privada. O direito à cidade, portanto, aponta a negação do mundo invertido, aquele das condições vividas na prática socioespacial, das representações que criam a identidade abstrata (na indiferença da constituição da vida como imitação de um modelo de felicidade forjado na posse de bens); da preponderância da instituição e do mercado sobre a vida; do poder repressivo que induz à passividade pelo desaparecimento das particularidades; da redução do espaço cotidiano ao homogêneo, destruidor da espontaneidade e do desejo. Assim, a superação da segregação socioespacial encontra seu caminho na construção do direito à cidade, como projeto social (CARLOS, 2013, p. 108-109).

Ou seja, o direito à cidade transcende o nível de direito, de bem-estar da condição humana, para transformar-se em uma das bases de um projeto social, de uma construção de vidas na cidade que tem a sua felicidade não na posse, no material mas em valores permanentes, em atitudes sem valor de troca, sem preço.

## **8 O direito à cidade**

Diante desses paradoxos, algumas perguntas se desenham nessa abordagem urbana. Qual ingrediente do capitalismo produz essa fragmentação do espaço urbano? O que faz com que hajam espaços segregados e diferentes dentro da cidade?

H. Lefebvre (1991, p.43) nos aponta que existe uma filosofia da cidade, uma ideologia urbana.

A filosofia da cidade [...] nasceu como superestrutura de uma sociedade cujas estruturas entrava um certo tipo de cidade; essa filosofia, preciosa herança do passado, prolonga-se em especulações que frequentemente se disfarçam em ciência porque integram em si alguns conhecimentos reais.

Quanto ao urbanismo como ideologia, recebeu ele formulações cada vez mais precisas. Estudar os problemas de circulação, transmissão das ordens e das informações na grande cidade moderna leva a conhecimentos reais e a técnicas de aplicação. Declarar que a cidade se define como rede de circulação e de consumo, como centro de informações e de decisões é uma ideologia absoluta; esta ideologia, que procede de uma redução-extrapolação particularmente arbitrária e perigosa, se oferece como verdade total e dogma, utilizando meios terroristas. Leva ao urbanismo dos canos, da limpeza pública, dos medidores, que se pretende impor em nome da ciência e do rigor científico. Ou a coisa pior ainda!

Esta ideologia tem dois aspectos solidários: um aspecto mental, um aspecto social. Mentalmente, ela implica uma teoria da racionalidade e da organização cuja formulação pode ser datada por volta de 1910 [...] socialmente, é então a noção de espaço que passa para o primeiro plano, relegando para a penumbra o tempo e o devenir. O urbanismo como ideologia formula todos os problemas da sociedade em questões de espaço e transpõe para termos espaciais tudo que provém da história, da consciência. Ideologia que logo se desdobra. Uma vez que a sociedade não funciona de maneira satisfatória, será que não haveria uma patologia do espaço? Nesta perspectiva, não se concebe a prioridade quase oficialmente reconhecida do espaço sobre o tempo como indício de patologia social como um sintoma entre

outros de uma realidade que engendra doenças sociais. Imagina-se, pelo contrário, espaços malsãos e espaços sãos. O urbanismo saberia discernir os espaços doentes dos espaços ligados à saúde mental e social, geradores dessa saúde (LEFEBVRE, 1991, p. 49).

Em uma interpretação geral, esses tais espaços doentes a que Lefebvre se refere são justamente aqueles que, numa ideologia urbanista, necessitam de uma intervenção prática, no plano das ciências parcelares, do planejamento urbano reformista. Aquele cujo discurso se faz exclusivamente pelo viés planificador e técnico, reduzindo a cidade a um conjunto de sistemas de objetos materiais, eliminando as especificidades dos grupos e a história de constituição da mesma<sup>11</sup>. Ocorre que, para Lefebvre, esse urbanismo não é suficiente para “sanar” as doenças urbanas. Ele relega funções pois, se não assim faz, compromete o próprio projeto/produto capitalista de cidade. Nesse sentido a lógica não se sustentaria. A contra-ideologia à ideologia urbanística dissiparia o próprio capitalismo se tal consciência se generalizasse. Isto é, essa contra-ideologia é, sobretudo, uma resistência ao capitalismo. É a resposta ao espaço concebido, resultado das mãos violentas que o Estado capitalista em sua substância dinâmica induz.

A estratégia urbana baseada na ciência da cidade tem necessidade de um suporte social e de forças políticas para se tornar atuante. Ela não age por si mesma. Não pode deixar de se apoiar na presença e na ação da classe operária, a única capaz de pôr fim a uma segregação dividida essencialmente contra ela. Apenas esta classe, enquanto classe, pode contribuir decisivamente para a reconstrução da centralidade destruída pela estratégia de segregação e reencontrada na forma ameaçadora dos “centros de decisão”. Isto não quer dizer que a classe operária fará sozinha a sociedade urbana, mas que sem ela nada é possível (LEFEBVRE, 1991, p.81).

No sentido de uma superação, Henri Lefebvre atento para o protagonismo da classe operária na superação da segregação, na cristalização do direito à cidade. Entretanto, ela não atingiria seu objetivo sozinha. Ela deveria ser a protagonista, a parcela a frente do

---

<sup>11</sup> Embora, no ponto de vista da reprodução das classes, reproduza a ideia do poder por meio do arranjo estético das construções.

processo, mas, seria tática a sua associação a outros setores estratégicos, aqueles que contém o acesso a informações privilegiadas e um acervo procedimental e metodológico politicamente consciente para o enfrentamento da ideologia urbanista-capitalista na cidade. Esses novos caminhos é que confluíram para a constituição de outra sociedade. A sociedade urbana. Urbana no sentido de os direitos coletivos atingirem uma totalidade na cidade, visando suprimir a concentração da riqueza que compra esses direitos, num projeto calcado na própria desconstrução da sobreposição do valor de troca em relação ao valor de uso.

O mundo da mercadoria tem sua lógica imanente, a do dinheiro e do valor de troca generalizado sem limites. Uma tal forma, a da troca e da equivalência, só exprime indiferença diante da forma urbana; ela reduz a simultaneidade e os encontros à forma dos trocadores e o contrato de troca equivalente: o reduz ao mercado. A sociedade urbana, conjunto de atos que se desenrolam no tempo, privilegiando um espaço (sítio, lugar) e por ele privilegiados, altamente significantes e significados, tem uma lógica diferente da lógica da mercadoria. É um outro mundo. O urbano se baseia no valor de uso. Não se pode evitar o conflito (LEFEBVRE, 1991, p. 82).

A falta de limites do capital, de transformar tudo em razão de valor de troca, de consumo, vai reproduzindo desigualdades e minando o erguimento de outra cidade. Essa sociedade urbana a que se refere Lefebvre faz parte de outro projeto de sociedade, que depende da superação do modelo capitalista de cidade. Para isso, é necessário trazer à tona os conflitos, as contradições, num debate sobre a realidade em seus pontos divergentes, para que seja possível tocar nos pontos mais sensíveis a essa questão e construir outras propostas para a cidade, sobretudo no sentido de buscar maior equidade e justiça social.

## **9 Espaço, luta e representação: A formação do Pinheirinho**

Para melhor entendimento do que se passou nos contextos de formação dos bairros, foi necessário ouvir as trajetórias das lideranças

e sujeitos que vivenciaram tais processos. A partir de uma aproximação das histórias individuais e coletivas, possibilitando uma leitura não apenas perspectiva, de fora do processo, mas introspectiva (SOUZA, 2007). É importante reforçar uma questão antes de começar a falar da formação do bairro. A maior parte dessas lideranças são mulheres, negras, viúvas e/ou solteiras que lutaram (e ainda lutam!) não só para a formação da escola, como também e principalmente para a garantia de outros direitos básicos como água, luz elétrica, saneamento básico, saúde e moradia.

Isto é, essas agentes, quando inseridas em todo aquele movimento que se tratou nos tópicos anteriores<sup>12</sup>, situavam-se numa malha de segregação socioespacial, dentro de um processo de diferenciação do espaço urbano pela classe social, afastadas do centro da cidade da mesma forma (e distância) que foram afastadas de seus direitos. Como retrata conceitualmente Roberto Lobato Corrêa (1989), ao discutir sobre o espaço urbano em sua obra numa perspectiva mais estrutural, afirma criticamente que:

A classe dominante ou uma de suas frações [...] segrega ou outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano. Indiretamente atua através do Estado. Em realidade pode-se falar em auto-segregação e segregação imposta, a primeira referindo-se à segregação da classe dominante, e a segunda à dos grupos sociais cujas opções de como e onde morar são pequenas e nulas. (CORRÊA, 1989, p. 64).

De acordo com as lideranças, a ocupação inicial dos bairros se deu entre os anos de 1981 e 1982. A pequena vila, que contava com menos de 10 (dez) casas, era totalmente afastada do núcleo urbano central da cidade, encontrando-se na encosta de uma vertente colinosa orientada a Sul no fim um caminho de aproximadamente quatrocentos metros de terra, quase no fim de uma estrada sem asfalto que percorria um trecho de quase quatro quilômetros a Oeste (que servia para o

---

<sup>12</sup> Observar os esquemas de direcionamento de expansão para mais detalhes.

tráfego de veículos de transporte rural) que desembocava na área rural.

Em estudo recente, Figueiredo e Bernardes (2010) realizam breve histórico do Pinheirinho, em resumo:

O Conjunto Habitacional Francelino Pereira, também conhecido por Pinheirinho, foi criado na década de 1970 a partir da doação de lotes por parte da prefeitura municipal de Alfenas, logo assumido pela COHAB para o loteamento e construção das residências.

A inauguração da primeira etapa do conjunto habitacional foi realizada no ano de 1979, porém a entrega das casas só começou a ser feita no final do ano de 1981, concretizando a entrada de moradores no ano seguinte.

A infraestrutura do bairro era precária, nas casas eram fornecidas energia elétrica e água encanada, porém as ruas não tinham asfalto e eram pouco iluminadas; não existia nenhum atendimento de serviço público no bairro, e por ser tratar de um conjunto habitacional, era proibido qualquer tipo de comércio no bairro.

Para se adquirir um imóvel no bairro, era necessário um cadastro junto à prefeitura municipal de Alfenas, e a seleção feita a partir da renda familiar e da declaração de renda do responsável pela aquisição da casa. O morador recebia um contrato firmado com a COHAB, tendo a escritura do imóvel somente após a quitação das prestações estabelecidas pela COHAB (FIGUEIREDO; BERNARDES, 2010, p. 18).

Dominada por plantações de café e eucalipto, o percurso não contava com qualquer estabelecimento, nem mesmo iluminação, desde o limite do perímetro urbano até as primeiras casas instaladas. O empreendimento mais próximo era a aproximadamente a um quilômetro a Noroeste, uma fazenda com plantações de batata, próxima de onde hoje é a Unidade Educacional II da Unifal-MG. Esse sítio empregava alguns moradores locais e oferecia uma remuneração quase suficiente para subsistir, garantindo um mínimo sustento a algumas famílias, como nos conta Sr. A<sup>13</sup>:

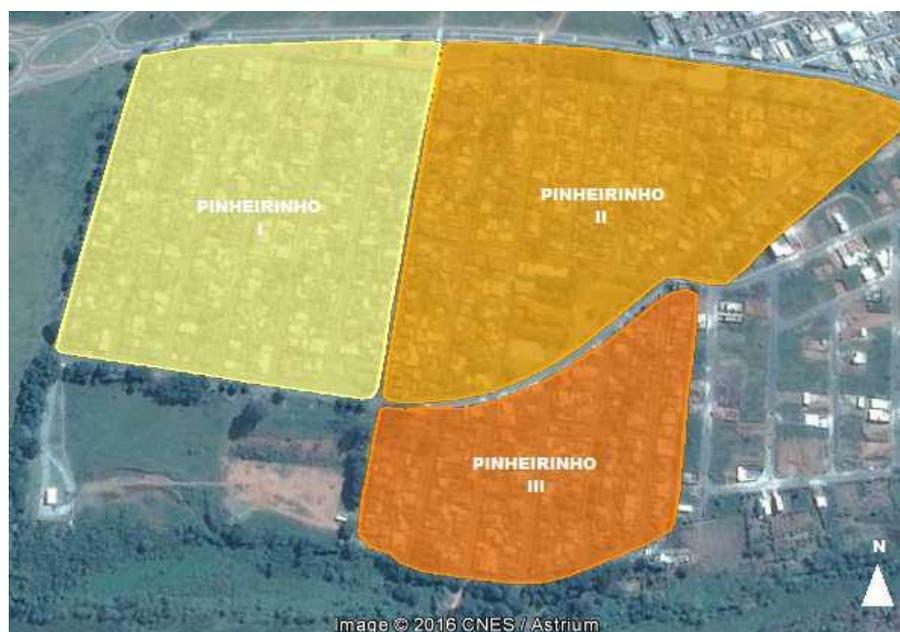
Eu ajudei a fundar o Pinheirinho. No começo só tinha casa ali embaixo (apontando em direção ao Córrego do Pinheiro), umas casinha, aí foi subindo, subindo até chegar nesse pedaço na rua aqui que passa o ônibus, subindo até perto da praça lá em cima. Aqui era bem ruim no começo, ficava muito longe do centro. Se ocê quisesse ir num mercado, num médico, no banco, era bem custoso.

---

<sup>13</sup> Os nomes foram modificados e abreviados para preservar a identidade dos moradores.

Sr. A. referia-se aos estágios de implantação da COHAB, dividida em Pinheirinho I, concluída em 1982, Pinheirinho II e Pinheirinho III, concluídas em 1986 (FIGUEIREDO; BERNARDES, 2010). As primeiras casas do loteamento do Pinheirinho I ficavam na porção mais baixa, mais próximas do Córrego do Chafariz/Pinheiro. Depois, as casas foram subindo a colina ao redor de onde hoje é a Av. Antônio Ivo de Carvalho. Depois as ruas de trás foram preenchidas com mais casas, num sentido Oeste-Leste, até terminar na Rua Antônio Tibúrcio findando o Pinheirinho I e iniciando o Pinheirinho II. Esse segundo loteamento distribuiu-se da R. Antônio Tibúrcio e mais seis ruas, também em Oeste-Leste, até chegar à Av. Paulo de Ávila Sales, por onde trafega o circular e distribuem-se dois pontos de ônibus<sup>14</sup>. Descendo a colina, na parte mais baixa, surgiu por último o Pinheirinho III, com algumas casas distribuídas até as margens do Córrego do Chafariz/Pinheiro (Figura 10).

Figura 10 - Divisão das COHABs (Pinheirinho I, II e III)



Fonte: Google Earth, 2016; Figueiredo; Bernardes, 2010.  
Elaboração: Igor R. de Paula.

<sup>14</sup> Um em frente à Praça do Pinheirinho e outro em frente à E.E. Padre José Grimminck.

Nesse momento inicial do desenvolvimento dos bairros, muitas dificuldades infraestruturais eram encontradas e o dia a dia era bastante difícil para esses moradores, como recorda Dona M.:

Aqui era muito diferente o que a gente vê hoje. Tinha a casa do Cumpadi A. lá em baixo, perto do riozinho (Córrego do Pinheiro) e outras casas que subia o morro. Isso aqui tudo era só café. Quando a gente queria ir pra cidade o meu pai às vezes arranjava um carro que só por Deus meu fi...ocê olhava pra baixo e via a terra batida, a porta toda amassada, era terrível. Mas nós dava graças a Deus quando tinha, se não era a pé mesmo ou de bicicletinha. Quantas vez a gente ficava doente aqui e tinha que andar quatro, cinco quilometro pra poder tentar ser atendido no médico.

Esse relato da Dona M. traz um pouco das muitas histórias que as lideranças contaram durante as entrevistas e prazerosas rodas de conversa que tivemos. A questão do direito à saúde era apenas um dentre os vários outros somados à falta do direito à segurança, mobilidade, habitação, educação, água e etc. Esse pacote de ausência de direitos pode ser lido, em resumo, como a plena ausência do direito à cidade. É nesse contexto que as vidas nesse bairro surgem.

Permanecer durante mais de dez anos numa situação de precariedade pode ser inimaginável para alguns que leem esse trabalho. Muitas casas, segundo Dona D., ainda não estavam concluídas. Muitos moradores passavam dificuldades financeiras e não conseguiam terminar a construção de suas casas. O não-emprego, o subemprego, os produtos da pobreza urbana eram refletidos nas condições desses moradores, como fruto da falta de oportunidades na época. E é aí que mora aquela violência que a teoria aqui discutida tem se referido. O espaço desigual na cidade foi constituindo desiguais modos de vida em Alfenas-MG que, na década de 1980, foi se tornando mais complexa. Tornando a uma análise sobre essa condição como reflexo das pressões da produção do espaço na cidade capitalista, a ação sofrida pela população do Pinheirinho recobrou a necessidade de devolver uma resposta. A negação das condições estabelecidas e a necessidade de ter a cidade obrigaram-nos à mobilização em forma de

uma associação de moradores, com o objetivo de garantir seus direitos sociais. Retornaremos a falar sobre isso mais adiante.

Com o passar dos anos, na transição das décadas de 1980 para 1990, o bairro foi começando a receber infraestrutura básica e aos poucos, em cima de muita dificuldade, a vida no bairro se tornou menos difícil. Nesse processo de melhoria das condições no Pinheirinho, alguns indivíduos (pessoas que não conseguiram ter o direito a habitação da COHAB e/ou que obtinham outras dificuldades na cidade e/ou região) acabaram migrando para algumas centenas de metros a Oeste, marcando esse movimento como uma espécie de segregação da segregação. Assim foi a origem do Santa Clara.

## **10 A extensão das lutas: o corredor do Pinheirinho, o Santa Clara**

A gente que tava no Pinheirinho e não conseguiu casa teve que se mudar pra cá, pro Santa Clara, né? Aqui era igual o Pinheirinho no começo. Mas a gente brigou firme também (Dona C.)<sup>15</sup>

Foi no mesmo pano de fundo do Pinheirinho que o bairro Santa Clara se desenvolveu nas mesmas condições de isolamento e precariedade. Entretanto, a origem do Santa Clara é ainda mais complicada em termos de precariedade. Como vimos, o Pinheirinho surgiu como COHAB na década de 1980, porém, muitas casas não foram terminadas pela dificuldade de muitos moradores em ter uma fonte de renda suficiente ou estável para investir em seus imóveis. Num período em que não havia transporte público para a população da incipiente vila, quando ninguém ali tinha automóvel para se deslocar, locomovendo-se a pé, ou, no máximo, de bicicleta, iluminação e serviço de água e esgoto bastante precários, alguns dirigiram-se aos pedaços de terra a alguns metros do Pinheirinho I.

---

<sup>15</sup> As entrevistas e relatos dos moradores dos bairros foram colhidos nos dias 26/08/2015, 2/09/2015, 28/09/2015, 03/10/2015, 21/11/2015, 28/11/2015, 18/03/2016, 26/03/2016, 13/05/2016, 20/08/2016, 24/09/2016, 15/10/2016, 22/10/2016 e 27/10/2016.

Na mesma época em que se instalava os primeiros moradores do conjunto habitacional Francelino Pereira, nas proximidades do bairro surge um grupo de pessoas que começam uma ocupação irregular de uma área particular, estas desprovidas de qualquer condição financeira para habitação. Os primeiros a ocuparem a área se instalaram na intenção da doação de lotes por parte da prefeitura de Alfenas, onde na mesma época surge o boato que as terras seriam adquiridas pela prefeitura e logo em seguida doadas as famílias carentes; outro fator se deve pelo fato de que essa parcela da população não conseguira se inserir nos espaços vazios urbanos, e também não tinham acesso ao financiamento dos imóveis do conjunto habitacional, pois ele não atingia a faixa de renda das mesmas. A maior parte da população que ocupou o local naquela época vinha de outras regiões, quase na totalidade de áreas rurais, que migravam para a cidade de Alfenas em busca de melhores condições de vida e melhores ofertas de trabalho (FIGUEIREDO; BERNARDES, 2010, p. 20).

O Santa Clara começou com a ocupação dessas terras, estendendo-se inicialmente em alguns poucos barracos assentados de forma espaçada, partindo de onde hoje se situa a rotatória que dá acesso às estradas do Distrito Industrial (ao Norte) e até à bifurcação que dá acesso às propriedades rurais, onde hoje fica o inacabado cemitério do Santa Clara, esquecido pelo poder público nos últimos anos. Aos poucos, alguns outros pedaços de terra foram também ocupados por mais barracos, pela necessidade de se ter onde morar e assim as casas foram formando um corredor. Em 2009, a prefeitura municipal de Alfenas-MG, durante governo do prefeito Luizinho (PT), conseguiu recursos junto ao Governo Federal, através do Ministério das Cidades, lançando o programa URIAP 2 (Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários), iniciativa que visou reurbanizar e regularizar a situação dos moradores do bairro do Santa Clara (FIGUEIREDO; BERNARDES, 2010, p.22). Dessa forma, com o novo conjunto habitacional, surgiu o que hoje os moradores chamam de Santa Clara II (Figura 11). Essas novas políticas, porém, não regularizaram totalmente a situação de muitos moradores do Santa Clara, que relatam ainda as lideranças, sem a total garantia da casa própria, recebendo ameaças constantes de despejo.

Figura 11 – Processo de formação espacial do bairro Santa Clara



Fonte: Google Earth, 2014; Figueiredo; Bernardes, 2010.  
Elaboração: Igor R. de Paula.

As famílias de Dona P., Dona M., Dona C. foram as primeiras a chegarem ao Santa Clara e recordam-se muito bem das dificuldades enfrentadas ali no bairro. Dentre elas, lutar por ter água. A água apenas era garantida graças ao córrego que passava numa descida de cem metros. As mulheres geralmente eram as que se responsabilizavam por desbravar a mata ciliar carregando baldes ou galões com capacidade para vinte litros para fazer a coleta. Coletavam a água e subiam a vertente com o balde na cabeça, abastecendo suas casas. Sem esse esforço, não havia água para cozinhar, dar banho nas crianças, nem para higiene pessoal. O exercício era diário e desafiava a brava coragem das mulheres, como conta Dona M.:

Ôh meu fi...a gente não tinha nem água pra beber, pra tomar banho! A gente buscava água descendo pro meio do mato aqui no córrego aqui. Geralmente eu ia buscar pra poder fazer comida, dar banho nas criança..a Cumadi D. ia buscar também. Quando uma tinha as vez dava pra outra, mas quando não tinha [...] a gente ia de madrugada buscar. Ih...se tivesse frio, tivesse chovendo [...] ia buscar do mesmo jeito.

Dona M. continua seu relato, agora, contando de como ela chegou até o bairro e como era a relação das pessoas do bairro com as de outras áreas da cidade de Alfenas-MG.

Eu morei na rua por um bom tempo antes de vir pra cá pro corredor. Na época a gente chamava de corredor, né...porque aqui era conhecido como o corredor do Pinheirinho. O povo da cidade tinha medo de nós, uai, chamavam aqui de corredor da morte.

Os moradores confirmam que aqueles que moravam no centro da cidade tinham medo de quem morava no Pinheirinho ou no Santa Clara. Dona C, com certo ar de graça, disse que as pessoas não poderia saber que elas eram do Santa Clara porque se não começavam a evitar a pessoa, ou mudar a forma de olhar. Seu nome era atrelado a algum sinônimo de marginalidade, de falta de educação, ou a algo que gerasse algum tipo de desconfiança ou desprezo. Ao longo do tempo isso resvalou na dificuldade de se conseguir emprego na área central ou em outros bairros da cidade, o que impactava diretamente na condição econômica das famílias, como reafirma Dona C.

Ih, se eu falasse que eu era do Santa Clara, do *corredô* eu não conseguia emprego não...ih, é ruim! A gente não podia falar não. Eu falava que eu era da Vila Betânia, de outro lugar, mas não falava que era daqui.

Ainda sobre o medo do Pinheirinho e do "corredor", a moradora P. nos conta uma história envolvendo sua mãe (já falecida) que foi uma das primeiras moradoras do Santa Clara:

Lembro uma vez que a minha mãe foi matricular minha sobrinha no Polivalente e não conseguiu. A mulher lá falou que tinha vaga, mas aí quando a minha mãe preencheu os dados lá e colocou que era do Santa Clara, eles voltaram atrás e disseram que não tinham mais vagas, tipo assim, de uma hora pra outra. Acho que era mentira dela! É porque ela era daqui do Santa Clara!

Da mesma experiência compartilhou também Dona P., liderança importante do bairro Santa Clara. Conta ela que esse outro bairro surgiu de uma dissidência do Pinheirinho, em meados de 1986, Uma porção do espaço formada pela migração de pessoas sem lugar para morar, em resultado da reprodução do espaço urbano capitalista que, por sua inércia desigual, constitui políticas insuficientes de habitação, dividindo socioespacialmente essas vidas. Essa fragmentação criou duas situações. Incluiu uma parcela de moradores numa situação de

estabilidade um pouco maior com a conquista da casa própria (Pinheirinho), enquanto que outras se incluíam numa situação mais vulnerável, das condições de habitação mais difíceis. Esse processo fez surgir uma diferença, uma quebra das lutas em comum que havia entre eles. Isso mostrou que, embora incluídos no mesmo processo de segregação, Pinheirinho e Santa Clara não são o mesmo bairro.

Quando houve esse movimento, outra identidade foi construída, ou melhor, houve a quebra de uma. Dali pra frente houve a distinção entre o que era o Pinheirinho do início da década de 1980 e o Pinheirinho dos últimos anos da década de 1980 até 2016. Mesmo que algumas lideranças tenham partilhado de um processo em comum e tenham lutado juntas, a coesão aos poucos começou a ruir. Gerou-se, portanto, outro espírito. As lutas agora mudaram de arena, passando mais a existir no “corredor” do que no Pinheirinho. Agora, além da já existente separação entre Alfenas-Pinheirinho (cidade-bairro), passou a haver também a separação Alfenas-Pinheirinho-Santa Clara (cidade-bairro-bairro). O conflito é identificável na fala de Da. P.:

Vimos de Três Pontas-MG. Morei no Pinheirinho e dali eu vim pra cá. A gente vivia nas minas no fundo do pasto pra buscar água. Pra gente conseguir água ajuntamos treze moradores e fomos lutar para que viesse a água. Até que enfim apareceu a água! (sorriso de felicidade) Tinha uma cisterna lá em casa para fornecer água para outras casas. Aí começou a dar certo... Depois foi a luz... Também foi luta! Chegou depois de uns cinco, seis anos (no caso, em 1991, 1992). Depois foi a poeira! As crianças tinham doença e até morreram duas por causa da poeira. As pessoas do outro bairro falaram que éramos todos vagabundos. Falavam que tínhamos caso com os prefeitos. O asfalto chegou em 2000, ou 2001. Mas ficou mais de 10 anos sem asfalto. Na época das manifestações o povo de lá (apontando para o centro da cidade) só dizia que a gente era vagabunda que não queria trabalhar. A gente não podia passar no primeiro bairro que eles diziam: “*Lá vai passar as faveladas! Lá vai as p... do prefeito pedir as coisa!*”. A gente não podia passar por lá, se não a gente era discriminada (Dona P.).

Essa passagem merece mais de nossa atenção. Da. P. conta que para conseguir a água no bairro Santa Clara eles tiveram de se mobilizar por várias vezes até a prefeitura e pressionar o prefeito e os vereadores, até que a prefeitura construiu uma cisterna de água na

casa de Da. P. O que demorou mais foi a luz elétrica. Sem esse recurso, Da. P. e Da. M. conta que usavam candeias a óleo e velas para iluminar suas casas pela noite. Os banhos eram tomados com caneca. Nos dias frios, a água era esquentada no fogão e colocada em um balde. O processo para chegar à conquista da luz elétrica foi o mesmo. Visitas à Prefeitura e pressão. Mas, o maior problema e o que mais demorou a ser resolvido foi o da ausência de asfalto. Contam as líderes que na época, muitos caminhões passavam na rua de terra transportando mercadoria<sup>16</sup>.

Então, os moradores construíram uma estratégia para conseguir reivindicar o asfalto: bloquear a rua e só libera-la quando conseguissem a garantia de que aquele trecho seria asfaltado. Isso impedia o abastecimento de mercadoria e fazia gente perder dinheiro, o que iria, inevitavelmente, chamar a atenção da prefeitura para resolver a situação. Para garantir a rua bloqueada, Da. C. conta que os moradores revezavam entre si para cuidar do bloqueio, feito com pneus em chamas e entulhos. Pouco tempo depois dessa intervenção, o asfalto começou a chegar na rua. Aí mora uma contradição. Se por um lado o asfaltamento trouxe melhoria na qualidade de vida dos moradores, por outro, melhorava também o tráfego dos caminhões, que, em dias de chuva, não mais iriam atolar. Ao mesmo tempo em que a infraestrutura beneficiava os moradores, ele também servia para preparar novos pontos de interesse ao capital.

No mesmo tempo em que o Santa Clara se formava e a população lutava por seus direitos, a principal luta para a discussão deste trabalho surgiu: a luta pela escola. A chegada da infraestrutura básica como água, luz e asfalto, além de outros moradores que chegavam já com os serviços básicos instalados no bairro, não tendo esse histórico de resistência ali, produziu ainda mais uma fragmentação da identidade.

---

<sup>16</sup> Muitos desses caminhoneiros passavam na rua e insultava os moradores, principalmente as mulheres, chamando-as de prostitutas, sujas e etc. Certo dia, um dos pais das mulheres reuniu seus filhos mais velhos e aguardaram os caminhoneiros. Quando eles chegaram com seus caminhões os moradores foram até eles com facões e, sob ameaças, ordenaram que parassem com essas ofensas. Dali em diante, segundo as lideranças de hoje, os caminhoneiros pararam de perturbar a paz das mulheres do Santa Clara.

A morte de algumas lideranças antigas também contribuiu para a dificuldade de se organizarem, como diz Dona C.

As *coisa* aqui começou a mudar na verdade depois que a Vó L. morreu, o Vô N., que o cumpadi G. morreu...enfim, os mais veio, os mais duro na queda foram indo embora pra outro plano e aí a gente foi se perdendo aos poucos. Os problemas ainda continuaram, sabe? Mas aí a gente nunca mais conseguiu se mobilizar como antes.

Com a morte dos mais “duros na queda” os espaços dos bairros mudaram, tornaram-se mais fragmentados e foram se desarticulando politicamente aos poucos. A cultura da vizinhança aos poucos começou a se modificar, a se dividir, uma vez que houve sobreposição de histórias e trajetórias de indivíduos e grupos diferentes. Entretanto, ainda assim, havia uma unidade. Unidade que com o passar do tempo aos poucos foi se fragilizando e se perdendo cada vez mais.

## **11 Os bairros na conjuntura atual: realidade e identidade**

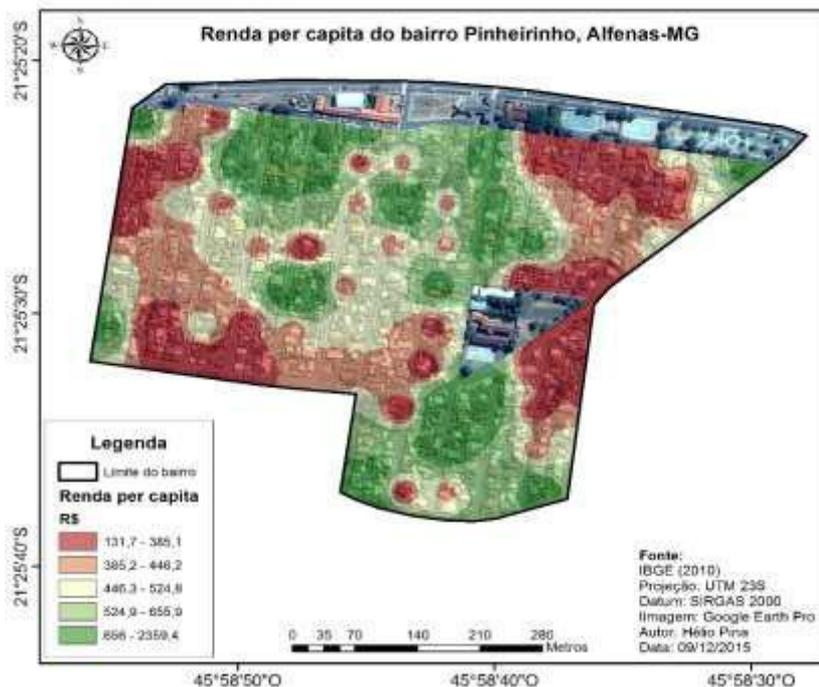
Depois de mais de trinta anos, mesmo com a chegada dos serviços, a reputação dos bairros não se modificou. Transformou-se em uma periferia consolidada, isto é, a infraestrutura chegou, assim como serviços, lojas de conveniência e comércios<sup>17</sup>. Entretanto, a gênese do bairro continua impregnada em sua característica. A carência hoje é muito mais em questão de oferta de lazer e cultura, que ficam concentrados no centro da cidade. Ambos os bairros são constituídos por trabalhadores e trabalhadoras de baixa renda ou desempregados como mostra recente estudo de Hélio Pina (2016), num excelente trabalho de mapeamento de representação cartográfica da *Renda per capita do bairro Pinheirinho, Alfenas-MG*, em 2016 (Figura 12), traçando uma ilustração da classe social que o bairro abriga. No trabalho de Pina (2016) pode-se ver que a renda per capita mais baixa

---

<sup>17</sup> Mais no Pinheirinho que no Santa Clara. Neste segundo, existem apenas dois comércios: um bar e uma pequena mercearia.

dos moradores do bairro chega à casa dos R\$ 131,70, enquanto que o mais alto, no valor de R\$ 2.359,40.

Figura 12 – Mapa da Renda per capita do bairro Pinheirinho, Alfenas-MG



Fonte: PINA, 2016.

De acordo com o estudo, grande parte dos moradores vive com rendimento per capita na casa dos R\$ 131,70 até R\$ 655,90, bem abaixo da média do Estado de Minas Gerais em 2015, que foi de R\$ 1.128,00 (IBGE, 2016). Lamentavelmente, não existem ainda estudos como este para outros bairros locais, nem da cidade de Alfenas-MG. Talvez seja interessante investir nesses estudos para elaborar melhor um panorama da realidade econômica da população alfenense.

Entretanto, no Santa Clara, as reclamações da ausência de uma melhor qualidade de vida ainda continuam. É o que afirma o descontentamento de Sr. J.O., questionado sobre os principais problemas do bairro:

O mais grave de todos...a saúde: É péssima! Desde novembro (de 2014) esperando uma ressonância e nada! Se eu morrer, vou morrer e *acabô!* Por quê quem paga tem direito e quem não paga não tem? As casinhas ali (Santa Clara II), deixaram a Deus dar! A minha casa, era um financiamento que eu tinha que pegar a casa própria. Eu pus R\$ 5.200,00 do meu bolso! Instalação de fios, hidráulica! Vai na Caixa, é a Caixa de Poços de Caldas (que

resolve). Vai na prefeitura, (eles respondem que) não foi no meu mandato! Até hoje nunca deram satisfação porque nunca levaram correspondência pra gente. A Prefeitura não cadastrou o interesse neste problema. O segundo projeto do bairro, era pra ter uma pista de caminhada, mas só tem mato e terra! As casas não têm fundação e estão rachando!

Dona C. coloca que os problemas são outros:

O principal problema hoje é as drogas. As mães saem pra trabalhar e não tem onde deixar as crianças. Seria muito bom que as crianças tivessem o barracão (espaço inutilizado no bairro). Pra que eles tivessem coisa pra fazer.

A ausência de lazer e atividades culturais no bairro não é sua exclusividade. No Pinheirinho, no Recreio V. do Sol e no Santa Clara a situação é ainda pior porque a oferta é mínima e o incentivo ainda é baixo. Mas há que se considerar que toda a cidade carece de mais espaços de cultura, lazer e recreação. As atividades ficam sempre concentradas na Praça Getúlio Vargas, da Igreja Matriz, e, em algumas vezes, na Praça Dr. Emílio Silveira. Mas, de qualquer modo, sempre estão focalizadas no centro da cidade. Moradores de bairros mais distantes pouco ficam sabendo e o incentivo à cultura tanto na cidade, como na escola que estudamos, é quase nulo. A maior parte das praças está reunida no centro da cidade. A cidade possui vinte praças, mas, pelo menos dez delas concentram-se no centro ou muito próximo a ele.

Nos bairros mais afastados o número é bem abaixo. As praças Afonso Van Graaf (em frente a APAE), Rachid B. Saliba (em frente ao campo de futebol da Saliba) e da Saudade (em frente ao cemitério), por exemplo, estão localizadas juntas num raio menor que duzentos metros. Todas elas são bastante desertas e, pela noite, muito mal iluminadas e inseguras. São raros os eventos culturais, exceto o trabalho do FAÍSCA<sup>18</sup> e do Coliseu Cultural Crew<sup>19</sup>. Mas as escolas pouco promovem eventos de incentivo à cultura, pouca é a participação da comunidade. Os campos de futebol, poucas são as opções e muitas

<sup>18</sup> Associação cultural que conta com a participação de diferentes profissionais da área da educação, arte, cultura e tecnologia. Produtores, artistas, pesquisadores e outros profissionais trabalham na democratização da informação como ação de transformação da realidade (FAÍSCA, 2017).

<sup>19</sup> Movimento de união da cultura de rua com movimento poético, para promover a produção cultural em Alfenas-MG.

delas são pagas e de difícil locação. Existem algumas quadras, porém algumas delas estão mal conservadas e, quando chove, é impossível sua utilização. Enfim, as opções de lazer e cultura são muito limitadas em Alfenas-MG e piora nas periferias. Talvez essa seja até uma realidade brasileira. Cabem mais estudos sobre isso.

O espaço e o tempo na cidade reestruturam as condições materiais e as relações entre os sujeitos do bairro. A chegada da infraestrutura, o falecimento de antigas lideranças (a maior parte, familiares dos moradores mais engajados atualmente), contribuíram para a degradação do bairro no sentido de sua organização e comprometimento com os assuntos políticos da cidade. O que restou daquela época hoje se configura como um monte de pontos espalhados, sem teias que conectem essas vontades de se ter outro bairro.

Depois de quase trinta anos, a forte mudança em infraestrutura, ainda em curso, afastou a participação política dos moradores, limitando o potencial de luta que antes existia. No lugar disso, nasceu uma fragmentação. Aos poucos o elo de união foi substituído pelo de desunião e intrigas entre os moradores. Uma das moradoras reclama que um dos maiores problemas que dificulta a retomada da união, foi uma ligeira a conquista de alguns pela casa própria. Já que muitos moradores ainda não têm suas situações regularizadas, aqueles que têm ou conseguem, acabam deixando a conquista "subir à cabeça", como conta LE.:

Olha, deixa eu te falar uma coisa: Aqui hoje é gente que não olha na tua cara, que fala mal de você, que tem uma metideza porque conseguiu ter a sua casa e porque tá ganhando um dinheirinho a mais. Sabe, o que atrapalha a gente aqui é isso, é um pensamento muito pequeno.

Na visão do Sr. J., o problema é outro. Referindo-se também ao tráfico de drogas e à falta de oportunidades aos jovens.

A verdade é que o povo se acomodou. Foi juntando um monte de coisa. Veio uns caras pra cá falando que manda no bairro, um pessoal que começou a mexer com coisa errada...aí veio as melhoria pra cá e o povo foi ficando com a cabeça meio diferente sabe? Mas você vê, ainda não tem nada aqui pra nossa

juventude. Fica tudo na rua fazendo não sei lá o que e aí esse pessoal aí que eu te falei vai se aproveitando disso.

E aqui uma reflexão também interessante de se fazer. Os relatos dos moradores apontam para a questão do tráfico de drogas. Essa discussão aparece cotidianamente na TV, nas redes sociais, em reportagens e discursos do senso comum popular. Existe uma vertente dessa discussão que fecha os olhos para a natureza das condições sociais aonde o tráfico de drogas se alimenta. A juventude da periferia pobre é colocada no mesmo nível que a juventude do centro da cidade, das periferias autosssegregadas e dos condomínios fechados, sem qualquer critério que considere a história espacial desses sujeitos e as oportunidades que pra eles se abrem.

Aí é que entra o discurso homogeneizante da meritocracia. Vira e mexe as mídias tentam buscar figuras exemplares nas periferias pobres, heróis da superação de sua condição, para mostrarem à sociedade que o capitalismo funciona e que basta querer para que se tenha poder. Um em um milhão então se torna a regra e não a exceção. Para cada um indivíduo que ascende, existem outros milhões que, carentes de um pai, uma mãe, avós, tios<sup>20</sup>, de uma casa, de uma escola, de comida na barriga, são vítimas do tráfico não por total escolha, mas por falta de escolhas. Essa é, infelizmente, a realidade de grande parte da juventude pobre no Brasil contemporâneo.

O tema da situação da juventude pobre brasileira merece profunda investigação geográfica, podendo ser um estudo mais completo e rico para caracterizar a realidade de Brasil. Mas, voltando a falar sobre outro problema no Santa Clara, a desarticulação, não apenas o bairro Santa Clara, mas também o Pinheirinho perdeu o engajamento e a representatividade de sua antiga associação de moradores. Ou seja, o quadro atual mostra que não há uma representatividade política nos bairros. Não há uma liderança ativa, nem uma organização articulada, lutando para que os direitos sejam

---

<sup>20</sup> Às vezes não falta a figura do familiar, mas o amor de um familiar.

atendidos nos bairros. Mais ainda, a falta de acesso à informação, a falta de qualidade na educação, fruto do afastamento da população às condições de acesso à cultura, fez com que outros problemas surgissem. Dentre eles, o tráfico de drogas e a violência, como aponta L.A.:

As coisas aqui avançaram bastante, mas, olha, existem novos problemas aqui que com o passar do tempo estão piorando. Se a gente não fizer alguma coisa eu não sei o que vai ser do Santa Clara, do Pinheirinho e dos bairros aqui perto.

A preocupação de L.A., jovem liderança do bairro, identifica na situação atual uma oportunidade de reconstruir a unidade que um dia o bairro teve. Para ela, a relação da Universidade com o bairro, além de projetos voltados para a juventude, junto com as instituições educacionais locais, é um caminho para trazer de volta caminhos para traçar novos caminhos. Esse “fazer alguma coisa” para L.A. passa justamente nesse sentido.

Há, portanto, pelo menos dois cenários constituídos nos bairros. Um ligado à força da fragmentação, a consciência de uma produção da cidade capitalista que gera espaços fragmentados, do cada um por si, indeferindo uma identidade comum. Espaços de preconceitos, de rejeição às suas condições, à pobreza, à ideia de estarem em uma periferia, todas elas ideologias que os fazem voltarem contra si mesmos. De outro lado, existe a negação ao espaço concebido, esse resto que o capitalismo entrega às classes mais baixas. Aí então entra a ideia da resistência, de resgatar as raízes, a coletividade presente no espírito solidário, podendo dar lugar a uma nova organização coletiva, resgatando trajetórias e memórias daqueles que um dia lutaram para afirmar seus territórios e lugares na cidade, em busca da valorização de suas identidades.

Cada um desses caminhos compartilha um projeto de cidade, um modelo de sociedade. E eles se justapõem numa lógica conflitante, mas que pode ser superada, uma vez que essa camada conseguir enxergar-se num mesmo processo. Para que isso ocorra, de fato,

espaço e tempo devem ser reconfigurados numa produção de leitura nova, na formação de consciências espaciais cidadãs que enxerguem no passado a chave para o presente para trilhar melhores caminhos no futuro. Em síntese, acostumadas com a vida extremamente simples e difícil, as lideranças em articulação demonstraram através de seus relatos, um histórico de resistência frente ao processo de segregação socioespacial e exigência pelo direito à cidade. O enfrentamento dos moradores garantiu alguns direitos, fruto da luta e da resistência. Mas, ao mesmo tempo, dialeticamente, deu suporte para o aumento na oferta de serviços, já que a luta por infraestrutura interessava também para o direcionamento de outro eixo do desenvolvimento capitalista na cidade, confirmando esse processo aos interesses da especulação imobiliária, força motriz de todo esse processo na dinâmica urbana.

Além dos problemas envolvendo o Pinheirinho e o Santa Clara, há que se destacar também outro bairro que enfrenta dificuldades e que representa boa parte dos alunos que estudam no Grimminck. O Recreio Vale do Sol e, principalmente, o Residencial Jardim das Alterosas<sup>21</sup>. Estes bairros reúnem grande parte dos conflitos que eclodem no espaço escolar. O Residencial Jardim da Alterosas é o típico exemplo que Arlete Moysés (2015, p. 79) coloca, pois:

A instalação de grandes conjuntos habitacionais, em áreas desprovidas de cidade, é tida como portadora do bem, por permitir o acesso à casa própria aos excluídos, tornando-os excluídos da cidadania e da cidade, mas incluídos numa possibilidade futura de ser um proprietário de uma casa, de um bem pessoal. É uma forma de violência. Cria-se um novo modo de vida, sem a participação societária. Define-se o urbano como portador do progresso, sem inserir os indivíduos nele (RODRIGUES, 2015, p.79).

Sobre os predinhos, veremos mais sobre seus conflitos depois. Em 2015, *em um evento* comunitário organizado por alunos da

---

<sup>21</sup> Popularmente chamado de “os predinhos”, o Residencial Jardim das Alterosas localiza-se ao lado do bairro Recreio Vale do Sol e é uma forma de segregação dentro do próprio bairro. São prédios construídos a partir de 2009, colocados numa área pequena, anexa ao bairro Recreio Vale do Sol. Muitos alunos do Grimminck moram nesses edifícios e contam muitas histórias de violência ocorridas dentro dele e seu entorno. Os predinhos estão para o Recreio Vale do Sol assim como o Santa Clara está para o Pinheirinho. São ambos extensões da segregação, materializações da insuficiência política de habitação na cidade capitalista.

Geografia da Unifal-MG<sup>22</sup>, duas moradoras do Residencial Jardim das Alterosas compareceram e fizeram uma fala sobre a situação enfrentada por elas e algumas famílias. G., uma das representantes, fez um desabafo, dizendo:

Onde eu moro é quase um bairro. São duzentos e quarenta apartamentos, mais de mil pessoas e a maioria é criança. Não tem segurança onde moro! Não tem manutenção! Só que antes, se uma casa valia cinco, dez mil hoje vale quarenta, cinquenta mil. A noite ali é muito escuro e as crianças ficam na rua. Dizem que vão colocar iluminação agora, mas até agora (outubro de 2015), nada! Enfim, lá não tem segurança, não tem respeito. Acho que a prefeitura, nessa questão, errou demais!

R.E., que também mora nos predinhos, exaltada, também fez reclamações sobre a condição por eles vivida:

Os correios não entram lá dentro! Só a Copasa que entra agora pra colocar a conta de água! Agora, a prefeitura, nesses últimos quatro anos, não fez melhoria. A prefeitura daqui tem uma verba muito grande! É milhões, milhões! É imposto, é água que aumenta, é luz que aumenta....diz que tem tratamento de esgoto, mas não sei se tem...A questão é que, veio a Unifal, aumentou o preço do aluguel, o preço de tudo!. É muita coisa errada que os políticos da prefeitura fecha os olhos deixa rolar. É bom que não passem perto de mim! Era filiada do partido mas quero me desfiliar porque não acredito mais! Só mentiram pra mim! Quiseram sempre se promover às custas da inocência dos outros! O pobre é que perde nisso tudo. Paga imposto até pra dormir! Eles querem tanto, mas não fazem nada. Não acredito mais em nada! Eu acredito em mim, nos meus bracinhos indo trabalhar.

Esses discursos recolhem o sentimento de grande parte dos moradores dos bairros. O sentimento de que o Estado está cada vez mais ausente na hora de garantir os direitos. O sentimento de que eles são desimportantes, que estão esquecidos. O desinteresse pela política, o descrédito, são interessantes para o Estado capitalista, pois ele conserva a ordem das coisas e afasta as pessoas da condição de lutar. E quando uma escola, uma geografia, deixa de tocar nessas questões, estamos na

---

<sup>22</sup> Unifal de Portas Abertas, que tem como objetivo criar um diálogo permanente entre a Unifal-MG e os bairros no entorno, no sentido de orientar parcerias e projetos voltados às realidades dos bairros.

verdade permitindo a desmobilização. Mais que isso, estamos ajudando a desmobilizar.

## 12 Considerações<sup>23</sup>

A pobreza é uma situação de carência, mas também de luta, um estado vivo, de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível. Milton Santos, 2014, p. 132

Mais de trinta anos após a sua implantação, o bairro do Pinheirinho já está relativamente consolidado na estrutura urbana da cidade de Alfenas, com a infraestrutura chegando gradualmente, a segregação não se expressa mais ou apenas pela distância ao centro, carência da infraestrutura e serviços básicos, mas pela falta de empregos, pelo subemprego, a alta rotatividade e vulnerabilidade sempre presentes, pela falta de alternativas de lazer e atividades culturais, e acesso às novas tecnologias, que perpetuam essa população como depósito de mão-de-obra pouco qualificada, a ser absorvida e repelida de acordo com as oscilações do mercado de trabalho.

Há um processo de integração urbana, mas as fragmentações permanecem e se reconfiguram, o que confirma uma inserção precária. A televisão, a geladeira, a máquina de lavar, são bens corriqueiros, mas as exclusões se dão por outras vias: a exclusão digital, o acesso à informação. A bicicleta é um meio de transporte bastante utilizado, assim como as viagens a pé, não por opção, mas em função dos baixos rendimentos.

A chegada da universidade só ressalta mais os contrastes com a população do Pinheirinho, e embora sua instalação seja vista de uma forma positiva, não atende diretamente à grande maioria de seus moradores, mas os impactos já são visíveis com a valorização dos imóveis e a expulsão da

---

<sup>23</sup> As presentes Considerações fazem parte do artigo BRANQUINHO, Evânio dos Santos; OLIVEIRA, Juliana Mara. A produção e a reprodução da periferia em Alfenas – MG: um estudo da expansão urbana com o uso da Fotografia Aérea com Pipa. Revista Estudos Geográficos, Rio Claro, v. 11, n.2, p. 34-53, jul.- dez., 2013.

população, como aconteceu com a instalação da Unifenas, duas décadas atrás na porção sul da cidade.

O ambiente construído do bairro não passa por maiores transformações, mas a região sim, configurando um nítido eixo de expansão e valorização, o que levará a transformações no bairro, de uma forma ou de outra, em termos do acesso diferencial dos serviços e da distribuição socioespacial das classes e segmentos.

## Referências

ALFENAS PREFEITURA MUNICIPAL. **Leitura técnica do Plano Diretor Participativo de Alfenas**. Alfenas: 2006.

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. **A Geografia e os Geógrafos do IBGE**. Tese de doutorado Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

BRANQUINHO, Evânio dos Santos; OLIVEIRA, Juliana Mara. A produção e a reprodução da periferia em Alfenas – MG: um estudo da expansão urbana com o uso da Fotografia Aérea com Pipa. **Revista Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 11, n.2, p. 34-53, jul.- dez., 2013.

CARLOS, Ana Fani A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvia Maria (organizadores). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 95-110.

CARLOS, Ana Fani A. Diferenciação socioespacial. **Revista Cidades**. Presidente Prudente, v. 4, n. 6, 2007, p. 45-60.

CARVALHO, A.; CÉSAR, G. **A expansão urbana de Alfenas/MG**. 2010. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso - Instituto de Ciências da Natureza, Universidade Federal de Alfenas-MG, Alfenas, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

FIGUEIREDO, Natália Negretti; BERNARDES, Rogério Souza. **Crescimento das cidades médias: uma análise sobre o município de Alfenas-MG e a implantação de um novo campus universitário**. 2010. 33f. Instituto de Ciências da Natureza - Universidade Federal de Alfenas-MG, Alfenas, 2010.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Trad. João A. Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**: Alfenas-MG. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=&codmun=310160&search=minas-gerais%7Calfenas%7Cinfograficos:-historico>. Acesso em: 12 jan. 2017.

LAMEGO, Mariana. O IBGE e a Geografia Quantitativa Brasileira: construindo um objeto imaginário. **Terra Brasilis** (Nova Série), n. 3, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Henri Lefebvre; tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1990.

MOREIRA, Ruy. **O discurso do avesso**: para a crítica da geografia que se Ensina. São Paulo: Contexto, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS. **Leitura técnica do Plano Diretor de Alfenas**. Alfenas: 2006.

RODRIGUES, A. M. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. **Revista Cidades**. Presidente Prudente, v. 4, n. 6; 2007, p. 73-88.

RODRIGUES, A. M. Geografia e violência urbana. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib, OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs). **Geografia e perspectiva**: ensino e pesquisa. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2015, p.77-86.

SOUZA, E. C. de. (Auto)biografia, histórias de vida e práticas de formação. In: NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. (orgs). **Memória e formação de professores [online]**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 59-72.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 23 ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

### Capítulo 3

## Uma análise sócio-espacial do Bairro Santos Reis: urbanização e segregação<sup>24</sup>

Keylla Patrícia Francisco

O urbano é a obsessão daqueles que vivem na carência, na pobreza, na frustração dos possíveis que permanecem como sendo apenas possíveis. Assim, a integração e a participação são a obsessão dos não-participantes, dos não-integrados, daqueles que sobrevivem entre os fragmentos da sociedade possível e das ruínas do passado: excluídos da cidade, às portas do "urbano" (LEFEBVRE, 2006, p. 102).

### 1 Introdução

Este trabalho consiste em um estudo de caso cuja unidade territorial analisada foi o bairro Santos Reis, localizado no município de Alfenas, Minas Gerais. A pesquisa de campo foi realizada no período de abril a outubro de 2010.

O bairro conta atualmente com uma população em torno de 1100 habitantes, possui cerca de 230 residências, para os quais se verifica insuficiência de serviços públicos e infraestruturas.

Com o crescimento urbano de Alfenas, a população de baixa renda acabou sendo mais segregada, passando a habitar em áreas cuja condição de infraestrutura urbana não era suficiente para comportá-la. População esta, resultante principalmente do êxodo rural, que se intensificou a partir da década de 1950.

O interesse em estudar o bairro dos Santos Reis surgiu ao observar que este possui uma concentração de famílias negras, com características culturais e sociais distintas dos outros bairros, por exemplo, na

---

<sup>24</sup> Este capítulo tem como base o TCC Do rural ao urbano, uma análise sócio-espacial do Bairro Santos Reis no Município de Alfenas-MG: Urbanização, segregação sócio-espacial, características sócio-econômicas e culturais, apresentado em 2010, sob orientação do Prof. Evânio dos Santos Branquinho.

religiosidade da Folia de Reis e do Congado, entre outras práticas culturais que correm o risco de desaparecerem.

Este trabalho busca analisar, através de entrevistas livres (não estruturadas) com os moradores e aplicação de questionários estruturados, a configuração sócio-espacial do Bairro. No intuito de responder como se deu o processo de urbanização, se há uma segregação no local, além de traçar um perfil da identidade dos habitantes através da investigação de suas origens e a prática de hábitos rurais. Valorizando os habitantes como atores sociais e levando em conta fatores culturais e históricos da identidade do bairro na produção social do espaço em que vivem.

Nesse sentido, uma das questões propostas é sobre o porquê do bairro (apesar de ser um dos mais antigos de Alfenas), não ter se expandido e não receber os mesmos investimentos dos órgãos públicos que outros bairros mais recentes, ou ações de políticas públicas de valorização da cultura e infraestrutura no local. Assim como, verificar se as demandas feitas pela população na Leitura Comunitária e Técnica do Plano Diretor Participativo, realizado em 2006, foram atendidas e como se dá o uso e ocupação do solo no local.

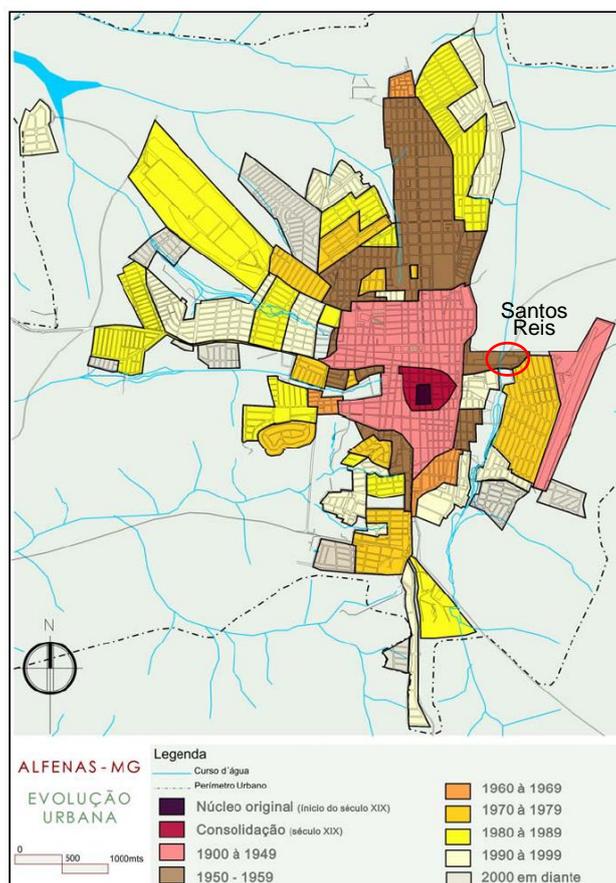
## **2 Histórico do Bairro Santos Reis**

Preliminarmente, cabe destacar que poucos foram os registros oficiais encontrados sobre o bairro; seu histórico foi realizado através do levantamento de limitados dados obtidos e, principalmente, através dos relatos dos moradores.

Apesar de ser um dos bairros mais antigos de Alfenas, só foi incorporado ao perímetro urbano a partir na década de 1950 (figura 1). Tornou-se mais povoado a partir dessa década, em virtude da intensificação do êxodo rural e da facilidade de adquirir terrenos, seja por ocupação ou por seus preços irrisórios, (Secretaria de Habitação da Prefeitura de Alfenas).

Até a década de 1970, não havia no bairro nenhum tipo de serviço público como água encanada, luz, asfalto e esgoto, estas melhorias, ocorreram gradativamente a partir do final da década referida, segundo informação dos moradores.

Figura 1 - Evolução urbana do município de Alfenas entre 1900 a 2000



Fonte: Plano Diretor Participativo de Alfenas, 2006a.

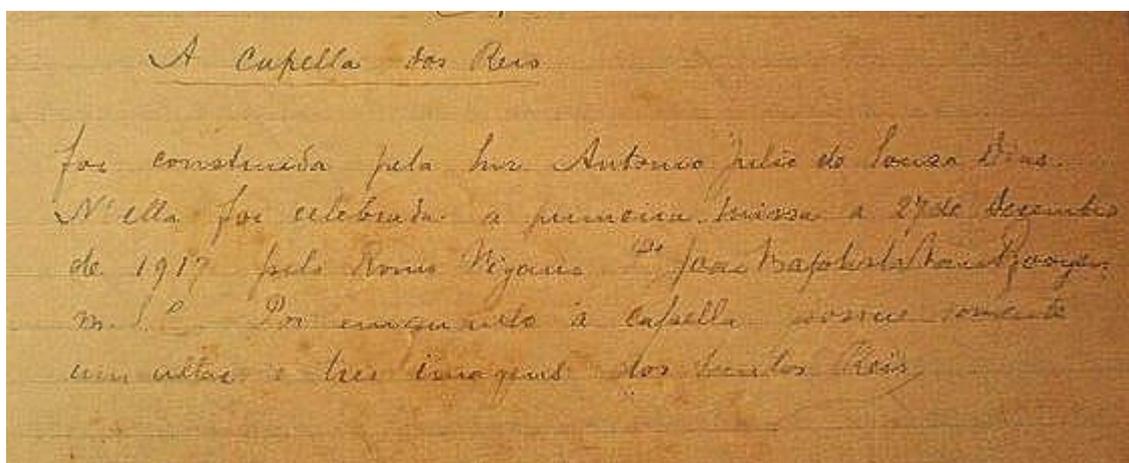
A única referência histórica, sobre o bairro no Plano Diretor de Alfenas (PDP, 2006a), foi feita pela professora e historiadora Carla Alfonsina D'Auria, em 2001, para a Prefeitura Municipal de Alfenas e está relacionada com a construção da capela em homenagem aos Santos Reis:

A Capela dos Santos Reis, que foi construída em homenagem aos reis magos na segunda década do século XX, existente no Bairro de mesmo nome, é uma grande referência para a cultura popular regional. Foi edificada na região outrora conhecida por Aflitos, composta por moradas rústicas, cobertas de sapé. O local foi pouco a pouco se expandindo em torno da capelinha, moldando o atual bairro, já incorporado ao perímetro urbano, conhecido como bairro Santos Reis (PDP, 2006a, p. 8).

Segundo registro averiguado no Livro do Tombo<sup>25</sup> (figura 2). A capela do bairro Santos Reis foi inaugurada em 27 de dezembro de 1917 (figuras 3 e 4):

A capella dos Reis: foi construída pelo Sr. Antônio Júlio de Souza Dias. N'ella foi celebrada a primeira missa a 27 de Dezembro de 1917 pelo Rvmo. Vigário Pe. João Batista Van Rooyen m. S. C. "Por enquanto a capella possui somente um altar e três imagens dos Santos Reis." (O registro foi realizado pelo próprio celebrante o Vigário Pe. João Batista Van Rooyen) (Livro do Tombo III de 1911 a 1943, p. 37).

Figura 2 - Página do Livro do Tombo com registro sobre a Capela do Santos Reis



Fonte: Secretaria da Paróquia São José e Dores de Alfenas.

Segundo relatório da Federação do Reizado do Estado do Rio de Janeiro<sup>26</sup> (FRERJA), a "Capela do Bairro Santos Reis é considerada a mais antiga do Sul de Minas", dedicada aos Reis Magos, atualmente com 93 anos (figuras 2 e 3), apesar de ter sido descaracterizada com as obras de ampliação entre os anos de 1987 e 1997. Isso demonstra a falta de uma política pública no município de Alfenas para preservação de seu patrimônio histórico cultural.

<sup>25</sup> Arquivo de registros disponibilizado na secretaria da paróquia São José e Dores de Alfenas, I localizada à Av. São José, 1500, em Alfenas-MG.

<sup>26</sup> Disponível na secretaria da paróquia São José e Dores de Alfenas, localizada à avenida São José, 1005.

Figura 3 - Capela dos Santos Reis em 2010



Fonte: Keylla P. Francisco, abril de 2010.

Figura 4 - Capela dos Santos Reis na década de 1910



Fonte: Secretaria da Paróquia São José e Dores.

Consta no relatório que, o Padre João Baptista Van Rooyen comandou a paróquia São José e Dores no período de 1915 a 1925. Era holandês, da cidade de Schiedan, que faz divisa com a cidade de Colônia na Alemanha, onde se encontra o Relicário dos Santos Reis, na catedral Gótica, desde o ano de 1166. Este local é o terceiro maior centro de peregrinações católicas da Europa, depois do Vaticano e Santiago de Compostela, na Espanha.

Em toda Europa ocidental as tradições populares associadas a estes personagens bíblicos sempre foram muito disseminadas, desde épocas medievais, adquirindo na Alemanha e alguns países vizinhos, uma significativa expressão folclórica próxima das Folias de Reis brasileiras. São os grupos conhecidos por: "Sternsingers", (Cantadores da Estrela) constituídos por jovens, que no período natalino até o dia de Reis percorrem as casas entoando cânticos consagrados aos Reis Magos, e, ao mesmo tempo, angariando donativos para programas sócio-comunitários (FRERJA, 1997-2000, p. 4).

Acredita-se que o conhecimento destes fatos teria sensibilizado o Padre missionário a tomar um procedimento raro na época, consagrar a Santos Reis a capela construída pelo Capitão Tônico Folia ou (Júlio Antônio

de Souza Dias), atendendo assim seu desejo (por promessa ou devoção), como também aos anseios da comunidade em geral.

Consta também no relatório, a descrição do bairro Santos Reis feita pelo Sr. Pedro Paulo da Cruz (1926). O bairro, *“por volta da época da construção da capelinha, segunda década do século XX, era conhecido por Aflitos, habitado por moradores humildes em sua maioria, alojados em casas rústicas, cobertas de sapé”*. Consta que o local foi pouco a pouco se expandindo no entorno da capelinha, com novos arruamentos e moradias mais modernas, moldando o atual bairro e, ao mesmo tempo, *“o local ia se identificando com o nome do consagrado Padroeiro, Santos Reis”*. O Sr. Pedro conheceu Tônico Folia que era carpinteiro, cantador e violeiro.

Consta no relatório que os parentes de Tônico Folia relataram que ele era uma pessoa muito espirituosa e que após terminar a construção da capela disse: *“A igreja tá pronta, o diabo é o santo”*. E também, que passou a colocar o sobrenome Reis, em seus filhos, sendo que atualmente existem muitos de seus descendentes vivendo no bairro (FRERJA, 1997-200, p. 6 a 10).

Um material, que muito contribuiu para pesquisa, foi um filme<sup>27</sup> gravado no bairro Santos Reis na década de 1960. A estória do filme é irrelevante para a pesquisa, trata-se de um guerrilheiro, comunista e revolucionário, foragido que se esconde na capela dos Santos Reis. A contribuição do filme foi mostrar um retrato da realidade e do cotidiano do bairro na época.

No filme é possível observar como era a capela dos Santos Reis antes de ser descaracterizada na reforma realizada entre os anos de 1987 a 1997. No interior da Igreja havia uma sacada de madeira sobre o altar (figuras 5 e 6), cujo acesso era por uma escada também de madeira, esta dava num alçapão de acesso ao sino que ficava na sacada.

---

<sup>27</sup> Filme sem título produzido pelo extinto Cine Clube Alfenas, na década de 1960. Assistência e direção de Ivan Estêves e Idalécio Estêves, fotografia, som e montagem Pe. José Henrique Raan e José Aprelini. Disponível em DVD com o Título: *“Filme antigos, O Levante das saias e outros”*. Fonte: Acervo particular de José Aprelini.

Figura 5 - Capela dos Santos Reis



Fonte: Cenas do filme gravado no Bairro, década de 1960.  
Organização: Keylla P. Francisco.

Figura 6 - Sacada no interior da Capela



Fonte: Cenas do filme gravado no Bairro, década de 1960.  
Organização: Keylla P. Francisco.

Foi possível conferir como eram as casas na década em que foi gravado o filme, confirmando os vários relatos citados, que diziam ser casas, cercadas por arame ou bambu (figuras 7 e 8), de "pau-a-pique" que são moradas rústicas, de paredes de paus trançados e barro batido, cobertas de sapé, estas existiam até pouco tempo (10 anos) no bairro.

Figura 7 - Casa de pau-a-pique



Fonte: Cenas do filme gravado no Bairro, década de 1960.  
Organização: Keylla P. Francisco.

Figura 8 - Casa de barro



Fonte: Cenas do filme gravado no Bairro, década de 1960.  
Organização: Keylla P. Francisco.

Apesar das imagens não serem muito nítidas, foi possível vislumbrar cenas do cotidiano na época, como uma lavadeira subindo o morro (figura 8), homem a cavalo, crianças brincando na rua, cachorro dormindo, roupas no varal etc. (figuras 9 e 10) e também confirmar que a grande maioria

dos moradores era negra. Durante a pesquisa este filme foi citado com orgulho pelos moradores do bairro, que participaram como figurantes, muitos ainda eram crianças (figuras 11 e 12).

Figura 9 - Mulher na rua com bacia na cabeça



Fonte: Cenas do filme gravado no Bairro, década de 1960.  
Organização: Keylla P. Francisco.

Figura 10 - Crianças brincando na rua



Fonte: Cenas do filme gravado no Bairro, década de 1960.  
Organização: Keylla P. Francisco.

Figura 11 - Mulher observando na cerca



Fonte: Cenas do filme gravado no Bairro, década de 1960.  
Organização: Keylla P. Francisco.

Figura 12 - Figurantes



Fonte: Cenas do filme gravado no Bairro, década de 1960.  
Organização: Keylla P. Francisco.

Nas imagens é possível observar também que não havia asfalto na época, conforme os relatos obtidos, este só foi implantado em meados da década de 1970 (fotos 13 a 16).

Figura 13 - Figurantes na Praça Santos Reis



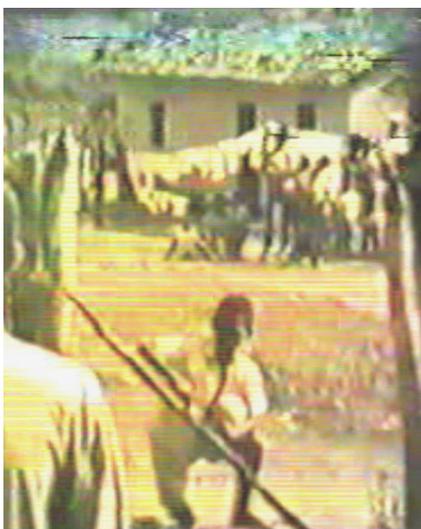
Fonte: Cenas do filme gravado no Bairro, década de 1960.  
Organização: Keylla P. Francisco.

Figura 14 - Vista da capela



Fonte: Cenas do filme gravado no Bairro, década de 1960.  
Organização: Keylla P. Francisco.

Figura 15 - Menino com bola



Fonte: Cenas do filme gravado no Bairro, década de 1960.  
Organização: Keylla P. Francisco.

Figura 16 - Praça Santos Reis



Fonte: Cenas do filme gravado no Bairro, década de 1960.  
Organização: Keylla P. Francisco.

Segundo os moradores, o bairro iniciou há mais cem anos. Quando questionados se sabiam a idade do bairro, 64% dos entrevistados

consideraram que o bairro tenha mais de 100 anos, 20% que tenha mais de 140 anos, 6% que tenha de 90 a 130 anos e 6% não sabem.

Na Ata da reunião da Leitura Comunitária do plano Diretor consta que: *"O bairro foi crescendo com a vinda de familiares das pessoas que já moravam ali a maioria dos moradores vieram morar no bairro por terem conhecidos e por isso os moradores são unidos"*. E, também que um dos motivos do crescimento do bairro, foi a facilidade na aquisição de terrenos na região. (PDP, 2006b, p. 59 e 60)

Levando-se em conta o depoimento das pessoas que moram há mais de 70 anos no bairro e o registro da primeira missa celebrada na capela dos Santos Reis, podemos constatar que o bairro tem cerca de cem anos. As Famílias tradicionais do bairro são de sobrenome Reis, Adriano, Lourenço, Maciel e Silva, foram os primeiros a habitar o bairro.

A pessoa mais idosa entrevistada foi a Sra. G. da Silva, de 88 anos, negra, residente na Praça Santos Reis desde o nascimento. A entrevista foi realizada no dia 20/10/2010. Questionada sobre suas lembranças do bairro na infância, ela afirmou ter morado a vida toda no bairro Santos Reis. Contou que, de acordo com as lembranças de sua infância, *"havia no bairro apenas três ranchinhos de pau-a-pique, cobertos por sapé (capim), uma capelinha cercada por arame farpado onde hoje é a Igreja dos Três Reis Magos, havia uma lavoura de café e uma área de pasto para o gado, próximo à rodovia que vai para a cadeia. Não havia ruas no bairro, apenas trilhos (sic. trilhas), tinha uma pinguela de tábua no ribeirão pra atravessar. As mulheres buscavam água em latas nas Minas, (que ainda existem, mas estão poluídas). Seu pai era "turmeiro e chegou a trabalhar na construção da Ferrovia" Sul Mineira que cortava Alfenas e foi desativada na década de 1960. Diz não ter lembranças dos avôs, mas sabe que viviam na zona rural.*

Afirma ter sido lavadeira, *"lavava roupas pra fora no córrego"*, ou Córrego da Pedra Branca, atualmente poluído pelo lançamento de esgoto. Afirma que havia uma festa religiosa na capela dos Santos Reis Magos, todo ano no início do mês de janeiro que era o encerramento das folias de Reis, iniciada no Natal, mas com a morte do Sr. Jorge Lourenço esta acabou, embora antes de acabar tenha se modificado, havendo muitas brigas e falta

de religiosidade por parte dos jovens. Sua fala se refletiu em muitas outras principalmente de moradores antigos do bairro.

Diz que havia um cemitério denominado dos *"bexiguentos"* ou dos *"índios"* e uma pequena capela, era uma área de cerrado, onde está localizado o bairro Jd. Aeroporto, atualmente. Essa informação foi reforçada pela maioria dos entrevistados e faz parte do imaginário popular, dizem que eram enterradas crianças prematuras e doentes terminais no local.

Segundo Sr. J. M. Santana de 79 anos, residente na rua Joaquim do Carmo entrevistado no dia 20/10/2010 e José Vitor Lázaro ou Decão (responsável pelo Barracão Cultural da Prefeitura), por volta de 1945 houve uma epidemia de Difteria e Varíola (depois da segunda Guerra mundial) e os doentes eram enterrados neste local. O Sr. J. M. Santana afirma ter sido encontrado ossadas humanas na construção de sua residência há 37 anos e já ouviu falar de ossadas encontradas no período de construção do bairro Jardim Aeroporto.

O Sr. R. A. da Silva, branco de 80 anos, morador da Rua Antônio Maciel há 70 anos, entrevistado no dia 14/10/2010, conta achando graça a seguinte lembrança: *"meu pai contava um caso, falava que, quando era criança, viu o enterro de uma mulher em estado terminal, de doença ruim, sendo enterrada no cemitério dos bexiguentos e ela ia limpando do rosto a terra que jogavam nela"*.

Sua esposa M. T da Silva, negra de 76 anos, moradora do bairro há 70 anos, afirmou, rindo, que: *"isso não deve ser verdade, é estória de gente antiga"*, mas afirma que o cemitério *dos bexiguentos"*, existia mesmo e as pessoas que morriam de Tuberculose e Lepra ou, "Doença de Sangue", eram enterrados nele. Questionados sobre a incidência destas doenças disseram que *"eram muito comuns no bairro, mas diminuiu muito, pois hoje existem mais recursos"*.

A Sra. J. F. Lima de 80 anos, negra, residente na rua Francisco de Paula Lima, entrevistada no dia 27/10/2010, diz ter vindo da zona rural há 70 anos com seus pais. Era de uma comunidade do município de Alfenas chamada Coroado. *"O pai era carreiro e amansador de cavalos, tinha duas vacas leiteiras, moravam na propriedade do patrão sua mãe era costureira"*

*e lavradora plantava de um tudo, criava galinha e pato, fazia quitanda (tinha um forno de lenha no terreiro) e não deixava os filhos passar falta". Porém seu pai "embirrou com o patrão" e veio para cidade para morar no Santos Reis. "Mãe veio chorando, pois não gostava de cidade, só vinha a passeio e para comprar fazenda de tecido para fazer roupas para os filhos".*

Diz ter morado a vida toda no bairro, "se casou e foi morar em um rancho de pau-a-pique de dois cômodos, quando chovia dormia com uma bacia na barriga por causa das goteiras". Trabalhava de empregada na cidade, ficava a semana toda e voltava no fim-de-semana. Quando se cansou deste serviço foi "formar lavoura", pois podia levar seus filhos. Acordava de madrugada, "buscava água na mina, e "mesmo de barriga, subia o morro do Santos Reis com uma Lata na cabeça e outra na mão". Na volta do trabalho trazia um "feixe de lenha na cabeça, para cozinhar no fogão de lenha. Criou 11 filhos e um neto, teve 10 filhos em casa com parteira e um no hospital. Gostava de trabalhar e ter seu dinheiro gostava de costurar, mas o marido vendeu sua máquina de costura para comprar cigarro. Desde este dia perdeu o amor no marido e nunca mais dormiram juntos até ele morrer.

A Sra. M. A. Geraldo, negra de 71 anos, irmã de Jorge Lourenço, diz que mora no bairro desde os cinco anos de idade. "meu pai vendeu o carro de boi, morava na colônia do patrão nos Rocha e comprou um terreno no Santos Reis". Ela passou a vida toda no bairro, se casou, teve 12 filhos (todos com parteira) agora é viúva e tem 56 netos. Relembra com nostalgia o tempo em que apesar das dificuldades "era muito bom". "Tinha só a capelinha com cerca de arame em volta, casa de pau-a-pique, rua de terra e muito buraco." Diz que, "buscava lenha para cozinhar onde é o bairro Aeroporto, lá era o cemitério dos Índios, tinha uma capelinha bem pequena, tinha muitos frutos do mato, ananais, marolo, gabirola e araçá, eu buscava argila rosa nas ocas pra passar no rancho, ficava muito bonito, também passava esterco de gado no chão do rancho, para abaixar a poeira e evitar o barro". "Um dia estava grávida e fui buscar lenha no mato depois passei mal, buscaram a parteira e tive gêmeos". Quando chegou a energia elétrica

conta que ia à casa de seu irmão para assistir TV. Disse que sua casa foi reformada pela prefeitura, ficou muito bom, mas desde a reforma há mais ou menos dois anos, está sem energia. Suas filhas moram no fundo e ao lado de sua casa, e elas lhe fornecem o necessário para ir vivendo.

Através do material encontrado e dos relatos obtidos na pesquisa, foi possível constatar que bairro era um local isolado e precário. Os primeiros habitantes eram negros, pobres, a grande maioria oriundas da zona rural que ocuparam esta região periférica de Alfenas.

### **3 Perfil dos entrevistados**

Os moradores do Bairro Santos Reis são pessoas humildes e hospitaleiras, houve, grande receptividade durante a realização da pesquisa, a grande maioria respondeu com boa vontade a todas as perguntas. Os mais idosos contaram com riqueza de detalhes, suas vivências e lembranças. Dos entrevistados 68% eram mulheres e 34% eram homens.

O tempo de residência dos moradores no Bairro Santos Reis varia de 4 meses a 88 anos. Sendo que 4% dos entrevistados vivem no bairro de 0 a 5 anos, 10% de 10 a 17 anos, 30% de 20 a 29 anos, 20% de 30 a 38 anos, 12% de 40 a 48 anos, 8% de 50 a 58 anos, 6% de 60 a 66 anos, 8% de 70 a 76 anos e apenas 2% de 80 a 88 anos.

A faixa etária dos entrevistados varia de 16 a 88. Onde, 8% têm de 16 a 17 anos, 16% de 20 a 24 anos, 10% de 34 a 37 anos, 10% de 41 a 48 anos, 20% de 51 a 59 anos, 14% de 60 a 68 anos, 16% de 70 a 78 anos e 6% de 80 a 88 anos.

Os segmentos religiosos declarados pelos entrevistados foram 90% católicos, 8% evangélicos e 8% protestantes. No bairro existe apenas uma igreja Evangélica "Boas Novas de Jesus" e uma Católica que é a capela dos Santos Reis.

A cor da pele declarada pelos moradores do bairro Santos Reis, aponta. 32% se declararam negro(a); 46% pardo(a) / mulato(a); 22% branco(a).

A declaração condiz com o que foi observado, e esta definição é baseada no conceito do IBGE.

De acordo com a convenção do IBGE, negro é quem se auto-declara preto ou pardo. Embora a ancestralidade determine a condição biológica com a qual nascemos, há toda uma produção social, cultural e política da identidade racial/étnica no Brasil. (...) o conceito de raça é uma convenção arbitrária e pode ser enquadrada como uma categoria descritiva da antropologia, uma vez que é baseada nas características aparentes das pessoas. Portanto, o uso dos termos raça ou etnia está circunscrito à destinação política que se pretende dar a eles (OLIVEIRA, 2004).

Constam na Ata da Leitura Comunitária do Plano Diretor Participativo queixas dos moradores sobre preconceito e discriminação: *“Relataram ainda a existência por parte de alguns moradores do jardim Aeroporto preconceito e exclusão, principalmente no Tele Centro que foi criado na região entre o Jd. Aeroporto e Santos Reis”*. E também, *“Disseram que o bairro é muito bom para morar, mas existe uma rejeição do bairro Santos Reis pelo resto da cidade”*. E que *“no Tele centro, os professores não querem dar aula por que as crianças estão descalças e sem banho”* (PDP, 2006b, p. 61 e 63).

Foi constatado na pesquisa de campo que o Tele Centro, importante na inclusão digital dos moradores foi desativado, não foi possível saber a causa.

Os entrevistados foram questionados a respeito de sofrerem ainda, algum tipo de discriminação ou se já foram vítimas de preconceito por serem do bairro Santos Reis, 25% que afirmaram ter sofrido discriminação. São jovens que estavam em busca de trabalho e atribuem a não contratação à discriminação por serem moradores do bairro. Os outros 75%, disseram não sofrer preconceito ou discriminação.

Segundo a Sra. M. M. Lourenço, negra de 76 anos, moradora da Rua Joaquim do Carmo, em entrevista realizada no dia 11/10/2010, o bairro se chamava “Aflitos” e os moradores do bairro “antigamente” recebiam

apelidos pejorativos, como: *"Mata Piolho", pois, as mulheres ficavam na frente dos ranchos catando piolho nas crianças, ou "Quenta Sol", pois, as pessoas ficavam nas portas de suas casas conversando ou também "Escorrega um lá vai dois", este ela não sabe se era atribuído devido à alta taxa de natalidade no bairro ou à falta de calçamento, pois quando chovia muitos escorregavam na lama ao tentar subir o morro, onde está localizado o bairro.*

Estes relatos e o que se seguem nas entrevistas, mostram, as formas de discriminação e preconceito a que sempre estiveram e estão sujeitos os moradores, primeiro por serem pobres e segundo por serem negros.

Com a realização da pesquisa foi possível observar a baixa escolaridade dos moradores do bairro Santos Reis, dos quais 28% são Analfabetos, 18% semi-alfabetizados (assinam o nome), 28% concluíram a 4ª série do Ensino Fundamental, apenas 2% possuem o Ensino Fundamental completo, 8% o Ensino Fundamental incompleto, 6% o Ensino Médio Completo, 8% o Ensino Médio Incompleto e 2% estão cursando o Ensino Superior.

Segundo Maricato (2002, p. 23), "Como previu Joaquim Nabuco, o peso do escravagismo estaria presente, na sociedade brasileira, muito após sua abolição".

Dentre os que são analfabetos estão 8% dos que se declararam negros, 22% pardo/mulato e 6% brancos. Dentre os que estudaram até a 4ª série do Ensino Fundamental estão 22% dos que se declararam pardo/mulato, 12% branco e 8% negros.

Não há escolas no bairro, segundo os moradores, onde hoje é o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), já foi uma escola de Ensino Fundamental (1ª a 4ª série), porém ela foi desativada há cerca de 20 anos. Questionados sobre o motivo do fechamento da escola, as opiniões são diversas, alguns moradores afirmaram que foi por falta de alunos, outros dizem que faltava professores, outros dizem que as mães brigavam muito com as professoras outros dizem que é descaso político pelo bairro.

Porém, a implantação de escolas no bairro foi uma das reivindicações dos moradores na Leitura Comunitária do Plano Diretor (PDP, 2006b, p.

61). Mas foi possível observar que estas não foram atendidas e segundo os moradores, as crianças do bairro recebem passe escolar para estudarem no centro.

#### **4 Condições socioeconômicas**

Para avaliar as condições socioeconômicas e poder aquisitivo dos moradores foi analisada a relação da escolaridade com a ocupação ou trabalho que exercem, e também, a quantidade e tipo de bens de consumo que possuem, e a situação das residências.

A baixa escolaridade dos entrevistados se reflete na ocupação e profissão dos mesmos. De acordo com a pesquisa realizada no bairro, 28% são aposentados, 18% são empregadas domésticas, 16% pensionistas, 10% do lar, 10% estudantes, 10% fazem serviços gerais como servente, pintor, lavrador etc. 8% são de desempregados.

A média de moradores na mesma residência foi de 3,46 pessoas por residência. Sendo que 25% das residências tem 4 moradores, 21% tem 2, 20% tem 3, 12% tem 6, 10% tem 5, 8% tem apenas 1 e 4% tem 7 moradores. A ocupação ou profissão dos familiares que moram na mesma residência dos entrevistados varia de acordo com a (tabela 1).

Dentre os entrevistados, nenhum ganha mais que 2 salários mínimos por pessoa. A quantidade de salários por residência variou de acordo com o número de residentes. Foram considerados apenas os assalariados com carteira assinada. Sendo que 38% recebem 1 salário mínimo, 26% 2 salários, 14% 3 salários e 2% 4 salários (por residência). A renda familiar é complementada pelos familiares conforme indicado na tabela 1; a qual: 12% estão de licença maternidade, 18% estão desempregados (a), 35% recebem bolsa família, 44% são assalariados, com carteira assinada, 24% são aposentados ou pensionistas, 60% são trabalhadores rurais ou autônomos e 56% são estudantes.

Tabela 1 - Situação dos familiares entrevistados

Licença Maternidade	Desempregado (a)	Bolsa Família	Carteira assinada	Aposentado (a) ou pensionista	Trabalhador rural ou autônomo	Estudante
12%	18%	35%	44%	24%	60%	56%

Fonte: Trabalho de campo (Outubro-2010)

Organização: Keylla Patrícia Francisco.

Os bens de consumo que os moradores do bairro Santos Reis possuem, demonstra seu poder aquisitivo. Foi constatado que, maioria 99%, possui bens básicos como TV, Geladeira e Fogão. Dos 2% que não possuem, tratam-se de pessoas que se alimentam na casa dos pais ou parentes vizinhos (se declararam alcoólatras).

A maioria dos entrevistados 60%, possuem celular, variando de 1 a 5 por residência, dependendo do número de moradores. Conclui-se que eles têm poder aquisitivo, propiciado pelo crediário. Quanto ao automóvel, 16% possuem carro de passeio, 14% moto e 20% bicicleta (tabela 2),

Tabela 2 - Bens de consumo dos moradores

Bens de Consumo	Porcentagem
TV, Geladeira, Fogão,	98%
Antena parabólica	20%
Celular	60%
Telefone fixo	16%
Máquina de lavar roupa	32%
Tanquinho	30%
Máquina de costura	32%
Microondas	18%
DVD e Aparelho de som/cd	52%
Rádio relógio	40%

Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2010

Organização: Keylla Patrícia Francisco

Questionados sobre os bens de consumo que desejam adquirir (tabela 3), muitos entre os mais velhos principalmente, fizeram alusão a bens imateriais como saúde, paz. Outros se mostraram satisfeitos com o que possuem. Sendo que, 38% não desejam nada, 18% computador (jovens e pais de estudante), 16% moto (homens), 8% reforma ou ampliação de suas casas, 6% tanquinho ou máquina de lavar e costurar (mulheres) e 2% geladeira ou aparelho de som ou estante.

Tabela 3 - Desejo de consumo dos moradores

<b>Bens de consumo que desejam adquirir</b>	<b>Porcentagem</b>
Computador ou Noteboock	18%
Carro ou moto	16%
Tanquinho ou Máquina de lavar ou Máquina de costu	6% (cada)
Geladeira ou Aparelho de som ou estante	2% cada
Nada	38%
Casa ou reforma da residência	8%

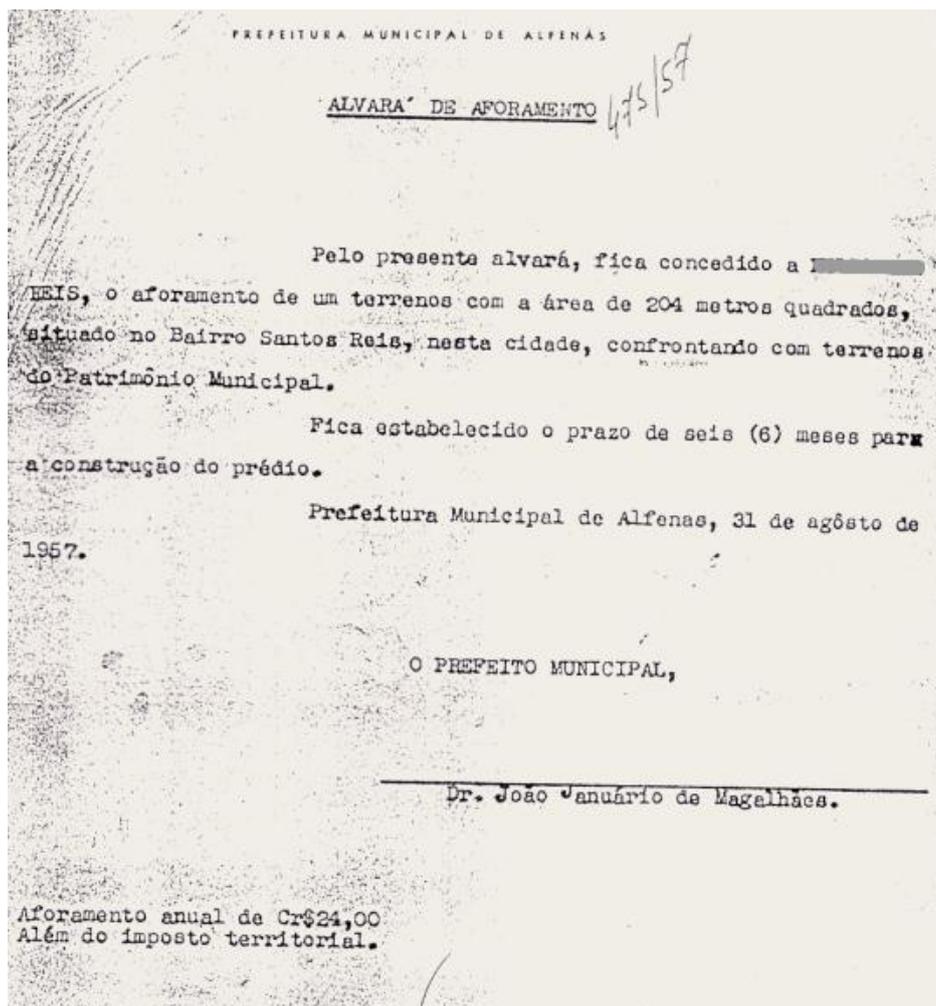
Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2010

Organização: Keylla Patrícia Francisco

Uma característica específica, observada no bairro e que confere uma condição de vida mais digna aos moradores, é o de que, a grande maioria são donos de suas casas, sendo que, 92% dos entrevistados possuem casa própria e apenas 8% dos entrevistados vivem em casas alugadas. Esta pode ser uma das causas de não haver dispersão da população, apesar da precariedade do bairro quanto à infraestrutura.

A situação dos terrenos é diversa, 4: 44% são aforados (figura 17). Do restante, 38% dos terrenos são oriundos de herança, 12% foram comprados de terceiros e possui escritura e 6% não sabem, pois vivem de aluguel.

Figura 17 - Alvará de Aforamento de 1957



Fonte: Secretaria de Habitação da Prefeitura de Alfenas 2010.

O índice de parcelamento dos terrenos do bairro é o seguinte: 40% não foram divididos, sendo que destes a maioria são aforados. 28% sofreram de 2 a 3 divisões, 14% de 5 a 6 divisões, 10% de 7 a 10 divisões e 8% não sabem. O tamanho dos terrenos varia de 120 a 200 m<sup>2</sup>.

A maioria dos entrevistados possui parentes morando no bairro, geralmente são irmãos que receberam a partilha do terreno e moram uns ao lado dos outros.

No intuito de realizar uma Regularização Fundiária no município, a Prefeitura de Alfenas começou a "Aforar estes terrenos" a seus ocupantes. Na definição de Aforamento:

É um contrato pelo qual ocorre a transferência do domínio útil e perpétuo de um imóvel por seu proprietário, sob o pagamento de um foro anual, certo e invariável. De acordo com o CC o aforamento será também denominado enfiteuse, ou emprazamento (Art. 678). Está de acordo com o Código Civil de 1916 (JUSBRASIL, 2010).

Este processo foi realizado gradativamente sendo que, as cópias dos Alvarás de aforamento obtidos na Secretaria de Habitação são referentes aos anos de 1957, na gestão do prefeito João Januário Magalhães, 1963 na gestão do Dr. Samuel de Vilhena Valadão e 1979 na gestão e José Wurtemberg Manso.

## **5 Mobilidade geográfica dos moradores**

O êxodo rural foi responsável pelo povoamento das cidades a partir de 1950, para confirmar as origens dos moradores do bairro Santos Reis foram questionadas suas origens.

Dos 50 moradores do bairro Santos Reis que foram entrevistados, 70% dizem ter nascido no município de Alfenas, 4% no município de Alterosa MG, 4% no estado de São Paulo, 4% são de Poços de Caldas MG, 2% Norte de Minas e 16% vieram de outros municípios vizinhos como Alterosa, Fama, Serrania, Machado entre outros conforme.

Sendo que 32% dos entrevistados se originaram em regiões rurais de Alfenas e 18% de regiões rurais de outros municípios como Alterosa, Serrania, Fama entre outros, 34% se originaram do Bairro Santos Reis e 16% de outras cidades como, Alterosa, Botelhos, Fama, Machado, Serrania.

Somando os dados podemos constatar que 50% dos entrevistados são de origem rural. Isso explica muitos dos hábitos que ainda são manifestações de resistência cultural.

## 6 Hábitos culturais

A urbanização e a globalização moldam o comportamento das pessoas, o processo de produção do espaço, as relações sociais e culturais como os costumes e hábitos. Porém, “é possível notar algumas resistências na forma de preservação de hábitos rurais que ainda se manifestam, por exemplo: nas festas religiosas, no vestir, falar, na relação com o ambiente natural e nas relações de parentesco, vizinhança, compadrio entre outros” (VALE, 2006).

A prática cultural mais significativa do Bairro que consta até no calendário oficial do Município de Alfenas, era a Festa dos Santos Reis. Realizada no mês de Janeiro em virtude do encerramento das Falias de Reis iniciadas no dia 24/12 de cada ano em celebração ao nascimento do “Menino Jesus” ou Natal.

Estudos como os de Antonio de Paiva Moura abordam a temática das festas folclóricas no Brasil. (...) as atividades de caráter religioso, como a missa, a procissão, a bênção, a novena e a reza são ministradas por sacerdotes ou ainda por pessoas autorizadas pela Igreja; as de caráter profano-religiosas buscam homenagear as figuras sacras, sempre de forma festiva e alegre, na qual há levantamento de mastro, bailados como “Congados”, “Folia de Reis”, “Império do Divino”, “Reinado do Rosário”, “Pastorinhas”, sendo ministradas por leigos com a aprovação do sacerdote. As festas populares de caráter profano apresentam o sentido de diversão, visando a entreter os visitantes por mais tempo nas festas, como os leilões, as danças, as comidas, as barraquinhas, entre outros. Cabe apontar que, a **“Folia de Reis” apresenta um caráter profano-religioso e faz parte do ciclo natalino, realizado de 24 de dezembro a 6 de janeiro, havendo comemorações ao nascimento de Jesus por meio de festividades** (PERGO, 2005, p. 1, grifo meu).

Segundo artigo do professor alfenense João Batista da Cruz, publicado no Jornal Folha dos Lagos em 15/01/1984, disponível na Biblioteca Municipal de Alfenas, a cultura do Congado e Folia de Reis está ameaçada,

Um dos mais célebres “Capitães” de companhia de Reis de nossa cidade foi Tonico Folia, gente dos Lima, cujos descendentes – muitos deles – ainda residem no Bairro Santos Reis, surgindo justamente em consequência das folias. A capela que lá se

encontra, ao que parece, foi construída por iniciativa do saudoso "Capitão". "Isso nas primeiras décadas deste século". "Hoje se assiste a descendência de Folia de Reis. Os tempos são outros. Em Alfenas, ao contrário do que acontece em algumas cidades mineiras, não há o menor apoio oficial às tradições do povo, nem respeito. Mesmo assim, **elas resistem bravamente e, enquanto não dão o último suspiro**, ainda saem como podem às ruas, cumprindo a tradição de séculos e séculos (CRUZ, 1984, grifo meu).

Houve unanimidade na fala dos moradores ao atribuíram a extinção da festa a dois fatores, primeiro foi a morte do "Patrono", Jorge Lourenço, há cerca de três anos. Era ele quem organizava a festa, mantinha a tradição e cuidava para que fosse um evento respeitável. O segundo é que começaram a ocorrer brigas e o Padre proibiu a realização da festa, além de cobrar uma taxa de 70% do lucro da festa.

Na fala de muitos moradores a festa era "*muito boa, durava dois finais de semana, tinha quermesse, leilão, bingo, barraca de comes e bebes e principalmente muita Folia de Reis. Ocorria na Praça Santos Reis*". Há um sentimento de perda e saudosismo, principalmente por parte dos moradores mais antigos, a respeito da extinção da festa que vivenciaram era tradicional desde a inauguração da capela. Há uma grande expectativa para que ela volte a acontecer, mas não há nenhuma mobilização para isso. Seabra (2003) fala em sua tese sobre a importância desse acontecimento para seus atores, "o tempo de reza e o tempo de festa trata das elaborações socioculturais que unem aspectos sagrados e profanos da vida de bairro",

Embora a reza e a festa não estivessem originalmente muito separadas, com o passar do tempo tenderiam a afastamentos e separações. A atividade de rezar e o atributo de ser rezador estavam nos fundamentos dos modos de ser da cultura rústica, que era essencialmente singela nos costumes e nos hábitos, porém portadora de uma simbologia ritual capaz de preencher e organizar a vida, inscrevendo-a numa seqüência rítmica de atos em conformidade com o calendário religioso. (SEABRA, 2003, p. 230, 232).

Diz ainda que "estas festas foram sendo separadas da religião e integrando o "Folk-lore", os costumes do povo" (SEABRA, 2003, p. 250).

Houve contradições de opiniões, a respeito do risco de extinção destas práticas, foi possível perceber um conflito dos moradores com a Igreja Católica.

Segundo o que consta Ata da Leitura Comunitária do Plano Diretor, na fala dos moradores: *"A cultura é muito forte no bairro, cultura essa baseada nas manifestações de reisado e congada, mas está se perdendo. Acham que principalmente pela igreja, por considerar as danças e as músicas do local "uma bagunça".* Disseram que *"é necessário reviver a cultura local"* e que há uma falta de compreensão por parte da igreja que considera essa manifestação uma ato de bagunça". (PPD 2006 p57 e 60).

Uma pessoa que luta pela perpetuação da cultura local é o Sr. José Vitor Lázaro negro de 65, entrevistado no dia 02/11/10, conhecido como "Decão". Apesar de não morar mais no bairro há 34 anos, possui uma forte ligação afetiva com o bairro. Sua família é uma das pioneiras no bairro, e são tradicionais na perpetuação do Reisado, seus irmãos ainda vivem no bairro, é sobrinho do Festeiro Jorge Lourenço.

Seu irmão o Sr. Antônio Carlos Souza, de 60 anos, morador do Santos Reis, na rua Francisco de Paula Lima, entrevistado dia 20/10/10, mais conhecido por "Bicudo" é um dos poucos que mantém Companhia de Reis no bairro. Disse que começou com uma promessa aos sete anos de se vestir de *"bastião"* e sempre tem que bancar as viagens e despesas, quando o que foi arrecadado não é suficiente. Costumam se apresentar até em outros estados. Em Alfenas quando não é época, se apresentam esporadicamente em algum evento cultural. Disse ainda que, sua mãe era dona de casa e seu pai taxista.

Junto com sua esposa Maria Olímpia, Decão fundou o Núcleo de Consciência Negra de Alfenas (NCNA), e são os principais colaboradores na preservação da cultura Negra em Alfenas. Trata-se de uma ONG (Organização não Governamental), com o apoio da Prefeitura Municipal de Alfenas que cedeu o espaço ou "Barracão Cultural" para a prática das atividades culturais (figuras 18 e 19).

Os programas do NCNA acontecem através de ações de pesquisa e ações afirmativas. Tem parcerias em 14 cidades no sul do estado

de Minas Gerais, Brasil, dando suporte aos núcleos desenvolvidos em outros municípios e também realizando constantes intercâmbios com várias atividades que realizamos. Trata-se de uma ONG que realiza serviços sociais personalizados na assistência às comunidades beneficiadas. Este fortalecimento da comunidade negra da cidade de Alfenas se fez presente pela iniciativa da psicóloga, Dra Maria Olímpia e de seu esposo Jose Vitor Lazaro (DECÃO) ambos fundadores do NCNA (NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA DE ALFENAS, 2010).

Figura 18 - Encontro do NCNA em 1994



Fonte: Núcleo de Consciência Negra de Alfenas, 2010.

Segundo Decão, as atividades da ONG são desenvolvidas no Barracão Cultural. É um projeto apoiado pela Secretaria de Educação e Cultura da cidade de Alfenas. O objetivo do Barracão Cultural é “resgatar culturas Afro, dar apoio cultural às crianças e a quem quiser participar, fomentando a população com apresentações diferenciadas para atrair mais participantes das atividades. Todos os professores de cada atividade são voluntários, e todas as aulas são gratuitas”.

Dentre as atividades estão o Caiapó, Moçambique, Batuque, Folia de Reis, Congado, Capoeira entre outros. Declara que há grande procura e participação das crianças no Reisado e Congado inclusive do Bairro Santos Reis (figura 19). Essa participação o faz acreditar na continuidade e preservação das manifestações culturais. “*Acredito que estas práticas não irão se perder, embora cantadores no Reisado ou Folia de Reis, que é mais significativo no bairro Santo Reis, estejam ficando muito raros*”.

A tradição da “Folia de Reis” teria chegado ao Brasil por intermédio dos portugueses no período da colonização, uma vez que, essa manifestação cultural era realizada por toda a Península Ibérica sendo comum a doação e recebimento de presentes a partir da entoação de cantos e danças nas residências. (...) a Folia de Reis teria surgido no Brasil no século XVI, por volta do ano de 1534, por meio dos Jesuítas, como crença divina para catequizar os índios e posteriormente os negros escravos. Dessa forma, a Folia de Reis brasileira passou a ser composta pelas manifestações culturais de diversas etnias e povos, com variações regionais, seja quanto ao estilo, ao ritmo e ao som, entretanto, mantendo a mesma crença e devoção ao Menino Jesus, a São José, à Virgem Maria e aos Reis Magos (PERGO, 2005, p. 1).

Figura 19 - Participação das crianças do bairro Santos Reis



Fonte: Núcleo de Consciência Negra de Alfenas, 2010.

Afirma que “*essas tradições estão se modificando e se adaptando ao longo do tempo. Mas que, não estão acabando, pois, o mundo também está se modificando*”. Apesar de que “*Antigamente havia mais religiosidade, não havia bebida durante as comemorações*”. Afirma que não aceita a entrada de bebidas (alcoólicas), no Barracão Cultural, que coordena, pois o consumo de álcool entre os foliões desacredita a prática das Folias e Congado. Ele afirma que pretende criar um código de conduta para que esta prática não se desvincule da religiosidade.

Para Welson Alves Tremura as mais variadas manifestações folclóricas brasileiras conservam uma forte presença no interior do Brasil, principalmente em regiões cafeeicultoras e de cana-de-açúcar. O autor indica que **uma das marcas da “Folia de Reis” seria a forte religiosidade** que seus participantes possuem na relação de fé nos seres divinos (PERGO, 2005, p. 3, grifo meu).

De acordo com a afirmação da Sra. J. F. Lima de 80 anos, negra, residente na rua Francisco de Paula Lima, entrevistada no dia 27/10/2010, *“antigamente era diferente o povo respeitava mais, hoje em dia algumas pessoas usam a bandeira dos Reis para pedir esmolas, dizem que vão benzer as casas muitos chegam cheirando cachaça, alguns não conseguem nem toca a viola, ma são só alguns, ainda tem muita gente de respeito como a do compadre Antônio”* (Bicudo). *“Tinha Também as Pastorinhas que distribuía flores e cantavam, mas também acabou, porque ninguém seguiu”*.

Associada à folia de Reis o movimento das Pastorinhas foi uma das manifestações culturais do bairro que já se perderam. Embora a participação das mulheres no Reisado fosse restrita à reza do terço,

Conforme Brandão, a reza é um dos únicos momentos em que as mulheres têm uma atuação ritual semelhante à dos homens. “Elas não são nunca as rezadoras”, mas participam ativamente do responsório das orações. Isto acontece por dois motivos. Primeiro porque a reza do terço é compreendida como uma forma de oração familiar onde é importante a presença de esposas e de filhas. Em segundo lugar, porque são as mulheres as que melhor recordam na íntegra todos os momentos da reza (BRANDÃO, 1977, p. 12 apud PERGO, 2005, p. 3).

Segundo o Sr. G. dos Reis de 53 anos, negro, residente na rua Francisco de Paula Lima, sua esposa M. B. da Silva de 70 anos, branca, (hoje parálitica devido a um acidente), já participou do grupo das Pastorinhas na mocidade, disse que infelizmente a cultura foi se acabando, pois, os jovens não se interessavam em dar continuidade a essas práticas e não havia apoio de ninguém.

Pastorinhas ou lapinhas são pastoris da noite de natal, figuras tradicionais em lugares que ainda mantém raízes culturais. Após a missa saem cantando suas marchas de rua, acompanhadas do povo católico, fiéis às suas devoções na pureza de seus sentimentos. Vestidas de pastoras com seus chapéus de palhas enfeitados, de blusas brancas e saias de xadrez ou todas de branco, as pastorinhas cantam suas melodias alusivas ao evento (...) (SECULODIARIO, 2010).

Diz ainda, a respeito das “Pastorinhas”, que *“é muito triste que tenha acabado, era muito bonito! As moças levavam flores e cantavam pro*

*menino Jesus, foi nas Pastorinhas que conheci minha mulher, tinha uma música antiga muito bonita que falava das pastorinhas*". A música que citou é "A Pastorinha", de Noel Rosa, de 1930, da qual foi extraído o seguinte trecho:

A estrela d'alva no céu desponta  
 E a lua anda tonta com tamanho esplendor  
 E **as pastorinhas** pra consolo da lua  
 Vão cantando na rua lindos versos de amor  
 Linda pastora morena da cor de madalena  
 Tu não tens pena de mim  
 Que vivo tonto com o teu olhar  
 Linda criança tu não me sais da lembrança  
 Meu coração não se cansa  
 De sempre sempre te amar

Há algumas iniciativas em prol da preservação do patrimônio histórico, cultural imaterial de Alfenas,

Entende-se por "Patrimônio Cultural Imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (...) que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN apud PERGO, 2005, p. 6).

Uma delas foi a "*II Jornada Mineira do Patrimônio Cultural*" realizada pela Prefeitura Municipal, em setembro 2010, através da SMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Alfenas) e o CONDEPHAAL (Conselho deliberativo do Patrimônio Histórico e Artístico de Alfenas). O evento teve como "objetivo valorizar e preservar a cultura popular do município" (figura 20).

Na realização desse segundo evento cultural já se percebe a preocupação da Secretaria de Educação e Cultura em introduzir na cidade apresentações culturais e temas que visem trabalhar questões relacionadas ao patrimônio cultural e a memória local. O evento proporciona à população aspectos positivos e importantes como interesse e motivação com relação às próprias raízes e sua identidade cultural (PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS, 2010).

Figura 20 - Apresentação de Folia de Reis 2010



Fonte: Prefeitura Municipal de Alfenas, 2010.

Porém, na Leitura Técnica do Plano Diretor de 2006 consta a real situação do patrimônio histórico cultural intangível de Alfenas,

O patrimônio histórico intangível de Alfenas está sem nada tombado, nem tão pouco inventariado. Não existe também nenhuma proposta atual quanto ao tombamento deste patrimônio, apenas consta de relatório das atividades culturais onde cita as manifestações culturais, que são: **a Associação Escola de Samba Unidos dos Santos Reis e o encontro de Folia de Reis**. Ambas acontecem de forma organizada pela prefeitura desde janeiro de 2005. Existe uma idéia ou vontade, iniciativa por parte da secretária de educação e cultura, de fazer um levantamento de qual seria a comida típica, o artesanato típico, e alguma atividade cultural preservada para ser tombado. A iniciativa envolveria também a dança, o ritmo, e as vestimentas de grupos como de escolas de samba de alfenas, da folia de Reis e das Congadas (PDP, 2006a, p. 74, grifo meu).

A associação Escola de Samba Unidos dos Santos Reis era coordenada por Decão, de acordo com seu relato, está desativada por faltam participantes, verbas e incentivos. No barracão Cultural se encontram ainda as fantasias utilizadas no último carnaval.

A extinção da Festa dos Santos Reis, do grupo das Pastorinhas, da escola de samba Unidos dos Santos Reis e do time de futebol, representa uma perspectiva sombria quanto à continuidade das práticas culturais,

apesar da louvável iniciativa de pessoas como Decão e sua família. Na fala dos moradores mais velhos isso é atribuído à “modernidade, *os jovens não querem mais saber dessas coisas*”, mas também deve haver uma política de preservação mais efetiva, que saia da retórica.

O poder público deve fazer bem mais que ceder espaço físico, deve promover a conscientização dos jovens nas escolas, atentando para a importância da cultura local e disponibilizar mais verbas para estas atividades entre outras.

Questionado sobre a história do bairro Santos Reis, afirmou que se trata de um dos mais antigos de Alfenas e tem aproximadamente cem anos. Confirmou que os moradores mais velhos diziam que no início havia apenas algumas casas de pau-a-pique, falou que seus pais contavam sobre o “*cemitério dos bexiguentos*”. Sua mãe foi moradora do bairro e parteira, ele a acompanhava nas casas em que ia fazer partos e se tornou padrinho de muitas crianças. Disse que no início a população do bairro era predominante de pessoas negras.

Conta que seus avós paternos foram escravos na fazenda ou (Colônia) da família “Engel”, tradicional em Alfenas (com nomes em ruas e praças). Não conheceram os pais, se lembravam apenas da última parada ter sido na cidade mineira de Campanha quando foram comprados. Seu avô era amansador de cavalos e levava gado e porcos até Poços de Caldas, Machado e Lavras a pé.

Alguns dos entrevistados mais idosos também disseram que seus pais trabalhavam para a família Engel. Questionado se sabia de mais pessoas do bairro que tiveram antepassados escravos, ele disse que a maioria dos negros com mais de 80 anos é descendente de escravos ou ex-escravos. Porém, não confirmam por não saberem ao certo, vergonha, tristeza ou esquecimento da idade.

Outros hábitos culturais dos moradores, como o cultivo de horta e criação de animais, importante na diminuição do risco alimentar foram pesquisados. Esta prática cultural advém de hábitos rurais e ainda existe no bairro, podendo se afirmar que seja uma forma de resistência.

O percentual dos que cultivam horta é de 64%. As plantas mais utilizadas são: alface, abobrinha, couve, cebolinha, salsinha, rúcula, pimentão, beterraba, mandioca, milho comum e milho de pipoca, chuchu, tomate. Cultivam também árvores frutíferas como, jabuticaba, laranja, limão, manga, tangerina, goiaba, abacate, acerola, mamão, banana, maracujá, uva e até taquara. Foi constatado que, os que possuem hortas ou plantas medicinais partilham com seus vizinhos o excedente e não vendem.

Os que cultivam plantas medicinais correspondem a 58%, as plantas mais cultivadas são: Alfavaca, Alecrim, Arruda, Bálsamo, Erva cidreira, Funcho, Guaco, Hortelã, Poejo e Guiné. Os mais idosos são os que ainda cultivam a hortas utilizam e receitam as plantas medicinais. Algumas jovens mães disseram que os agentes do PSF que passam em suas casas recomendam a não utilização das plantas. Isso demonstra um confronto entre os hábitos culturais, (passados de pais para filhos) com a ciência atual que recrimina o uso indiscriminado de plantas medicinais.

A falta de espaço devido à fragmentação dos terrenos em lotes é o um dos motivos de muitos terem abandonado estas práticas, (78% possuem quintal o restante ou não possui ou local é cimentado). Embora alguns dos entrevistados (principalmente os mais jovens) alegaram que dá muito trabalho e é melhor comprar tudo pronto. Os que criam galinhas correspondem a 10%, estas ficam soltas e vão de um quintal para outro.

Questionados se gostam de viver no bairro Santos Reis, 84% responderam que sim. Dos que responderam não, justificaram dizendo que o bairro já não é mais o mesmo e apontaram o tráfico de drogas como principal motivo, além da falta de comércio e lazer.

Questionados se mudariam do bairro se pudessem, 40% disseram que sim. Este resultado demonstrou uma contradição nas opiniões se confrontado com a resposta anterior, pois, se gostam de viver no bairro porque se mudariam? Seria por terem sua casa própria e o custo de vida ser mais acessível? Ou é a ligação afetiva que existe entre os moradores e o bairro? Como o resultado só foi apurado ao término das pesquisas, seria

necessária nova pesquisa para responder a esta e outras questões que surgiram.

Alguns moradores têm sua segunda residência no bairro, são pessoas que foram morar em São Paulo, mas ainda têm parentes que moram no bairro, portanto mantém uma casa para passar os feriados. Correspondem a 8% dos entrevistados. Este fato demonstra a forte ligação afetiva que os moradores têm com o bairro.

Questionados sobre a vizinhança, 90% responderam que gostam dos vizinhos, (por serem parentes), 14% disseram não gostar (ou mais ou menos), 86% disseram visitar os vizinhos, (diariamente, semanalmente ou raramente).

O hábito de visitar vizinhos é raro na sociedade contemporânea devido às ocupações e a correria do dia-a-dia. No bairro Santos Reis ainda existe esta prática, porém não é como antes, muitos dos entrevistados disseram que "antigamente se reuniam mais, conversavam mais", e que desde que todos compraram televisão cada um fica na sua casa. Dentre as que recebem visitas estão pessoas idosas que não têm condições de sair e são visitadas por seus filhos, netos, noras, etc. As pessoas que trabalham fora não visitam por falta de tempo.

Existem ainda entre os moradores, principalmente os mais antigos, laços de compadrio e camaradagem. Segundo relato dos moradores, quando sabem que alguma família está passando por dificuldades, eles se unem para auxiliá-los. Assim como para serviços de reforma e construção. Ocorre também visita aos doentes e idosos. Mães e Avós que dão banho e cuidam dos recém-nascidos na família, até cair o umbigo. Um exemplo é a Sra. L. F Maciel, branca de 58 anos, moradora na Praça Santos Reis, que cuida de sua vizinha, leva almoço, realiza tarefas como lavar roupas e louças. Sua vizinha também foi entrevistada, trata-se da Sra. R. L Reis, negra de 78 anos que mora com um neto, é diabética e hipertensa. O local em que mora fica numa área de fragilidade ambiental, sua casa faz fundo com a rua Alferes Domingo V. e Silva, onde há uma encosta, (outras casas que foram visitadas também apresentam rachaduras). Ela teve sua casa reformada pela prefeitura, mas um dia antes da entrevista houve uma

tempestade que derrubou a área nos fundos da casa. Diz que se não fosse seus vizinhos que a ajudam, estaria perdida.

Existem duas benzedeadas no bairro, Dona Geralda e Dona Joana são muito respeitadas e conhecidas por todos, já estão idosas, mas ainda são muito procuradas, até por pessoas de outros bairros, porém é uma prática cultural e religiosa que está se extinguindo, pois, os filhos não dão continuidade.

Uma prática curiosa, observada durante a pesquisa, foi uma roda de bingo, constituída apenas por mulheres, (no geral, domésticas, do lar ou desempregadas). Ocorre nos fundos da Igreja dos Santos Reis, à porta da creche Gota de Amor, principalmente enquanto as mães esperam para pegar seus filhos. Segundo uma jogadora isso constitui um passa tempo. Disse que foi proibido pela Polícia Militar e que ficaram um tempo sem jogar, mas acabaram mudando o local do jogo. Esta prática reflete a falta de lazer para os moradores, e também a falta de espaços públicos como praças e áreas verdes que esteve presente nas queixas de todos os entrevistados.

Já houve segundo Decão, um time de futebol de várzea do bairro, era tradicional e competiam em toda região de Alfenas, segundo seu relato tinham o apelido de "*domingo eu dô*", atribuído ao fato de sempre estarem em débito com o transporte (caminhões) que os deslocava. Não exatamente a causa de sua extinção. Disse que já houve iniciativas sua de reintroduzir a prática de esportes no bairro, chegando a formar um time de Basquete e vôlei, jogavam ou na quadra ou no campo de várzea (foto 20). Mas não durou muito.

## **7 Plano Diretor e Orçamento Participativo**

O Plano Diretor Participativo é obrigatório para as cidades com mais de 20.000 habitantes. É o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, deve abranger o território do

município como um todo, incluindo as zonas urbanas e rurais; Deve orientar os orçamentos públicos subsequentes definidos democraticamente e ser elaborado, implementado e revisto a partir de processos de participação social e instituído através de Lei Municipal aprovada na Câmara Municipal de Vereadores (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010).

O Orçamento Participativo ou OP tem a participação da população nas decisões de como serão utilizadas as verbas disponibilizadas pelo Governo Federal, baseia-se em assembleias realizadas nas diferentes regiões da cidade, nas quais são escolhidas as prioridades para o investimento.

Em julho de 2001, foi aprovada pelo congresso Nacional a “Lei 10.257/2001, conhecida como o Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da constituição Federal (capítulo de Política Urbana) e regula a política urbana a ser feita pela União, Estados e Municípios” (BUENO; CYMBALISTA, 2007, p. 59).

Plano Diretor é um instrumento do Estatuto que orienta e regula a ação dos agentes sociais e econômicos sobre o território de todo município e “corresponde a um conjunto de regras básicas de uso e ocupação do solo”. (BUENO; CYMBALISTA, 2007, p. 66).

A missão do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor Participativo dada pela Constituição Federal é explicitar, para a especificidade do território do município, quais são as funções sociais da cidade e das propriedades para os próximos dez anos.

O paradoxo entre a escassez de terras e infraestrutura para os mais pobres e a existência de terras e imóveis ociosos em áreas consolidadas são os efeitos políticos da urbanização excludente e predatória.

Durante a elaboração do Plano Diretor Participativo (PDP) do município de Alfenas de 2006, foi realizada a Leitura Técnica, na qual se realiza um diagnóstico sobre as condições gerais do município – e a Leitura Comunitária, na qual devem ser realizadas reuniões participativas da comunidade, para identificar as principais questões locais.

Segundo o Ministério das Cidades, o planejamento e a gestão territorial no Brasil ocorrem em contexto marcado por pobreza, profundas desigualdades sócio-territoriais e grande concentração de riqueza e poder.

O padrão de urbanização é, portanto, excludente e predatório. Apresenta cidadania ambígua e incompleta dos moradores de assentamentos urbanos informais, irregulares e ilegais. E, expansão e adensamento das periferias urbanas distantes, produzindo assentamentos infra-equipados para os mais pobres.

Com diferença de grau e intensidade todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. (...) em todas elas, problemas como o do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação da saúde são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade mais visível se torna essas mazelas (SANTOS, 2009, p. 105).

Para facilitar o trabalho dos participantes da elaboração do PDP definiram cinco regiões comunitárias do município, para a realização da Leitura Comunitária que foram: Região Pinheirinho, Região Norte, Região Pôr-do-sol e Região Sul que abrange os bairros Jd. Aeroporto e Santos Reis.

Na Leitura Comunitária do Plano Diretor Participativo de 2006, os principais problemas apontados pelos habitantes do Bairro Santo Reis foram:

- Mau cheiro proveniente do córrego a céu aberto, enchentes desmoronamentos, falta de bueiros, lixo em lotes vagos (figuras 20, 21 e 22);
- Muitos animais e sujeira nas ruas e insetos prejudiciais à saúde (figura 23);
- Falta de: escola, telefones públicos, arborização; empregos, transporte escolar, áreas de lazer para as crianças, policiamento nas ruas, Ruas sem passeio, ambulância;
- Quadra de esportes precária e com falta de iluminação;
- Existência de barreiras arquitetônicas para a locomoção de pessoas portadoras de necessidades especiais;
- Falta de compreensão das manifestações culturais;
- Falta de transporte nos feriados, férias e finais de semana; Ônibus só passa de hora em hora e não vai até a rodoviária (PDP, 2006b, p. 67 e 68).

Figura 20 - Entulho e lixo na rodovia ao lado do Bairro Santos Reis



Fonte: Keylla Patrícia, abril de 2010

Figura 21 - Entulho e lixo na rodovia ao lado do Bairro Santos Reis



Fonte: Keylla Patrícia, abril de 2010

Figura 22 - Esgoto a céu aberto no Bairro



Fonte: Keylla Patrícia, abril de 2010

Figura 23 - área de pastagem no Bairro



Fonte: Keylla Patrícia, abril de 2010

As sugestões de melhorias apontadas pelos moradores na mesma época foram:

- Aproveitar terreno vazio para fazer escola;
- Implantação de cursos profissionalizantes, (costura, artesanato, técnicos e outros);
- Encaminhar estudantes de 5ª a 8ª séries para escolas próximas;

- Melhorar espaço físico da creche; Atividades para tirar as crianças das ruas;
- Criação de uma cooperativa de trabalho;
- Criação de indústrias para gerar emprego;
- Voltar a distribuir passes escolares;
- Canalização e tratamento de esgoto;
- Revitalização do córrego com possibilidade de criar um parque a sua volta;
- Criação de uma lavanderia comunitária;
- Horta Comunitária; Criação de praças e áreas para lazer;
- Criação de um ponto fixo de coleta de exame todos os dias;
- Monitoramento da viatura da polícia diariamente;
- Asfaltar a via que vai para Fama até a empresa Café Campinho por causa da poeira (PDP LEITURA COMUNITÁRIA, 2006b, p. 69).

Na realização da pesquisa, em outubro de 2010, foi fácil constatar que depois de quatro anos da reunião, a maioria das solicitações feitas pelos moradores não foram atendidas. A canalização dos córregos não foi feita (figura 22), nem a questão do lixo, a implantação da escola, lazer, área verde, nada foi feito.

As queixas mais frequentes relatadas estavam relacionadas à educação, por falta de escola no bairro, sugerem que volte a funcionar uma escola de Ensino Fundamental para séries iniciais. O lazer e a falta de comércio, também foram citados, pois, existe apenas 4 bares e um comércio que vende pães (mas não fabrica), mas não há açougue, farmácia, supermercado, nem padaria. Falta de médico suficiente no posto de saúde são coisas básicas, mas que falta a um bairro centenário e incorporado ao perímetro urbano há mais de 60 anos, se isto não for segregação o que será? E, se faltam coisas tão básicas como escola e comércio que dirá sobre outras como, áreas de lazer e cultura,

Para Lefebvre o ser humano tem necessidade de acumular energia e de gastá-la no jogo. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num "mundo". A essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas (...) acrescentam-se necessidades específicas, que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas. Trata-se da necessidade criadora, de obra (e não

apenas de produtos e de bens matérias consumíveis), necessidade de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas (LEFEBVRE, 2006, p. 103-104).

Quanto à segurança, a reclamação é que o policiamento está sendo insuficiente para inibir o tráfico de drogas e consumo no bairro, inclusive com envolvimento de menores de idade. Reclamaram que a quadra continua mal iluminada, porém não é por falta de manutenção, mas por vandalismo, sendo que o local passou a ser utilizado por usuários de drogas.

Houve melhorias como ampliação da creche, instalação do posto de saúde e orelhão também foram muito citadas. Segundo os moradores, a mais significativa foi a reforma de 70% das residências, realizada há cerca de 3 anos através de verbas do Governo Federal programa Crédito Solidário II, em parceria com a Prefeitura Municipal de Alfenas. Disseram que até pouco tempo (10 anos mais ou menos), ainda existiam algumas casas de adobe ou pau-a-pique, mas foram reformadas. Em alguns casos as casas foram demolidas para nova construção (Secretaria de Habitação de Alfenas).

A informação foi confirmada em campo sendo que, 56% dos entrevistados tiveram suas casas reformadas e 36% não foram reformadas, pois não houve necessidade e 8% não sabem, pois as casas são alugadas.

As residências que foram reformadas pela prefeitura, apesar de serem casas simples de cômodos pequenos, são moradias dignas. Sendo que 48% da cobertura das casas são de telha de amianto, 38% de laje e 14% de telha de cerâmica

Seus proprietários se dizem muito satisfeitos com a reforma. Exceto duas pessoas que reclamaram por não ter energia em suas residências desde a reforma (há cerca de dois anos), disseram viver da caridade dos vizinhos (parentes).

Quanto ao saneamento básico, 99% das casas contam com abastecimento de água, 100% possuem rede de esgoto e 98% possuem energia elétrica.

Segundo informações obtidas através dos agentes de saúde do Ambulatório Santos Reis, localizado no bairro, quando as casas eram precárias o índice de doenças era mais elevado. As doenças de maior incidência eram: Lúpus, Tuberculose, Hanseníase, Depressão e Parasitoses. Informaram ainda que, estes índices caíram após a intensificação das visitas domiciliares do Programa de Saúde Familiar (PSF) do Sistema Único de Saúde (SUS) em parceria com a prefeitura Municipal.

Atribuíram a diminuição da ocorrência de Depressão nos moradores à reforma das residências. Não foi possível o fornecimento de dados quantitativos, pois está em fase de elaboração. Afirmam que atualmente este índice é baixo, sendo que as doenças mais comuns são diabetes e hipertensão. Porém o índice de Alcoolismo é alto para o bairro, assim como a ocorrência de gravidez na adolescência e as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

O alcoolismo esteve presente em muitas falas nas entrevistas, inclusive alguns dos entrevistados declararam serem alcoólatras e estarem afastados do trabalho por este motivo, foi associada também às Folias de Reis e Congado. Segundo Andrade, o alcoolismo deve ser considerado uma doença social. O álcool, inclusive foi usado no período da colonização como alternativa na escravização dos africanos,

Como disse o antropólogo Darcy Ribeiro, da amargura da escravidão; a cachaça para alterar a consciência, para calar as dores do corpo e da alma, para açoitar espíritos em festas, para atizar coragem em covardes e para aplacar traições e ilusões. Para tudo, na alegria e na tristeza, o brasileiro justifica o uso do álcool, da branquinha à amarelinha, do escuro ao claro do vinho, sempre com diminutivos (ANDRADE, 2004).

Existe um amplo debate sobre a doença ser hereditária ou não e se algumas etnias, (entre os índios, por exemplo), estão mais predispostas ao vício, porém não há um consenso e sua utilização pode ser explicada da seguinte forma, segundo Aldous Huxley:

Parece improvável que a humanidade em geral seja algum dia capaz de dispensar os 'paraísos artificiais', isto é, a busca de auto transcendência através das drogas ou umas férias químicas de si mesmo. A maioria dos homens e mulheres levam vidas tão

dolorosas - ou tão monótonas, pobres e limitadas, que a tentação de transcender a si mesmo, ainda que por alguns momentos, é e sempre foi um dos principais apetites da alma (HUXLEY apud ANDRADE, 2004).

Não há dúvidas de que o alcoolismo e as drogas são um problema social e deve ser encarado como tal, ao menos entrando nas discussões do Plano Diretor Participativo de 2010 que está em fase de levantamento de dados. Num bairro que há mais bares que qualquer outro comércio este índice só pode ser elevado.

Questionados se conhecem ou já foram consultados a respeito do Plano Diretor e do Orçamento Participativo, 96% responderam que não conhecem e nunca foram consultados(as) sobre o Plano Diretor e 4% responderam que sim, 98% disseram não conhecer e nunca terem sido consultados(as) sobre o Orçamento Participativo e apenas 2% disseram conhecer e terem sido consultados.

Comparando os nomes dos entrevistados com a lista de presença da Ata I da Leitura Comunitária do Plano Diretor, realizada no dia 27/07/2006 na Creche do Santos Reis (PDP, 2006b, p. 66), pude constatar que 6% das pessoas disseram não conhecer e nunca terem sido consultadas sobre o Plano Diretor, que estiveram presentes nesta reunião. Talvez essa contradição venha do fato de não associarem a pergunta à reunião que participaram em 2006, por fazer já quatro anos.

Quanto à representação política, o bairro não tem nenhuma, não há associação de moradores, e nem vereador para representar o bairro. O último vereador eleito foi Roberto Marcolino, já morreu, mas antes ficou desacreditado desde que apareceu num vídeo em rede nacional, no ano de 2004, recebendo dinheiro de suborno do ex-prefeito José Wurtemberg Manso. Isso desacreditou os entrevistados (seus eleitores) que depositaram a confiança nele elegendo-o. Essa descrença dos moradores se reflete na política em geral. A maioria reclamou dos políticos e suas práticas, em relação às promessas de campanha.

Quanto à associação de moradores, foi criada (não se lembra da data) e presidida por Decão por muito tempo. Depois, por um morador do bairro chamado Waldir. Este não foi encontrado para entrevista. Segundo os

moradores entrevistados, a extinção da associação é atribuída, para alguns, devido à falta de participação dos moradores, para outros os moradores desanimaram com a falta de resultados efetivos para o bairro.

O bairro Santos Reis, de acordo com a Leitura Técnica do Plano Diretor, está inserido na ZEIS ou Zona Especial de Interesse Social, trata-se de um instrumento urbanístico em favor da democratização do espaço urbano que faz parte do Plano Diretor Participativo.

São áreas delimitadas da cidade, dentro das quais é garantido o uso para a habitação de interesse social. Porém, como explicar que depois de 4 anos da elaboração do Plano Diretor o bairro continua praticamente o mesmo?

O Plano Diretor deve resultar num projeto de Lei, "o Estatuto da cidade", porém, "Entre a lei e sua aplicação há um abismo que é mediado pelas relações de poder na sociedade" (MARICATO, 2002, p. 42).

## **8 Considerações**

O trabalho realizado não esgotou o tema abordado, nem houve esta pretensão. Foram surgindo a cada momento novos questionamentos. O bairro dos Santos Reis e sua população possui aspectos históricos, geográficos, culturais e socioeconômicos específicos, e estes devem ser abordados também em outras áreas do conhecimento, além da Geografia, como as Ciências Sociais e a História.

Com a pesquisa, que abrangeu 50 residências, foi possível constatar que o bairro se configurou através de profundas desigualdades sociais, sendo palco de segregação desde sua gênese. Ele se iniciou há cerca de 100 anos, não foi possível precisar a data, mas com o auxílio dos moradores mais antigos entrevistados e com os documentos levantados, foi possível chegar a essa conclusão. Só foi incorporado ao perímetro urbano na década de 1950, recebendo as primeiras infraestruturas básicas somente na década de 1970.

O bairro que conta atualmente com uma população de cerca de 1100 habitantes, e 230 residências, conta com uma creche e um posto de saúde que não é exclusivo do bairro nem suficiente para atendê-los. Um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que funciona onde foi uma escola. Uma igreja católica (capela dos Santos Reis) e uma evangélica; não há comércio no bairro e esta é uma das queixas que esteve presente na fala de todos os entrevistados. Há apenas quatro bares (botecos) e um local que vende pães.

A população do bairro Inicialmente ocupado por negros foi miscigenando-se, atualmente tem um percentual de 32% que se declararam negros, 46% pardo/mulatos e 22% brancos. Há um índice elevado de analfabetismo entre os moradores, sendo que 74% dos entrevistados podem ser considerados analfabetos funcionais. Houve queixas de alguns moradores quanto à discriminação e preconceito que são vítimas.

As manifestações culturais como a Folia de Reis e o Congado são ainda muito fortes e significativas para a população, fazendo parte de sua identidade cultural, embora sua continuidade seja preocupante a julgar por outras práticas já extintas como A Festa dos Santos Reis, o grupo das Pastorinhas, o Time de Futebol do Bairro e a Escola de Samba. Foi possível perceber um sentimento de perda e saudosismo principalmente da população mais velha pela extinção dessas práticas. Embora poucas iniciativas existam no intuito da preservação das práticas culturais, como da ONG NCNA.

Um fator positivo e que talvez explique a atual configuração socio-espacial do bairro é o fato de 98% dos entrevistados serem donos de suas casas, isso lhes conferem uma condição de vida um pouco mais digna. Quanto aos terrenos, 44% são aforados, 38% são herdados, 12% comprados, isso demonstra a forma de uso e ocupação que ocorreu no bairro.

Trata-se de uma comunidade com um patrimônio público imaterial (ou intangível) que deve ser preservado e cuidado pelos governantes, através de apoio e ações mais efetivas.

Através da análise da Leitura Comunitária do Plano Diretor Participativo de 2006, foram levantadas as demandas e sugestões da população do bairro. Com as entrevistas foram identificadas as necessidades atuais. Foi constatado que 70% da população teve suas casas reformadas pela prefeitura através de verbas públicas e houve melhorias na creche, porém os problemas relatados não foram solucionados, como a falta de escola ao menos para o Ensino Fundamental, a questão do lixo nos terrenos baldios, a falta de lazer, policiamento, transportes, entre outros bens básicos que deveriam fazer parte dos equipamentos urbanos fornecidos pelo poder público, mas não fazem.

Não há representação política do bairro, a associação de moradores foi extinta e não há vereadores representando o bairro. A população se mostra descrente com a política.

O Bairro está inserido há quatro anos conforme a Leitura Técnica do Plano Diretor Participativo de 2006, na Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Exceto pelas reformas das casas e creche, não houve melhorias no bairro. As reivindicações da população não foram atendidas, há muito que fazer em prol da população do bairro Santos Reis. População essa, historicamente segregada e negligenciada, detentora de uma valiosa resistência cultural que infelizmente corre o risco de se perder devido ao descaso e à falta de atuação dos órgãos competentes.

## Referências

ANDRADE, Tarcísio Matos de *et al.* **A presença das bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas na cultura brasileira**, 2004.

Disponível em:

[http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Veja\\_tambem/326817.pdf](http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Veja_tambem/326817.pdf). Acesso em: 15 nov. 2010.

BUENO, L. M. de M.; CYMBALISTA, R. (Orgs). **Planos Diretores Municipais: Novos Conceitos de Planejamento territorial**. São Paulo: Annablume, 2007.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

FEDERAÇÃO DO REISADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FRERJA), de 1997 a 2000, por Affonso M. Furtado da Silva (Diretor).

JUSBRASIL. **Aforamento**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/290655/aforamento>. Acesso em: 10 out. 2010

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 4. ed. Tradução Rubens Eduardo Frias, São Paulo: Centauro, 2006.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para uma crise urbana**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Diretor Participativo**. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/>, acesso em: 03 nov. 2010

NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA DE ALFENAS (NCNA). Disponível em: <http://www.webcompleta.com.br/arquivos/web005/ncnaalfenas/index.cfm>. Acesso em: 03 nov. 2010

OLIVEIRA, Fátima. Ser Negro no Brasil: alcances e limites. **SciELO Brasil**, São Paulo, v.18, n. 50, jan./apr. 2004, Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01034014200400100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01034014200400100006). Acesso em: 04 nov. 2010

PERGO, Vera Lucia. **Os rituais na Folia de Reis: uma das festas populares brasileiras**. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st1/Pergo,%20Vera%20Lucia.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS. **Plano Diretor Participativo de Alfenas (MG)**. Leitura Técnica. Alfenas: Secretaria de Planejamento e Coordenação, 2006a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS. **Plano Diretor Participativo de Alfenas (MG)**. Leitura Comunitária. Alfenas: Secretaria de Planejamento e Coordenação, 2006b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS. **Notícias**. Disponível em: <http://www.alfenas.mg.gov.br/noticias>. Acesso em: 03/11/2010

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. 5 ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Edusp, 2009.

SECRETÁRIA DA PARÓQUIA SÃO JOSÉ E DORES DE ALFENAS. **Livro do Tombo III**, de 1911 a 1943.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima; **Urbanização e Fragmentação: Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão.** 2003. Tese de Livre Docência Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SECULODIARIO. **Pastorinhas ou lapinhas.** Disponível em: <http://www.seculodiario.com/folclore/tradicoes/index6.htm>, acesso em: 03 nov. 2010

VALE, Ana Rute do. O rural e o urbano se diluindo no espaço periurbano. 2006. **Anais do 2 Simpósio O rural e o urbano no Brasil/UERJ.** 2009. Rio de Janeiro, RJ. ISSN 1980 - 6396.

## Capítulo 4

### **O espaço vivido da segregação socioespacial: uma análise do Conjunto Habitacional São Carlos <sup>28</sup>**

Dilma Maria da Silva

Historicamente mudam as características da habitação, no entanto é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço. Arlete Moysés Rodrigues, 1990.

#### **1 Introdução**

A localização periférica do conjunto habitacional no bairro Jardim São Carlos despertou o interesse em seu estudo, ao qual se observa características semelhantes a outros conjuntos habitacionais espalhados pela cidade. No contexto atual das políticas habitacionais, torna-se relevante o estudo da moradia social, para compreendermos a conjuntura dessa política anticíclica capitalista, assim como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). A localização dessas habitações aparece no limite da mancha urbana contígua à área rural, apontando uma nítida segregação socioespacial das classes pobres, assim como a forma que a cidade cresce.

O objetivo principal desse trabalho é analisar a precariedade da vida cotidiana no Conjunto Habitacional São Carlos, assim como a influência dos agentes produtores do espaço que foram decisivos no processo de segregação socioespacial dos moradores.

Com relação à metodologia, a pesquisa foi dividida em três momentos: no primeiro, buscou-se tomar como referência alguns apontamentos gerais, acerca da questão dos processos de urbanização e de segregação socioespacial. Esses dois processos foram relacionados à

---

<sup>28</sup> Este capítulo tem como base o TCC "Segregação socioespacial: uma visão das vivências do Conjunto Habitacional Residencial São Carlos, Alfenas-MG", apresentado em 2019, sob orientação do Prof. Evânio dos Santos Branquinho.

instalação dos conjuntos habitacionais populares, em especial ao Residencial Jardim São Carlos. O embasamento teórico apresentado auxiliou na compreensão da problemática, sendo possível levantar parte dos agentes responsáveis pela segregação do conjunto habitacional em foco.

Num segundo momento, foram resgatados dados secundários junto ao IBGE Cidades, IMRS - Índice Mineiro de Responsabilidade Social, prefeitura de Alfenas, consulta a TCCs do curso de geografia UNIFAL. Analisou-se a evolução da cidade, para a qual o material quantitativo evidenciou seu desenvolvimento urbano, econômico e demográfico.

O terceiro momento concentrou-se no trabalho de campo, com visitas ao Conjunto Habitacional (C.H.), observação de seu entorno com relação aos equipamentos sociais e comércio existentes; assim como conversas e entrevistas preliminares na vizinhança. No fechamento da pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas no condomínio (40) e na vizinhança (30), totalizando 70 entrevistas em dias variados. A discussão e análise dos dados foram articuladas principalmente às informações obtidas em entrevista com o prefeito de Alfenas Luís Antônio da Silva, juntamente com as informações a partir dos questionários no C.H. e vizinhança. Também trabalhou-se com o registro fotográfico do cotidiano dos moradores e a elaboração de material cartográfico.

## **2 Os agentes produtores do espaço urbano**

O processo de segregação dos grupos sociais, segundo Correa 1989, está condicionado às mais variadas formas de como o capitalismo se insere nos lugares, são forças acumulativas históricas provocando uma partição da estrutura social e espacial.

Essa segregação condiciona para uma crescente divisão social por meio dos bairros homogêneos, para uma qualificação excludente desse morador ficando à mercê do capital como reserva de mão de obra, nesse contexto que:

A segregação assim redimensionada aparece com um duplo papel, o de ser um meio de manutenção dos privilégios por parte da classe dominante e o de um meio de controle social por esta mesma classe sobre os outros grupos sociais, especialmente a classe operária e o exército industrial de reserva (CORRÊA, 1989, p. 64).

Os agentes produtores do espaço interferem no arranjo em que a cidade se constitui, nos mais variados usos do solo e o fazem segundo interesses, para otimizar o lucro e garantir seu modo de produção econômico. A reprodução espacial desenvolve-se em torno da renda da terra, para a qual esses agentes interagem de modo estratégico, garantindo o processo de acumulação.

Nas cidades, os proprietários dos meios de produção pressionam o Estado para que desapropriem terras e as libere para que possam explorar e controlar as formas espaciais urbanas. Nesse sentido, implantam-se novos territórios, determinando onde serão as construções de alto padrão e as áreas segregadas populares. Para Corrêa (1989, p. 14), a retenção de terras por meio dos grandes agentes fundiários eleva o seu preço, conseqüentemente os agentes industriais pressionam o governo para liberar essa reserva fundiária. O governo de todo modo, atendendo aos proprietários dos meios de produção, investe em projetos de infraestrutura e incentivos para a construção de casas populares, aumentando a oferta de mão de obra para esse agente.

As construções de baixo padrão denominadas não-solvável, segundo Corrêa (1989, p. 22), representam uma fatia do bolo por parte dos agentes imobiliários, para as quais buscam junto ao governo investimentos e créditos habitacionais, para um mercado que desponta na contramão do déficit habitacional brasileiro. Sendo assim, o Estado opera deliberando recursos e meios para que os agentes espaciais viabilizem suas ações da qual: "A atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações" (CORRÊA, 1989, p. 26).

Nessa conjuntura, evidenciam-se algumas vantagens em segregar uma parcela populacional como forma de reprodução das relações sociais

de produção, como o caso do objeto em estudo, em se que articulou negociações para a escolha do terreno do conjunto habitacional. Dentro dessa lógica em delimitar os interesses dos agentes formadores do espaço, a escolha privilegiada para as construções de alto padrão, acaba empurrando a população de baixa renda para as periferias e áreas distantes sem o mínimo de equipamentos sociais, sempre em função do capitalismo segundo o autor supracitado.

Grande parte da população de baixa renda, não dispendo de recursos para a compra de moradias adequadas sobra-lhe loteamentos irregulares, autoconstruções, e favelas distantes da área central da cidade. Nesse caminho, o direito a usufruir a cidade e seus equipamentos, não concretiza-se restando-lhes apenas habitar na cidade sem o direito participativo e acesso aos equipamentos públicos de direito. Essa população segregada mora, mas não vive a cidade, pois ela se apresenta cara e ao alcance de poucos. Sobre essa realidade, Corrêa (1989, p. 30) afirma que “a produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência [...]”.

A resistência abordada compreende o sentido de resistir a todas as formas de exploração e usurpação, que diversos grupos excluídos sofreram historicamente desde a sua saída do campo para a cidade, subtraindo-lhes o direito ao espaço urbano, sendo obrigados a sobreviverem em ambientes insalubres e áreas de riscos. A negação dos direitos dos grupos socialmente segregados alimenta os problemas sociais, forçando o governo a desenvolver programas habitacionais, para tentar amenizar o problema da moradia assim como o PMCMV, nesse sentido:

A existência de uma demanda solvável saturada e de uma não-solvável insatisfeita explica o interesse do capital imobiliário em obter ajuda do Estado, de modo a permitir tornar viável a construção de residências para as camadas populares: créditos para os promotores imobiliários, facilidades para desapropriações de terras, e créditos para os futuros moradores. (CORRÊA, 1989, p. 22).

Para Marques e Torres (2005), a segregação no Brasil está associada como uma das consequências do capitalismo periférico histórico até os dias atuais, com visível desigualdade social. Esses locais segregados socialmente são considerados homogêneos que sobrepõem inúmeros problemas, sendo o Estado um agente negativo em sua ação no ambiente urbano, concretizando relações negativas do mercado de trabalho, conseqüentes de um processo de acumulação capitalista.

Esses diferenciais de acesso reforçam o tema da desigualdade social, para o qual os grupos apresentam características sociais distintas, a partir do espaço que ocupam. A tendência é a desigualdade social ser acumulativa, tendo o território um papel importante de produção e reprodução, muitas vezes reproduzindo situações de pobreza cristalizadas ao longo do tempo, mesmo com esforço governamental para o seu controle. Nessa realidade, que a construção de conjuntos habitacionais homogêneos em áreas periféricas, aumentaria a segregação socioespacial.

### **3 A Política do Programa Minha Casa Minha Vida**

Uma profunda crise econômica no ano de 2008 atingiu todo o sistema econômico global. O governo adotou medidas anticíclicas tentativa de barrar a queda economia nacional. Umas das medidas foi a expansão de crédito dos bancos públicos, como forma de diminuir a estagnação do setor privado e manteve investimentos junto ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com o objetivo de expansão do mercado habitacional, um setor estratégico, em marco de 2009, o governo lança o Programa Minha Casa Minha Vida.

Esse programa seria destinado a famílias com renda de até 10 salários mínimos, as mais beneficiadas seriam as famílias com renda de 0 a 3 SM, com subsídios quase que integral. Acerca do programa fora criado um fundo garantidor, assegurando desse modo o pagamento das prestações por inadimplência. O principal objetivo do programa seria a

construção de 1 milhão de moradias, conforme Cardoso (2013, p. 36): “R\$ 25,5 bilhões originavam-se do orçamento geral da união e R\$ 7,5 bilhões do FGTS [...]”. Mas, segundo este autor, o déficit habitacional atendido na época girava em torno de 14%, a população prioritária de até (R\$ 1.395,00) atendidas com 400 mil moradias responderiam a apenas 6% do déficit habitacional vigente.

O PMCMV desde sua implantação apresentava duas contradições: a primeira de estimular a economia no combate à crise e ao déficit habitacional do país, e a segunda decorre dos benefícios e protecionismo ao setor privado, descartando a produção pública. Essa nova forma de abordagem para a política habitacional joga nas mãos dos empresários todos os benefícios locacionais com a escolha do terreno, extraindo ao máximo a renda da terra. De acordo com Cardoso (2013), a localização das habitações, em uma área carente de equipamentos sociais, empregos e infraestrutura, pode elevar o preço da terra, conseqüentemente transferindo o subsídio para a especulação imobiliária, afetando o propósito do programa.

O programa não levou em consideração a magnitude do país, cada localidade apresenta sua particularidade, a abordagem se efetivou quantitativamente, deixando de lado as políticas urbanas e os instrumentos da política fundiária. Com o privilégio da escolha do terreno, o setor privado busca terras mais baratas distantes da centralidade, efetivando a dinâmica de mercado e a segregação socioespacial.

Essa segregação compromete a mobilidade urbana, aumentando a distância desse morador aos locais de trabalho e ensino, causando congestionamentos e superlotação dos transportes públicos. O fator localidade tem um peso no bolso do novo morador e do poder público local, esse precisa estender uma infraestrutura para além dos limites da cidade. Observa-se uma contradição, o governo não exige a implementação dos instrumentos da política fundiária, deixando à revelia as construtoras para construir ao bem querer. Esse perfil de investimento, que oferece total autonomia ao setor privado, percebemos

também acerca dos 97% de subsídios públicos destinados as construtoras privadas, contra 3% a entidades sem fins lucrativos.

A política habitacional do PMCMV apresentava-se como “salvadora” para o déficit habitacional do país, no entanto o objetivo principal em atender as famílias mais vulneráveis na faixa de 0 a 3 SM não se cumpriu. O posicionamento do governo direcionando o programa para uma produção de mercado e sobretudo ofertando 60% das unidades habitacionais para a classe média, alimentou o interesse das construtoras privadas. Outro ponto negativo do programa, é o total de 97% do subsídio para as construtoras para apenas 3% ofertado às cooperativas e entidades. O programa foi lançado com forte campanha publicitária, reforçando o imaginário popular da ideologia da casa própria, com disparidade entre a promessa das unidades e o atendimento de fato. O déficit na faixa de mais baixa renda concentrou na casa de 35% das unidades para área urbana e 3% para área rural, sendo insignificante para a faixa que apresentava o maior déficit em moradia (CARDOSO, 2013).

Apesar do governo ofertar subsídios numa escala de 30 a até 90% para as famílias de baixa renda, ficando essas com as parcelas da moradia girando em torno de 10% do valor das unidades, ainda assim o ponto que desqualificaria toda a política foi justamente o montante destinado a uma faixa de renda acima de 3 SM, beneficiando economicamente as construtoras e ludibriando o seu eleitorado (CARDOSO, 2013).

O reflexo desse comportamento, pode-se observar nos cadastros intermináveis de Alfenas, em que os candidatos a uma moradia social alimentam esse mercado privado, representado pelas empreiteiras até os dias atuais. Os municípios tornaram-se meros coadjuvantes do processo, sendo convidados a fazerem doações de terrenos alimentando ainda mais o lucro das empresas construtoras. A questão da qualidade do produto ofertado e impacto ambiental não foi considerado, podemos perceber a baixa qualidade das habitações, necessitando constantes

reparos da prefeitura, viabilizando a indústria da construção, colocando a moradia, que é um direito social, como produto do mercado.

#### **4 O Conjunto Habitacional São Carlos**

A transformação dos lugares conjuga-se no capitalismo com o desenvolvimento desigual e contraditório, transformando o espaço e tudo o que faz parte dele. No ambiente urbano, observa-se as mudanças nas relações de produção e sociais, a cidade desponta como elo central da perda de fluidez da vida urbana e oportunidades, surgindo novos espaços "marginais". Mas como identificar esses espaços "marginais"? Para abordar esses espaços, apoiamo-nos na abordagem da crítica da vida cotidiana (DAMIANI, 1993), para compreendermos o contexto em que as classes sociais estão inseridas, assim como o conjunto habitacional estudado. Nesse sentido, é importante fazermos uma abordagem voltada para o cotidiano precário nessas habitações, especialmente, as ações planejadas de controle estatal para esses espaços.

O cotidiano concretiza-se na vida das pessoas atrelado a várias instituições públicas ou privadas, exercendo seu poder e influência na vida das pessoas. Partindo do pressuposto de que essas transformações aconteceram a partir do avanço da industrialização, conjugadas a um subdesenvolvimento dos indivíduos expropriados em sua vida ordinária. A conjuntura econômica, com o avanço das técnicas e da produção, trouxe as transformações das cidades, com destaque para uma arquitetura moderna. Nessa nova ordem de edificação modernista, a cidade vai perdendo elementos da socialização cotidiana para a monotonia dos novos prédios, com excesso de normas funcionais, um espaço pobre de vida urbana e alienado.

O déficit habitacional brasileiro, seguido a inúmeros problemas relacionados às moradias precárias, torna-se terreno fértil para a ideologia da casa própria como salvação e seguridade futura. Enquanto a Europa e os Estados Unidos implodiam conjuntos habitacionais, o Brasil

propagava esse modelo de forma rígida e centralizada. Nesse padrão de habitação, o “condômino” choca-se com os limites da forma e da estrutura, para se integrar a uma vida ordinária e de coerções. O espaço projetado do arquiteto apresenta um espaço concebido diferente daquele vivido pelo morador. Para Damiani (1993), quando esse morador não se adequa ao cotidiano planejado, essa integração acontece pelo alto de maneira imperceptível, com a normatização da vida urbana e regulamentação do espaço privado do condomínio.

Conhecer as particularidades do Conjunto Habitacional Residencial São Carlos serviu de parâmetro para realizarmos a leitura do espaço imposto institucionalmente em confronto com o espaço vivido pelos moradores. Sobre a concepção de vida desses moradores, Damiani (1993, p. 27) considera que “o morador não é estritamente um usuário passivo, ‘habitar é uma atividade’; ele, morador, qualifica, redefine, reproduz ou transforma as representações, que orientam a reprodução do espaço em questão [...]”.

Figura 6 - Conjunto Habitacional Residencial São Carlos



Fonte: Arquivo pessoal da autora, junho 2019.

Quanto a essa transformação das representações, referida por Damiani (1993), faz observar como o espaço do Conjunto Habitacional está sendo transformado em relação à planta arquitetônica original. Nas necessidades do seu cotidiano precarizado, os moradores foram

adaptando garagens na área comum, assim como varais improvisados e até um trailer de lanches e as propagandas na porta de entrada dos blocos, representando o mercado informal.

Figura 7 – Comércio informal  
Trailer de lanches



Fonte: Arquivo pessoal da autora,  
junho de 2019.

Figura 8 – Propagandas do comércio  
informal



Fonte: Arquivo pessoal da autora,  
junho de 2019.

Os residentes nesse conjunto são identificados como “moradores dos predinhos”, estigmatizados quanto à sua localização e classe social. Essa visão preconceituosa, pôde-se confrontar nos questionários aplicados na vizinhança do Conjunto, onde os moradores, em grande maioria, afirmam ter havido desvalorização e mudança no bairro, principalmente com relação a assaltos e violência, após a chegada dos moradores do Residencial São Carlos. A fala desses moradores da vizinhança é contestada em entrevista concedida pelo prefeito Luís Antônio da Silva, no dia 24 de junho de 2019, quando este afirma que a opinião dessas pessoas faz parte do senso comum.

Sobre a pergunta: Quais reclamações a população moradora faz? E também a não moradora sobre os conjuntos habitacionais? Ele declara que:

As reclamações dos CH, são essas que nós já reclamamos, que é a falta da infraestrutura especialmente de lazer essa é a principal, e a segurança que eles fazem "internamente", o principal é a falta de lazer. A população geral é o preconceito mas, o preconceito digamos senso comum, que não é o senso crítico ou o investigado. Senso comum não é o senso verdadeiro, não é o senso crítico (Luís Antônio da Silva).

Ele afirma também que as ocorrências policiais apresentam as mesmas estatísticas que em outros bairros, e a concentração de moradores chama a atenção para os fatos ocorridos, para os quais ele enfatiza:

Então se há um roubo nos apartamentos, alguém que dos apartamentos roubou em algum lugar, isso cria uma generalização do conjunto. Então a reclamação ela é apenas consequência do preconceito de não conhecer. E aí que é achar, que os apartamentos que as pessoas só tem bandidos, que as pessoas que moram lá roubam a cidade. Não é fato os índices mostram, que da mesma quantidade de pessoas que tem nos apartamentos, tem em outro lugar. Só que se fosse um conjunto de casas, como eu te disse, nós teríamos um lugar com 200.000 mil metros quadrados de construção. Então seria muito grande, seria um bairro considerado. Então a média seria essa, como ele é concentrado, a média é a mesma. A quantidade de pessoas que tem problema com a justiça nos outros bairros é a mesma, só que nos outros bairros é extenso; então parece que é menos. É uma questão de apenas tá concentrado (Luís Antônio da Silva).

Essa concentração de pessoas que tende à homogeneização, que o morador passa por uma adaptação espacial frente à sua nova realidade, delimitado por um perfil social estigmatizado de pobreza e preconceito velado e imposto. O efeito homogeneizador como afirmou o prefeito em entrevista, carrega consigo o discurso da inserção urbana, da qual verificamos a total heterogeneidade com relação a outras classes sociais. Sobre a pergunta: Porque prédios multifamiliares e não casas térreas unifamiliares? Ele responde, num trecho: "É melhor você ter uma casa menor bem localizada, do que ter uma casa as vezes maior mal localizada. A localização é prioridade pra nós" (Luís Antônio da Silva).

Nessa parte da entrevista, ele menciona a localização do Conjunto Habitacional como decisiva à sua implantação, não reconhecendo como periferia. Também tem a prerrogativa da localização, em questão, ser um diferencial para atender o maior número de pessoas através dos apartamentos. Nessa mesma pergunta, ele menciona a escolha das

habitações unifamiliares, como ponto negativo, provocando um certo isolamento:

Pode ser que nas casas as pessoas fiquem presas dentro das casas, você constrói uma casa, um quintal, você se isola, a família também. Há um efeito quando você constrói uma casa, você vai melhorando de vida, você vai se isolando de medo dos que não melhoraram. Quanto maior o bairro, quanto mais rico o bairro mais muro ele tem. Então melhora de vida sobe o muro. Amurar as casas isolar as famílias, segregar as famílias, (ele remete segregação apenas a isolamento e não a segregação de equipamentos sociais e oportunidades iguais) individualizar. Você vai criando uma cultura não quero exagerar, mas as raízes de um fascismo coletivo, que um nazismo coletivo ainda porque a purificação do núcleo e não da pessoa. O Hitler defendia a purificação do indivíduo, da raça, nós vamos purificando os grupos você tem um pensamento de purificação dos grupos; então o grupo vai melhorando ele vai se isolando. Então você cria muros isso é ruim. (Luís Antônio da Silva)

Nessa adaptação, os moradores são apresentados a outro modo de vida, vão sendo realizadas ações para a acomodação a uma vida ordinária, que atenda às suas mínimas necessidades. Uma das queixas apontadas dos moradores do C. H. foi ao espaço pequeno da lavanderia, assim como a falta de lugar para secar as roupas. Diante à necessidade desses espaços, alguns moradores improvisaram varais nas áreas comuns.

Figura 9 – cerca usada como varal



Fonte: Arquivo pessoal da autora, junho de 2019.

Os conjuntos habitacionais passam a fazer parte do discurso político, desde a época da implantação dos grandes conjuntos da década de 1960, com negação a forma física e econômica, para um projeto de integração e desenvolvimento comunitário. Como na fala do prefeito, ainda na pergunta anterior, o grande interesse se respalda no maior número de construções para tentar amenizar o déficit habitacional local.

Na pergunta: Porque no projeto do Residencial São Carlos, não se optou por casas unifamiliares?

Porque são cerca de 500 casas, se você fizesse casas, teria mais dificuldade de inclusão ("inclusão" aqui no sentido de incluir na política habitacional do município), o tamanho do loteamento seria muito grande. Ali você ocupou, não sei quanto mais talvez 10.000M<sup>2</sup>. Se você fosse fazer 500 moradias, precisaria uns 200.000m<sup>2</sup> para fazer a mesma quantidade de casas. É Mais a relação quantitativa realmente em atender uma demanda maior (Luís Antônio da Silva).

Percebe-se no cotidiano precário do conjunto Residencial São Carlos, o interesse político municipal em uma normatização do convívio comunitário. O prefeito ressaltou que a Caixa realiza essa "harmonização", antes da entrega dos apartamentos com palestras e dicas de convivência em condomínios, e a prefeitura desenvolve o "Cidade Escola" nos conjuntos habitacionais da cidade. Quando perguntado: "A prefeitura tem conhecimento de possíveis avarias ou materiais defeituosos após a entrega das chaves dos apartamentos"?:

A prefeitura tende a ajudar procura ajudar, agente pinta lá os corredores, a prefeitura arruma porta, arruma encanamento; que é desgaste por uso. Eu também fiz uma proposta, que não teve muito sucesso não consegui aprovar, que era de liquidar as contas de água de luz de todos os aptos coloca-los em dia; mas a câmara não aprovou. Eu defendo porque ficou 4 anos abandonado, então o trabalho ali, não pode ser uma palestrazinha uma vez por semana, não pode ser um conselho, o trabalho ali é diário. Então os conflitos tem que ser resolvidos é por hora, nem por dia não, é por hora. Então hoje nós temos pessoas do Estado lá dentro, da prefeitura lá dentro, (ele fala da funcionária que mora no conjunto Lucimara e a coordenadora Isabel que trabalha para o cidade Escola no C.H), que vão mitigando, resolvendo problemas por hora. Toda hora tem um probleminha, então você tem que resolver, seja uma pessoa doente, uma pessoa que ficou sem água; seja uma pessoa que ficou sem luz. Se você deixa e de vez em quando você vai lá, e faz celebra uma missa, não é assim? faz uma campanha uma vez por ano. Você vai lá faz um mutirão, limpa, não sei o que não, isso tem os conflitos sociais; tem ser resolvidos por hora. Tem que ter gente toda hora

lá, pra não deixar acumular os conflitos. Dilma: “vir que a prefeitura ela também faz o serviço de coleta de lixo”. Ele respondeu: “Faz tudo”. Dilma: “faz a poda da grama, tem o café comunitário que é oferecido através do Cidade Escola, o abastecimento da caixa d’água pra fazer o café”. Ele respondeu: “É ali tá com um problema da água porque, justamente eu queria pagar a conta, a câmara não aprovou. O preconceito, não aprovou por preconceito, certo. Eu ainda estou insistindo, pra ver se aprova pelo menos dos espaços comunitário, se não teria pago água, luz; é preciso que o Estado intervenha. (Luís Antônio da Silva)

A prefeitura desenvolve o Programa Cidade Escola, oferecido à população de qualquer faixa etária, diversas atividades físicas, culturais, esportivas, educativas e integrativas, pelos diversos núcleos espalhados pela cidade, em especial nos conjuntos habitacionais. O programa é coordenado pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura. Os cursos oferecidos no C. H. são: aula de violão, capoeira, dança de rua, educação ambiental, desenho artístico, reforço escolar, aulas de crochê, dentre outros. A coordenadora do projeto no condomínio é a Isabel, tendo como braço direito a Lucimara, zeladora do salão comunitário e professora de crochê, moradora do conjunto. O salão é aberto por volta das 7:00 horas, o café é preparado e organizado para a chegada de 30 pães em média, não suprimindo a demanda do Conjunto.

Figura 10 - Salão comunitário do C.H. Residencial São Carlos



Fonte: Arquivo pessoal da autora, junho de 2019.

Essa conduta de inserir projetos junto à comunidade dos conjuntos, reforçam a prevenção da deterioração dos apartamentos, assim como reduzir os níveis de inadimplência, integrando esse novo morador ao urbano e sua vida em um condomínio. A implantação de conjuntos habitacionais é o ambiente propício à concretização da legitimidade do Estado através das habitações populares.

A política habitacional nacional, representou um dos braços da ditadura para o controle da massa trabalhadora, ofertando-lhes empregos e moradia. Nesse ambiente, as forças produtivas em conjunto com as relações de produção, encaminha-se para contradições sociais e exploração do trabalhador. Os conjuntos habitacionais surgem nesse cenário de um discurso político de integração urbana, assim como a fala do prefeito Luís Antônio, quando indagado: "Quais as consequências positivas e negativas para a população atendida e para a cidade?"

É uma realização, então você tem esse fato positivo, não só da casa, mais de você ter prazer pra aquela família; uma pessoa que resolveu um problema social que impacta psicologicamente a família toda. Agora para o restante da cidade, "fiz" oito conjuntos. Então nós estamos falando que nós injetamos na base da economia 100 milhões de reais, girou a economia da cidade, pedreiro ganhou, servente ganhou, todo mundo ganhou. Impostos voltados direto para o município em média, 10 milhões de reais. A sociedade ela ao resolver seus problemas sociais, ela fica mais pacificada, (aqui a política de pacificação e ideologia da casa própria). Porque quanto mais você empurra as pessoas para a periferia (o prefeito não considera o CH periférico), você cria conflito, e o conflito leva a violência, primeiro familiar e depois coletivo. Então a sociedade tende a ganhar porque ela ajuda a resolver seus problemas, nesse aspecto ela fica mais pacificada, mais solidária, cria uma onda de solidariedade entre as pessoas. (Luís Antônio da Silva)

Essa integração aconteceria para minimizar a divisão de classes, consequente da produção capitalista e exploração do trabalhador, principalmente do período da industrialização. Segundo Damiani (1993), essa política habitacional compreendia um plano de democratização porém, com teores de controle de todas as ações dentro dos conjuntos para um clientelismo institucional, implantava-se instituições comunitárias para controlar o cotidiano dos moradores. Essa política ou projeto estatal não alcançava todas as classes. Damiani (1993) pontua, referente as vilas operárias, que o trabalhador alienado e vigiado teria

um pensamento de ascensão da carreira dentro da fábrica, desse modo não se rebelaria contra o governo e garantiria um curral de votos. Alguns moradores apresentam essa percepção, quanto ao conjunto ser uma possível concentração de eleitores, mencionaram as visitas dos candidatos no conjunto apenas na época das eleições.

A urbanização não acompanhou o processo de industrialização, não ofereceu à classe trabalhadora a modernização existente no meio urbano. Os baixos rendimentos excluíram essa classe do consumo dos produtos oferecidos a apenas uma parcela da população, em especial a casa própria. O ordenamento da cidade surge juntamente com os códigos de obras, e a construção dos grandes conjuntos habitacionais, segundo uma ideologia de seguridade social. O governo lançou investimentos vultuosos junto ao Banco Nacional de Habitação (BNH), porém, controlando os projetos e os materiais usados nos grandes conjuntos, tomando dimensões de bairros com relação a sua grandiosidade. A localização das construções é determinada pelo código de obras, assim como os interesses dos vários segmentos construtivos.

A ausência de um planejamento efetivo, as contradições com relação aos loteamentos clandestinos, favelas e autoconstruções, apontam para um déficit habitacional e uma luta diária pelo direito à cidade, na contramão de uma cidade legal, oferecendo água, luz, saneamento básico, etc., em uma ação coordenada. Nesse caso, o governo avança ordenando pela periferia, construindo os grandes conjuntos, principalmente nas metrópoles. O sonho da casa própria vai sendo concretizado, porém, sua localização na periferia compreende a renda dos empreendedores imobiliários, dos quais Damiani (1993, p. 90) afirma: "os grandes conjuntos habitacionais são periféricos, instalados em terrenos adquiridos a preços reles [...]".

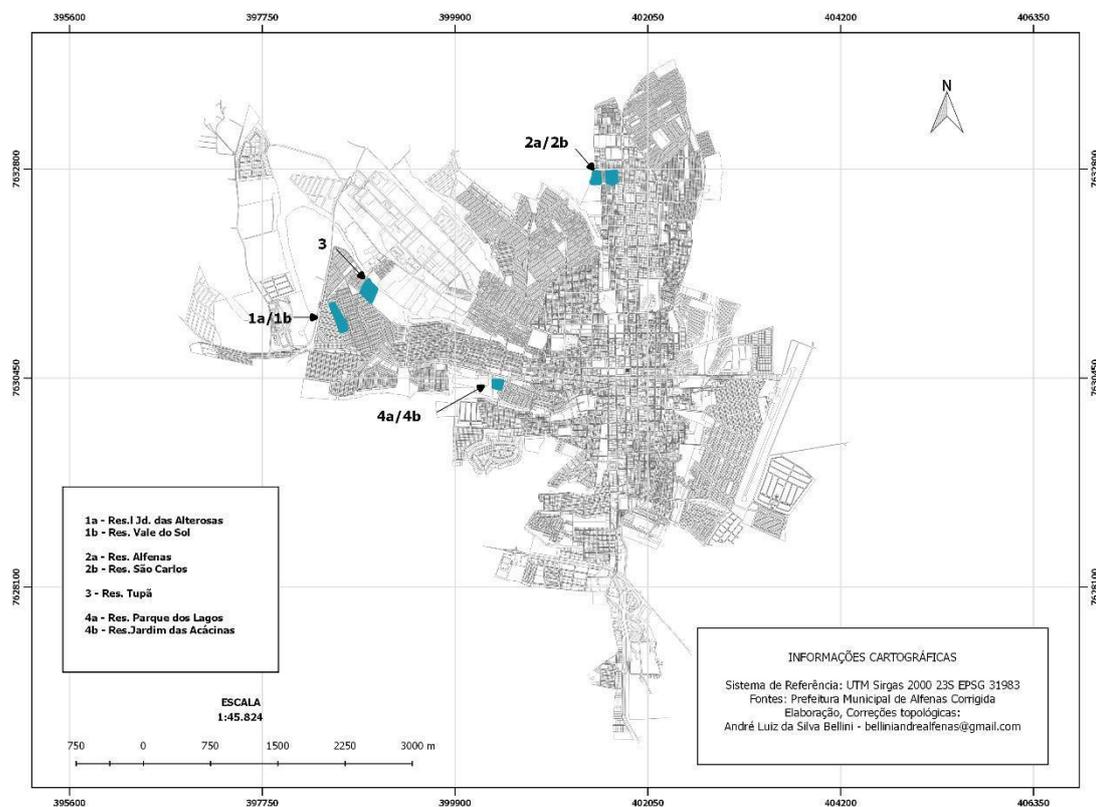
Com base nessa proposição, sobre o Conjunto Habitacional em estudo, a pergunta: "Você conhece a história do conjunto habitacional Residencial São Carlos, sua implantação e escolha do terreno? O prefeito Luís Antônio colocou:

Foi implantado na minha gestão anterior, que é uma curiosidade no caso do C.H, o proprietário do terreno devia mais de R\$ 700.000,00 de IPTU, estava sendo executado, que também é uma política pública voltada a interesse da população, da sociedade. A Procuradoria defendia que devia ser executada a ação, poderia receber e leiloar o terreno, a Prefeitura poderia ter mais benefício financeiros, porém na época o prefeito fez um acordo com o proprietário; ele desse o terreno da ação em pagamento. Ou seja, ao invés de continuar a execução e esperar receber o financeiro, nós fizemos um acordo cujo terreno voltou para o município para pagar dívida e, isso foi transformado em moradias; há uma visão social, não ficou esperando receber o dinheiro. Havia um interesse implícito, tem de ser colocado, tem de tomar cuidado quando há uma execução, há um pagamento de sucumbência ou seja, um percentual do que receberia até 20% da causa poderia vir distribuir para os procuradores, então também haveria um interesse financeiro por parte de quem estava executando. Tudo isso tem que ser colocado, quando você pensa primeiro no social, primeiro no coletivo, porque se não; alguns interesses do Estado sobrepõe o interesse coletivo. Se eu fosse ouvir apenas os procuradores, eles teriam interesse receberiam uma execução de R\$ 700.000,00 a 20% daria R\$ 140.000,00, que seria dividido entre os procuradores que é uma lei que tem. Tudo isso foi observado, para que a gente pudesse construir os apartamentos num lugar nobre ou seja, num lugar integrado. Para se ter uma ideia a Vista Grande tem no mínimo 60 anos, quando fez a Vista grande ela foi feita longe, eu "fiz" os apartamentos 60 anos depois e foi integrado Ou seja; a Vista Grande deveria ser antes dos apartamentos se fosse para obedecer a inclusão. A Vista Grande é um exemplo de como as pessoas colocam os pobres longe da área urbanizada. Dilma: E concentrava esse vazio urbano como reserva fundiária. Luís (prefeito): Como reserva fundiária ficava o vazio urbano, onde o município levava água, luz e esgoto para os pobres mas, quem se beneficiava era os intermediários que estavam no meio, Dilma: Sim, os agentes produtores do espaço. Luís (Prefeito): Do meio, porque quando você vai fazer um loteamento, o que é mais caro no loteamento é o ponto de tomada de água de luz e de esgoto. Então se fosse fazer um loteamento por exemplo do jardim São Carlos, o ponto de tomada de água poderia ser perto da Saliba, então o proprietário teria que buscar, o ponto de tomada de luz teria que busca-lo fazer postea-lo até buscar. Quando você põe os pobres longe, você leva a água, leva a luz, aí ele só pega no meio, o benefício para as pessoas que estão no meio entre o urbano e o pobre, o lucro. Dilma:

É o maior beneficiado. Luís (Prefeito): o maior beneficiado não é pobre que ganhou a casinha na Vista Grande não, é o que tá no meio, não só valorizou por ter pobre não, porque você levou o asfalto; a água e a luz. Pra quem vai construir esses elementos, a água pra ele pegar na porta dele, a luz para pegar na porta dele e o esgoto. Então por exemplo a Vista Grande, a prefeitura foi levou lá pra Vista Grande o asfalto, levou a água levou a luz, quem tinha terrenos. Dilma: valorizou muito, muito. Luís (prefeito): Valorizou, ainda pegaram o nome da escola e deram o nome do loteador Napoleão Sales, o que mais se beneficiou. Então veja como é as coisas do governo, quando "eu fiz" nós fizemos os apartamentos, nós quisemos trazer pra próximo da cidade; ou seja o que deveria ter sido feito a 60 anos. A Vista Grande deveria ser onde é hoje depois da Saliba, deveria ser colado na cidade, nós resolvemos inverter a política pública, o objetivo foi esse, nós resolvemos vários problemas. 1º Inclusão, 2º ocupar os vazios urbanos e vencer as travas do Estado que tinha, conseguir transformar uma dívida num terreno, que beneficiou as pessoas que mais precisavam (Luís Antônio da Silva).

O que se observa na fala do prefeito, quando este afirma que um dos objetivos seria ocupar os vazios urbanos e inclusão, é como a política habitacional está sujeita às regras da propriedade privada, pois um proprietário detinha a área do conjunto como reserva fundiária e que só foi liberada mediante acordo da execução da dívida com o IPTU. O Conjunto Habitacional Residencial São Carlos, embora localizado na malha urbana, sua localização é periférica, no limite com a área rural, assim como os demais conjuntos populares de Alfenas (Figura 11).

Figura 11 – Localização dos Conjuntos Habitacionais Populares Verticais de Alfenas MG



Fonte: Prefeitura de Alfenas.  
Elaboração: André Luiz da S. Bellini, fevereiro de 2019.

A localização do C. H., para o prefeito, é considerada boa, quando perguntado: Porque prédios multifamiliares? Ele menciona que a escolha dos prédios foi decisiva por conta do terreno ser bem localizado, sendo possível atender um número maior de moradores: “Porque tem um ditozinho, o que valoriza a casa é primeiro a localização, segundo a localização e terceiro a localização” (Luís Antônio da Silva).

Observamos na fala do prefeito, o fator localização como condição uma condição importante do conjunto implantado, estando para ele inserido numa área privilegiada e bem localizada. Alguns moradores entrevistados do condomínio, consideram a localização do conjunto distante do centro (referenciando a praça central da igreja matriz São José e Dores).

O Conjunto Habitacional São Carlos ocupa uma área de 10.750 m<sup>2</sup>, localizado na rua Oswald de Andrade no bairro jardim São Carlos, conta com 194 apartamentos contendo dois quartos, sala, banheiro social, cozinha e área de serviço, segundo informações extraídas no site da BM Engenharia, empreiteira responsável pela construção do condomínio (BM ENGENHARIA, 2019).

Em 2017, a prefeitura de Alfenas, representada pelo Programa Pró Social Moradia “Morar Bem” e o “Cidade Escola”, contratou a empresa Urbis Consultoria Social e Urbano, a qual realizou um relatório detalhado com os dados socioeconômicos dos moradores do Residencial São Carlos e os demais loteamentos populares da cidade (URBIS, 2017). O objetivo geral do relatório seria subsidiar as ações de intervenção do programa Pró Social Moradia (Morar Bem) no que diz respeito a: moradia, segurança social, saúde e alimentação. Os moradores do C. H. foram cadastrados como forma de conhecer a população através do levantamento de dados para subsidiar as ações e demandas relativas a problemas de construção e serviços públicos das diferentes secretarias municipais. Um vasto material foi elaborado como divulgação para os moradores dos 194 apartamentos. O cadastro serviu de parâmetro para a empresa contratada, em que técnicos foram treinados com táticas de

abordagem para desenvolver o trabalho através de questionário estruturado com questões abertas e fechadas.

Segundo o levantamento, a situação de ocupação dos apartamentos, 55,7% dos apartamentos são ocupados por famílias beneficiadas pelo PMCMV, enquanto 27,3% declararam não possuírem contrato com o PMCMV, e 17% não foram encontrados. Os resultados foram tabulados através de gráficos e tabelas com material impresso, e se encontra na secretária de obras.

A densidade populacional do C.H. apresenta sua distribuição em tipologia vertical, com 194 apartamentos distribuídos em 11 blocos, sendo 9 deles com 5 pavimentos e 18 apartamentos cada e 2 blocos com 16 apartamentos cada. Destes, 6 são adaptados para portadores de necessidades especiais. Essa tipologia considerada um tipo de ocupação ideal para 4 pessoas, no universo do estudo de 161 famílias entrevistadas pelos técnicos, 16,1% dos apartamentos são ocupados por cinco ou mais pessoas. Observou-se esse dado no questionário que apliquei em minha pesquisa de campo, 4,3% afirmaram morar mais de uma família no apartamento.

Na estratificação geral da população, a pesquisa compreendeu uma população de 278 mulheres entrevistadas para 261 homens. Dessa população, 46,8% consideram-se como pardos, 39,7% como brancos e 12,1% pretos. Na situação ocupacional em 2017, os estudantes somavam 27,3%, enquanto os empregados com carteira assinada somavam 19,1% e os desempregados 17,4%, dos quais ainda observa-se esse alto desemprego através da tabulação de dados como resultados da minha pesquisa.

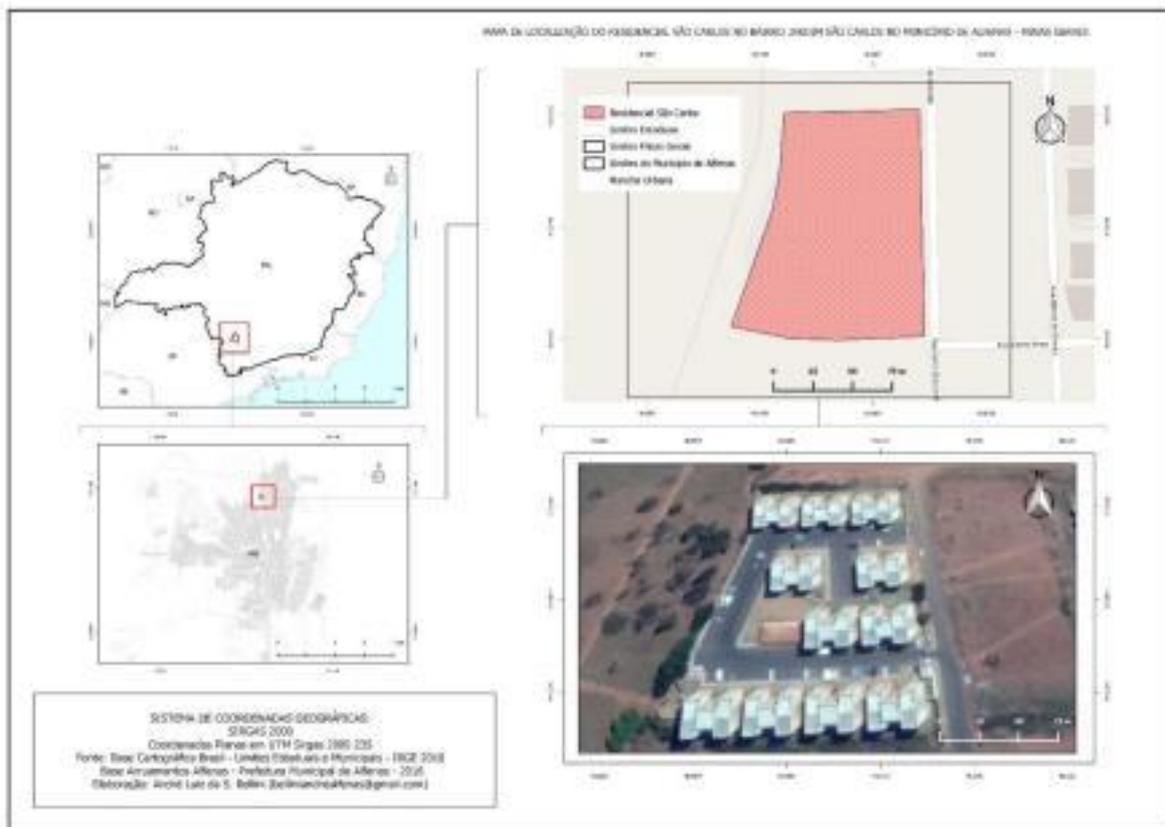
A segurança foi abordada no relatório do qual 58,4% não estão satisfeitos com a segurança das ruas adjacentes ao empreendimento, contudo, 49,7% estão satisfeitos com os serviços da polícia militar. Com relação à segurança interna no C.H. e o mesmo bloco, 77% disseram sentir-se seguros e, inseguros, 15,5%. Esse quesito segurança, pude constatar em minha pesquisa que os moradores sentem-se de fato seguros no condomínio.

Problemas estruturais foram apontados pelos moradores como rachaduras nas paredes, porta empenada, goteiras, piso soltos como descrito em minha pesquisa. 60,2% dos participantes do relatório, disseram não haver problema algum. Quanto a espaço de convivência adequado para jovens e adultos, 73,3% disseram não haver e 16,8% disseram haver sim esses espaços. Eles apontaram no relatório soluções para a melhor convivência no conjunto como: colocar luz nos corredores, grade nas janelas, segurança na porta do bloco, área de serviço (também solicitado na minha pesquisa), o qual mencionaram o curto espaço.

A deficiência de equipamentos públicos e privados, problemas de convivência, de ordem estrutural e social, foram identificados no relatório. O Estado, representado pelo poder político municipal, detém informações para possíveis soluções, mas já passaram-se dois anos da realização do levantamento e não se verificaram mudanças significativas no condomínio.

No Residencial São Carlos, estima-se uma população aproximada de 800 moradores, levando em consideração as 161 famílias participantes do relatório. Sua inauguração ocorreu em 2015, financiado pelo PMCMV do governo federal em parceria com o Município para HIS-Habitação de Interesse Social. As prestações variam entre R\$ 25,00 a R\$ 60,00 de acordo com a renda do mutuário.

Figura 12 - Localização do Residencial São Carlos



Fonte: Prefeitura Municipal de Alfenas, 2016.

Elaboração: André Luiz da S. Bellini.

O Condomínio tem como equipamento coletivo um salão comunitário, um campinho de futebol, onde estava localizado o *playground* (este foi depredado) (Figura 13).

Figura 13- Campo de futebol improvisado no espaço do *playground* destruído



Fonte: Arquivo pessoal da autora, junho de 2019.

A portaria já não tem mais o interfone, as portas principais dos prédios apresentam vidros quebrados, com propagandas de comércio local de venda de pães caseiros, salão de cabeleireiro e outros. A grama da entrada dos prédios, a prefeitura realiza a poda, e pequenos reparos de avaria nas dependências do prédio. A limpeza da área externa é feita por uma funcionária da prefeitura todos os dias, exceto finais de semana. O reabastecimento da caixa d'água do salão comunitário é realizado três vezes por semana, por meio de um caminhão pipa. No espaço entre os prédios, observa-se a presença de varais improvisados, evidenciando a carência de espaço da lavanderia, tão reclamado nas entrevistas.

Figura 14- Espaço improvisado para varais



Fonte: Arquivo pessoal da autora, junho de 2019.

A presença de mulheres e crianças no conjunto é marcante, podendo-se comparar com o levantamento do relatório da URBIS. A grande maioria é composta por mulheres desempregadas, que ficam em casa cuidando dos filhos. Todas foram muito solícitas nas entrevistas, e muito surpresas da escolha do local de estudo. Disseram que as pessoas não vão visitá-las porque têm medo de entrar no condomínio. Meu primeiro contato foi no salão comunitário, onde conheci a Lucimara e a Isabel, ambas funcionárias da prefeitura pelo Cidade Escola.

A entrevista com os homens, realizei aos finais de semana, porque durante a semana muitos estavam no trabalho. Conhecendo as pessoas e o espaço vivido que as necessidades diárias foram sendo reveladas. Um exemplo são as garagens improvisadas, algumas construídas com estrutura de metalão e telhas de amianto. As carências ultrapassam os muros do conjunto, moradia não é só oferecer casa como eles afirmaram.

Figura 15 – Garagem improvisada



Fonte: Arquivo pessoal da Autora, junho de 2019.

Figura 16 – Garagem improvisada



Fonte: Arquivo pessoal da Autora, junho de 2019.

O *playground* do conjunto foi destruído, as crianças ficam ociosas dentro dos apartamentos, as mães não deixam que desçam sozinhas, pois alguns carros não respeitam a velocidade, até mencionaram a importância da construção de lombada na entrada do condomínio. Muitos jovens ficam na área comum do conjunto ou na rua, sendo alvos fáceis para aliciamento e afins. São poucos os jovens que participam dos cursos oferecidos. O projeto Cidade Escola não oferece cursos profissionalizantes para esses jovens, eles disseram sentir falta de atividades culturais, de uma praça, de um espaço de lazer ou uma quadra. A quadra que eles usam no bairro, necessita de agendamento, porque é oferecida pela diretora do EMEI dona Zinica nos finais de semana.

O prefeito reconhece a necessidade de equipamentos coletivos culturais do conjunto habitacional. Perguntei para ele: “Você concorda que a implantação de um C.H., do porte do Residencial São Carlos, precisaria de um estudo social, antes da implantação e após a implantação”? ele respondeu:

Esses apartamentos foram abandonados, nós estamos retomando agora. Não precisa estudo nenhum mais, ali precisa fazer os espaços de convivência coletiva. Nós só não fizemos ainda primeiro precisava recuperar o controle do conjunto, até porque como o Estado abandonou, ficou sendo cuidados por alguns grupos mal intencionados. Então nós estamos no momento de tomar conta do espaço, agora nós vamos fazer esses equipamentos públicos. No Recreio Vale do Sol já começamos a fazer, tem academia, tem um campinho, estamos fazendo, então esses espaços de lazer nós vamos fazer. (Luís Antônio da Silva)

No conjunto habitacional, assim como em outros espalhados pela cidade, nos deparamos com adaptações ignorando o projeto original, consequência das próprias ações dos moradores, em contrapartida a omissão dos governantes que não consideram as necessidades diárias dos usuários. O Estado leva em conta o déficit habitacional, em construir o maior número de unidades possíveis, só em último caso a socialização é pensada.

## **5 Perfil dos Moradores do Residencial**

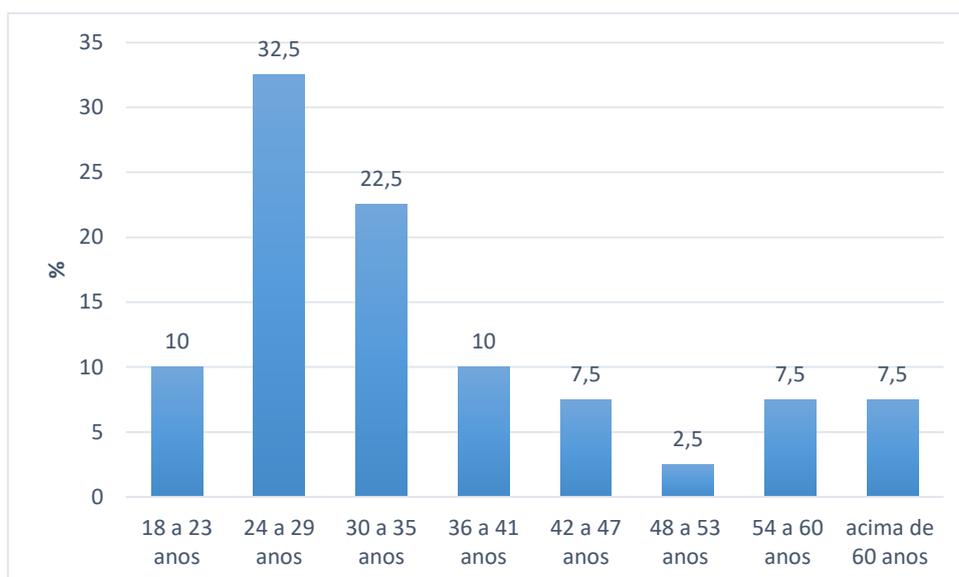
Para conhecer melhor o cotidiano dos moradores do C. H., foi elaborado um questionário estruturado com 21 perguntas, foram aplicados do dia 15/06/2019 a 29/06/2019, em dias alternados e nos finais de semana, somando um total de 40 questionários; representando um total de 20,62% da amostra de 194 apartamentos. Na vizinhança, foi aplicado 30 questionários com 9 perguntas no período de 24/06/2019 a 30/06/2019. A escolha dessa metodologia confere para a melhor interpretação dos dados mais próximos à realidade dos moradores no espaço do conjunto.

O gênero dos entrevistados do conjunto identificado, conforme o questionário, foi 49% de mulheres e 51% de homens. Embora mais homens terem respondido ao questionário, numa visão empírica, observa-se mais o público feminino nas áreas comuns do condomínio, assim como crianças e jovens.

A idade dos entrevistados variou entre 18 a 75 anos, conforme apresentado no gráfico da figura 17. Percebe-se a concentração de

moradores jovens, com maior prevalência entre 18 a 35 anos, perfazendo 65% do total. Foram entrevistados 7,5% de moradores acima de 60 anos. As pessoas idosas são pouco presentes no condomínio, uma vez que o prédio não dispõe de elevadores e esses moradores lhes são reservados os apartamentos térreos, em menor número com relação ao total de moradias do conjunto.

Figura 17 – Faixa etária dos entrevistados do Conjunto em %



Fonte: a autora.

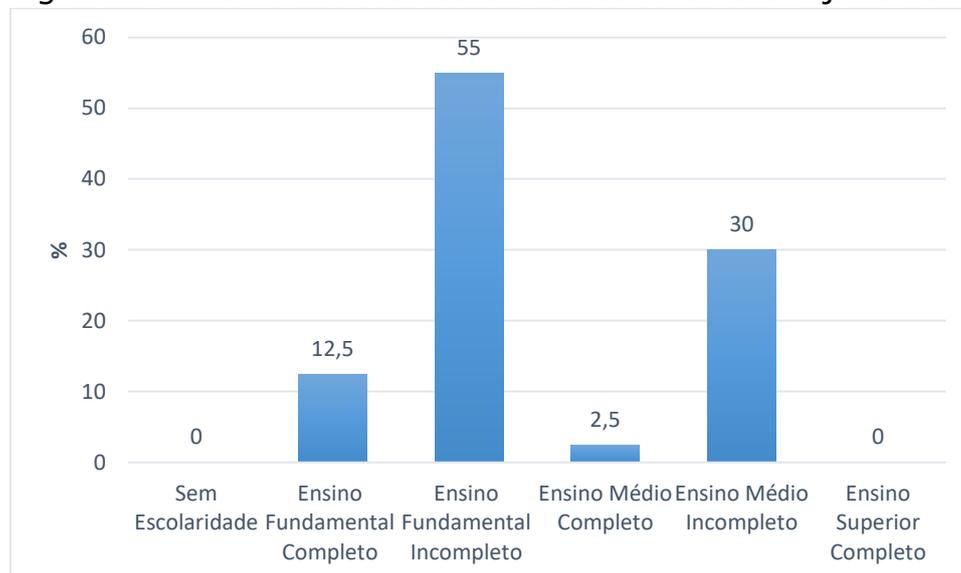
Nota: Trabalho de campo, 2019.

O número de moradores, de cada núcleo familiar, concentrou-se entre 3 e 4 para cada apartamento, representando um total de 52,5%, acompanhados por entre 1 e 2 moradores residentes somando 25%. Sobre essa variável, observamos que a maioria divide os 40m<sup>2</sup> de área construída entre 4 moradores em média. Esse espaço aparece ainda mais reduzido na família que foi identificada com mais de 6 pessoas.

A escolaridade apontada no gráfico da figura 18, apresenta um ponto crucial com relação à qualificação desses moradores, como veremos a seguir, uma vez que os melhores postos de trabalho são ocupados por quem tem mais anos de estudo; conseqüentemente melhores salários. A pesquisa revelou um índice elevado, 55% dos moradores tem o ensino fundamental incompleto, para 12,5% com

ensino fundamental completo. Apenas 2,5% dos entrevistados afirmaram ter concluído o ensino médio, enquanto 30% das pessoas disseram ter o ensino médio incompleto.

Figura 18 - Escolaridade dos entrevistados do Conjunto em %



Fonte: a autora.

Nota: Trabalho de campo, 2019.

A carteira de trabalho assinada, é uma das condições para classificar o trabalho formal e o informal disposto no gráfico da figura 20. Dos moradores participantes, 40% afirmaram estar do mercado formal de trabalho, com direitos trabalhistas conforme a CLT (Confederação das Leis Trabalhistas). A informalidade foi identificada em 12,5% dos moradores, que disseram não estão trabalhando com carteira assinada. Foram observados 10% dos trabalhadores afastados pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social. O desemprego presente no condomínio atinge 30% dos entrevistados.

Figura 19 - Ocupação Profissional dos Entrevistados em %



Fonte: a autora.

Nota: Trabalho de campo, 2019.

A localização do trabalho e o custo com transporte acabam comprometendo o salário, assim como o tempo que teria livre para se dedicar ao descanso e às atividades culturais; 40% dos entrevistados, disseram trabalhar em outro bairro da cidade: Pinheirinho, Distrito Industrial, Jardim Aeroporto, Recreio Vale do Sol, Santa Luzia, Jardim São Paulo, Jardim Alvorada, Santa Clara, Itaparica e trevo; 5% mencionaram trabalhar no centro de Alfenas; 47,5% dos entrevistados disseram que não estão trabalhando, não sendo possível precisar o local de trabalho. Apenas 7,5% dos entrevistados afirmaram trabalhar no jardim São Carlos. Esses números indicam a característica de um bairro "dormitório".

Saber a origem dos moradores é relevante para podermos identificar possíveis processos e fluxos migratórios, assim como a capacidade de atração da cidade de Alfenas. A grande maioria, num total de 67,5%, respondeu ser de Alfenas, e 17,5% disseram ser de outras cidades de Minas Gerais. Dos entrevistados, 15% mencionaram ser de outro estado: Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, deste último, das cidades: São José do Rio Preto, Indaiatuba, São Carlos, Barretos. Nesse sentido, não foi possível identificar fluxos significativos.

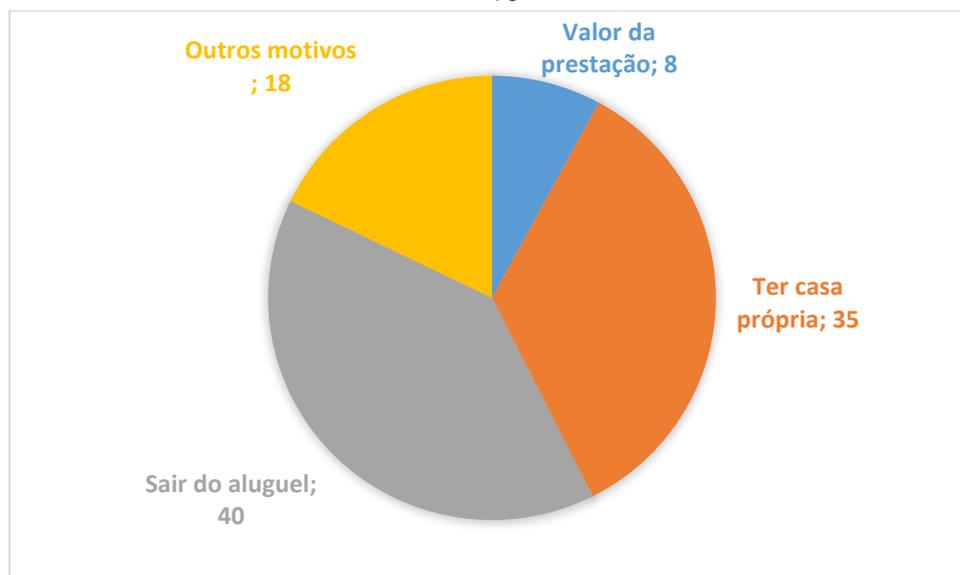
O êxodo rural provocou um crescimento acelerado das cidades, e conhecer a origem desses moradores nos oferece parâmetros para a análise espacial do deslocamento até a sua chegada ao condomínio. Dos 40 entrevistados, apenas 2,5% afirmaram ter sua antiga moradia na zona rural; 97,5% disseram já morar na área urbana antes de vir para o condomínio. Esse resultado talvez se deva ao fato desses moradores, em sua maioria, serem jovens, e não viveram o período de intensa migração campo/cidade.

Portanto, esses números e os anteriores, revelam que os processos de segregação socioespaciais são, na atualidade e no caso de Alfenas, intra-urbanos, e devem-se a fatores que ocorrem principalmente nesta escala espacial.

Em relação ao tempo de residência no bairro, pode-se perceber que a maioria dos moradores vivem no conjunto desde a sua implantação há mais de 4 anos; 45% dos moradores entrevistados moram entre 2 e 3 anos no residencial; 20% dos entrevistados moram menos de um ano no conjunto. Entre 1 e 2 anos, 15% disseram morar no C. H. A análise dos dados dos moradores, que afirmaram residir menos de 3 anos, confirma que esses vieram após a implantação do conjunto. Notamos apesar de não quantificar, que alguns apartamentos foram vendidos, alugados ou invadidos.

Conhecer os reais motivos da vinda desses moradores para o conjunto habitacional mostrado no gráfico figura 20, significa buscar as motivações da apropriação desse espaço. Dos entrevistados, 40% afirmaram que o maior motivo da vinda para o C.H. foi a saída do aluguel. O valor acessível da prestação é outro fator determinante; 7,5% confirmaram ter vindo morar pelo motivo da prestação. O sonho da casa própria foi apontado como incentivo por 35% dos moradores. Outros motivos: 17,5%, morar com a namorada, procurar trabalho ou juntar a família.

Figura 20 - Razões da Mudança dos Entrevistados para o Conjunto em %



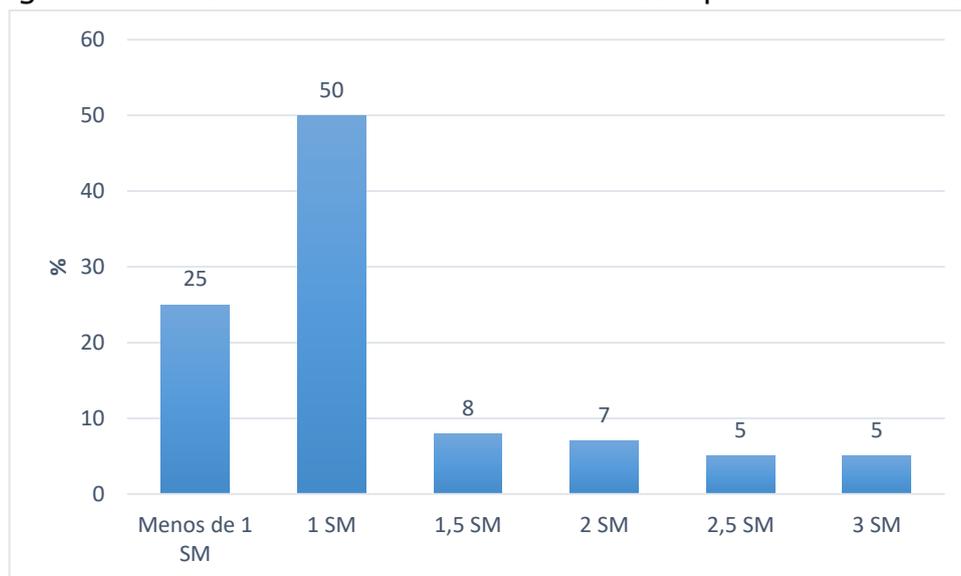
Fonte: a autora.

Nota: Trabalho de campo, 2019.

Saber se os moradores recebem rendas de transferência do governo como o bolsa família, serve de parâmetros para sabermos o número de famílias assistidas pelos benefícios governamentais, assim como saber quantas encontram-se em situação de vulnerabilidade. Dos entrevistados 35% confirmaram receber bolsa família e 5% recebem o benefício LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social; 60% das pessoas entrevistadas não recebem nenhum benefício do governo.

A renda familiar influencia na qualidade de vida das pessoas, o baixo grau de escolaridade já evidenciava para um rendimento mínimo ou abaixo dele, grande número de moradores encontra-se desempenhando ocupações informais, conforme gráfico figura 21. Dos entrevistados, 50% afirmaram ganhar 1 salário mínimo (SM); 25% deles disseram ganhar menos que 1 SM, necessitando da transferência de renda do governo, cestas básicas da prefeitura ou vivendo de bicos; 15% dos moradores disseram ganhar entre 1,5 SM e 2 SM e 10% deles afirmaram ganhar entre 2,5 SM e 3 SM:

Figura 21 - Renda Familiar dos Moradores Aproximada em SM



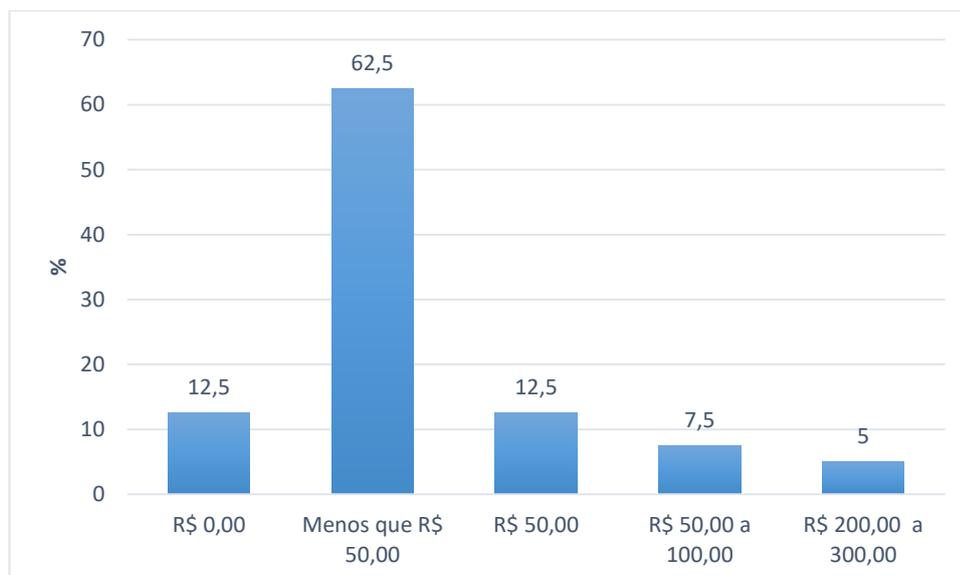
Fonte: a autora.

Nota: Trabalho de campo, 2019.

Para sabermos as condições legais da moradia, foi perguntado se o imóvel era cedido, alugado, financiado, invadido ou quitado. Dos participantes, 77,5 % dos moradores têm o seu imóvel financiado; 10% dos moradores residem em unidades cedidas; 5 % dos entrevistados pagam aluguel do imóvel, apenas 5 % das pessoas entrevistadas quitaram o imóvel. Dos entrevistados, 2,5% mencionaram ter invadido o imóvel, o governo local não informou nenhum programa para regularizar as pendências jurídicas com inadimplência ou invasão.

As prestações dos apartamentos variam de acordo com a renda do trabalhador conforme disposto no gráfico figura 22, a Caixa Econômica realiza esse estudo socioeconômico determinando o valor a ser pago; 62,5% dos entrevistados pagam menos que R\$ 50,00. Dos participantes das entrevistas; 12,5% afirmaram não pagar nada, seguidos pela mesma porcentagem de moradores pagando R\$ 50,00; 7,5% dos condôminos entrevistados pagam entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00; 5% apontaram pagar entre R\$ 200,00 e R\$ 300,00, correspondendo a aluguéis:

Figura 22 - Valor pago Mensalmente Pelo Apartamento



Fonte: a autora.

Nota: Trabalho de campo, 2019.

O quesito sobre a ocupação ou profissão dos moradores, demonstrou como a escolaridade implica em melhores cargos ocupados e chance no mercado de trabalho. O setor de serviços com 47,5%, despontou como o setor que atrai maior número de ocupação; 15% dos entrevistados têm profissão ligada ao comércio; 5% desempenhando funções em órgão público. Os aposentados representaram 5% dos entrevistados, e 15% disseram trabalhar na indústria; 10% relataram ser do lar; 2,5% disseram não ter profissão ou emprego. As ocupações, principalmente no setor de serviços, foram identificadas como qualificações que não necessitam elevado grau de estudos como: pedreiro, faxineiro, ajudante geral, cozinheira e diarista.

Os equipamentos sociais não acompanharam a implantação do conjunto, o bairro não tem escola de ensino fundamental nem ensino médio, assim como quadra, parque infantil, praça, atividades culturais e de lazer. Os moradores têm a consciência do que lhes falta, quando perguntado quais equipamentos sociais o bairro dispõe, 75% moradores responderam que existe só a creche; 7,5% moradores lembraram de citar o PSF - Programa de Saúde da Família; 12,5% mencionaram a

quadra do EMEI Dona Zinica, cedida aos finais de semana; e 5% dos moradores afirmaram não haver nada.

Com relação à satisfação quanto à forma (planta) do apartamento, foi perguntado, para compreendermos a aceitação ou não dessa estrutura. Quando perguntado se o morador estava satisfeito com o modelo e tamanho do apartamento, 95% dos moradores disseram que estavam satisfeitos, porque “nos outros conjuntos são menores”, “está ótimo”, “amo meu apartamento”, “maior do que no Pinheirinho”; 5% dos moradores apresentaram insatisfação, apontando: “muito apertado”, “pequeno”, “precisava ser maior.”

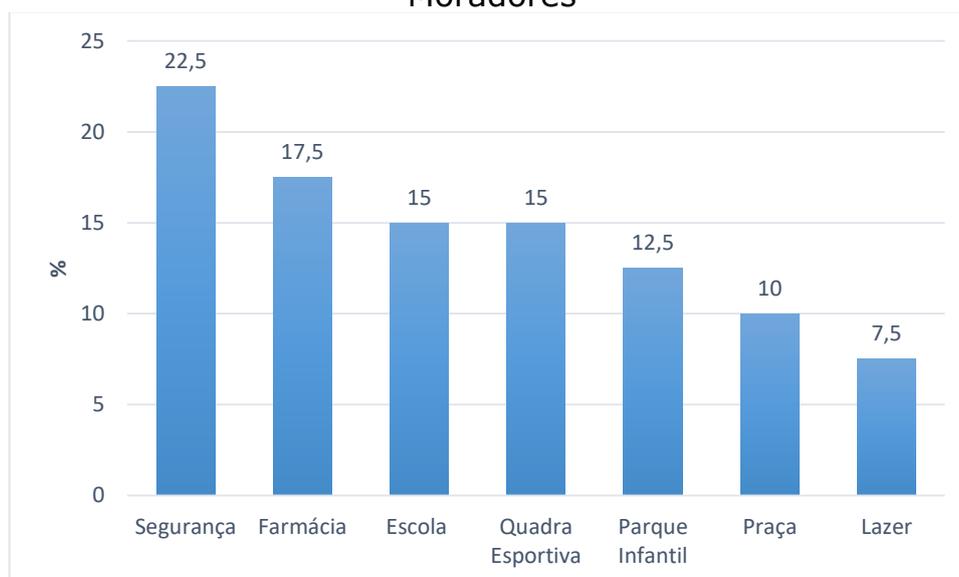
Perguntado sobre alguma coisa que poderia ser melhorado no projeto, para futuros apartamentos, as respostas foram as mais diversas. Eles ficaram mais à vontade em apontar melhorias futuras, do que responder se estavam satisfeitos com a forma e tamanho dos seus apartamentos.

A satisfação ela é realizada no vivido do morador, nem sempre a forma imposta sem consulta e participação prévia do futuro morador encaixa-se nas necessidades de uma família. Grande parte de possíveis melhorias é apontada para o interior das unidades, a lavanderia aparece citada por 30% dos moradores solicitando lavanderia maior; 20% das pessoas apontaram acabamento melhor nos pisos (segundo eles estão soltando pisos do banheiro); 15% dos moradores gostariam que tivesse quartos maiores; 5% deles solicitaram cozinha maior; 10% dos entrevistados gostariam que o apartamento fosse maior. A iluminação do corredor foi lembrada por 7,5% moradores, assim como saída de emergência, 5% dos moradores sugeriram; 7,5% dos entrevistados solicitaram grades nas janelas (por causa de um acidente com uma criança).

Para sabermos se o morador tem a percepção do que falta no bairro, entre equipamentos sociais públicos ou privados, foi perguntado: O que falta no bairro? No gráfico disposto na figura 24, o item segurança despontou com 22,5% como prioridade para os entrevistados; em segundo lugar farmácia, 17,5% afirmaram fazer falta uma farmácia no

bairro. Para 15%, dos entrevistados apontaram a escola, tanto de ensino fundamental como médio; 15% dos entrevistados relacionaram a quadra como equipamento que melhoraria a vida dos moradores e jovens; 12,5% dos participantes indicaram um parquinho para as crianças; a praça apareceu na fala de 10% dos moradores; o lazer foi solicitado através de 7,5% dos entrevistados.

Figura 23 – Falta de Equipamentos Públicos no Bairro segundo os Moradores



Fonte: a autora.

Nota: Trabalho de campo, 2019.

A penúltima pergunta: você já sofreu alguma discriminação por morar no Residencial São Carlos? As respostas serviram para compreendermos se os moradores têm a percepção do preconceito que possam sofrer, considerando o espaço do residencial ser periférico. Dos moradores entrevistados 67,5% afirmaram que já sofreram sim discriminação, para 32,5% dos moradores mencionar não ter sofrido discriminação.

A última pergunta do questionário: você considera a localização do Residencial São Carlos distante do centro da cidade, considerando uma periferia? Essa pergunta desperta a percepção do morador para o fato de localizarem-se distantes de todas as amenidades que a cidade oferece, 65% dos moradores consideraram a localização do residencial distante

do centro da cidade, sendo este uma periferia. A maioria disse estar longe do centro da cidade e dos supermercados, para os quais necessitam ir de ônibus; eles disseram mencionaram também: “Tudo longe”, “É distante do centro, é periferia”, “Porque tudo está no centro”; 35% dos entrevistados não consideraram longe, nem a localização ser uma periferia. Alguns consideraram a distância ser pequena, foi mencionado o condomínio do Bairro Recreio Vale do Sol ser mais distante, alguns disseram gostar de andar a pé.

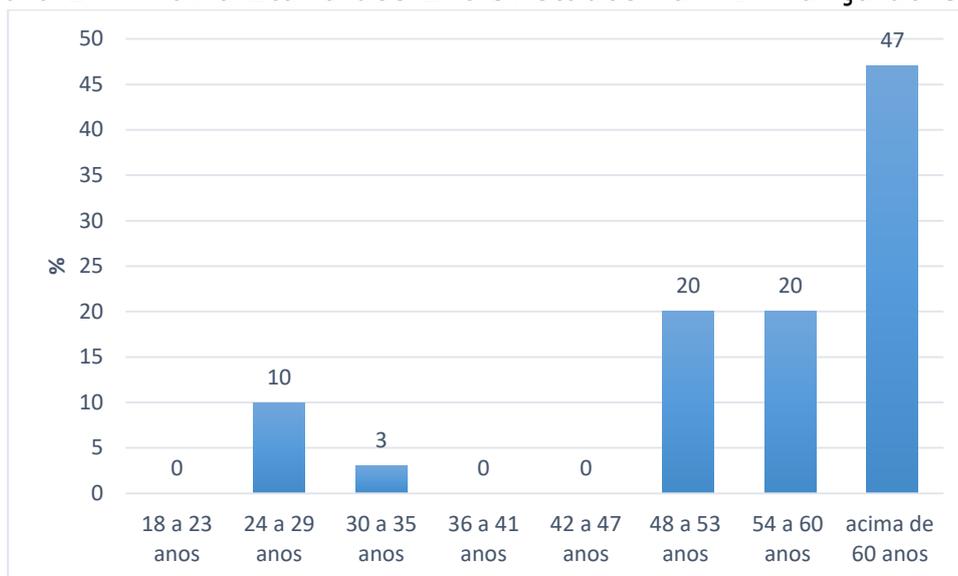
## **6 Perfil da vizinhança**

Foram aplicados 30 questionários semiestruturados à vizinhança do Conjunto, do período de 24/06/2019 a 30/06/2019. A análise dos dados serviu de parâmetros para compreendermos a percepção da vizinhança sobre os moradores do residencial, assim como o discurso do prefeito, como agente público produtor de espaço urbano.

Nos resultados obtidos sobre o gênero, conforme as entrevistas realizadas na vizinhança, percebe-se a concentração de mais mulheres entrevistadas, 60%, e 40% de homens.

Através da análise da idade dos entrevistados na vizinhança do C. H, evidencia-se o bairro Jardim São Carlos ser composto por uma grande proporção de pessoas acima de 60 anos ou meia idade conforme o gráfico da figura 24. Dos moradores participantes, 47% deles apresentam idade acima de 60 anos, 20% dos entrevistados têm entre 54 e 60 anos. Dos 24 a 29 anos, 10% de pessoas entrevistadas, para apenas 3,0 % dos entrevistados estarem entre 30 e 35 anos. No intervalo dos 42 a 53 anos, foram identificadas 20% de pessoas entrevistadas. Percebe-se o índice elevado de pessoas acima de 60 anos e aposentados. Mesmo considerando os dias e horários da aplicação dos questionários, uma vez que foram feitos nos mesmos do C.H.

Figura 24 – Faixa Etária dos Entrevistados na Vizinhança do C.H.

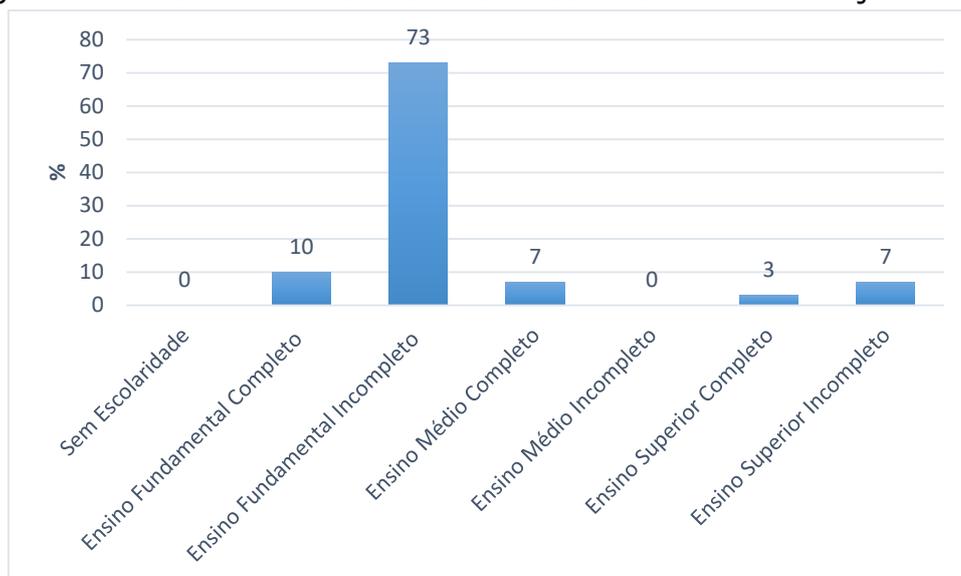


Fonte: a autora.

Nota: Trabalho de campo, 2019.

A baixa escolaridade faz parte dos moradores da vizinhança assim como no conjunto estudado, evidenciado no gráfico a seguir, o ensino fundamental incompleto despontou em 73% dos entrevistados; 10% afirmaram ter o ensino fundamental completo; 7,0% dos entrevistados disseram ter o ensino médio completo; já 7,0% afirmaram ter o ensino superior incompleto; e 3,0% afirmaram ter concluído o ensino superior. Percebe-se um pequeno aumento de anos em escolaridade na vizinhança, comparando-se com os moradores do conjunto. Embora apenas 1 pessoa entrevistada na amostra da vizinhança afirmou ter o superior completo.

Figura 25 - Escolaridade dos Entrevistados na Vizinhança do C.H.

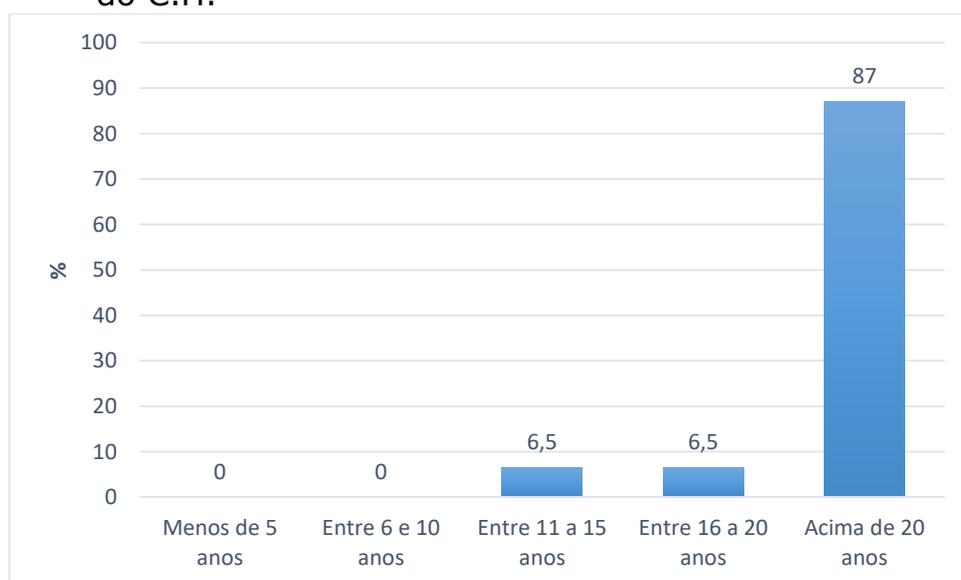


Fonte: a autora.

Nota: Trabalho de campo, 2019.

Perguntado sobre o tempo de residência no bairro, conforme o gráfico da figura 27, 87% das pessoas disseram morar há mais de 20 anos; 13% dos entrevistados afirmaram morar entre 10 e 20 anos. Analisando o tempo em que vivem nesse local, percebemos que esses moradores acompanharam o crescimento e a evolução do bairro, assim como a implantação do Conjunto Habitacional.

Figura 26 - Tempo de Residência no Bairro dos Moradores da vizinhança do C.H.



Fonte: a autora.

Nota: Trabalho de campo, 2019.

Seguindo para a análise da renda, percebemos um aumento significativo na renda da vizinhança se comparada ao Conjunto Habitacional. Apenas 7% dos moradores do bairro afirmaram ganhar menos que 1 SM; 20% das pessoas mencionaram ganhar 1 SM completo; para a renda de 1,5 SM, 20% dos entrevistados disseram possuir; e 27% dos entrevistados falaram que possuem um rendimento em torno de 2 SM; 10% das pessoas entrevistadas na vizinhança apresenta renda de 2,5 SM; para 10% afirmarem ter como renda 3 SM mensais. Dos entrevistados no bairro, 3% dos entrevistados disseram ganhar até 3,5 SM, e 3,0% obtinham 5 SM como rendimento, observa-se que este valor não foi verificado na realidade do C.H.

Sobre a profissão ou ocupação da vizinhança levantada: 47% das pessoas foram identificadas como aposentadas, quase a metade do total de entrevistados. 3% dos entrevistados são servidores públicos; 3% são professores; 23% disseram trabalhar no comércio; 7,0% afirmaram ser faxineiras; e 17% das entrevistadas disseram ser do lar. A proporção dos aposentados concentra-se justamente no mesmo total de pessoas com mais de 60 anos, essa evidência coloca-se contrária ao universo do condomínio, já que neste a população é jovem, abaixo dos 35 anos.

Quando questionado o que falta no bairro, para podermos analisar a percepção dos moradores quanto à oferta de equipamentos sociais existentes, 27% abordaram a segurança, assim como a inexistência de um posto policial; 20% apontaram farmácia; 23% disseram parque para as crianças; 13% apontaram supermercados; 10% mencionaram limpeza pública; e 7% indicaram médicos no PSF. A questão da segurança pública é colocada como primordial nos dois universos analisados, todos têm preocupação com a segurança.

A opinião da vizinhança, sobre a implantação do conjunto, apresenta relevância para compreendermos a segregação, além da precariedade dos equipamentos coletivos, mas como ela é percebida e reproduzida. Foi perguntado se consideravam positiva a implantação do Conjunto Habitacional São Carlos; 40% dos residentes da vizinhança

responderam que sim; 60% dos entrevistados disseram não considerar como positiva a implantação do Residencial. Algumas falas foram registradas desses moradores: "Muitas brigas", "roubo", "tráfico", "desvalorizou o bairro", "trouxe pessoas ruins", "mais homicídios", "ninguém fica agora de portão aberto", "muito moradores drogados", "está terrível esse bairro", "minha casa minha morte" – fala de uma moradora ironizando o PMCMV. Percebe-se um preconceito mais carregado nas proximidades do Conjunto, até duas esquinas antes do residencial. Três esquinas após o residencial, o preconceito diminui. Os vizinhos reclamam que desvalorizou muito o bairro, que ninguém quer comprar os imóveis colocados à venda ou para alugar. Quanto mais a vizinhança afasta-se do Conjunto, a percepção é contrária: "não atrapalha", "a turma que mora perto que reclama..."

Foi perguntado se a chegada dos moradores do Residencial alterou o cotidiano do bairro. Para 73% dos entrevistados na vizinhança, houve mudança no cotidiano do bairro, para 27% disseram que não mudou nada. Eles reclamaram que aumentou roubos, brigas, ladrão e a bagunça. Os entrevistados do entorno disseram sentir medo e insegurança. Relataram: "antes podia sair, agora não tem como", "está muito perigoso". Um entrevistado disse que foi assaltado duas vezes na porta de casa, que depois das 22 horas ninguém fica de bobeira na rua. Os que acharam que não mudou nada, residem mais distante do Conjunto, disseram achar normal, que não se sentem inseguros em sair.

A análise dos dados, assim como a opinião/discurso do prefeito, traz um outro significado para o processo de segregação socioespacial, o qual inicialmente estaria relacionado à localização como elemento segregador, aumentando a distância física e de oportunidades. Desse modo, a dispersão das classes sociais estaria atrelada à hierarquia social e econômica, apresentando um certo apartamento e os diferenciando no espaço. No momento atual, a segregação nem sempre concentra moradores de baixo poder aquisitivo nas periferias, ao contrário, percebemos um grupo de alto poder aquisitivo vivendo em condomínios apartados por muralhas (CALDEIRA, 2000).

A periferia ganha uma nova configuração, percebe-se o periférico não apenas como elemento segregador; nas falas dos moradores do condomínio, embora classificamos de periferia, alguns não consideram como tal. Enquanto 65% dos moradores entrevistados, tem a percepção de morarem na periferia, “distante” do centro da cidade, 35% não consideraram a distância como relevante. O próprio prefeito Luís Antônio não considera periferia, embora consideramos o contrário por suas carências de equipamentos coletivos, serviços públicos e privados.

Nesse sentido, destacamos a periferia onde se implantou o Residencial São Carlos, não definindo sua condição de área segregada em relação à distância do centro, mas apontando para uma segregação com relação aos equipamentos e serviços inexistentes ou precários, presentes nas falas dos moradores entrevistados. Em primeiro lugar, a segurança disparou como serviço público precário, seguido por farmácia, escola, quadra esportiva, parque infantil, praça e lazer. No bairro, os equipamentos disponíveis são apenas um PSF e um EMEI (Dona Zinica). Para estudar, as crianças e jovens precisam se deslocar até o Napoleão Sales, no Vista Grande, ou para o Centro da cidade.

O bairro não oferece nenhum lazer para as crianças e jovens, assim como uma quadra de esportes ou parquinho. Todas as mães entrevistadas mencionaram a falta de lazer e atividade para seus filhos, ficando esses ociosos dentro do pequeno espaço dos apartamentos. Para os jovens, não existe nenhuma atividade profissionalizante que ofereça de fato mudança em sua realidade, ficando a grande maioria à mercê do poder paralelo de atividades criminosas. O prefeito reconhece que precisa implantar equipamentos no bairro, inclusive menciona que já está fazendo alguns projetos no residencial do Recreio Vale do Sol, porém, no Residencial São Carlos só agora está sendo organizado pois, segundo ele, ficou abandonado pela gestão passada, sendo controlado certos grupos (facções criminosas).

Dos entrevistados, a grande maioria apresenta idade de 18 a 35 anos, sobrevivendo com 1 SM, possuindo como escolaridade o

fundamental incompleto, ocupando cargos que não exigem alta qualificação. Observava-se que esses moradores estão vivendo abaixo da linha da pobreza, dependentes de transferência de renda do governo e cestas básicas da prefeitura.

Abordando o preconceito, a grande maioria do condomínio já sofreu discriminação por parte da população alfenense, assim como pela vizinhança. O comércio em geral não realiza entregas no condomínio, apenas um supermercado se habilita a realizar esse serviço. A vizinhança salienta que a implantação do Conjunto Habitacional atrapalhou a vivência no bairro, transformando o cotidiano com relação a ocorrências policiais, violência e tráfico de drogas. Apesar de não apresentarem provas de que esse poder paralelo é formado por moradores do conjunto. O que se percebe, no entanto, é que os “predinhos”, como chamado de maneira pejorativa pela população, foram construídos numa área periférica, segregada de equipamentos coletivos, apartados dos demais moradores da vizinhança, e que o poder público não implantou os serviços e os equipamentos essenciais para a vida desses moradores. O espaço social desses moradores não foi pensado/planejado, sendo colocados em situação de sobrevivência, excluindo-os das urbanidades, e restando-lhes preconceito, discriminação e pobreza.

## **7 Considerações**

Desse modo, o Estado sendo o principal agente produtor do espaço, incluído o governo local, organiza a cidade baseado em um jogo de interesses entre os agentes produtores. A negociação da compra do terreno em troca de uma dívida pública foi decisiva para a localização do Conjunto Habitacional, assim como a sua periferização, conseqüentemente, na ausência ou precariedade de equipamentos públicos e privados. As carências dos moradores do C.H., vividas no seu cotidiano, são decorrentes desse processo, que segrega a população de

mais baixa renda, alimentando dessa forma o próprio sistema. A periferia onde se implantou o Conjunto Habitacional Jardim São Carlos, a ausência de equipamentos, principalmente públicos, podemos concluir que não se trata apenas de uma periferia quanto à sua localização, no que diz respeito à distância física do centro, mas do acesso a este e aos equipamentos e serviços públicos, assim como ao mercado de trabalho.

Pode-se observar que a periferização das moradias acompanhou uma lógica de consumo do espaço, assim como a distribuição das classes sociais. Nesse novo processo de territorialização das classes sociais mais abastadas do novo modelo de periferia, observamos um espraiamento dessas novas moradias, com poder de escolha quanto a valores de terrenos ou amenidades presentes. Na contramão desse cenário de segregação máxima, empurra-se cada vez mais a classe de baixa renda, sem opção de onde morar, para os confins de uma mancha urbana periférica como os condomínios verticais populares de baixa qualidade e precária inserção intra-urbana. Como consequência desse apartamento, as classes sociais vão se fragmentando-se e intensificando cada vez mais o processo de segregação, configurando a "nova periferia."

Percebe-se que desde a implantação dos grandes conjuntos habitacionais populares no Brasil, a construção das moradias sempre foi periférica, com pouca oferta de equipamentos urbanos coletivos. O Estado, como agente principal do processo, que organiza e delibera leis, atua mediante estratégias políticas e econômicas, em benefício de uma classe dominante, produzindo o espaço e reforçando uma renda da terra em espaços distantes. Desse modo, o governo municipal não tem interesses em coibir ou ocupar os vazios urbanos como mencionado em entrevista, mas alimentar um grupo empresarial especializado em moradia popular, e também angariar votos com os moradores na entrega das chaves, já que a execução dos projetos ocorreu em grande parte nos mandatos do mesmo partido. O terreno que se construiu o C.H., através de negociações políticas, representa a prova mais cabal de todo processo. A localização do conjunto nunca esteve em primeiro lugar, como foi colocado, a escolha ocorreu mediante interesses, através da política

habitacional de interesse social, que exclui o pobre do direito de viver e consumir os equipamentos públicos sociais, empurrando-o para áreas distantes.

A conservação dos apartamentos pelos moradores ocorre no interior das unidades, enquanto se observa vandalismo nas áreas comuns, onde a prefeitura realiza a manutenção com viés paternalista, tentando uma aproximação após a implantação do Conjunto, uma vez que os moradores não foram consultados em nenhum momento desde a escolha do terreno e execução das obras. A baixa qualidade arquitetônica, somada a todos conflitos e negação de direitos, obriga os moradores a criarem novos espaços, remodelando o projeto original, adaptando as dependências do condomínio para uma socialização interna do espaço vivido.

Conclui-se que a ausência dos equipamentos públicos mencionados pelos moradores, engendra o processo de segregação para uma convivência predatória, hostil e preconceituosa, onde os moradores não participam da sociabilidade da vida pública e direitos políticos. Qualificamos desse modo a periferia do Conjunto Habitacional Residencial São Carlos, como a ausência dos equipamentos sociais que exclui os moradores do espaço público, trabalho e oportunidades, em que o Estado teve o papel decisivo na periferização dos moradores e restrição do direito de viver e usufruir a cidade.

## Referências

BM ENGENHARIA. **Residencial Alfenas**. Disponível em: <http://www.bmengenharia.com.br/obra.php?id=55>. Acesso em 19 out. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo.** São Paulo: Ed.34/Edusp, 2000.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **O programa minha casa minha vida e seus efeitos territoriais.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

DAMIANI, Amélia Luisa. **A cidade (des) ordenada: concepção e cotidiano do Conjunto Habitacional Itaquera I.** Tese de doutorado em Geografia Humana Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. **Segregação pobreza e desigualdades sociais.** SÃO PAULO: Senac, 2005.

OTERO, Estevam Vanale. **As possibilidades e os limites da reabilitação de conjuntos habitacionais em São Paulo.** Dissertação de Mestrado em Urbanismo Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS. **Plano Diretor Participativo de Alfenas (MG).** Leitura Técnica. Alfenas: Secretaria de Planejamento e Coordenação, 2006a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS. **Plano Diretor Participativo de Alfenas (MG).** Leitura Comunitária. Alfenas: Secretaria de Planejamento e Coordenação, 2006b.

IBGE CIDADES. **Alfenas-MG.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310160>. Acesso em: 15 out. 2019.

INDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Consultas/dados do IMRS.** Disponível em: <<http://imrs.fjp.mg.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2019.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras: Repensando a Geografia.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 1990.

URBIS CONSULTORIA SOCIAL E URBANO. **Cadastro Diagnóstico socioterritorial:** levantamento de demandas Residencial São Carlos. Ed.[S.I], ago. 2017.

## Capítulo 5

### O espaço contraditório da mobilidade urbana: a questão das ciclovias na cidade de Alfenas<sup>29</sup>

Evânio dos Santos Branquinho

No espaço do poder, o poder não aparece como tal; ele se dissimula sob "a organização do espaço". Henri Lefebvre, *A produção do espaço*, 1974, p. 370

#### 1 Introdução

As jornadas de junho de 2013 reivindicando, entre outras coisas, uma melhor mobilidade urbana, expuseram mais uma vez em primeiro plano os problemas urbanos que os trabalhadores passam no dia a dia para garantir a sua sobrevivência. Embora essa luta reivindicasse uma melhoria do próprio sistema (de transporte) e não propriamente a sua abolição.

É a partir desse contexto que a questão da mobilidade urbana vem ganhando relevância no país, pois esta não trata unicamente dos meios de transportes, mas os articulando às questões das vias de circulação, ao uso do solo, ao planejamento urbano, aos transportes alternativos e à acessibilidade.

O objetivo aqui é demonstrar como essas questões vem se intensificando numa cidade em expansão, que consolida uma polarização regional, centralizando os fluxos de mercadorias, pessoas, investimentos, veículos, e reproduzindo cada vez mais os problemas das cidades grandes. Demonstra-se como as reivindicações de transportes alternativos, como a implantação de ciclovias, vem expondo as contradições no processo

---

<sup>29</sup> Este capítulo tem como bases o Projeto de Extensão Estudo de implantação de ciclovia na avenida Jovino Fernandes Salles, Unifal, 2016; o capítulo O espaço contraditório da mobilidade urbana, Branquinho, E. S., 2017; e o artigo A mobilidade urbana na estruturação de uma cidade média: a questão das ciclovias na cidade de Alfenas - MG, Branquinho, E. S., Encontro de Geógrafos da América Latina, 2017, os quais foram revistos e complementados na presente edição.

reprodução do espaço, especialmente entre o espaço abstrato e técnico do planejamento e o espaço vivido e percebido da prática socioespacial.

A cidade de Alfenas, localizada no sul de Minas Gerais, com 80 mil habitantes, vem assumindo essas condições, polarizando sobretudo os serviços de saúde e educação; o crescimento da frota de veículos, os problemas de trânsito, a carência de transporte coletivo, colocam a necessidade do desenvolvimento e maior diversificação dos meios de transportes, como os das ciclovias em alternativa ao transporte particular motorizado.

Não obstante as diferentes classes e segmentos sociais, assim como o poder público, não chegaram a um consenso sobre qual solução a ser adotada, pois cada posição é apoiada em interesses, estratégias e uma visão de modelo de sociedade, que desemboca em uma questão política e ideológica, expondo as tensões da reprodução social.

A precariedade da mobilidade torna-se um dos principais fatores da segregação socioespacial, reduzindo o deslocamento ou confinando as pessoas mais carentes aos locais de suas moradias, impedindo o uso e o direito à cidade em relação aos equipamentos coletivos e ao mercado de trabalho.

## **2 As contradições do espaço**

Harvey (2014, p. 156) sustenta que “a urbanização capitalista tende perpetuamente a destruir a cidade como um comum social, político e habitável.”

Em relação à urbanização afirma que: “A urbanização nada mais é do que a incessante produção de um comum urbano (ou sua forma espectral de espaços e bens públicos) e sua eterna apropriação e destruição por interesses privados.” (HARVEY, 2014, p. 156). Dá o exemplo de que antes do surgimento dos automóveis as ruas eram um espaço de socialização, de brincadeiras, que foram destruídas pela difusão dos carros.

Lefebvre (2016, p. 137) evidencia que a ideologia do crescimento ilimitado da produção e da produtividade que promoveria a satisfação de todas as necessidades se esboroou “na sequência do mal-estar urbano, da destruição da natureza e de seus recursos, por causa dos bloqueios de toda ordem que paralisam o desenvolvimento social, mesmo quando eles não impedem o crescimento econômico.”

A busca pelo crescimento infinito periodicamente coloca em xeque a própria reprodução. Mas isso pode ser um prenúncio de desenvolvimento de um novo ciclo econômico, empurrando as contradições adiante que, no entanto, ficam mais complexas. O automóvel, que foi feito para circular, não consegue circular mais nas metrópoles atravancadas pelos congestionamentos.

Nossas cidades que foram reconfiguradas para o uso do automóvel, atualmente passam por degradação do ambiente urbano em função do uso indiscriminado do automóvel particular. Essa situação levou a mais obras no sistema viário que viraram um fim em si mesmo, conforme afirma Boareto sobre o planejamento urbano:

O planejamento e a execução das obras normalmente são feitos por distintos órgãos da administração pública, reforçando o atual modelo de pensar as cidades. Parte-se do pressuposto de que a cidade não tem limites para sua expansão, que o transporte coletivo ou o individual superam os eventuais obstáculos e que cada habitante terá, um dia, seu automóvel (BOARETO, 2008, p. 76).

A noção de sustentabilidade pode ser entendida nesse contexto, com o capitalismo incorporando novas tecnologias, formas de produção e ideologias, tendo em vista uma nova fase de reprodução apoiada nesses novos mecanismos e discursos. O transporte alternativo por bicicletas e sua infraestrutura de ciclovias carregam esses significados: de meio de transporte não poluente, saudável, de baixo custo, que promove a reapropriação do espaço público etc.

Podem ser apenas significados soltos à procura de significantes, oscilando continuamente entre esses, sem uma realização plena, conforme o conceito de *telescopagem* de Lefebvre (2016, p. 129; 1974, p. 344), pois

muitos ciclistas sempre usaram a bicicleta por necessidade, antes mesmo da ideia de sustentabilidade.

No Brasil, o usuário de bicicleta apresenta dois segmentos bem distintos: o ciclista que usa a bicicleta como meio de lazer e esporte, normalmente das classes médias e altas; e o ciclista das classes mais pobres que usa a bicicleta como meio de transporte. Esta última forma de uso implica que o valor da reprodução do trabalhador não cobre os seus custos, uma vez que ele tem que usar a bicicleta para reduzir os gastos com transporte, evidenciando mais uma forma de espoliação urbana.

Logo uma pergunta: se o uso da bicicleta implica uma redução do custo de reprodução do trabalhador e até melhoria das suas condições físicas, por que não é estimulado o seu uso? Evidentemente contando com o interesse das montadoras, da indústria petroquímica e seus poderosos lobbies, mais ou menos essa resposta poderia ser semelhante ao passe livre em relação ao transporte coletivo:

Do ponto de vista econômico, o capitalismo não é incompatível com o passe livre. Desejável e viável, aliás, a proposta contribui para a eficiência da reprodução do capitalismo. Mas, e nisso reside o caráter explosivo da proposta, também é compatível, principalmente, com uma alternativa social – em que elementos de justiça social e econômica não são residuais mas o centro gravitacional de toda a atividade econômica – e se coloca como um desafio aos interesses de grupos capitalistas poderosos (PESCHANSKI, 2013, p. 62).

Em relação à reprodução do espaço, a implantação das ciclovias/ciclofaixas encontra obstáculos na falta de espaço das vias já congestionadas, seja pelos veículos em circulação quanto aos espaços de estacionamento nessas mesmas vias, constituindo-se o espaço de raridade indicado por Lefebvre, assim como outros recursos envolvidos em disputa crescente:

Ao mesmo tempo ainda, o que complica a questão, o espaço edificável, antigamente abundante, torna-se raro nos arredores dos centros, permite uma especulação furiosa. É preciso acrescentar que a raridade do espaço acompanha a raridade crescente dos recursos e bens anteriormente abundantes: a água, o ar e até a luz? (LEFEBVRE, 2016, p. 139).

A implantação de ciclovias retiraria espaços de uso do automóvel na via pública, obstruindo mais ainda a sua funcionalidade e contrariando a indústria transnacional e a ideologia da “civilização do automóvel”.

Isso demonstra que, ao contrário do que o urbanismo moderno concebe, o espaço não é neutro, ele carrega as contradições dos agentes que o reproduz. O espaço é estratégico, pois ele é essencial para a reprodução do capital.

Nessas perspectivas, referentes ao político e sua intervenção urbanística, conservava-se o postulado do espaço objetivo e neutro. Ora, é evidente, agora, que o espaço é político. O espaço não é um *objeto científico* descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico. Se esse espaço tem um aspecto neutro, indiferente em relação ao conteúdo, portanto “puramente” formal, abstrato de uma abstração racional, é precisamente porque ele já está ocupado, ordenado, já foi objeto de estratégias antigas, das quais nem sempre se encontram vestígios (LEFEBVRE, 2016, p. 60).

É nesse momento que desponta uma contradição importante e envolve o espaço abstrato concebido do planejamento, aparentemente neutro e técnico, com o espaço vivido da prática socioespacial, com todas as tensões dos agentes sociais/políticos reprodutores. O espaço torna-se instrumento de reprodução dessas estratégias.

Sob as aparências ora neoliberais, ora tecnocráticas, não sem conflitos às vezes profundos, algo de novo se forma e se estabelece. Sobrevém uma extensão e uma acentuação (alguns dirão uma agravação) da prática sociopolítica mencionada mais acima: o espaço instrumental, o emprego hábil desse instrumento, a politização do espaço, as estratégias se desdobrando no espaço. A prática espacial que se desenvolve pode ser chamada de vários nomes, segundo seus aspectos. Uma planificação espacial com objetivos muito mais amplos que “o urbanismo” ganha forma. Ela se refere implicitamente à uma economia política do espaço, ciência que se procura à escala mundial e tende a substituir os modelos de crescimento, caídos em desuso (LEFEBVRE, 2016, p. 157).

Sai-se da lógica produtivista do espaço industrial para o espaço inteiro. Todo o espaço urbano torna-se consumo produtivo do espaço:

A aglomeração urbana deixou de ser um tecido intersticial, contexto passivo das grandes empresas: ela literalmente faz parte delas; ela fornece os múltiplos serviços, transportes e subcontratações das quais essas empresas não podem prescindir. Há, na cidade moderna, um verdadeiro consumo *produtivo* do espaço, dos meios de transportes, das edificações, das vias e ruas. Nisso emprega-se

uma imensa força de trabalho, tão produtiva quanto a força de trabalho destinada à manutenção e à alimentação das máquinas (LEFEBVRE, 2016, p. 140, 141).

Portanto, espaço político onde se desdobram as estratégias das classes dominantes:

Hoje as classes dominantes se servem do espaço como um instrumento. Instrumento para vários fins: dispersar a classe operária, reparti-la nos lugares prescritos; organizar os fluxos diversos subordinando-os a regras institucionais; subordinar, por conseguinte, o espaço ao poder; controlar o espaço e reger, tecnocraticamente, a sociedade inteira, conservando as relações de produção capitalistas (LEFEBVRE, 2016, p. 145).

Enredada em seu cotidiano de carências, a classe operária fica impotente frente essas estratégias de reprodução, não apenas econômica mas das relações sociais, as quais os trabalhadores operam no máximo no nível da tática, sem conseguir alterar de forma substancial o rumo dessas políticas.

### **3 Do espaço quantitativo ao espaço qualitativo das cidades médias**

Silveira (2002), discutindo sobre algumas formas urbanas que acabam se impondo na cidade média no contexto contemporâneo de globalização, faz importantes questionamentos sobre as transformações que estas cidades vêm passando e transformando os seus modos de vida, o que poderíamos situar como ligados a processos de homogeneização:

Qual é a forma que assume, nas cidades médias, o movimento da escassez, da abundância, do consumo? O que importa a falta de calçadas quando nunca estivemos mais próximos de comprar um automóvel financiado em infinitos meses, alimentando um sistema financeiro ávido de recursos? O que importa a escassez de praças se podemos ter acesso a um apartamento financiado por bancos globais que nos prometem áreas verdes, piscina e sauna atrás das seguras grades da propriedade privada? Quando a lógica das produções das imobiliárias e de um Estado com projetos globais e não nacionais produz a cidade, os espaços públicos, as áreas verdes e os pedestres se refugiam intra-muros, negando uma vez mais à sociedade como um todo a oportunidade de uma vida mais plena (SILVEIRA, 2002, p. 16).

Já existe atualmente uma relativa discussão construída sobre a definição de cidade média (AMORIN FILHO e SENA FILHO, 2007; SPOSITO, 2007, entre outros), envolvendo as características de tamanho populacional, desenvolvimento das funções econômicas, polarização etc. Aqui destacaremos um aspecto pouco discutido, a dialética entre quantidade e qualidade na estruturação da cidade média.

Em Marx, a dialética quantidade e qualidade aparece referenciada em Hegel: "Aqui, como nas ciências naturais, comprova-se a exatidão da lei descoberta por Hegel, em sua *Lógica*, de que modificações meramente quantitativas em certo ponto se transformam em diferenças qualitativas" (MARX, 1988, p. 234).

A cidade média não é apenas uma cidade pequena que adquiriu um tamanho maior, ela apresenta uma reprodução socioeconômica diferente, com relações mais complexas do que a cidade pequena, das quais novos processos se destacam dessa complexidade. Com arranjos territoriais e dinâmicas específicas.

Podemos compreender as cidades médias em três movimentos: aquele da transição da cidade pequena para a cidade grande; de intermediação entre as cidades pequenas, o espaço rural e as metrópoles, ou seja, dentre outras características ela apresenta uma polarização regional; e um terceiro, no contexto da globalização, quando se sobrepõe à hierarquia dos lugares centrais, uma rede urbana mais complexa, com maior divisão territorial do trabalho, interdependência e concorrência entre as cidades. Isso remete, para uma abordagem que articule as diferentes escalas, tanto de seu espaço intra-urbano quanto do regional, e como um influencia o outro.

E, numa escala mais ampla, outra questão importante é o contexto da rede urbana e sua hierarquização, como essas cidades sofrem influências das metrópoles, passando a reproduzir muitas de suas características (DAMIANI, 2006).

Lefebvre tratando da dialética entre os processos de industrialização e urbanização afirma:

Nesse processo de duplo aspecto ocorre algo muito importante; em termos clássicos: um salto qualitativo. O crescimento quantitativo da produção econômica produziu um fenômeno qualitativo que se traduz, ele próprio, por uma problemática nova: a problemática urbana (LEFEBVRE, 2016, p. 145).

Entre outras questões da problemática urbana, o autor aponta, a reprodução do espaço como mercadoria e sua fragmentação:

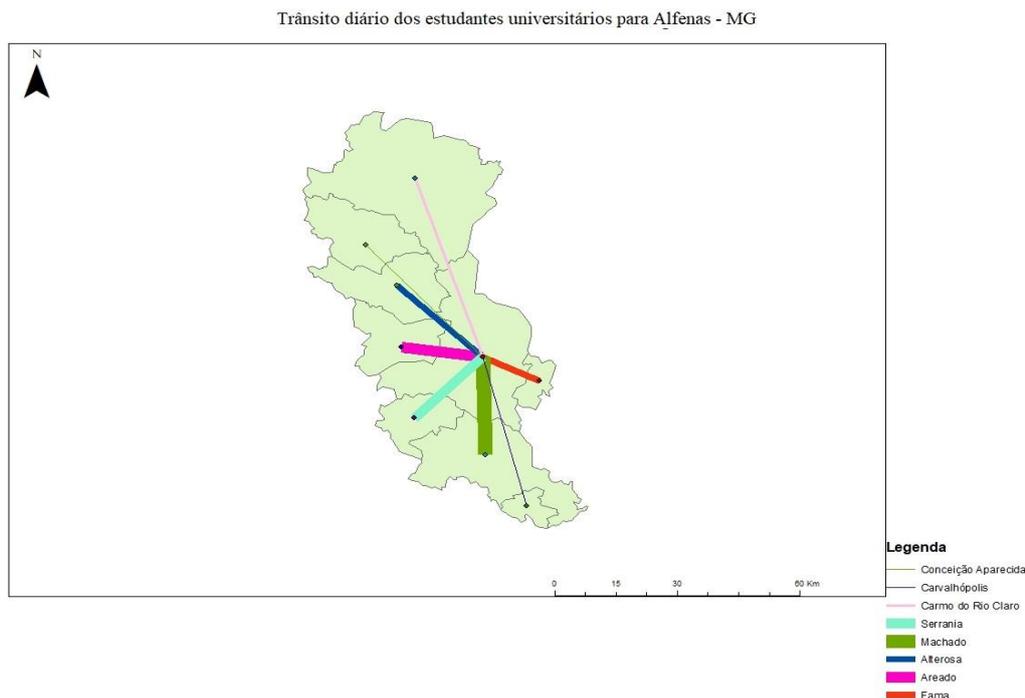
A urbanização generalizada não apenas generalizou a especulação dita imobiliária, ela não apenas acompanhou a comercialização do espaço: ao invés da superação da relação cidade-campo, ela acarretou um magma, um caos nos quais a cidade e o campo se misturam confusamente. O que se realiza, portanto, é justamente a conquista do espaço terrestre, mas a partir da propriedade do solo e da maneira prescrita por essa propriedade na decomposição (LEFEBVRE, 2016, p. 145).

Evidentemente que esse processo possui suas particularidades de tempo e espaço em que cada cidade se desenvolve. Expõe-se, a seguir, algumas dessas condições para a cidade de Alfenas.

A cidade de Alfenas vem passando por esse processo atualmente. A cidade, com uma população estimada para 2020 de 80 mil habitantes (IBGE, 2020), apresenta um elevado crescimento demográfico nas últimas décadas, entre outros fatores pela reestruturação do espaço rural da região, tradicional produtora de café, e da instalação da hidrelétrica de Furnas, que deslocaram populações para o espaço urbano. A instalação da represa na década de 1960 também contribuiu para a desestruturação da malha ferroviária no sul de Minas Gerais, que foi reestruturada pela malha rodoviária, quando a cidade passa a ganhar mais centralidade em sua região imediata.

A instalação de cursos de ensino superior na cidade, com duas universidades, também é um importante fator de atração populacional, a cidade conta com cerca de 10% de população flutuante formada por estudantes provindos em grande parte da região do entorno (Figura 1); assim como polo de saúde regional, e insumos ao agronegócio do café, conformam a especialização da cidade no contexto de reestruturação da rede urbana brasileira, que assume um padrão cada vez mais complexo.

Figura 1 - Fluxo diário dos estudantes para Alfenas – MG



Fonte: VIEIRA, 2018.

Segundo o Regiões de Influência das Cidade (REGIC-IBGE, 2008), Alfenas é um centro sub-regional, polarizando 12 cidades de seu entorno, especialmente nas funções de comércio, ensino e saúde<sup>30</sup>.

O PIB de cerca de 2 bilhões é predominantemente composto pelos serviços, destacando as atividades direta e indiretamente ligadas ao ensino e à saúde (IBGE, 2017) (Figura 2).

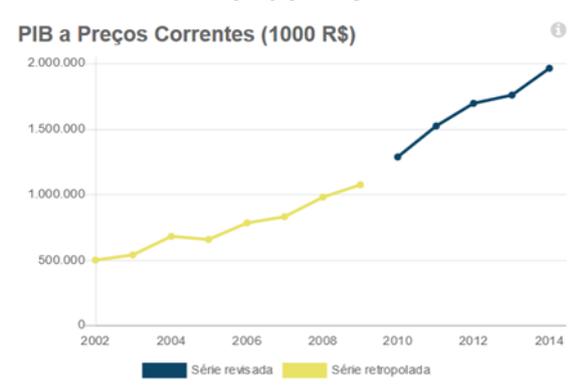
Alfenas apresenta ainda uma inércia geográfica de uma cidade pequena, com único centro, ainda com função residencial, onde a camada de maior poder aquisitivo está predominantemente localizada e ou nos seus arredores, esboçando uma dispersão mais recente, através dos condomínios fechados, consolidando os setores espaciais e um novo padrão de segregação. De modo geral, a cidade apresenta uma forma compacta sem muita dispersão ou fragmentação da mancha urbana, assim como a relação rural-urbana é bastante presente.

A relação entre quantitativo e qualitativo aponta que o processo de crescimento econômico, com maior diversificação das atividades

<sup>30</sup> De acordo com o *Regiões de Influência das Cidades* (REGIC – IBGE, 2008), Alfenas polariza os municípios de Alterosa, Areado, Campo do Meio, Campos Gerais, Conceição de Aparecida, Cordislândia, Divisa Nova, Fama, Guaxupé, Machado, Paraguaçu e Serrania.

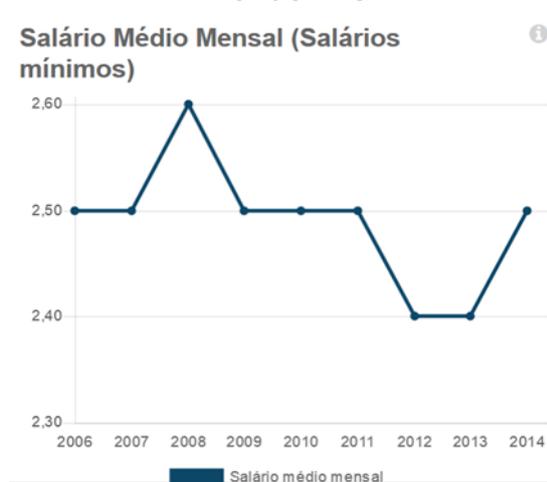
econômicas, não significou necessariamente desenvolvimento, notadamente social (estagnação dos salários), os processos de segregação socioespacial vão sendo intensificados, junto aos processos de valorização do solo urbano, especulação imobiliária, expansão de condomínios fechados.

Figura 2 - Produto Interno Bruto em Alfenas-MG



Fonte: IBGE, 2017.

Figura 3 - Salário Médio Mensal em Alfenas-MG



Fonte: IBGE, 2017.

Verifica-se atualmente na cidade a abertura de 15 novos loteamentos no período de seis anos. Sendo cinco condomínios fechados, quando havia apenas um na cidade, que foi transformado em condomínio fechado. A periferia também se torna mais complexa apresentando maior diversidade de classes e de atividades, onde se constituem novos processos de segregação (BRANQUINHO, 2017a). Demonstra que a problemática urbana assume um novo qualitativo, com implicações diretas na mobilidade urbana.

#### 4 A reprodução da mobilidade urbana na cidade de Alfenas

Em relação à mobilidade urbana, uma outra contradição do espaço vai se constituindo, aquela entre a mobilidade dos fluxos e a fixidez e a

estabilidade por outro lado, como salienta Lefebvre (2016, p. 145): “Uma outra contradição do espaço, que apenas começa a descobrir, é a contradição entre o movimento, os fluxos, o efêmero, de um lado e, de outro, as fixidades, as estabilidades, os equilíbrios pretendidos”

Milton Santos aborda a questão da fragmentação da cidade de São Paulo em seu aspecto socioeconômico, mais especificamente, a população mais pobre que tem sua circulação restringida (imobilidade relativa) em função do custo do transporte, do desemprego etc.:

Em nosso caso, não são apenas os velhos que são vítimas da imobilidade, e esta, causada pela pobreza e baixos salários, resulta, também, pelas condições do lugar de residência que, na cidade, cabe aos mais pobres. Como os mais pobres se tornam praticamente isolados ali onde vivem, podemos falar da existência de uma metrópole verdadeiramente fragmentada. Sem dúvida, muitas pessoas de outras áreas vão trabalhar em certos setores da aglomeração. Outras, deixam seu próprio setor e vão trabalhar em outras áreas, ocupações freqüentemente pequenas, acidentais e temporárias. Muitos, todavia, são prisioneiros do espaço local, enquanto outros apenas se movem para trabalhar no centro da cidade, fazer compras ou utilizar os serviços quando têm a possibilidade e os meios (SANTOS, 1990, p. 89).

Evidentemente, não se está comparando aqui a complexidade e as dimensões da metrópole paulista à cidade de Alfenas, o que é importante destacar é que não se trata essencialmente de uma questão de distâncias a serem percorridas, mas sim do acesso aos meios de transporte, em termos de custos para a população e opções de itinerários, pois são estes que podem restringir sua mobilidade, contribuindo para sua segregação socioespacial.

O resultado do processo de crescimento da cidade de Alfenas e de sua polarização das cidades vizinhas é a intensificação dos fluxos de veículos, onde se verifica os problemas de trânsito, reproduzindo os problemas das grandes cidades.

Esse tipo de ocupação gera vazios urbanos, e a infra-estrutura construída para a circulação de automóveis, ou mesmo para o transporte coletivo, provoca o surgimento de áreas degradadas física e economicamente. A lógica dos investimentos reforça tal forma de ocupação, com as cidades menores reproduzindo o modelo de desenvolvimento das cidades maiores, apesar da demonstração diária dos problemas daí decorrentes (BOARETO, 2008, p. 76).

Na tabela 1, verifica-se no período de nove anos um grande crescimento de frota de veículos na cidade, em que o número de automóveis praticamente dobrou e o número de vias na área consolidada da cidade é o mesmo. Expressando aí a contradição do crescimento ilimitado e os limites da cidade.

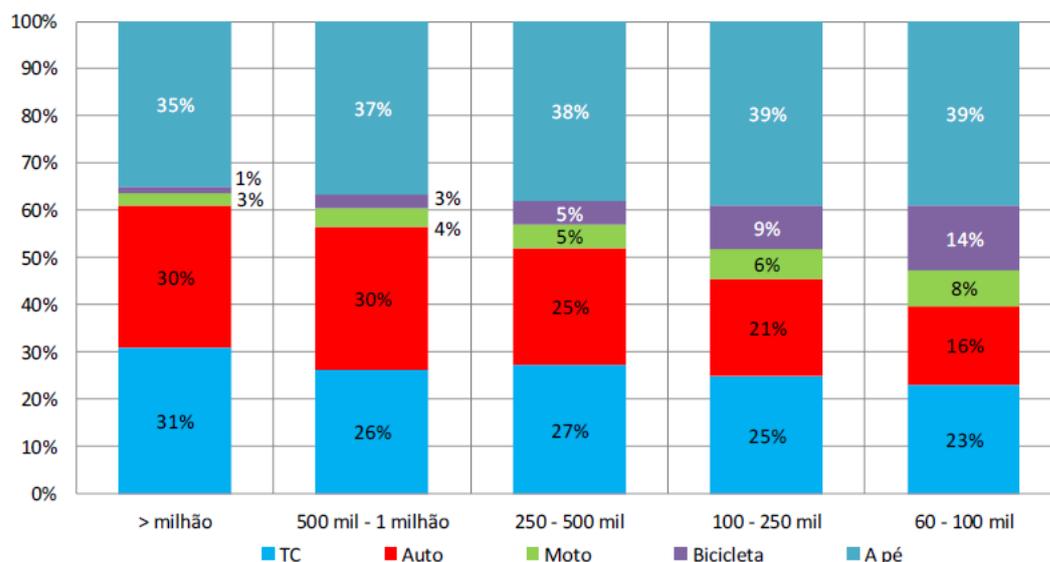
Tabela 1 – Frota de veículos em Alfenas nos anos 2005 e 2014

Tipo de veículo	2005	2014
Automóvel	12.080	23.776
Caminhão	823	1.292
Caminhão trator	16	96
Caminhonete	822	3.662
Caminhoneta	-	936
Micro-ônibus	55	142
Motocicleta	2.995	8.040
Motoneta	264	986
Ônibus	206	363
Utilitário	-	176
Outros veículos	-	959
Total	17.261	40.428

Fonte: Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN - 2014.

Entretanto, nas cidades de porte médio como Alfenas, onde as dimensões não são tão grandes, a bicicleta se torna um meio de transporte viável pois ela é compatível aos pequenos deslocamentos. O que é comprovado no gráfico da figura 4 a seguir, onde nas cidades médias, o deslocamento por bicicletas alcança 14% do total, nas cidades com população total entre 60 e 100 mil habitantes. Essa condição expressa o qualitativo das dimensões espaciais de uma cidade do porte de Alfenas, que é mais viável ainda numa cidade pequena, no uso desse meio de transporte.

Figura 4 – Divisão modal por faixa de população - 2014

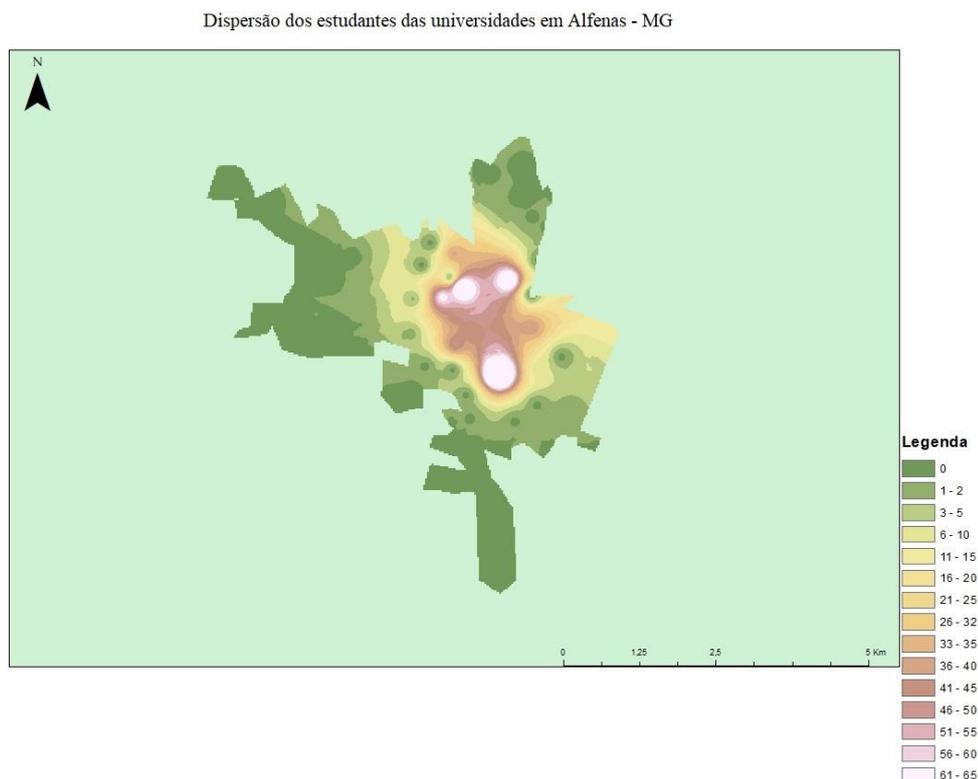


Fonte: Associação Nacional de Transportes Públicos, julho de 2016.

Entretanto as tensões envolvendo a raridade do espaço também vão se revelando. As ciclovias tornam-se necessárias quando o fluxo de veículos intensifica-se e rivaliza com o das bicicletas nas vias, aumentando os riscos de acidentes. Em muitas vias da cidade isso já ocorre, principalmente as de interligação do centro com os bairros mais populosos; pois essas vias adquirem um perfil comercial e de serviços, em função do elevado movimento.

Um importante polo gerador de tráfego cicloviário são as universidades e campus presentes em diferentes pontos da cidade, com os estudantes deslocando-se principalmente da região central onde residem para essas unidades (Figura 5).

Figura 5 - Dispersão dos estudantes das universidades em Alfenas- MG



Fonte: Vieira, 2018.

Quanto ao tipo de espaços cicloviários, as ciclovias consistem em pistas exclusivas com separações físicas de outros elementos viários, como calçadas ou ruas. As ciclofaixas são pistas parcialmente segregadas de outros sistemas de transportes, dependendo de sinalização adequada para a separação dos modos. No uso compartilhado, bicicletas e outros veículos usam o mesmo espaço, admite-se esse uso compartilhado em vias de baixo volume de tráfego e velocidades controladas de no máximo 60 km/h.

A pesquisa aplicada foi realizada entre os meses de setembro e dezembro de 2015, e procurou considerar os principais agentes envolvidos na questão: ciclistas, motoristas e lojistas (proprietários e funcionários). Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com esses agentes e pesquisa de origem-destino para levantar respectivamente a opinião desses segmentos e os possíveis trajetos para implantação e tipo de espaço cicloviário.

A avenida Jovino Fernandes Salles foi selecionada como estudo de caso, pois é o principal eixo de circulação entre o centro e os bairros

localizados na porção noroeste da cidade, constitui também uma das principais saída/entrada da cidade, com acesso para a BR-491. Com a instalação do Campus II da Universidade Federal de Alfenas (Unifal) e a abertura de novos loteamentos em seu entorno, o tráfego na avenida cresceu bastante, com previsão de crescer mais com a ocupação desses loteamentos.

Por ser uma avenida de características comerciais e de serviços praticamente em toda sua extensão, além de uma grande indústria instalada, os espaços de estacionamentos nos horários comerciais são bastante utilizados, seja por trabalhadores nos estabelecimentos seja por seus consumidores.

Parte dos moradores dos bairros da região, como Santa Clara, Pinheirinho, Recreio Vale do Sol e Alvorada - que se caracterizam como bairros populares e dormitórios -, utiliza a bicicleta como meio de transporte para deslocamento aos locais de trabalho e escola, principalmente na região do centro.

Uma parcela dos estudantes do Campus II da universidade também utiliza a bicicleta como forma de acesso, saindo principalmente das áreas centrais em direção ao campus.

É incontestável o crescimento do trânsito de todos os tipos de veículos na avenida, pois há quatro novos loteamentos na região - Vale Verde, Cidade Universitária, Alto da Boa Vista e Crystal, assim como a Unifal vem instalando novos cursos no campus II.

Como a avenida é o principal meio de acesso para essa região, problemas de trânsito nos horários de pico e acidentes vêm ocorrendo constantemente, principalmente em função de seus diversos cruzamentos e pontos de conversão.

Outro problema da via é sua largura, além de não manter um gabarito, ou seja, ela varia sua largura ao longo de sua extensão (5,30 m em alguns pontos de largura mínima a mais de 6,40 m em outros pontos), com veículos estacionados em quase toda a sua extensão, ela acabou ficando muito estreita para o atual fluxo, o que confirma a ausência de

planejamento urbano que não previu esse crescimento. Essa situação tende a se agravar se considerarmos o potencial de crescimento futuro.

Os problemas de conflitos de uso e disputa por espaço envolvendo ciclistas e motoristas na via são constantes. Os ciclistas acabam em muitos trechos da avenida espremidos entre os automóveis estacionados e os veículos transitando, sobretudo os ônibus e os caminhões (Figura 6).

Figura 6 – Conflito de usos na Av. Jovino F. Salles, ciclista transitando entre veículos estacionados e ônibus



Fonte: Evânio S. Branquinho, fev. 2021.

Os riscos são iminentes, onde já foram registrados inúmeros acidentes. Alguns ciclistas entrevistados acabam utilizando a via paralela, rua Pe. Cornélio Hans, para fugir do trânsito e do risco maior de acidente, pois é uma via de menos tráfego (Figura 7).

Figura 7 – Ciclista na rua Padre Cornélio Hans, paralela à av. Jovino F. Salles



Fonte: Evânio S. Branquinho, fev. 2021.

Essas são as principais justificativas para a implantação de um espaço cicloviário na avenida: a grande circulação de veículos, com previsão de aumento do tráfego e conflito de usos, com a constante disputa por espaço de circulação na via, envolvendo veículos e ciclistas, estes últimos em situação de risco e com crescente ocorrência de acidentes (Tabela 2)

Tabela 2 - Quantidade de veículos envolvidos em acidentes por ano e tipo

<b>Veículos – acidente de trânsito</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Automóveis	1263	798
Bicicleta	14	18
Caminhão	133	63
Caminhonete/camioneta	171	173
Microonibus/ônibus	52	20
Motocicleta/motoneta	286	162
Outros – tipos de veículos	40	29
Total	1959	1193

Fonte: Infoview. Polícia Militar de Minas Geras. 18 RPM – 18 CIA PM IND, 06.09.2016.

Para uma melhor caracterização do fluxo de veículos e dos usuários de bicicleta como meio de transporte na Av. Jovino Fernandes Salles, realizou-se no segundo semestre de 2015 pesquisa de volume de tráfego e

de origem/destino nos horários de maior movimento na avenida, apresentada a seguir.

Tabela 3 - Contagem de veículos na Av. Jovino Fernandes Salles

Horário Sentido Tipo de veículo	6:00 – 8:00 Sentido Centro	11:00 – 13:00 Sentido bairro	17:00 – 19:00 Sentido bairro	Percentual
Automóvel e caminhonete	585	534	878	63
Ônibus, micro-ônibus e van	49	29	38	3.6
Caminhão	12	22	14	1.5
Motocicleta	198	231	280	22
Bicicleta	105	67	132	9.5
Total	949	883	1342	100

Fonte: Pesquisa realizada por projeto de extensão da Unifal, setembro a dezembro de 2015. Coordenador: Evânio S. Branquinho.

No horário das 17 às 19 horas o maior volume de bicicletas é explicado, além do fluxo de ciclistas retornando para os bairros onde moram, em função dos estudantes da Unifal que cursam o período noturno, período de maior fluxo de bicicletas que se deslocam para o campus II da Universidade.

Exceto esse período, os estudantes se deslocam em períodos e sentidos diferentes dos moradores. Pois, a maioria dos moradores se desloca no período da manhã no sentido bairro-centro, enquanto os estudantes se deslocam no mesmo período e à tarde no sentido centro-bairro. Essa informação é importante pois demonstra o uso da bicicleta na via ao longo de todo o dia em ambos os sentidos, reduzindo o uso apenas em períodos específicos: de manhã em direção ao centro, e no final da tarde, o retorno para os bairros.

Em relação à pesquisa origem destino dos usuários de bicicleta, de 50 questionários aplicados no período da manhã (6:00 – 8:00) no sentido centro (ponto de coleta em frente ao mercado Pinheiros), pode-se afirmar que a maior parte do destino é em direção ao centro e bairros de seu entorno. A frequência de uso da bicicleta é de cinco dias da semana e duas

vezes ao dia, ou seja, um deslocamento de ida e volta, sobretudo de casa para o trabalho, o que confirma o uso da bicicleta como meio de transporte e não de lazer.

Tabela 4 - Pesquisa origem-destino usuários de bicicleta na av. Jovino

<b>Origem - Bairro</b>	<b>Percentual</b>
Alvorada	14
Pinheirinho	28
Recreio Vale do Sol	43
Santa Clara	14

Fonte: Pesquisa realizada por projeto de extensão da Unifal, setembro a dezembro de 2015.

Tabela 5 - Pesquisa origem-destino usuários de bicicleta na av. Jovino

<b>Destino - Bairro</b>	<b>Percentual</b>
Centro	32
Unifenas - Trevo	8
Imesa e entorno	10
Boa Esperança	6
Aparecida	6
Vila Formosa	8
Paramotos	6
São Carlos	6
Outros	16

Fonte: Pesquisa realizada por projeto de extensão da Unifal, setembro a dezembro de 2015.

É importante observar que nesses horários levantados para a avenida Jovino, cerca de 50 ciclistas se deslocam na rua Pe. Cornélio Hans, ou seja praticamente metade do fluxo da avenida Jovino, os motivos principais levantados foram: por segurança, pois é uma via de menor movimento; e por residirem em bairros e ou destinos mais próximos a esta rua.

Praticamente todos os ciclistas foram favoráveis à implantação de uma ciclofaixa na avenida Jovino, os quais concordaram como opção de trajeto: de uma ciclofaixa no sentido centro na avenida Jovino e uma ciclofaixa no sentido bairro na rua Pe. Cornélio Hans.

Os lojistas foram favoráveis quando seus estabelecimentos já apresentavam um recuo na via permitindo o estacionamento de automóveis, o que não afetaria seus negócios. Os casos mais difíceis identificados foram a padaria, a tapeçaria de autos e a borracharia que dependem do espaço de estacionamento na via. As farmácias com estacionamento de emergência devem ter o uso prioritário.

A maior indústria localizada na avenida, que produz peças para motocicletas, foi contrária à instalação de uma ciclofaixa, com o proprietário alegando que os seus funcionários usam o espaço da rua para estacionamento, assim como os caminhões que ficam estacionados aguardando para desembarque de cargas.

Com base em estudos de Volume de tráfego X velocidade para identificar o tipo de espaço cicloviário mais adequado, a soma dos três períodos de maior movimento de veículos motorizados na via alcançou 2870, pode-se estimar que o volume total diário de fluxo seja mais de 4 mil veículos motorizados por dia, considerando que a velocidade permitida na via é de 40 km/h, o espaço cicloviário mais indicado é a ciclofaixa (Revista Infraestrutura Urbana. Edição 30, Setembro/2013).

Outro fator importante para a definição da ciclofaixa é a largura da via, a avenida Jovino é estreita, e não há espaço suficiente para criar uma via totalmente isolada, como a ciclovia requer, e também o Código de Trânsito Brasileiro estabelece no artigo 201 que os veículos guardem uma distância lateral de um metro e meio dos ciclistas, sob pena de multa (infração média).

As alternativas seriam o alargamento da via, elevando muito os custos, ou a retirada do espaço de estacionamento dos veículos, o que geraria pressões dos comerciantes. Apenas o estreitamento das calçadas ou a retirada do meio fio central traria prejuízo da segurança para os pedestres.

Considerando esses aspectos, definiu-se três trajetos possíveis, os quais apresentam as vantagens e as desvantagens de cada um. Não nos aprofundaremos nas questões técnicas, pois fugiria aos propósitos desta pesquisa (cf. BRANQUINHO, 2017b)

A pesquisa foi importante para demonstrar (de forma técnica) os usos na avenida e a necessidade de instalação de uma ciclofaixa para os moradores ciclistas, organizando o tráfego na avenida.

Como indicou Lacerda *et al.* (2005), uma das maiores dificuldades do planejamento e gestão urbanos é conciliar as dimensões técnica e política que envolvem a elaboração, aprovação e execução de planos urbanos.

Vale lembrar que o funcionamento pleno de uma ciclovia depende de infraestrutura, fiscalização e educação. Se falhar um desses elementos, seu funcionamento também fracassa. Portanto para sua efetivação, a necessidade de reeducação de todos os usuários da via: ciclistas, motoristas e pedestres.

Uma observação importante sobre as dificuldades de funcionamento de qualquer espaço cicloviário, segundo Vasconcelos (2012, p.163):

Dificuldades práticas revelam a extensão do desafio. A implantação de medidas de prioridade para bicicletas precisa ser acompanhada de um processo de educação para todos os envolvidos e de policiamento eficaz, sob pena de ver o espaço invadido por veículos maiores. São imprescindíveis sinalização e pavimentação adequadas, além do tratamento dos conflitos nas intersecções e da integração espacial por meio de redes de circulação, de forma semelhante à proposta por transporte coletivo.

Embora a prefeitura tenha demonstrado interesse inicial na instalação de um espaço cicloviário, procurando uma forma de articulação com a Universidade para o desenvolvimento de estudos técnicos a fim de levantar a necessidade de espaço cicloviário, qual o tipo e o trajeto, o secretário de Planejamento Urbano alegou que não haveria largura suficiente para a sua instalação, afastando-se da elaboração de um projeto.

A principal indústria instalada na avenida, que é também uma das principais da cidade, também se colocou contra, como já referido.

Se a prefeitura resolvesse instalar a ciclofaixa na avenida, essa empresa e os lojistas contrários fariam um movimento de pressão diretamente ao prefeito contra essa instalação, que poderia alterar os seus negócios. Provavelmente, estes alegariam que seus negócios decairiam e isso geraria desemprego.

A prefeitura não quis enfrentar esses agentes de maior poder econômico e de pressão política, e recuou de qualquer iniciativa para a instalação de uma ciclofaixa, pois a população que seria atendida refere-se à cerca 120 ciclistas de bairros pobres da periferia da cidade, sem nenhuma forma de organização e de pressão política.

Dentro desse contexto, considero que a decisão tomada pelo poder público, por mais que exista uma demanda real de uso e potencial, que o estudo técnico apontou, a decisão oficial foi técnica (largura da via), mas mais ainda política. Pois a decisão a ser tomada era fazer uma escolha entre duas opções excludentes: tirar o espaço de estacionamento dos veículos para implantar a ciclofaixa OU não implantar, deixando o estacionamento dos veículos. A prefeitura não interveio em favor de um novo modelo de circulação baseado em transporte alternativo, sustentável e com maior uso e apropriação do espaço, e tomou uma decisão conservadora de não alterar o processo de reprodução das relações sociais de produção em vigor na cidade, pois, previsivelmente, enfrentaria pressões políticas de interesses contrariados de lojistas e comerciantes.

Como Lefebvre indicou o espaço inteiro da cidade torna-se produtivo, como o das vias, e não só o espaço interior e lógico das fábricas. Por isso o espaço é disputado acirradamente pelos grupos, pois ele é alvo de valorização e acumulação. Nesse sentido, ele é estratégico e político.

A verdade é que, estratégica e prospectivamente, a classe operária é dividida no espaço segundo as exigências dos outros fluxos e segundo os estrangulamentos das redes (do abastecimento de matérias-primas, da energia, do escoamento dos produtos, acabados ou não) (LEFEBVRE, 2016, p. 158).

O que se percebe é como os interesses políticos e os econômicos se misturam, pois os grupos dominantes são os mesmos, e o espaço possibilita a integração do econômico e do político:

É de se notar a importância e o interesse, no espaço estratégico, das relações de força: entre as "autoridades", os grupos, as administrações, os capitais e capitalistas, as instituições, os povos, os Estados etc. A inerência do econômico ao político (e reciprocamente) ganha, assim, seu alcance e sentido (LEFEBVRE, 2016, p. 159).

Mas apesar desse poder hegemônico no espaço e através do espaço, o diferente pode surgir, pois o concebido, o espaço abstrato, não controla totalmente o vivido e a prática socioespacial:

[...] contém virtualidades, aquelas da obra e da reapropriação, sobre o modo da arte primeiro, mas sobretudo segundo as exigências do corpo, "deportado" para fora de si no espaço, resistindo e em consequência impondo o projeto de um outro espaço (seja espaço de uma contra-cultura, seja contra-espaço ou alternativa primeiro utópica ao espaço "real" existente) (LEFEBVRE, 1974, p. 403).

Difícilmente, um projeto de mobilidade urbana, baseado no transporte alternativo de bicicletas como vimos constituiria um contra-espaço, mas mesmo assim, só sua tentativa de efetivação já expôs as tensões envolvidas na reprodução social do espaço da cidade, e como as classes dominantes boicotam qualquer tentativa, mesmo que mínima, de alterar o processo de acumulação, apoiado na inércia da "civilização do automóvel".

De acordo com Lefebvre (1985, p. 129), "A organização do espaço centralizado e concentrado serve ao mesmo tempo ao poder político e à produção material, otimizando os benefícios. Na hierarquia dos espaços ocupados as classes sociais se investem e se travestem".

Para alterar esse *status* de forças constituídas entre as classes dominantes, seria necessária uma mobilização social muito significativa para demonstrar ao poder público (prefeito e vereadores) o peso político de uma nova coalizão de forças, que trazem outras demandas e buscam um novo paradigma de organização socioespacial. Nesse sentido, não adianta esperar somente a ação do poder público, pois este oscila de acordo com a correlação de forças com as outras classes, segmentos e seus interesses e estratégias de reprodução social, marcada por antagonismos e disparidades.

## 5 O Projeto cicloviário da Prefeitura

Depois de reivindicações dispersas e alguns projetos ao longo dos anos que não prosperaram, em 2019, a prefeitura municipal aprova um projeto cicloviário. Mudando a correlação de forças discutida anteriormente, entrou o poder federal, estabelecendo uma lei de mobilidade e acessibilidade urbana para cidades acima de 20 mil habitantes, um prazo para a elaboração e aprovação de planos de mobilidade, e assistência técnica e financeira para obras no sistema viário.

A lei federal 12.587/12, conhecida como Lei da Mobilidade Urbana, que entre suas diretrizes estabelece a “prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado”. O prazo estabelecido é até 12 de abril de 2022, para Municípios com mais de 250.000 habitantes (BRASIL, 2012).

O projeto da Prefeitura, publicado em 18 de janeiro de 2019, prevê as seguintes intervenções no sistema viário:

De acordo com o projeto da Prefeitura, estão previstos na cidade, além da Perimetral Oeste, obras nas Avenidas Governador Valadares, Jovino Fernandes Sales e Henrique Munhoz Garcia, passeio nas ruas Juscelino Barbosa, João Paulino Damasceno e José Paulino da Costa e o Sistema Cicloviário, que compreende um total de 22 Km de ciclovias e ciclofaixas, levando em conta o trânsito local e a topografia da cidade (ALFENAS, 2021).

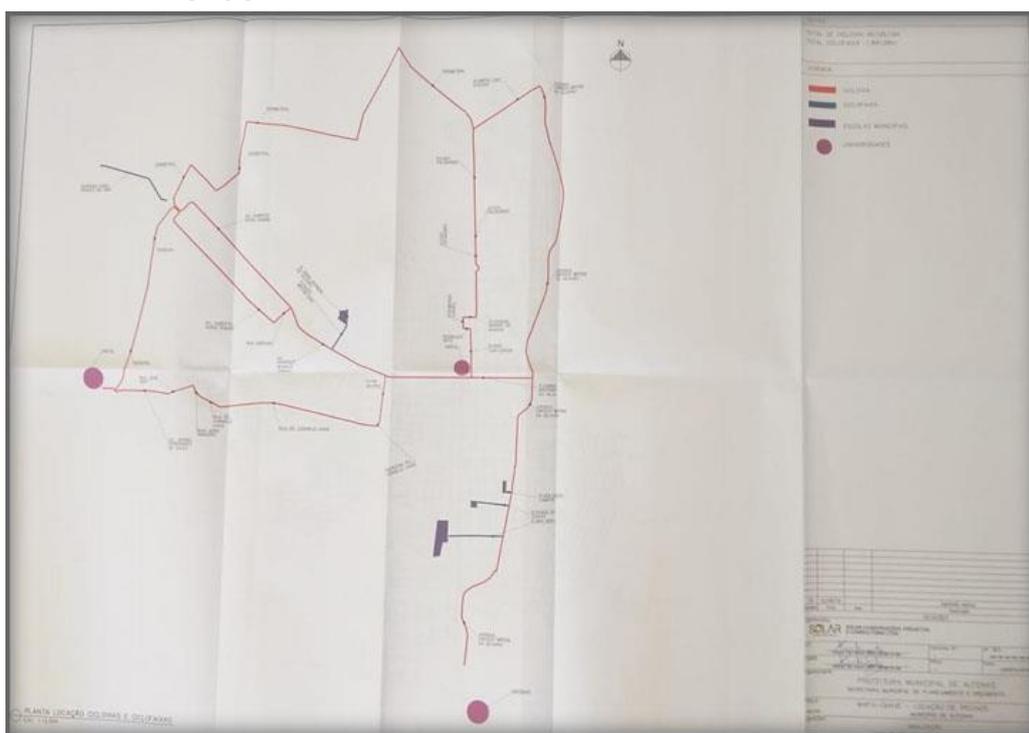
O prefeito Luiz Antonio da Silva e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram um contrato de financiamento de mais de R\$ 20,5 milhões em obras, dentro do Programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana, destes R\$ 9.724.000,34 para a obra da Perimetral Oeste; R\$ 2.334.718,20 serão empregados no Sistema Cicloviário; R\$ 5.307.271,85 em requalificação viária e R\$ 3.260.837,73 em passeios (ALFENAS, 2021).

O projeto do sistema cicloviário prevê a instalação de ciclofaixas e ciclovias interligando a Unifenas, na zona sul, o Centro e a Unifal sede, localizada em suas adjacências, até o bairro Vista Grande na zona norte, passando pela Perimetral, que será construída, passando pelo Distrito Industrial, indo até o Campus II da Unifal, no Santa Clara, e daí seguindo

para o Centro pela Rua Pe. Cornélio Hans, paralela à avenida Jovino F. Salles, fechando o perímetro (Figura 7).

Por questões técnicas de largura da via, não permitindo o distanciamento mínimo entre veículos e ciclistas, conforme discutido anteriormente, segundo os técnicos da Prefeitura, a avenida Jovino foi excluída do projeto. O risco é da implantação da ciclofaixa na rua Pe. Cornélio Hans ser subutilizada, pois os moradores do Pinheirinho e do Santa Clara, por exemplo, teriam que cruzar a avenida Jovino, descer até a rua Cornélio Hans para acessar a ciclofaixa e depois, ao sair desta para na direção da zona sul, fazer o mesmo procedimento no sentido inverso. Em função desse desvio, é previsível que a avenida Jovino continuará a ser utilizada pelos ciclistas e, portanto, mais expostos a acidentes.

Figura 7 – Projeto não finalizado do sistema cicloviário da Prefeitura de Alfenas



Fonte: Prefeitura Municipal de Alfenas, 2019.

Até o início de 2021, considerando o período de pandemia, foram recapeadas diversas avenidas de tráfego importante e implantadas duas ciclofaixas: uma na Avenida Governador Valadares, que vai da zona norte às adjacências da área central, pois ai ciclofaixa é interrompida devido ao

estreitamento da via (Figura 9), e uma na Avenida Henrique Munhoz Garcia, que liga ao Distrito Industrial. Ambas as avenidas, ou os trechos onde foram implantadas, têm largura suficiente para a segurança, ou seja, uma distância mínima de 1,5 m dos ciclistas e demais veículos, e as ciclofaixas foram implantadas nas laterais dos canteiros centrais, não comprometendo o espaço de estacionamento de veículos e, portanto, não afetando os lojistas e empresas.

Figura 9 – Término da ciclofaixa na av. Gov. Valadares onde a avenida estreita e sem continuidade ao Centro



Fonte: Evânio S. Branquinho, fev. 2021.

Atualmente, sem um processo educativo, sinalização vertical e um maior isolamento da via e fiscalização (com a instalação de tartarugas ou tachões), as ciclofaixas estão sendo invadidas constantemente por motocicletas (Figura 10), o que demonstra que não basta apenas pintar o asfalto. E vai precisar de continuidade para a consolidação do sistema cicloviário. Mas é somente quando a comunidade ganhar consciência e defender esse sistema de transporte para sua efetivação de fato.

Figura 10 – Motociclista transitando na ciclofaixa da av. Henrique Munhoz Garcia



Fonte: Evânio S. Branquinho, fev. 2021.

Não desconsiderando a importância desta intervenção da Prefeitura e das obras estarem ainda em andamento, podemos fazer algumas observações, especialmente no âmbito do planejamento.

As leis e os projetos continuam a vir de cima para baixo, o planejamento não é participativo, vide o exemplo da maioria dos Planos Diretores, em sua elaboração, votação e revisão. O Plano Diretor de Alfenas, por exemplo, foi aprovado em 2006, e até hoje não houve revisão, o Prefeito Luizinho não tem interesse em atualizá-lo, nem segui-lo, inúmeras vezes demonstrou isso, pois o Plano Diretor acaba engessando sua forma de fazer política. Um plano de mobilidade urbana deveria estar articulado às diretrizes do Plano Diretor atualizado. O Plano Diretor de Alfenas de 2006 não faz nenhuma referência a um sistema cicloviário ou mesmo ciclovias.

Embora conste em seu plano de governo “Desenvolver projeto para instalar rotas de ciclovias” (FRENTE AÇÃO SOCIAL, 2016), é bem provável que o projeto do sistema cicloviário foi incluído apenas como “barganha” em aprovar o financiamento da Caixa Econômica.

Em que pese o investimento em 15% nos passeios, numa cidade em a maioria dos deslocamentos ocorre a pé. O orçamento da ciclovia é de

cerca de 10% do total, e 75% são direcionados ao sistema viário, visando ao transporte motorizado. Também não fala em transporte coletivo, concessão controlada por uma única empresa, a qual a população depende dos horários disponibilizados por esta e um aumento de tarifa pode significar a anulação de um aumento salarial.

O grande desafio, como demonstram Souza (2002) e Lacerda *et al.* (2005), é fazer um planejamento de fato participativo – democrático, há muitos desafios de ordem técnica, material, financeira etc., e principalmente vontade em desconcentrar poder às classes em seus diferentes interesses.

Souza (2002) defende formas de planejamento urbano mais democráticas, afirmando por exemplo, que os zoneamentos não precisam ser elitistas e excludentes, podendo ser inclusivos, priorizando os usos mistos, a regularização fundiária, a demarcação de Zonas Especiais de Interesse Social, entre outros.

Se adotarmos essa posição de inclusão à mobilidade urbana, os usos do transporte coletivo e dos alternativos devem ser priorizados. No caso das bicicletas, estas têm o potencial de recuperar o espaço público, pois o ciclista interage mais ao longo de seu percurso, implicando numa reapropriação do espaço, ou seja, na reconstrução do lugar.

O paradigma de planejamento apriorístico e funcionalista ainda tem, por inércia ou não, muita influência. Em outros termos, o espaço concebido do plano, racional e abstrato, do zoneamento funcional, continua a se sobrepôr ao espaço vivido e às suas contradições.

## **6 Considerações**

Alfenas ainda não alcançou a prática espacial da atual concepção de mobilidade urbana difundida a partir Política Nacional de Mobilidade Urbana, embora o seu discurso vem ganhando terreno. A prática é a da circulação tradicional – a do transporte motorizado individual –, onde grupos políticos e econômicos locais, típicas formas de organização do poder em cidades de

menor porte, prevalecem com suas estratégias de reprodução social. A tendência é a reprodução dos problemas verificados nas grandes cidades, ou seja, o da imobilidade relativa urbana, contribuindo para a segregação das classes mais pobres.

Esses grupos conservadores instalados no poder preferem não apostar em um outro modelo de mobilidade, que minimamente projeta novas formas de apropriação do espaço, na construção do lugar, o que poderia começar a alterar as relações de poder tão arraigadas nesses espaços, dominadas por oligarquias.

Mas mudanças qualitativas, mesmo que lentas, tendem gradualmente ir alterando essas formas de organização de poder local, com a entrada de novos grupos econômicos e mais dinâmicos, apoiados em uma lógica de reprodução global.

Os moradores dos bairros mais carentes e que usam a bicicleta como meio de transporte não esboçaram nenhuma forma de organização até o momento, mas os estudantes da Unifal, principalmente aqueles usuários de bicicleta, vêm atuando no sentido de pressionar a prefeitura para a instalação de uma ciclovia ou ciclofaixa e tentando mobilizar a população do local.

O aspecto qualitativo das transformações com o crescimento da cidade pode ser verificado com a complexificação das relações envolvendo as classes sociais no que se refere à questão da mobilidade urbana, o qual novos problemas e tensões vão sendo desdobrados, expondo a contradição na reprodução desse espaço, como espaço de acumulação do capital e de outro como reapropriação do lugar e do espaço público.

A instalação de um espaço cicloviário demonstra que o uso amplo da bicicleta como meio de transporte pela população é compreende um processo longo de transformação que demandará insistência, cujo objetivo envolve um outro modelo de sociedade em que o automóvel não seja protagonista e o planejamento não venha de cima para baixo, mas seja democrático. Nesse sentido, o Plano de Nacional de Mobilidade Urbana, apesar do avanço, pode se tornar alienado assim como os Planos Diretores

Participativos e os princípios da função social da propriedade e de direito à cidade apenas discursos.

## Referências

ALFENAS, PREFEITURA MUNICIPAL DE. **Prefeitura investe mais de R\$ 20,5 milhões em Mobilidade Urbana em Alfenas** (18 de janeiro de 2019). Disponível em: <http://www.alfenas.mg.gov.br/prefeitura-investe-mais-de-r-205-milhoes-em-mobilidade-urbana-em-alfenas/>, acesso em: 24 jan. 2021

BRANQUINHO, Evânio. S. **A mobilidade urbana na estruturação de uma cidade média: a questão das ciclovias na cidade de Alfenas – MG**. Encontro de Geógrafos da América Latina, Bolívia, 2017.

BRANQUINHO, Evânio. S. O espaço contraditório da mobilidade urbana. In BAITZ, Ricardo; DAMIANI, Amélia L. **Atravessando a geografia, Marx, Lefebvre e os situacionistas**. São Paulo: Terra Livre, 2017, p. 115-135.

BRASIL. **Lei Nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012**. Presidência da República, Secretaria-Geral. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm), acesso em: 24 jan.2021

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria Laura. América Latina: cidade, campo e turismo. **CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais**, São Paulo, dez. 2006.

FRENTE AÇÃO SOCIAL. **Prévia do Plano de Governo para Alfenas/MG Prefeito Luizinho/Vice Prof. Eliacim Governo 2017/2020**. Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/MG/40312/2/130000026894/proposta\\_governo1471018422466.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/MG/40312/2/130000026894/proposta_governo1471018422466.pdf), acesso em: 25 jan. 2021.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LACERDA, Norma *et al.* Planos diretores municipais: aspectos legais e conceituais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, maio 2005, p. 55-72.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política: o direito à cidade II**. São Paulo: Humanitas, 2016.

LEFEBVRE, Henri. Prefácio – A produção do espaço (1985). **Revista Estudos Avançados USP**. São Paulo, v. 27, n. 79, 2013, p. 123-132.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Livro 1, vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

PESCHANSKI, João Alexandre. O transporte público gratuito, uma utopia real. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013, n.p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS. **Projeto de sistema cicloviário**. Secretária Municipal do Desenvolvimento Estratégico, 2019.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1990.

SILVEIRA, Maria Laura. Globalização, Trabalho, Cidades Médias. **Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 11, p. 11-17.

SPOSITO, M. Encarnação B. (org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, Marcelo L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL). **Estudo de implantação de ciclovia na avenida Jovino Fernandes Salles**. Projeto de Extensão – Universidade Federal de Alfenas-MG. Coordenador Evânio S. Branquinho, Alfenas, 2016.

VASCONCELOS, Eduardo A. **Mobilidade urbana e cidadania**. Rio de Janeiro: Senac, 2012.

VIEIRA, N. S. **As transformações no bairro Santa Clara após a instalação da Universidade Federal de Alfenas**. Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia, Instituto de Ciências da Natureza - Universidade Federal de Alfenas-MG, Alfenas, 2018.

## Capítulo 6

### Geografia do crime: análise espacial da criminalidade em Alfenas entre 2012 e 2018<sup>31</sup>

Paulo Vitor Moraes Estella  
Evânio dos Santos Branquinho

#### 1 Introdução

No Brasil, no ano de 2016, 50% das mortes violentas ocorreram em 123 municípios, que correspondem 2,2% do total de municípios, nesses municípios mais violentos, metade dos homicídios concentravam-se em menos de 10% dos bairros, e mesmo nesses bairros mais violentos, os crimes não ocorrem de forma homogênea, mas em algumas de suas localidades, segundo o Atlas da Violência (2018).

Em relação aos segmentos mais expostos no país, 59,1% do total de homicídios de homens são de jovens entre 15 e 19 anos. Considerando a falta de perspectivas desses jovens, pois 23% dessa população não estudavam nem trabalhavam em 2017 (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p. 6). Da pequena cidade à metrópole, do município ao estado e ao território nacional, as desigualdades vão se reproduzindo, sobretudo nas localidades e regiões mais carentes e vulneráveis.

Portanto, antes de discutir mais diretamente sobre a criminalidade, é importante expor o contexto onde esta ocorre, pois pode-se afirmar que a própria reprodução do espaço urbano ocorre de um modo conflituoso entre os interesses das classes e segmentos sociais em disputa pela apropriação do espaço, o qual assume uma dimensão estratégica e ideológica. Como afirma Villaça (2012), a segregação urbana é a mais importante manifestação da desigualdade econômica, política e ideológica.

---

<sup>31</sup> Este capítulo compreende parte do TCC sob o mesmo título apresentado em 2019, sob orientação do Prof. Evânio dos Santos Branquinho e artigo submetido à Revista Científica em 2021, cujos autores são: Paulo Vitor Moraes Estella e Evânio dos Santos Branquinho.

O objetivo principal dessa pesquisa é analisar como as desigualdades socioespaciais são um dos principais fatores para a elevação da criminalidade nas cidades. O propósito aqui é trabalhar com índices de criminalidade violenta na cidade de Alfenas-MG. Os níveis de violência são decorrentes de diversos fatores difíceis de mensurar desde a justiça, penal, policial etc. Sobretudo às questões de políticas públicas como educação, saúde, emprego, moradia, a precariedade dessas ações implica diretamente na segregação socioespacial. Pode-se dizer que a violência desses processos de exclusão repercute em outras formas de violência e de crime.

Procura-se mapear e compreender a distribuição espacial das ocorrências criminosas ao longo dos últimos anos. O caso do município de Alfenas merece maior atenção, pois, nos últimos anos, tem se destacado (está entre as cidades do sul de Minas Gerais com maior índice de desigualdade) devido ao seu elevado índice de criminalidade, caracterizando-se como uma das cidades mais violentas da região do Sul de Minas.

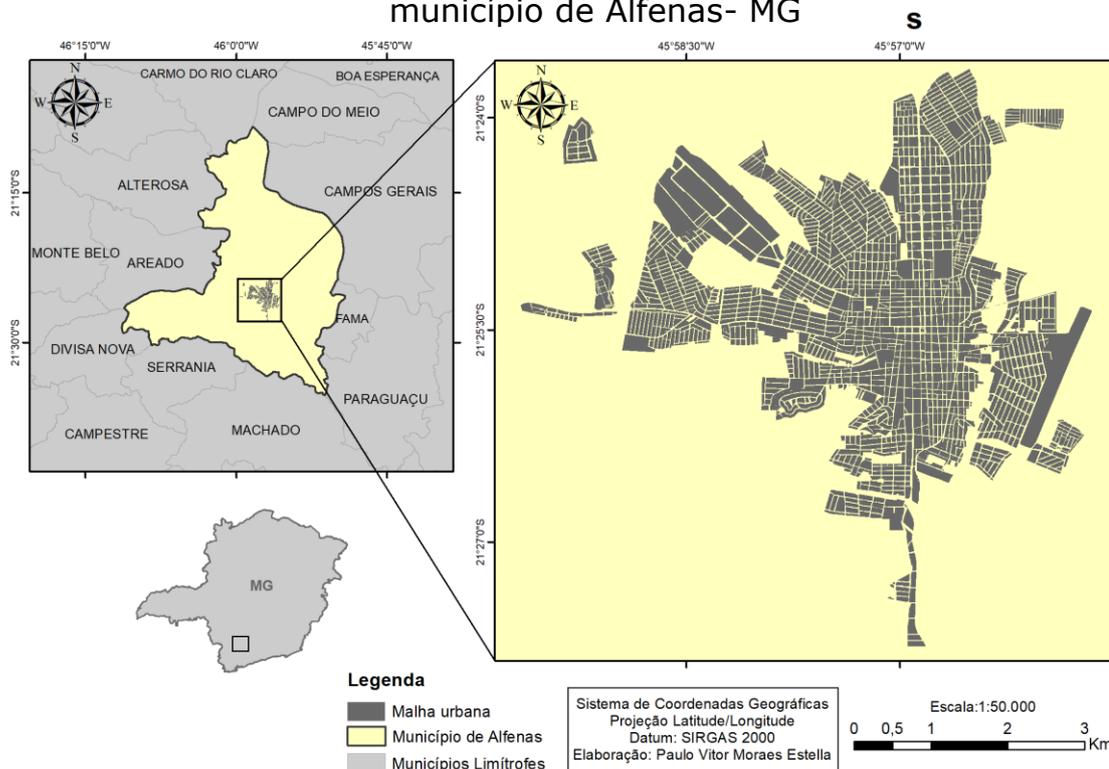
Como procedimentos metodológicos, a pesquisa se apoia em levantamento e discussão bibliográfica acerca dos fundamentos teórico-conceituais, tais como produção do espaço urbano, segregação socioespacial, violência e criminalidade. Conta também com análise de dados sobre os índices socioeconômicos e de criminalidade no Brasil, nos municípios do sul de Minas Gerais e Alfenas. Este último município, são trabalhados dados fornecidos pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais.

Durante o período de estudo foi possível observar a dinâmica de distribuição espacial dos crimes e seus respectivos territórios vulneráveis socialmente, e como podem se propagar associado a questões como a expansão urbana de Alfenas, cujo contexto histórico tem como um dos vetores principais a segregação socioespacial.

O município de Alfenas está situado na mesorregião do Sudoeste Mineiro e Microrregião de Furnas (Figura 1), com população de 79.707 habitantes, segundo a última estimativa, e com densidade demográfica de

86,75 hab/km<sup>2</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no último censo de 2010, era de 0,761. Quando comparado a outros municípios do Estado, do total de 853, ocupa a posição 23 (IBGE, 2019).

Figura 1 – Localização e área urbana do município de Alfenas- MG



Fonte: Prefeitura Municipal de Alfenas.

Elaboração do autor

Alfenas tem como característica uma localização privilegiada, não somente por estar inserida em uma rede urbana formada por prósperas cidades de porte médio, mas também devido à sua localização estratégica em relação aos grandes centros metropolitanos: Belo Horizonte (365km), São Paulo (300km) e Rio de Janeiro (470km) (PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS, 2006). Em sua região geográfica imediata, Alfenas polariza 13 municípios do entorno (IBGE, 2017), especialmente em função de sua rede de serviços.

Alfenas apresentou um maior crescimento a partir da década de 1980, quando transformou significativamente a dinâmica urbana, devido à implantação de empreendimentos industriais, a expansão do comércio e a instituições de ensino universitárias. Entretanto, observa-se que esta

expansão urbana tem ocorrido sem um planejamento urbano adequado (PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS, 2006).

## **2 Fundamentos teórico-metodológicos**

Para o desenvolvimento desta pesquisa, o encaminhamento metodológico teve como pressupostos a corrente de pensamento da Geografia Crítica, tendo em vista uma compreensão mais global dos processos sociais e das suas relações com o capitalismo vigente no país, vinculado às questões sociais da violência e do crime. Nesse sentido, a orientação do método dialético, como “método de análise” e como “método de exposição” (síntese) das contradições em seu movimento, pressupõe uma compreensão abrangente do todo (totalidade) (MARX, 1988), contextualizando os processos sociais, políticos e econômicos em suas determinações temporais e espaciais.

Nessa perspectiva, um conceito central é o de reprodução das relações sociais de produção, em que Marx restitui a tríade terra – trabalho – capital. A totalidade, dinâmica, refere-se à própria sociedade, além da reprodução das condições materiais de existência, compreende a reprodução das relações sociais em seu contexto histórico-econômico determinado (MARX, 1988).

A esse movimento dialético da reprodução das relações sociais, Lefebvre (1973) articula a *lógica* da produção do espaço. Pois, de acordo com o autor: “É neste espaço dialectizado (conflitual) que se consoma a reprodução das relações de produção. É este espaço que produz as relações de produção, introduzindo nelas contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico” (LEFEBVRE, 1973, p. 19).

É sobretudo no urbano e através dele que essas contradições irrompem. O processo de reprodução no urbano não só carrega as contradições como as amplia, projetando-as em outros níveis:

Que contradições podem-se colocar como motrizes do crescimento e do desenvolvimento, e mesmo, eventualmente destrutivas? Todas. As do urbano – por exemplo, o conflito entre integração e

segregação, entre formas de centralidade (entre centralidade como forma e seus conteúdos), entre o urbano e o Estado, não trazem a neutralização das contradições decorrentes das relações de produção capitalistas (entre propriedade privada e socialização do processo produtivo, entre proletariado e burguesia). Pelo contrário, elas as agravam, dificultam ainda mais a solução (LEFEBVRE, 1978, p. 12).

O importante é desvelar a violência imanente em todo esse processo, seja em sua forma lógica, seja em sua ideologia, como afirma Rodrigues (2013, p. 81-82):

A racionalidade econômica – um fetiche – é um tipo de violência ainda pouco desvelado. Essa violência trata “gente” como objeto de consumo e não como seres iguais. Essa violência contém também a ideia de classificar quem não pode comprar como responsável pela sua falta de recursos financeiros.

Em relação aos procedimentos metodológicos da pesquisa, foi realizado levantamento bibliográfico na busca de uma maior compreensão teórica acerca do tema e as principais contribuições científicas para a análise geográfica, como também os principais conceitos.

Em uma segunda etapa, foi realizada a coleta e compilação dos dados obtidos da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP-MG), através de um banco de dados com todos os crimes registrados e georreferenciados no município, para sua organização e visualização através de produtos cartográficos, possibilitando realizar uma identificação e correlacionar os fatos que se demonstrem com características espaciais. Os tipos de crimes são categorizados da seguinte maneira: Crimes violentos; Alvos de furto e roubo; Homicídio consumado; Veículos furtados e roubados; Tráfico de drogas, entre os anos de 2012 e 2018. São utilizados também, dados secundários referentes a variáveis demográficas, socioeconômicas e políticas, dos órgãos de pesquisa IBGE, IPEA e Fundação João Pinheiro.

Para interpretação destes dados, foram confeccionados gráficos e tabelas para melhor representar as informações quantitativas, e com os dados dos registros das ocorrências criminosas, foram organizados e confeccionados mapas que espacializam os delitos, através do software ArcGis 10.5 em ambiente de Sistemas de Informação Geográficas (SIG), pela representação de mapeamento para estimar a densidade de pontos,

conhecido como estimador de Kernel, que nos proporciona a interpretação da concentração das ocorrências, a partir da interpolação e estimação de intensidade de um padrão de pontos em toda a área de estudo (SILVERMAN, 1986).

### **3 Desigualdade, violência e criminalidade**

O modo de produção capitalista tem como pressuposto elementar em seu processo de acumulação a geração de mais-valia. Essa geração só ocorre em função da apropriação dos meios de produção por uma classe, que é ao mesmo tempo expropriação de uma massa de produtores, a qual resta como alternativa para a sua sobrevivência apenas a venda de sua força de trabalho (MARX, 2011).

A desigualdade é uma das resultantes desse processo de produção, que não ocorre sem tensões e conflitos pela apropriação da riqueza social. Nesse sentido, a violência se manifesta na equiparação de tudo e de todos às leis do valor e sua redução à mera mercadoria, e na reprodução das desigualdades sociais, econômicas e políticas. que não estão desvinculadas da dimensão espacial.

A racionalidade econômica explica, mas não justifica, o porquê dos investimentos não serem destinados à população que mora em áreas carentes de infra-estrutura, ocultando a realidade de que, na ótica da população como riqueza, investir em educação, saúde e habitação seriam investimentos com alto índices de retorno em bem-estar social, em minimização da violência (RODRIGUES, 2013, p. 81)..

Nesse processo, a dimensão espacial pode ser evidenciada a partir da divisão social e territorial do trabalho e, conseqüentemente, hierarquização e segregação socioespacial. Conforme revelou Engels – um dos autores que exerce influência nos estudos urbanos posteriores – no ensaio sobre a cidade de Londres durante o processo da Revolução industrial. Por conseqüência, a violência intrínseca desse processo de reprodução social e seu correlato arranjo espacial, apoiado na desigualdade, tem como uma de suas principais resultantes a criminalidade:

Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é óbvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. Ninguém se preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo, se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia (ENGELS, 2008, p. 69).

Já na virada para a Geografia Crítica na década de 1970, Harvey (1980), com base nas formulações de Engels sobre a cidade, realiza uma crítica radical sobre a teoria urbana da Escola de Sociologia de Chicago, que desde a segunda década do século XX exerce grande influência nos estudos urbanos. O autor desenvolve sua crítica tomando como referência a questão do gueto e da exclusão racial nas áreas centrais das cidades estadunidenses.

É nesse contexto também que Peet (1975) desenvolve estudos sobre Geografia e crime, criticando as abordagens pragmáticas que a geografia realizava até aquele momento, que classifica como uma “abordagem liberal de gestão”, e reivindica um papel mais “útil socialmente” (useful) da Geografia. Segundo o autor, a Geografia deveria abordar as questões estruturais do sistema socioeconômico, não apenas seus efeitos, mas suas contradições mais profundas.

No Brasil, a partir da década de 1990, Sueli A. Felix propõe uma abordagem interdisciplinar da criminalidade, afirmando que: “Se o crime é um fenômeno social que reflete certas condições de vida, diferenciadas por condições socioeconômicas, culturais, políticas, demográficas, espaciais etc., é o estudo dessas condições que levará à compreensão dos níveis de variação de violência” (FELIX, 2002, p. 27).

No que diz respeito à dinâmica espacial da criminalidade, Felix (2002) destaca as diferenças entre as áreas centrais e as áreas periféricas:

Certos espaços são absolutamente deteriorados pelo esvaziamento habitacional, como geralmente as zonas centrais das grandes cidades, que atraem determinados elementos e se tornam espaços típicos de delitos específicos. Por outro lado, tem-se a dicotomia das áreas periféricas com espaços típicos de classes sócio-econômicas (onde predominam os crimes contra o patrimônio pela concentração

de riquezas) e espaços deteriorados representados por favelas, invasões etc. (FELIX, 2002, p. v).

Não deixando de considerar a complexidade do fenômeno da criminalidade e de seu caráter multifacetado, que requerem abordagens de diferentes áreas do conhecimento, como apontam Batella e Diniz (2010), acerca de suas condicionantes; em geral, esses estudos, têm como objeto quatro elementos: a lei, o criminoso, o alvo e o lugar. Sobre este último, a segregação socioespacial assume especial importância.

De um modo geral, a segregação socioespacial pode ser entendida como a separação das classes e segmentos sociais espacialmente. A renda do solo urbano e a especulação imobiliária estão entre os principais fatores da segregação, direcionando (expulsando) as classes e segmentos com menores rendimentos às parcelas do solo urbano com deficiências de infraestruturas e serviços coletivos. Por sua vez, a própria localização dessa população condiciona mais discriminações e segregações.

Marques e Torres (2005) identificam quatro grupos principais de causas de produção das desigualdades no espaço das cidades brasileiras, com ênfase em uma delas ou em combinação: i) a dinâmica econômica, o mercado de trabalho e a estrutura social em si; ii) a dinâmica do mercado de terras, as ações dos produtores do espaço urbano e da produção da moradia; iii) o Estado e as políticas públicas; iv) a ordem jurídica brasileira e sua relação com nossa sociedade em suas dimensões de tradicionalismo, hierarquia social e preconceito (MARQUES; TORRES, 2005, p. 45).

É nesse contexto de reprodução das relações sociais que procuramos abordar a dinâmica da violência, acentuada em nossa realidade pelas grandes disparidades socioeconômicas e pelos processos espoliativos das classes mais pobres, que implicam em diferentes formas de criminalidade.

#### 4 Aspectos da criminalidade na região Sul/Sudoeste de Minas Gerais

Estabelecendo uma análise comparativa através da abrangência geográfica entre o período de 2012 a 2018, Alfenas, na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais, está situado como um dos municípios de maior número registrado de crimes violentos, ocupando o segundo lugar, o que corresponde a cerca de 16% do total de crimes registrados, somente atrás do município de Passos, como mostra a tabela 1. O indicador Crimes Violentos corresponde aos seguintes crimes: Homicídio Consumado, Homicídio Tentado, Roubo Consumado, Extorsão Mediante Sequestro Consumado, Sequestro e Cárcere Privado Consumado, Estupro Consumado, Estupro Tentado, Estupro de Vulnerável Consumado e Estupro de Vulnerável Tentado.

Tabela 1 - Quantidade de Crimes Violentos dos municípios da região Sul/Sudoeste de Minas Gerais de 2012 a 2018

<b>Municípios</b>	<b>Quantidade de crimes violentos</b>	<b>%</b>	<b>População</b>
Passos	2999	16,62	106.290
Alfenas	2888	16,00	73.744
Pouso Alegre	2484	13,76	130.615
Poços de Caldas	2126	11,78	152.435
Itajubá	1329	7,36	90.658
São Sebastião do Paraíso	1288	7,14	64.980
Varginha	1243	6,89	123.081
Lavras	1201	6,65	92.200
Três Corações	1152	6,38	72.765
Santa Rita do Sapucaí	508	2,81	37.754
São Lourenço	414	2,29	41.657
Três Pontas	382	2,12	53.860
Andrelândia	35	0,19	12.173
<b>TOTAL</b>	<b>18049</b>	<b>100</b>	

Fonte: Registro de Eventos de Defesa Social (REDS/SESP).

Conforme os dados da tabela 1 anterior, Alfenas apresenta o segundo maior número de crimes violentos entre as cidades da região Sul/Sudoeste

de Minas relacionadas, inclusive cidades mais populosas e com papel regional mais importante, como Poços de Caldas, Pouso Alegre e Varginha. As causas desse fato revelam-se nos dados da tabela 2 a seguir sobre indicadores de desigualdade e de condições socioeconômicas. Em geral, Alfenas apresenta os piores índices comparativamente.

Tabela 2 – Indicadores socioeconômicos dos municípios da região Sul/Sudoeste de Minas Gerais em 2010

<b>Espacialidades</b>	<b>IDHM</b>	<b>Índice de Gini</b>	<b>Percentual da renda apropriada pelos 60% mais pobres</b>	<b>% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais</b>	<b>% de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na pop. vulnerável dessa faixa</b>
Brasil	0,727	0,60	19,23	69,56	33,34
Alfenas	0,761	0,51	25,09	72,06	34,29
Andrelândia	0,7	0,51	25,1	83,76	37,75
Itajubá	0,787	0,55	22,23	66,42	27,78
Lavras	0,782	0,50	24,81	67,67	35,14
Passos	0,756	0,49	25,98	68,15	41,41
Poços de Caldas	0,779	0,50	25,6	65,93	38,12
Pouso Alegre	0,774	0,49	26,32	65,7	29,02
Santa Rita do Sapucaí	0,721	0,48	26,04	75,18	27,04
São Lourenço	0,759	0,51	24,32	70,81	25,42
São Sebastião do Paraíso	0,722	0,47	27,9	71,02	41,36
Três Corações	0,744	0,56	21,99	73,63	37,68
Três Pontas	0,731	0,51	25,44	77,47	31,15
Varginha	0,778	0,51	24,52	66,69	35,26

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2020.

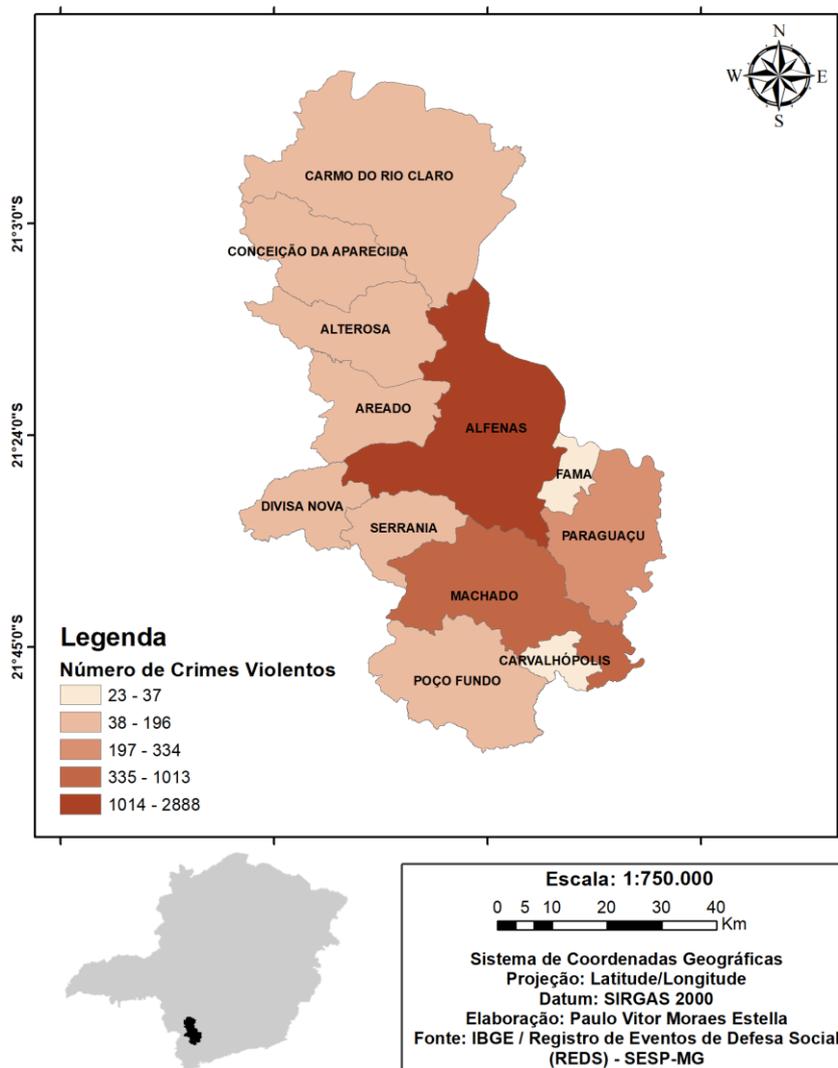
Na escala microrregional, Alfenas está situado como o município com a maior predominância de Crimes Violentos cometidos, com pouco mais de 56% do total em comparação aos municípios do seu entorno, evidenciando uma grande discrepância em termos de delitos registrados, como mostram a tabela 3 e figura 2.

Tabela 3 - Quantidade de Crimes Violentos dos municípios da Microrregião de Alfenas

<b>Município</b>	<b>Quantidade de Crimes Violentos</b>	<b>%</b>	<b>População</b>
Alfenas	2888	56,57	73774
Machado	1013	19,84	38688
Paraguaçu	334	6,54	20245
Carmo do Rio Claro	196	3,84	20426
Conceição da Aparecida	115	2,25	9820
Serrania	111	2,17	7542
Areado	110	2,16	13731
Poço Fundo	105	2,06	15959
Alterosa	93	1,82	13717
Divisa Nova	80	1,57	5763
Fama	37	0,73	2350
Carvalhópolis	23	0,45	3341
<b>TOTAL</b>	<b>5105</b>	<b>100</b>	

Fonte: Registro de Eventos de Defesa Social (REDS/SESP-MG).

Figura 2 - Número de Crimes Violentos na Microrregião de Alfenas entre 2012 e 2018



Fonte: IBGE/REDS – SESP-MG.  
Elaboração do autor.

## 5 O crescimento da cidade de Alfenas e a espacialização da criminalidade

O espaço urbano de Alfenas intensificou o crescimento a partir dos anos 1960, esse período foi marcado pela construção da Represa de Furnas e pelas migrações rural-urbanas. A partir dos anos 1980 houve um

significativo crescimento da mancha urbana, com a construção de lotes nas áreas periféricas, marcado também pela instalação de diversos loteamentos de classe média, devido à presença de cursos superiores e instituições de ensino, como a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA), que atraiu um grande contingente de estudantes e assim reforçou a vocação educacional do município. O contingente de estudantes, que à época alcançou dez mil, teve repercussões no mercado imobiliário. A cidade não possuía oferta de habitações para atender tal crescimento, ocasionando uma significativa valorização dos imóveis nas regiões centrais, pressionando a população de baixa renda a morar nas regiões periféricas a norte e oeste. O crescimento “desordenado” provocou diversas alterações espaciais, pois os loteamentos periféricos foram implantados sem infraestrutura adequada (PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS, 2006).

Em decorrência, em diversas cidades médias, a segregação da população mais carente reforçou a desigualdade social e a “exclusão” de parte da população urbana. Essa exclusão, expressa no crescimento urbano de forma clara, originou as chamadas áreas de vulnerabilidade sociais. Tais áreas caracterizam-se pela precariedade de serviços públicos e infraestrutura urbana. A falta de proteção social produz espaços vulneráveis e, dentre as consequências, o incremento do crime nestes locais.

Nesse sentido, consideramos que a periferia não é caracterizada apenas por pobreza material, muito menos em uma condição de exclusão definitiva, mas, como indicou Martins (2012), em um processo contínuo de ressocialização, de exclusões e inclusões, em inclusões precárias e instáveis; portanto precisamos reconhecer as novas formas de reprodução socioespacial da pobreza e da segregação.

Sobre a problemática da criminalidade, Mendonça (2014) realizou uma análise dos crimes violentos no município de Alfenas entre os anos de 2003 e 2010, evidenciando que a tipologia criminal da cidade consiste em grandes concentrações de crimes contra a pessoa e o tráfico de drogas nos bairros periféricos e os crimes contra o patrimônio nos bairros de maior poder aquisitivo nas regiões centrais da cidade, devido ao seu maior

adensamento populacional e à grande concentração de atividades comerciais.

Destaca-se que a incidência temporal e espacial do crime entre as cidades médias, mas também com relação aos demais centros urbanos, não ocorre de maneira homogênea, existindo vários padrões espaciais específicos correspondentes às várias modalidades de crimes, especialmente no que tange aos crimes violentos e ao tráfico de drogas, produzindo assim uma clara geografia do crime. A criminalidade em Alfenas reúne números expressivos que retratam o contexto da violência durante os períodos de 2012 a 2018.

É importante ressaltar, que os dados quantitativos analisados nesta pesquisa têm como origem a Plataforma Minas em Números<sup>32</sup>, a qual contém um acervo de dados sobre a situação econômica e social do estado de Minas Gerais e seus municípios pertencentes por indicadores. Os mapeamentos e suas posteriores análises são de origem do Observatório de Segurança Pública Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSPC/SESP), reunindo em um só órgão informações mais específicas, advindas dos bancos de dados de todas as instituições do Sistema de Defesa Social, quais sejam, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Sistema Prisional. É importante também destacar que tais dados para a geração dos produtos cartográficos são informações referentes às vítimas dos crimes que serão analisados, levando em consideração que um tipo de crime registrado pode conter mais de uma vítima. Sendo assim, pode ocorrer uma variabilidade dos dados e informações.

A representação dos dados a seguir será de acordo com a classificação que foi estabelecida pelo próprio órgão da Secretaria de Segurança Pública. Os indicadores analisados estão descritos na tabela 4, correspondentes aos crimes que estão associados a estas variáveis e foram disponibilizadas, e informações mais específicas como a localização dos crimes e variáveis importantes como a faixa-hora em que os crimes foram cometidos, sexo e idade das vítimas.

---

<sup>32</sup> <https://www.numeros.mg.gov.br>

Tabela 4 - Indicadores quantitativos de dados criminais e descrição

<b>Indicador</b>	<b>Descrição</b>
<b>Crimes violentos</b>	Registros quantitativos dos crimes da natureza: Homicídio Consumado, Homicídio Tentado, Roubo Consumado, Extorsão Mediante Sequestro Consumado, Sequestro e Cárcere Privado Consumado, Estupro Consumado, Estupro Tentado, Estupro de Vulnerável Consumado e Estupro de Vulnerável Tentado.
<b>Alvos de furto e roubo</b>	Registros de crimes da natureza de Roubo e Furto consumado, divididos pelos seguintes alvos: Cargas, Estabelecimento Comercial, Residência, Transeunte e Transporte Coletivos
<b>Veículos furtados e roubados</b>	Registros quantitativos de crimes da natureza Roubo e Furto consumado
<b>Tráfico de drogas</b>	Registros quantitativos de crimes da natureza Tráfico ilícito de drogas

Fonte: Observatório de Segurança Cidadã (OSCP/SESP-MG).

## 6 Crimes violentos em Alfenas

Analisando as subcategorias inseridas (tipos de delitos) dos Crimes Violentos registrados, há uma elevada predominância de Roubos Consumados, com pouco mais de 92% do total de Crimes Violentos quantificados. A tabela 5 exhibe uma tipologia criminal bem evidente, com predomínio da prática do roubo durante o período de 2012 a 2018.

Tabela 5 - Tipos de crimes registrados (Crimes Violentos)  
em Alfenas de 2012 a 2018

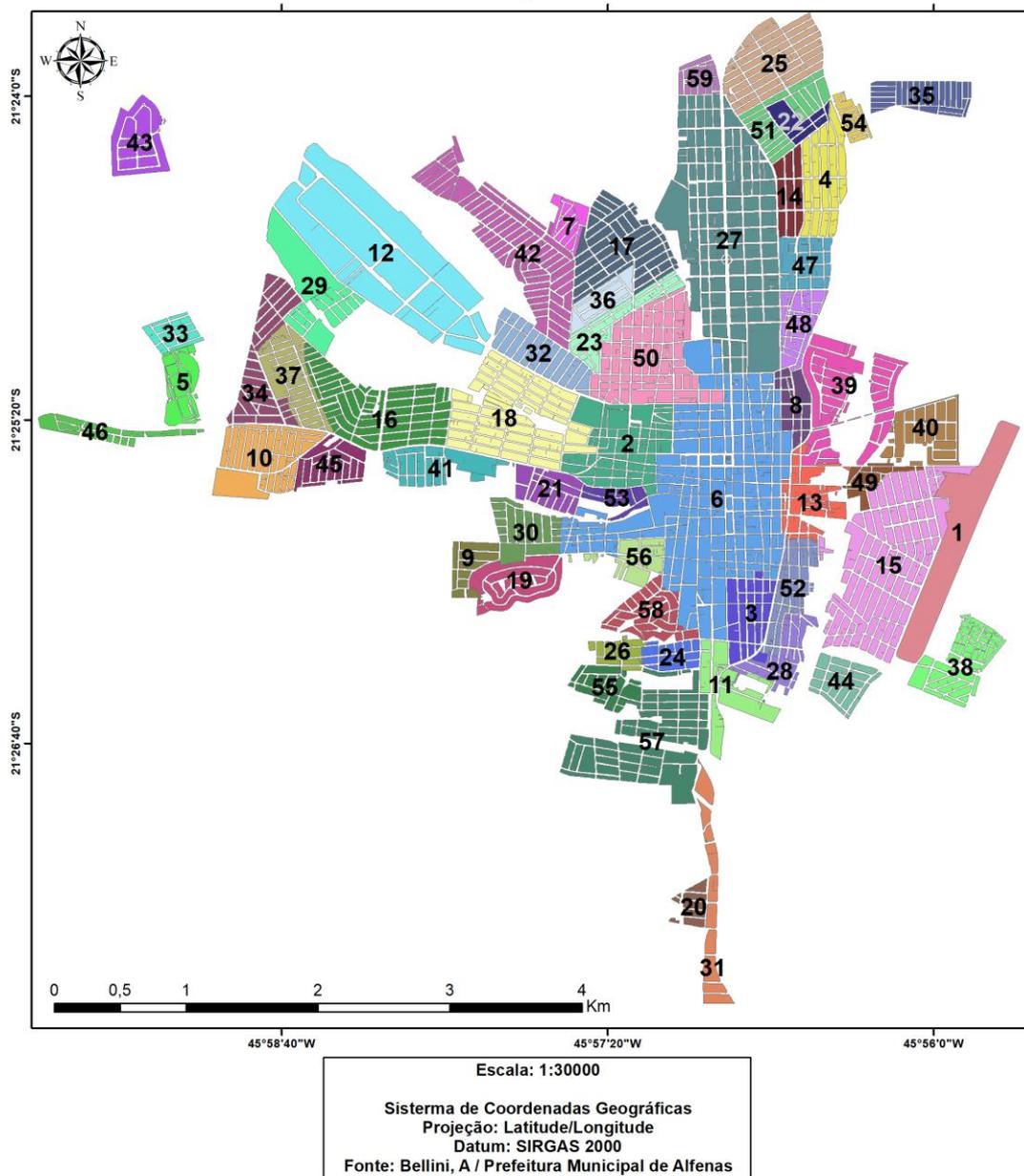
<b>Natureza do crime</b>	<b>Quantidade total</b>	<b>%</b>
Estupro Consumado	45	1,56
Estupro de Vulnerável Consumado	56	1,94
Estupro de Vulnerável Tentado	2	0,07
Estupro Tentado	4	0,14
Extorsão Mediante Sequestro Consumado	4	0,14
Homicídio Consumado	31	1,07
Homicídio Tentado	74	2,56
Roubo Consumado	2664	92,24
Sequestro e Cárcere Privado Consumado	8	0,28
<b>Total</b>	<b>2888</b>	<b>100</b>

Fonte: Registros de Eventos de Defesa Social (REDS/SESP).

Nos tópicos a seguir serão analisadas quatro categorias de crimes aqui relacionadas. Em função da quantidade de tabelas e mapas e do limite de espaço disponível, elencamos os seguintes tipos de crimes representativos à temática abordada: estupros, homicídios, tráfico de drogas, roubo e furtos à residência, e roubo e furtos de pessoas, em suas dinâmicas espaço temporais.

A figura 3, com o mapa da distribuição dos bairros no espaço urbano de Alfenas, auxiliará nas análises dos crimes elencados a seguir, uma vez que estas têm como referência essa estruturação do espaço urbano.

Figura 3 – Distribuição dos bairros da cidade de Alfenas-MG



Fonte: Prefeitura Municipal de Alfenas.  
Elaboração do autor.

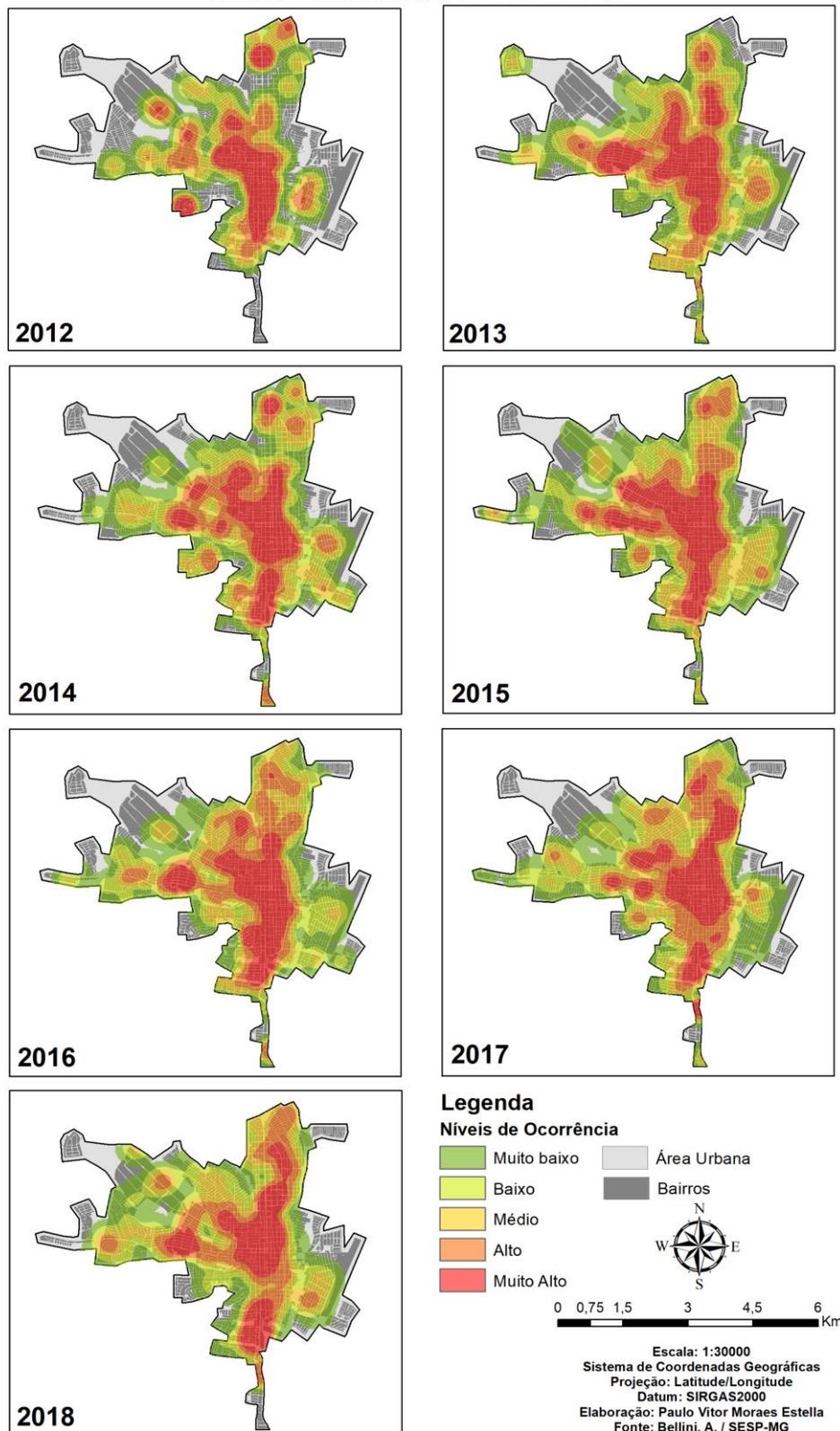
Quadro 1 - Bairros da cidade de Alfenas-MG

1 - Aeroporto	21 - Jardim Elite	41 - Residencial Novo Horizonte
2 - Aparecida	22 - Jardim Eunice	42 - Residencial Oliveira
3 - Campinho	23 - Jardim Nova América	43 - Residencial Porto Seguro
4 - Campos Elíseos	24 - Jardim Panorama	44 - Residencial São Lucas
5 - Campus Santa Clara	25 - Jardim Primavera	45 - Residencial Vale Verde
6 - Centro	26 - Jardim Santa Inês	46 - Santa Clara
7 - Chácara Pôr do Sol	27 - Jardim São Carlos	47 - Santa Edwiges
8 - Chapada	28 - Jardim São Lucas	48 - Santa Luzia
9 - Colinas Park	29 - Jardim São Paulo	49 - Santos Reis
10 - Pinheirinho	30 - Jardim Tropical	50 - Vila Betânia
11 - Cruz Preta	31 - Loteamento Trevo	51 - Vila Esperança
12 - Distrito Industrial	32 - Morada do Sol	52 - Vila Formosa
13 - Estação	33 - Cidade Universitária	53 - Vila Godoy
14 - Itaparica	34 - Jardim Alto da Boa Vista	54 - Vila Promessa
15 - Jardim Aeroporto	35 - Novo Bairro - Frente Vila Promessa	55 - Vila Santa Maria
16 - Jardim Alvorada	36 - Pôr do Sol	56 - Vila São Vicente
17 - Jardim América	37 - Recreio Vale do Sol	57 - Vila Teixeira
18 - Jardim Boa Esperança	38 - Residencial Alto Aeroporto	58 - Vista Alegre
19 - Jardim da Colina	39 - Residencial Cidade Jardim	59 - Vista Grande
20 - Jardim das Palmeiras	40 - Residencial Floresta	

Fonte: Prefeitura Municipal de Alfenas, Minas Gerais.  
Elaboração do autor.

A figura 4 exibe a distribuição espaço-temporal dos crimes violentos; nota-se que a maior incidência dos Crimes Violentos se concentra nas áreas centrais da cidade, onde há uma maior concentração de atividades comerciais, tanto quanto o adensamento populacional, havendo uma variação entre o centro da cidade e os bairros adjacentes. A seguir é exibido o mapeamento destes crimes através da interpolação de Kernel, que consiste na densidade de ocorrências em um determinado local. Levando em consideração que mais de 90% destes crimes cometidos estão associados a Roubos Consumados, os bairros com maior incidência criminal são: Vila Betânia, Centro, Cruz Preta, Campinho, Jardim Boa Esperança, Jardim São Carlos, Vila Godoy, Aparecida, Jardim Nova América, Morada do Sol.

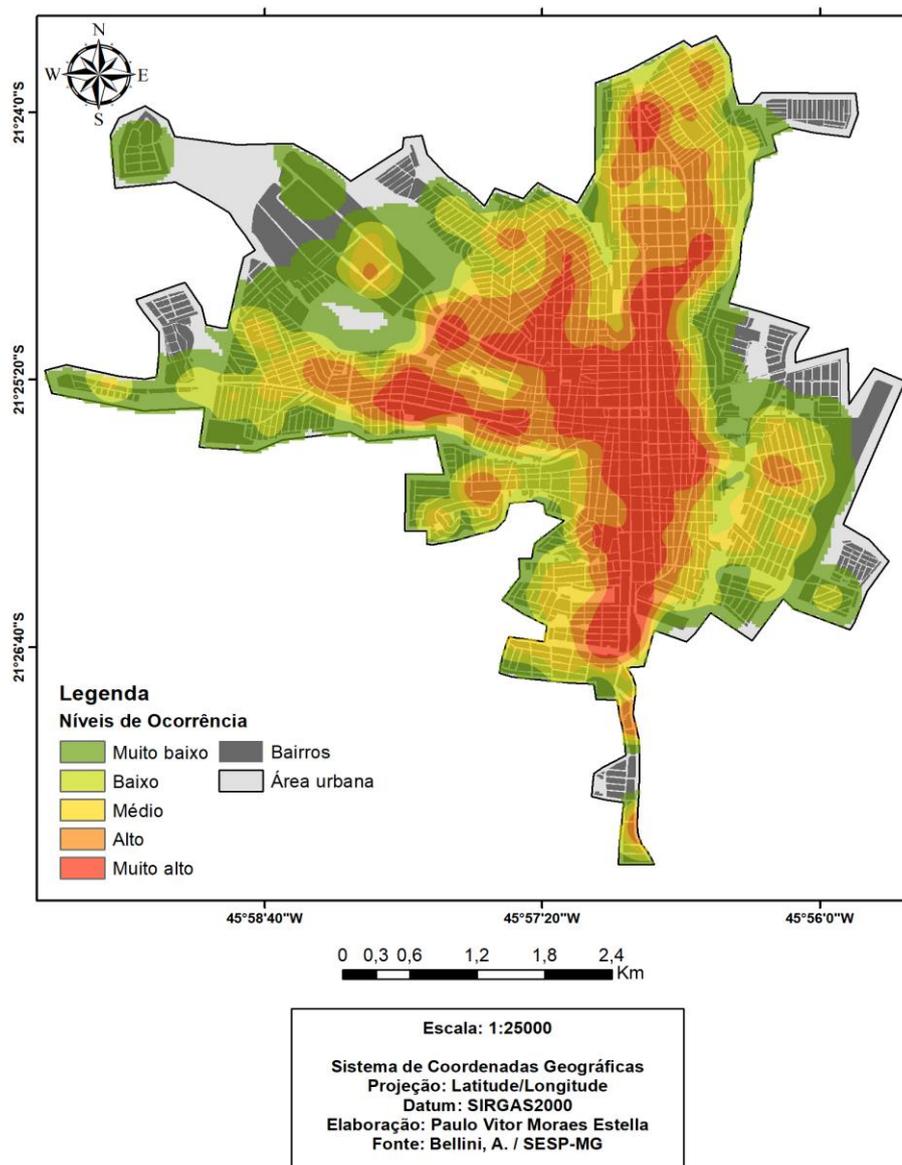
Figura 4 - Distribuição espaço-temporal de crimes violentos em Alfenas entre 2012 e 2018



Fonte: Observatório de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSCP/SESP-MG).  
 Elaboração do autor.

De uma maneira geral, observa-se que o padrão espacial de distribuição dos crimes violentos se apresenta de forma homogênea, pois os anos decorrentes não demonstram uma grande variação quanto aos bairros onde ocorrem as maiores concentrações de crimes. O mapa a seguir (figura 5) constata essa característica, onde os locais com maior densidade de ocorrências criminosas correspondem a 12 bairros, sendo os seguintes: Aparecida, Campinho, Centro, Cruz Preta, Jardim Alvorada, Jardim América, Jardim Boa Esperança, Jardim Nova América, Jardim São Carlos, Morada do Sol, Vila Betânia e Vila Teixeira.

Figura 5 – Concentração de Crimes Violentos em Alfenas entre 2012 e 2018



Fonte: Observatório de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSCP/SESP-MG).  
 Elaboração do autor.

## 6.1 CRIMES DE ESTUPROS

Os estupros em Alfenas correspondem a aproximadamente 3,7% dos crimes violentos registrados, sendo eles tentados ou consumados. Portanto, esta é uma subcategoria que merece ser analisada com mais detalhe. Do total de 146 vítimas de ocorrências registradas (tabela 6), 91 estão associados a crimes em vítimas vulneráveis (idade inferior a 18 anos) representando pouco mais de 75% do total de casos de estupros, sendo que destes, mais de 33% das vítimas correspondem a crianças com faixa etária até 9 anos de idade (tabela 7). Houve uma variabilidade na quantidade de estupros no decorrer dos anos em estudo, e o ano de 2017 é representado com o maior número de vítimas (25,34%). Enquanto 2015 foi um dos anos que apresentou o maior número de roubos consumados, foi registrado um baixo índice de estupros. Porém, a partir deste houve um elevado crescimento correspondente aos anos de 2016 e 2017, com aproximadamente 40% do total de ocorrências e posteriormente, uma queda no ano de 2018. Em relação à média dos horários em que os crimes ocorreram, esta se torna uma variável de grande importância para analisar crimes desta categoria. A tabela 8 mostra que o período-hora vespertino ocorreu práticas de estupro com mais frequência (34,25%), seguido do período-hora da madrugada (27,4%).

Tabela 6 - Número de vítimas por crimes de estupro em Alfenas entre 2012 e 2018

<b>Ano</b>	<b>Quantidade de estupros</b>	<b>%</b>
2012	18	12,33
2013	13	8,90
2014	24	16,44
2015	6	4,11
2016	21	14,38
2017	37	25,34
2018	27	18,49
<b>Total</b>	146	100

Fonte: Observatório de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSCP/SESP-MG).

Tabela 7 - Distribuição da faixa etária e sexo das vítimas de estupro em Alfenas entre 2012 e 2018

<b>Período (Faixa-hora)</b>	<b>Quantidade de Estupros</b>	<b>%</b>
MADRUGADA (00:00h - 5:59h)	41	28,082
MANHÃ (6:00h - 11:59)	22	15,068
TARDE (12:00h - 17:59)	52	35,616
NOITE (18:00h - 23:59h)	31	21,233
<b>Total</b>	<b>146</b>	<b>100</b>

Fonte: Observatório de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSCP/SESP-MG).

Tabela 8 - Quantidade Período (faixa-hora) de ocorrências de estupros em Alfenas entre 2012 e 2018

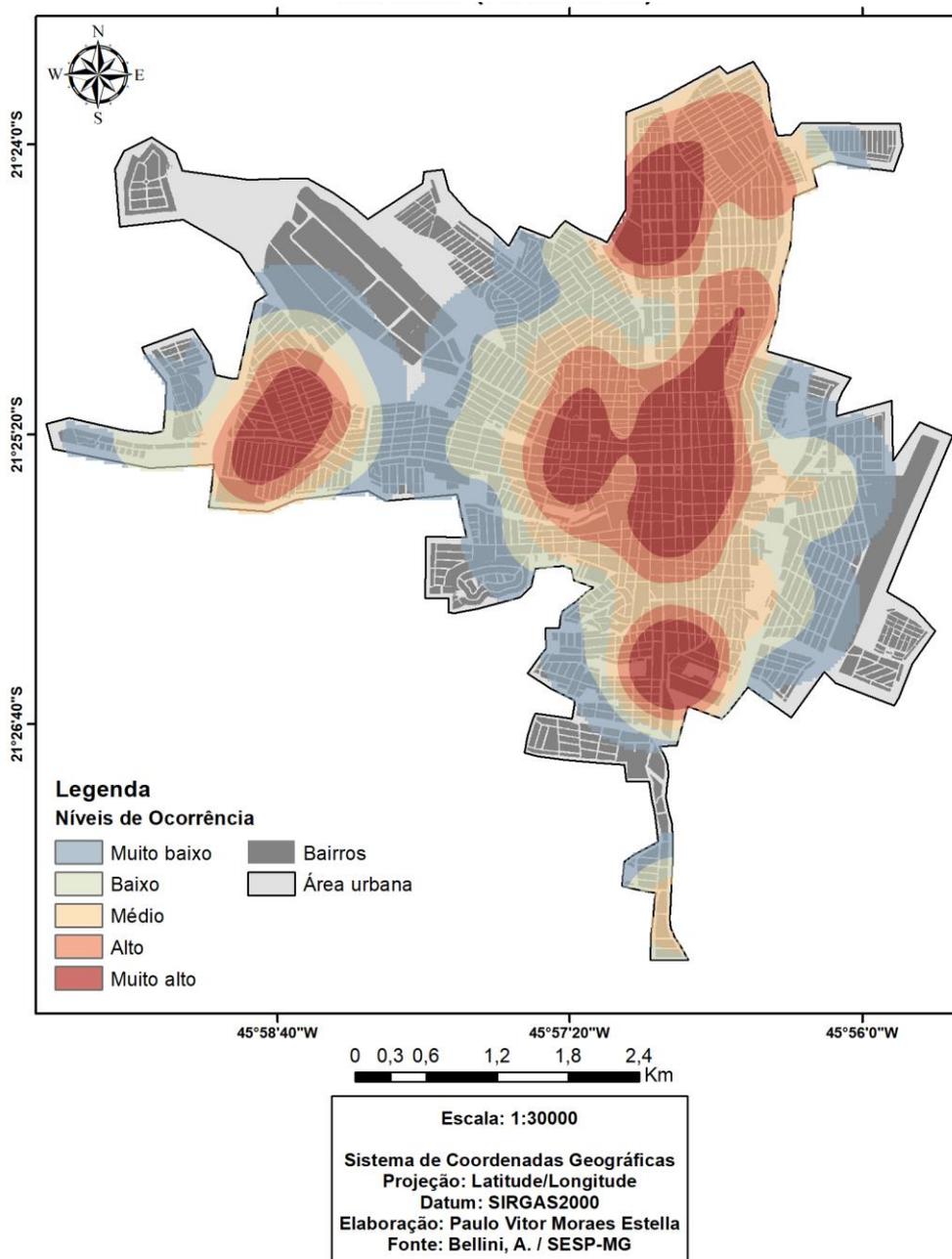
<b>Faixa Etária (Idade)</b>	<b>%</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>
0 a 4 anos	20,00	3	15	11,45
5 a 9 anos	33,33	5	29	22,14
10 a 14 anos	33,33	5	43	32,82
15 a 19 anos	13,33	2	14	10,69
20 a 24 anos	0,00	0	14	10,69
25 a 29 anos	0,00	0	5	3,82
30 a 34 anos	0,00	0	6	4,58
35 a 39 anos	0,00	0	2	1,53
40 a 44 anos	0,00	0	1	0,76
45 a 49 anos	0,00	0	0	0,00
50 a 54 anos	0,00	0	2	1,53
<b>Total</b>	100	15	131	100
		146		

Fonte: Observatório de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSCP/SESP-MG).

Através da confecção dos mapas da distribuição dos crimes de estupro, tanto tentado quanto consumado, percebe-se que o padrão espacial destas ocorrências se estabelece com altas concentrações de forma mais isolada, sem um grande agrupamento de pontos. Os bairros com maior incidência de estupros se situam no limite dos bairros Jardim Alvorada, Recreio Vale do Sol, Pinheirinho, Recreio Vale do Sol com

abrangência ao novo bairro em que está sendo consolidado. No centro e seu entorno observam-se uma grande mancha que abrange o centro, o bairro Aparecida e a Vila Betânia. Ao sentido norte, o limite entre os bairros Santa Luzia e Jardim São Carlos ocorrem grandes concentrações de casos de estupros, como também no outro extremo, no limite dos bairros Cruz Preta, Vila Teixeira e Campinho.

Figura 6 – Concentração total de crimes de estupro em Alfenas entre 2012 e 2018



Fonte: Observatório de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSCP/SESP-MG). Elaboração do autor.

## 6.2 CRIMES DE HOMICÍDIOS

Durante o período observado, de 2012 a 2018, foram registradas 130 ocorrências do tipo Homicídio em Alfenas. Vale ressaltar que os dados observados foram considerados tanto os crimes tentados quanto os consumados, devido à periculosidade em ambas as situações para a vítima (tabela 9). A figura 7 mostra que, deste total de ocorrências, pouco mais de 55% concentraram-se nos seguintes bairros: Jardim Alvorada, Cruz Preta, Vila Formosa, Conjunto Habitacional Pinheirinho, Campos Elíseos, Jardim Primavera, Vila Betânia, Campinho, Jardim São Carlos, Morada do Sol, Residencial Vale Verde, Santa Edwirges, Recreio Vale do Sol, Jardim Nova América, Santa Luzia (figura 7). Percebe-se que o padrão espacial destas ocorrências distribui-se nos bairros periféricos, e a região do centro da cidade com pontuais ocorrências. Mais de 70% das ocorrências foram nos períodos da noite e madrugada (tabela 10) e mais de 80% das vítimas foram do sexo masculino (106 homens e 24 mulheres).

Tabela 9 - Quantidade de vítimas por homicídios em Alfenas entre 2012 e 2018

<b>Ano</b>	<b>Homicídio tentado</b>	<b>Homicídio consumado</b>	<b>Total</b>
2012	7	8	15
2013	7	6	13
2014	18	4	22
2015	27	2	29
2016	16	3	19
2017	14	3	17
2018	8	7	15
Total	97	33	130

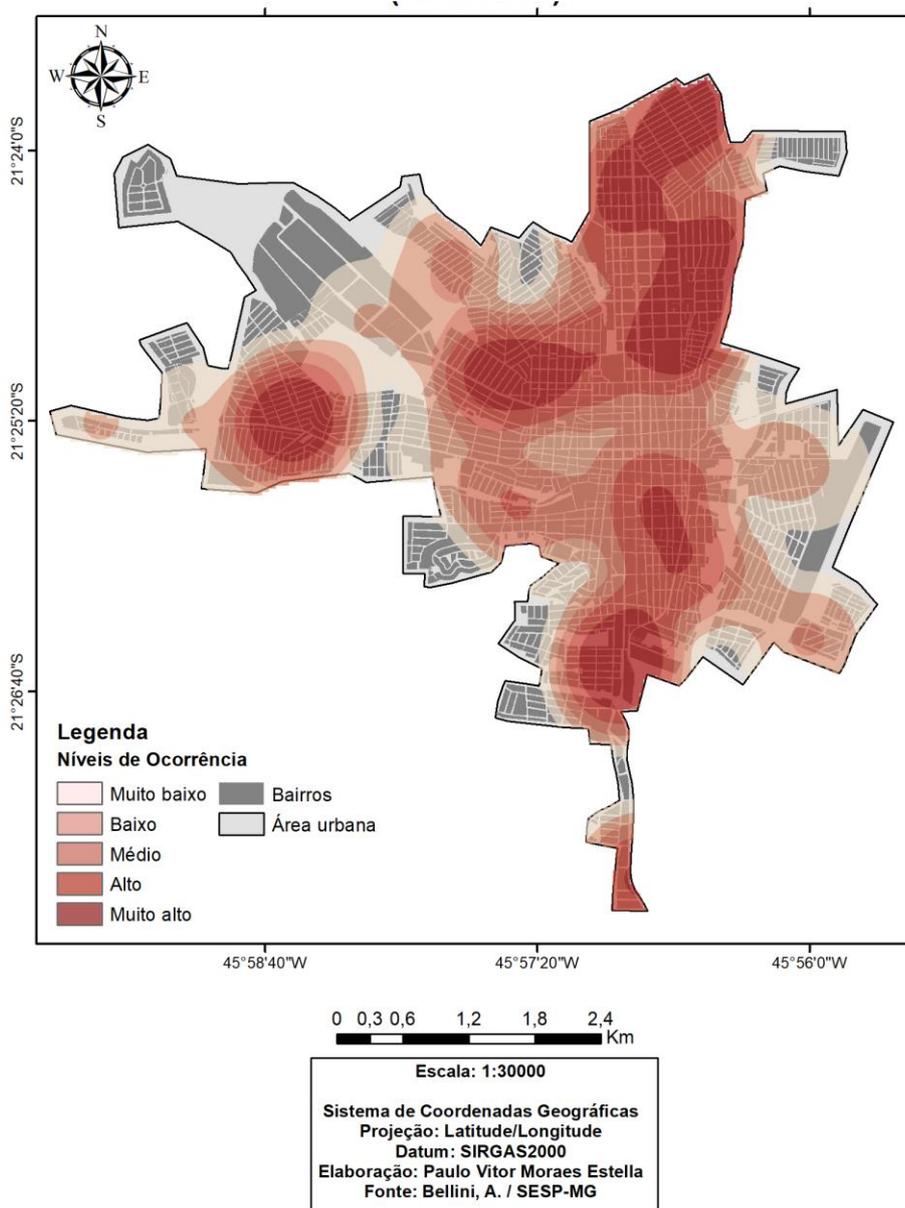
Fonte: Observatório de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSCP/SESP-MG).

Tabela 10 – Quantidade Período (faixa-hora) de ocorrências de homicídios em Alfenas entre 2012 e 2018

<b>Período (faixa-hora)</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
madrugada (00:00 – 5:59)	36	27,69
manhã (6:00 – 11:59)	32	24,62
tarde (12:00 – 17:59)	19	14,62
noite (18:00 – 23:59)	43	33,08
Total	130	100

Fonte: Observatório de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSCP/SESP-MG).

Figura 7 - Incidência de crimes de Homicídios em Alfenas entre 2012 e 2018



Fonte: Observatório de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSCP/SESP-MG).

Elaboração do autor

## 7 O tráfico de drogas

O tráfico de drogas é apontado como uma das problemáticas criminais que mais crescem nas cidades brasileiras, principalmente nas regiões metropolitanas, uma vez que suas condições estruturais de funcionalidade

são apropriadas para difundir tais práticas. Sua propagação no espaço ocorre de maneira heterogênea, sem que haja uma estrutura funcional específica, articulando organicamente o crime organizado, permitindo sua expansão para outras regiões, como também em cidades médias. No caso do município de Alfenas, entre os anos de 2012 e 2018, o tráfico de drogas teve um total de 2144 casos registrados. A tabela 8 representa que o ano de 2012 obteve o maior número, totalizando 428 ocorrências, cerca de 20% do total. Porém, observa-se que houve um elevado decréscimo no número de crimes registrados, com uma queda de aproximadamente 40,18% de 2012 até 2015, que registrou o menor índice. Nos dois anos posteriores, houve uma pequena variabilidade. Entre 2017 e 2018, nota-se um crescimento de aproximadamente 15,5% dos registros por tráfico de drogas (tabela 11).

Tabela 11 - Quantidade de casos por tráfico de drogas em Alfenas entre 2012 e 2018

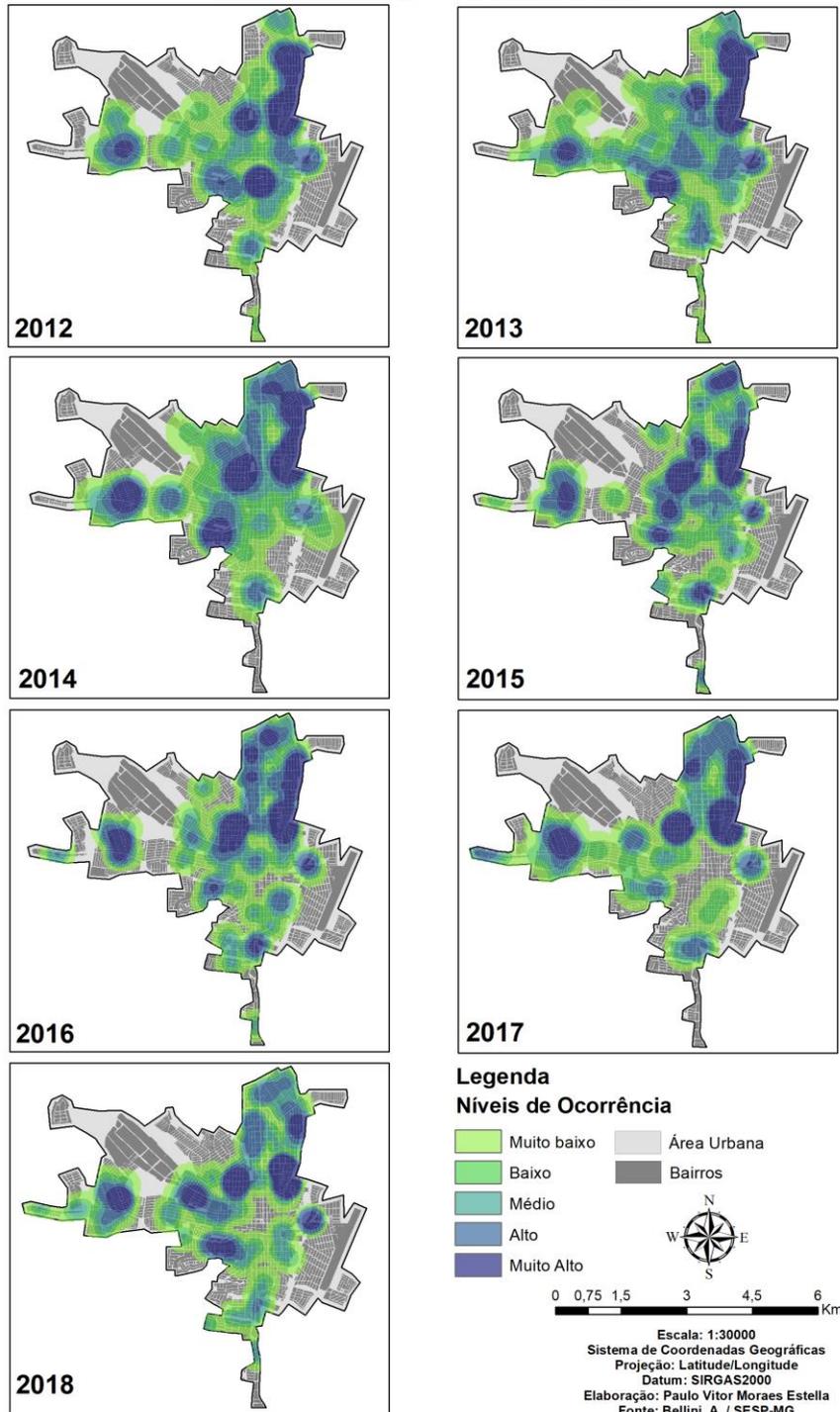
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de ocorrências por tráfico de drogas</b>	<b>%</b>
2012	428	19,96
2013	335	15,63
2014	289	13,48
2015	256	11,94
2016	268	12,50
2017	260	12,13
2018	308	14,37
Total	2144	100

Fonte: Observatório de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSCP/SESP-MG).

Quanto à espacialização, pode ser observado nas figuras 8 e 9 um padrão heterogêneo em sua distribuição, com concentrações nos bairros periféricos em função da formação de pontos de tráfico de drogas. Tal análise evidencia as características do tráfico de drogas e sua ocorrência desuniforme no espaço, como também sua potencialidade de produção e reprodução. Ao longo da análise temporal, as concentrações mais abrangentes correspondem aos bairros Campos Elíseos, Jardim Eunice, Vila Esperança, Santa Edwirges, Itaparica e Santa Luzia, e o bairro Cruz Preta

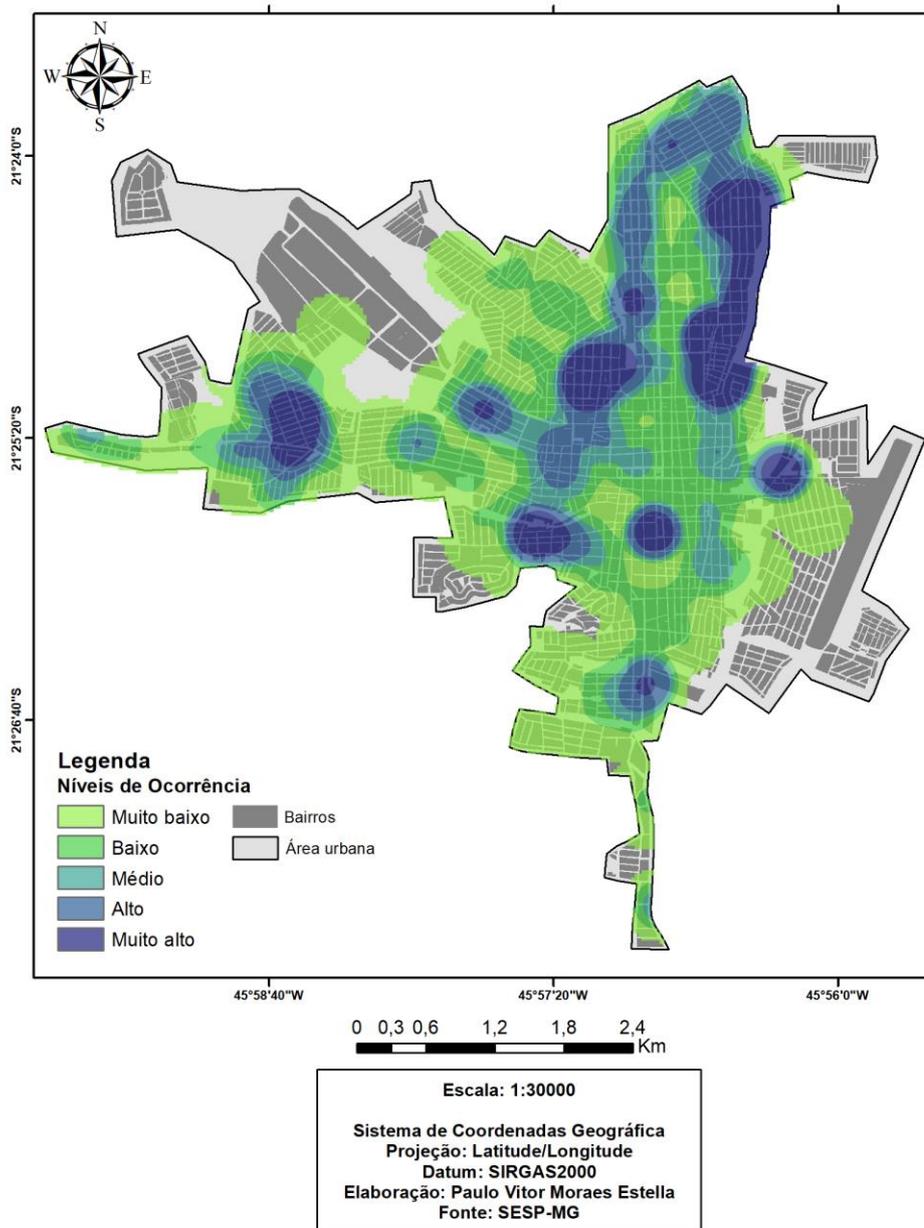
de forma isolada. A figura 5 representa a concentração total dos crimes durante este intervalo de seis anos. Este padrão espacial mostra que a forma heterogênea se estabelece, pois consiste em concentrações em pontos de tráfico de drogas que se estabelecem de forma fixa, ocorrendo nos mesmos locais durante os anos em questão, sendo, além dos bairros supracitados: Vila Betânia, Pinheirinho, Jardim Boa Esperança, Jardim São Carlos, Recreio Vale do Sol e Região sudoeste do centro, adjacente ao bairro Jardim Tropical, e pontuais ocorrências no bairro Vila Teixeira.

Figura 8 - Distribuição espaço-temporal de tráfico de drogas em Alfenas entre 2012 e 2018



Fonte: Observatório de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSCP/SESP-MG).  
 Elaboração do autor.

Figura 9 - Concentração total de ocorrências por Tráfico de Drogas em Alfenas entre 2012 e 2018



Fonte: Observatório de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSCP/SESP-MG).

Elaboração do autor.

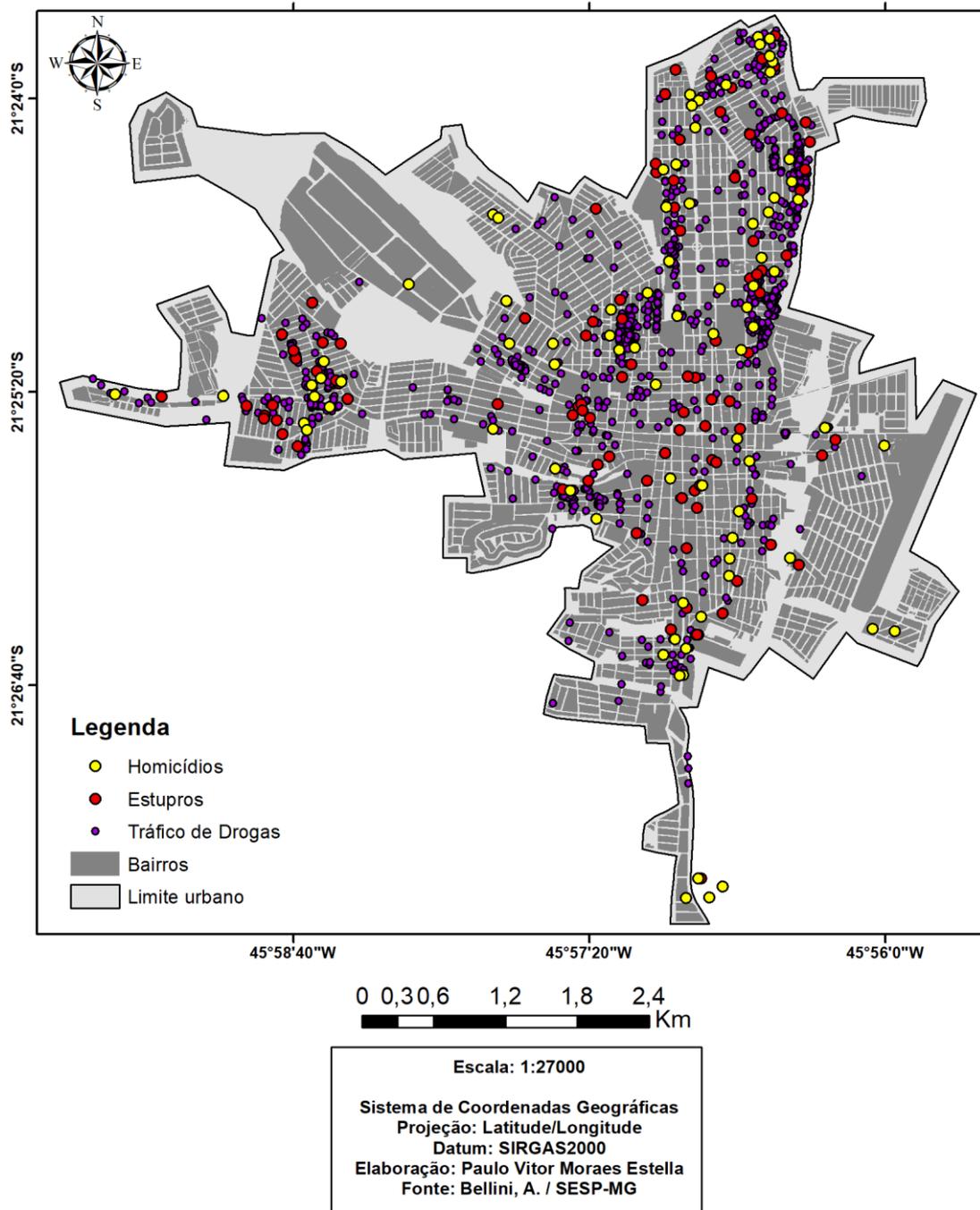
No caso do tráfico de drogas, que foi a segunda categoria de crime com o maior número de ocorrências, tem como uma de suas características a prática predominantemente nos bairros periféricos. Tais espaços, caracterizados pela precariedade de infraestrutura urbana, contribui para a exclusão social e estimula a propagação de diversos problemas, entre eles a criminalidade. Quanto a sua funcionalidade e complexidade, as

estatísticas que revelam números sobre o tráfico de drogas ainda são pouco estudadas no cenário das cidades brasileiras. Trata-se de um crime de difícil quantificação comparando a outros tipos de crime, assim como quantificar quantos tráficos ocorreram em determinada cidade, pois existem diversas formas de praticar o delito, as quais ocorrem em diversas escalas (ROSA, 2015, p. 96).

Sobre a relação do tráfico de drogas com a prática de outros crimes, Rolnik (1999, p. 107) afirma que se trata de uma difícil generalização, pois cada cidade tem suas especificidades na ocorrência destes crimes, indicando que: "Mais provavelmente, tanto o aumento da violência quanto do tráfico são sintomas da mesma causa". A causa principal que a autora identifica seria um urbanismo precário, de "exclusão territorial".

No caso do município de Alfenas, as interpolações de Kernel através das técnicas de Geoprocessamento permitiram identificar a coexistência de ocorrências de crimes por tráfico de drogas, homicídios e estupros distribuídos nos mesmos bairros, evidenciando locais vulneráveis e com alto potencial para prática destes tipos de crimes, assim como também os furtos e roubos. Portanto, se fez necessário a espacialização destes tipos de crimes. A figura 10 mostra a concentração de ocorrências dos três tipos de crimes nos bairros: Jardim Alvorada, Conjunto Habitacional Pinheirinho, Recreio Vale do Sol, Campos Elíseos, Vila Betânia, Jardim São Carlos, Santa Luzia, nas margens dos bairros Cruz Preta, Campinho e pontuais ocorrências no centro da cidade.

Figura 10 - Pontos da ocorrência dos crimes de Homicídios, Estupros e Tráfico de Drogas em Alfenas entre 2012 e 2018



Fonte: Observatório de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSCP/SESP-MG).

Elaboração do autor.

## 8 Furtos e roubos<sup>33</sup>

A tabela 12 representa os dados quantitativos absolutos dos crimes de furto e roubo com os seus respectivos alvos. Estes dados referem-se a um levantamento geral desta variável, nos subtópicos a seguir, os tipos de crimes serão analisados individualmente. Observa-se que de um total de 5159 casos registrados, os maiores alvos de furto e roubo durante o período 2015-2018 correspondem a residências e transeuntes, totalizando pouco mais de 76% das ocorrências criminosas. Também mostra que o número total envolvendo todos estes alvos como vítimas criminosas, teve 2016 como o maior índice (27,06%) e posteriormente um pequeno decréscimo. Porém, a amplitude dos dados demonstra que não há uma variabilidade significativa.

Tabela 12 - Quantidade de alvos de furto e roubo em Alfenas entre 2015 e 2018

Ano	Residência	Transeunte	Estabelec. comercial	Transporte coletivo	Cargas	Total	%
2015	631	386	359	9	0	1385	26,85
2016	443	627	307	17	2	1396	27,06
2017	512	462	245	9	0	1228	23,80
2018	477	417	254	1	1	1150	22,29
<b>Total</b>	<b>2063</b>	<b>1892</b>	<b>1165</b>	<b>36</b>	<b>3</b>	<b>5159</b>	<b>100</b>

Fonte: Observatório de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSCP/SESP-MG).

### 8.1 FURTO E ROUBO DE RESIDÊNCIAS

Durante o período 2015-2018 ocorreram um total de 2063 casos de furtos e roubos de residências, sendo que destes mesmos, pouco mais de 93% estão associados aos furtos, num total de 1919 registros, como mostra

<sup>33</sup> É importante ressaltar que os crimes analisados a seguir, correspondentes a furto e roubo de residências, estabelecimentos comerciais e transeuntes, correspondem somente ao período entre os anos de 2015 e 2018, devido à inexistência de um sistema de registros de banco de dados do OSCP/SESP-MG dos três anos anteriores, portanto a análise dos próximos crimes apresenta um intervalo de tempo menor.

a tabela 13. Observa-se também, que o ano de 2015 despontou com a maior quantidade de crimes desta categoria, pouco mais de 30% do total (631). A partir deste ano, houve uma queda de aproximadamente 29,79%, e nos anos posteriores houve uma variabilidade na quantidade de crimes registrados, com o período 2016-2017 um crescimento de 13,27% e depois uma queda de 6,83% em relação ao último ano. Na amplitude geral dos dados, houve um decréscimo de 23,40% de furtos e roubos de residências, entre os anos de 2015 e 2018. Em relação à faixa-hora em que os crimes foram cometidos, constata-se que o período da manhã (entre 06:00h – 11:59h) ocorreu com maior frequência, representando pouco mais de 32,6% do total.

Tabela 13 - Quantidade de furtos e roubos de Residências em Alfenas entre 2015 e 2018

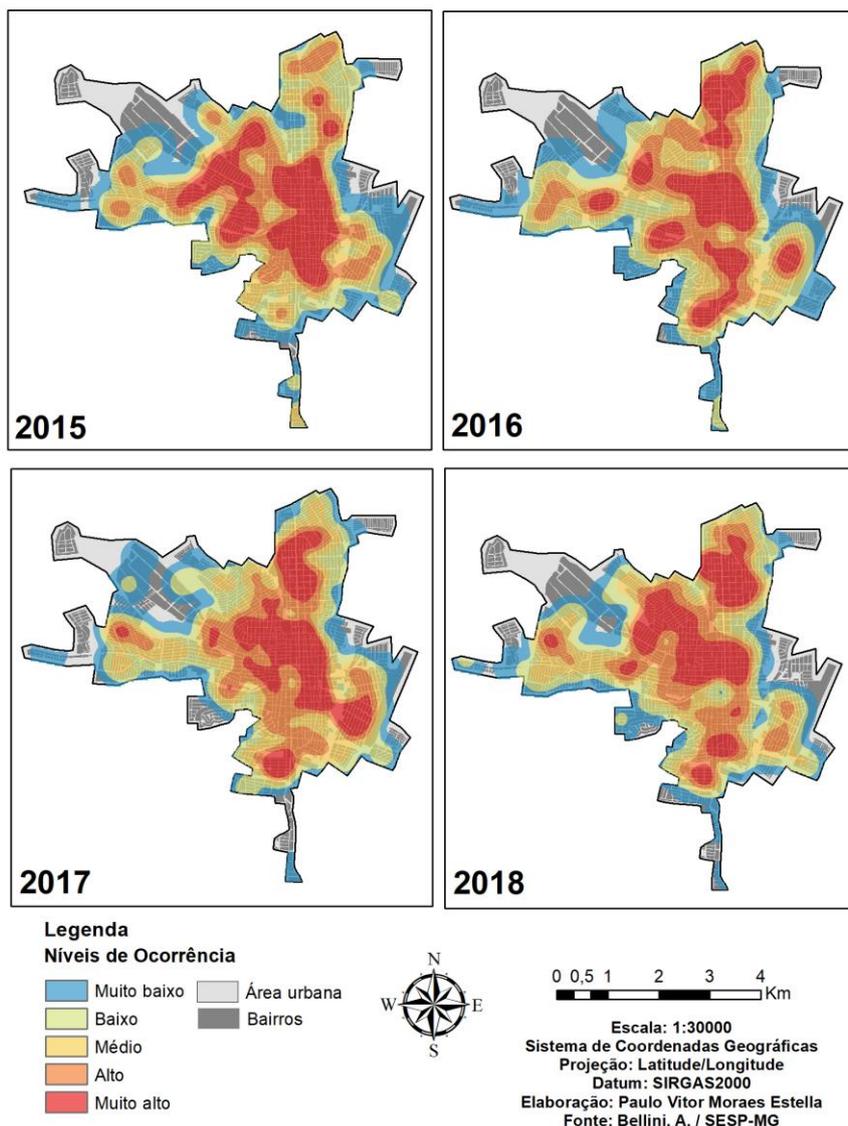
<b>Ano</b>	<b>Roubo</b>	<b>Furto</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
2015	35	596	631	30,59
2016	31	412	443	21,47
2017	39	473	512	24,82
2018	39	438	477	23,12
Total	144	1919	2063	100

Fonte: Observatório de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSCP/SESP-MG).

Quanto à espacialização, percebe-se na figura 11 que o padrão de distribuição espacial dos crimes e furtos de residências se manifesta de maneira heterogênea, pois a cada ano ocorre de maneira diferenciada no espaço urbano. Porém, verifica-se que as regiões centrais e seus bairros adjacentes estabelecem-se com as maiores concentrações durante todos os anos analisados. A figura 7 demonstra que ao longo do período 2015-2018, as maiores concentrações se situam em 20 bairros no total, sendo eles: Jardim América, Jardim Elite, Jardim Tropical, Vila Betânia, Campinho, Centro, Jardim Boa Esperança, Jardim São Carlos, Morada do Sol, Vila Esperança, Pôr do Sol, Vila Godoy, Santa Edwirges, Recreio Vale do Sol, Aparecida, Residencial Oliveira, Jardim Nova América, Itaparica, Jardim Aeroporto e Vila Teixeira.

O padrão espacial heterogêneo dos crimes tendo alvos as residências, indicam a relação com a dinâmica estrutural urbana do município e sua rápida expansão nos últimos anos, com a construção de novas habitações, e o crescimento vertical, contribuindo para as atividades criminosas atuarem em locais difusos ao longo dos anos (figura 12).

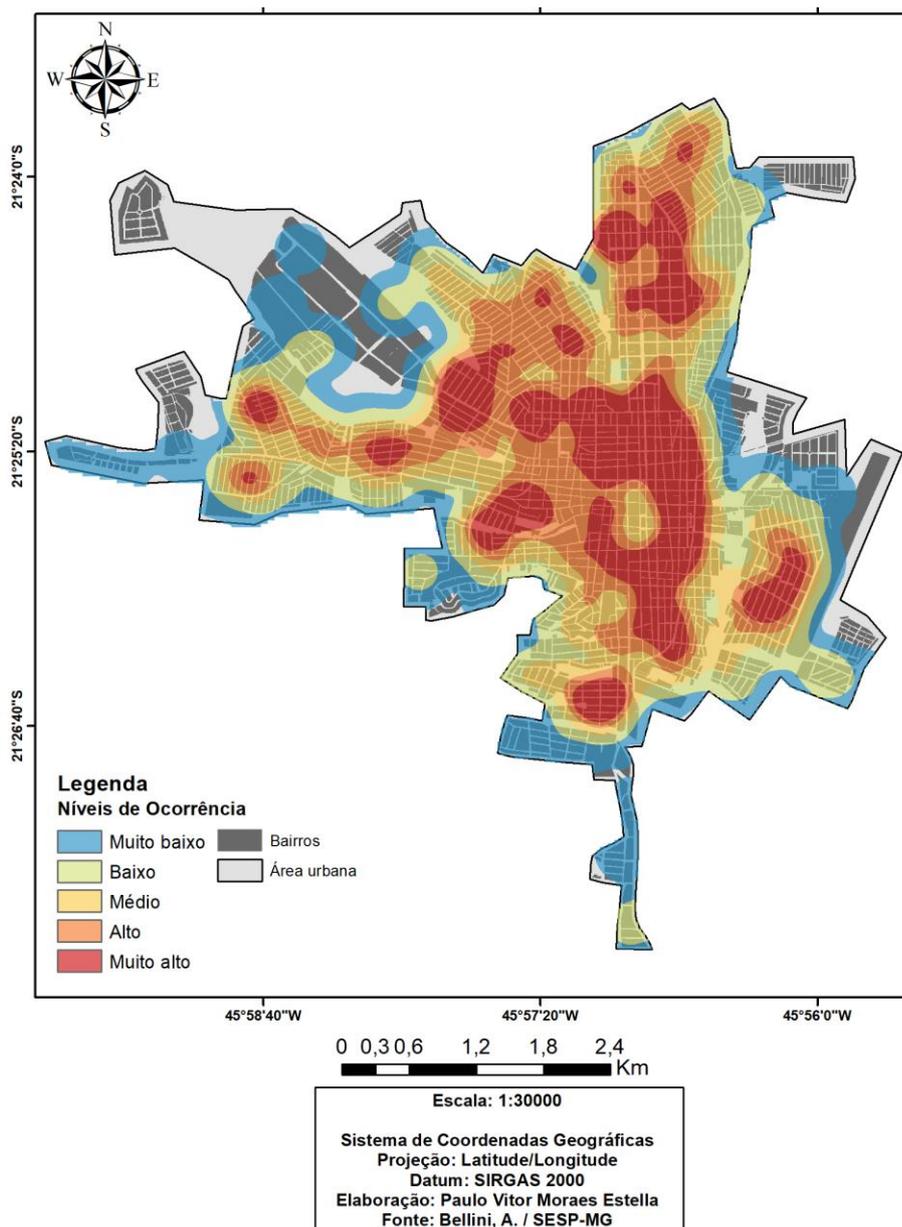
Figura 11 - Distribuição espaço-temporal de Furto e Roubo de Residências em Alfenas entre 2015 e 2018



Fonte: Observatório de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSCP/SESP-MG).

Elaborado pelo autor.

Figura 12 - Concentração total de ocorrências de Furto e Roubo de Residências em Alfenas entre 2015 e 2018



Fonte: Observatório de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSCP/SESP-MG).  
Elaboração do autor.

## 8.2 FURTO E ROUBO DE TRANSEUNTES

Durante o período observado, de 2015 a 2018, foram registradas 1892 ocorrências do tipo furto e roubo tendo como alvo vítimas transeuntes em via pública. O tipo furto nesta categoria de crime foi registrado com

uma predominância de 66,43% do total. Em relação à dispersão dos dados, pode-se identificar primeiramente que do ano de 2015 para o ano de 2016, houve um salto elevado no número de crimes contra transeuntes, representando um crescimento de 38,43% no número de vítimas. Nos anos posteriores, observa-se uma queda significativa do número de vítimas por furto e roubo, totalizando um decréscimo no período 2016-2018 de 33,49% dos casos registrados. Em uma análise comparativa em ambos os tipos de crimes desta categoria, nota-se que a proporção de furtos é maior, porém até o ano de 2017 se apresentou com variações similares. Entretanto, do período de 2017 a 2018 houve uma inversão, com o crescimento dos furtos em aproximadamente 10,73% e o decréscimo dos roubos, cerca de 46,78% (tabela 14).

Tabela 14 - Quantidade de vítimas Transeuntes por furto e roubo em Alfenas entre 2015 e 2018

<b>Ano</b>	<b>Roubo</b>	<b>Furto</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
2015	140	246	386	20,40
2016	233	394	627	33,14
2017	171	291	462	24,42
2018	91	326	417	22,04
Total	635	1257	1892	100

Fonte: Observatório de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSCP/SESP-MG).

O período faixa-hora em que houve mais vítimas por furto e roubo foi o período da noite (18:00h – 23:59), com aproximadamente 734 vítimas de furto e roubo, correspondente a 38,79% do total. Visto que a maior parte das prestações de serviços, atividades funcionais e estruturais dos centros urbanos ocorrem nos períodos da manhã e da tarde, a noite e a madrugada se tornam mais vulneráveis para crimes desta tipologia. Nesta lógica, constata-se que mais de 56,50% das vítimas foram furtadas ou roubadas por criminosos à noite ou de madrugada (tabela 15).

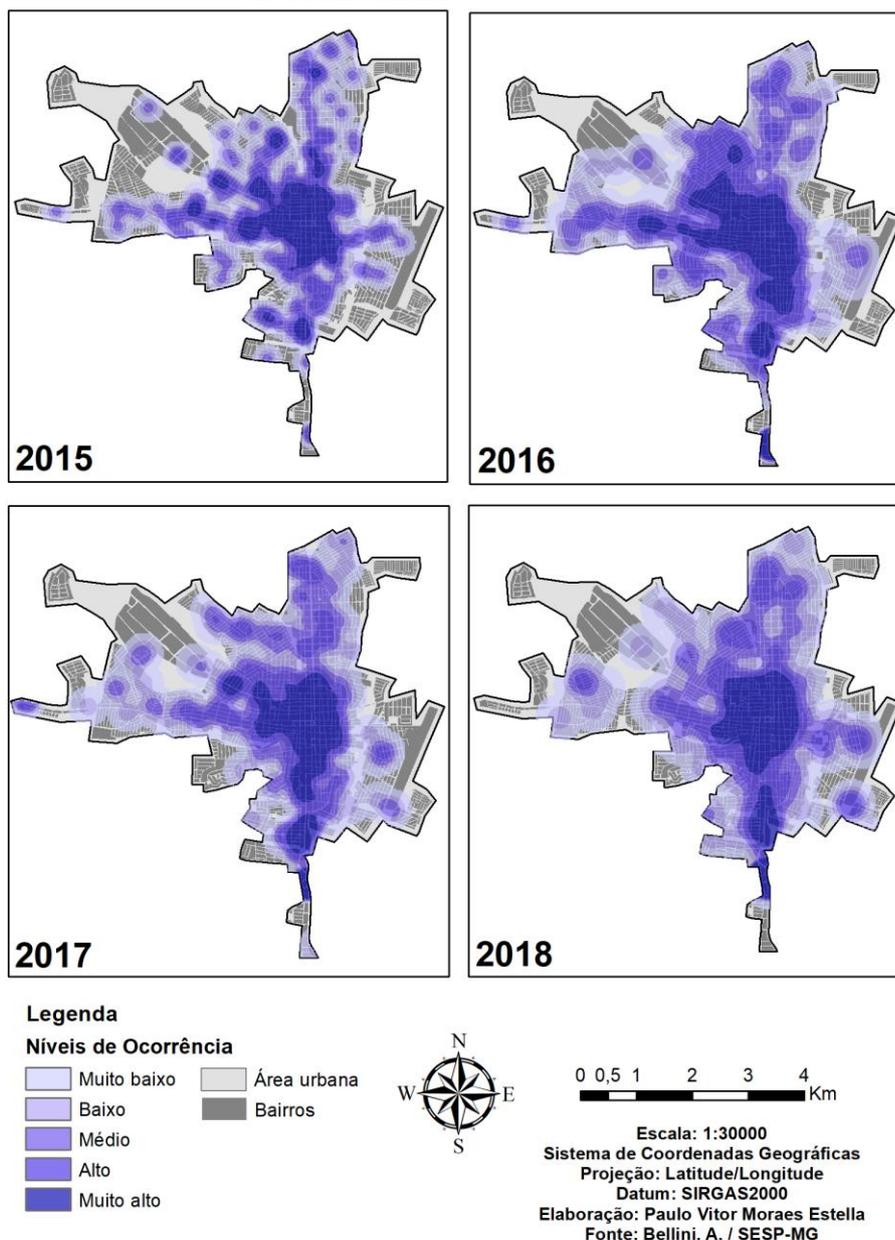
Tabela 15 - Quantidade de ocorrências por período (faixa-hora) de furto e roubo de transeuntes em Alfenas entre 2015 e 2018

<b>Período (faixa-hora)</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
madrugada (00:00 - 5:59)	335	17,71
manhã (06:00 - 11:59)	334	17,65
tarde (12:00 - 17:59)	489	25,85
noite (18:00 - 23:59)	734	38,79
total	1892	100

Fonte: Observatório de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSCP/SESP-MG).

Quanto à espacialização destas ocorrências, pode ser observado, conforme figura 13, houve uma maior concentração na região central durante todos os anos em questão, devido ao fluxo de pessoas nas áreas centrais das cidades, o que torna mais propício as atividades de furto e roubos a transeuntes. Porém, seu padrão espacial de distribuição apresenta-se heterogêneo, tendo o ano de 2015 representado com as manchas de alta concentração de maneira bem dispersa, com pontuais concentrações nos bairros mais periféricos. Por sua vez, 2016 foi o ano com mais vítimas, com uma maior concentração nas regiões centrais e suas adjacências, e seu raio de expansão com nível de ocorrência da legenda “Muito alto” do mapa representativo, tem uma área maior em comparação aos anos posteriores.

Figura 13 – Distribuição espaço-temporal de furto e roubo de transeuntes em Alfenas entre 2015 e 2018



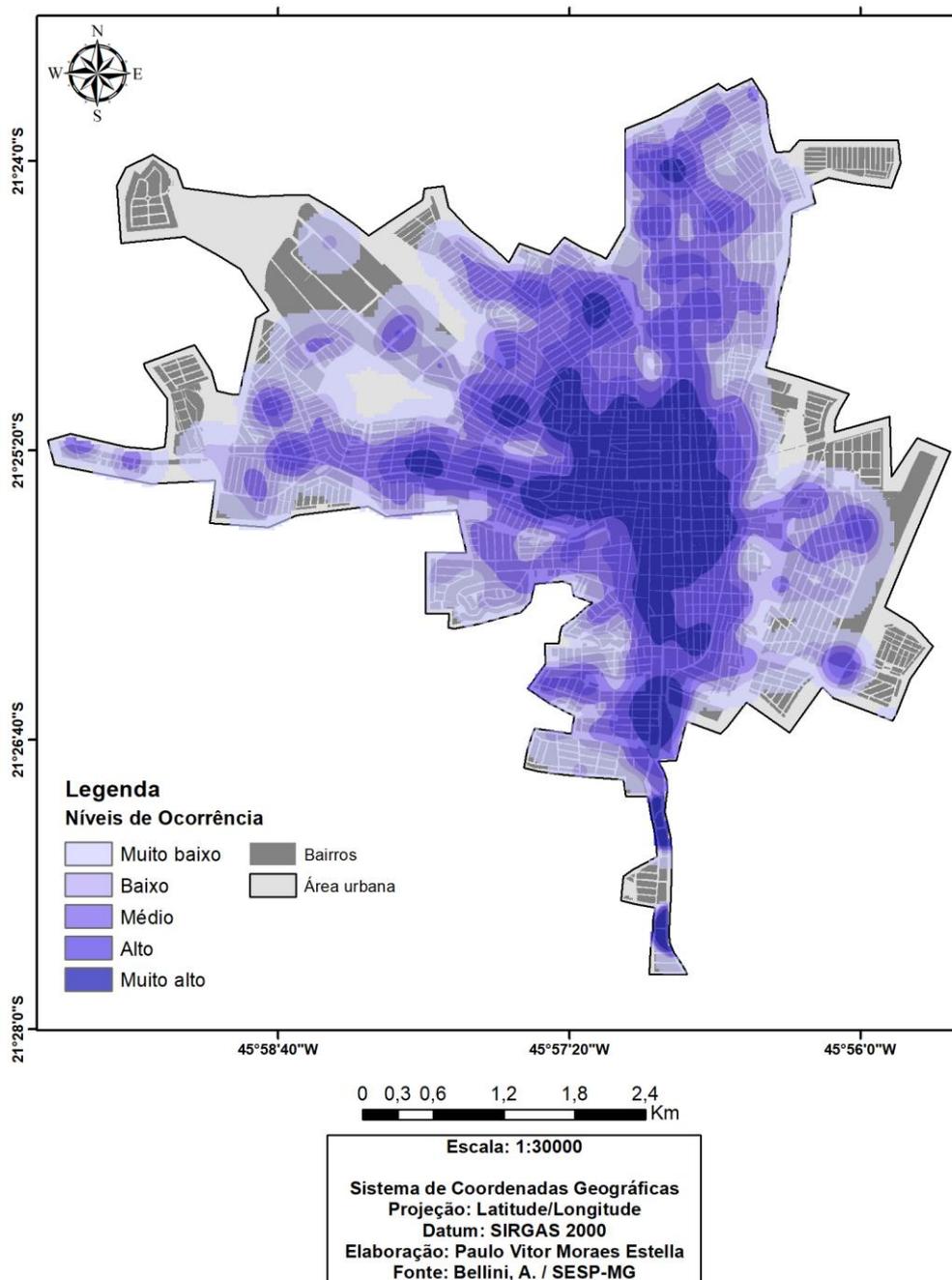
Fonte: Observatório de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSCP/SESP-MG).

Elaboração do autor.

Durante os anos observados, o mapa da figura 14 representa que as mais altas concentrações de crimes contra transeuntes durante este intervalo de tempo foram identificadas em dez bairros, sendo os seguintes:

Aparecida, Centro, Vila Betânia, Jardim Boa Esperança, Jardim Nova América, Morada do Sol, Jardim Alvorada, Cruz Preta, Campinho, Vila Teixeira e Loteamento do trevo e pontuais concentrações no Jardim América.

Figura 14 - Concentração total de Furto e Roubo de Transeuntes em Alfenas entre 2015 e 2018



Fonte: Observatório de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSCP/SESP-MG).  
Elaboração do autor.

Após a espacialização e as análises dos dados anteriores, é importante uma sistematização dos dados obtidos junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP-MG) para assim tentar constituir uma perspectiva mais ampla. Observa-se que 2015 e 2016 foram os anos com mais ocorrências criminosas no espaço urbano de Alfenas, aproximadamente 44,83% de um total de 12167 ocorrências durante o período 2012-2018. É importante ressaltar que a ausência de informações da fonte anteriormente citada em relação aos crimes de furto e roubo de residências, estabelecimentos comerciais e transeuntes correspondentes aos anos de 2012, 2013 e 2014 não possibilitou uma análise integral da criminalidade em Alfenas (tabela 16).

Tabela 16 - Quantidade total dos crimes analisados em Alfenas entre 2012 e 2018

	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>Total</b>
Crimes violentos	157	229	494	686	659	413	250	<b>2888</b>
Tráfico de drogas	428	335	289	256	268	260	308	<b>2144</b>
Furto e roubo de veículos	156	279	272	449	384	317	158	<b>2015</b>
Furto e roubo de residências	-	-	-	631	443	512	477	<b>2063</b>
Furto e roubo de estabelecimentos comerciais	-	-	-	359	307	245	254	<b>1165</b>
Furto e roubo de transeuntes	-	-	-	386	627	462	417	<b>1892</b>
<b>Total</b>	<b>741</b>	<b>843</b>	<b>1055</b>	<b>2767</b>	<b>2688</b>	<b>2209</b>	<b>1864</b>	<b>12167</b>

Fonte: Observatório de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado de Segurança Pública (OSCP/SESP-MG).

Através dos produtos cartográficos, foi possível observar que há uma predominância de crimes como furto e roubo nas regiões centrais da cidade, e os crimes de homicídios, estupro e tráfico de drogas nos bairros periféricos, corroborando o referencial discutido. Segundo Felix (2002, p. 55) os roubos com violência são mais característicos de regiões centrais, pois se favorecem da aglomeração, que tanto facilita a apreensão do objeto

quanto a fuga dos autores. No caso de Alfenas, a espacialização dos crimes propostos nesta pesquisa estabelece uma clara Geografia do Crime: bairros de classe média-alta, crimes contra a propriedade, bairros de classe baixa, crimes violentos.

Fugindo a qualquer relação redutora entre pobreza e criminalidade. Cabe destacar os processos de exclusão social, levando-se em consideração os níveis socioeconômicos de desigualdade, desemprego ou subemprego. A falta de estabilidade socioeconômica é um dos fatores que contribuem para o aumento de crimes (FELIX, 2002, p. 41-44).

Uma das condicionantes é a taxa de desemprego em relação ao nível de educação. Não é a educação que se relaciona diretamente com o crime, mas a relação direta é com o desemprego, que é mais alto entre os menos instruídos (FELIX, 2002, p. 44).

Abordando estas condições, o estudo do Atlas da Violência constatou que em diversos municípios brasileiros, variáveis como educação infanto-juvenil, mercado de trabalho, condições habitacionais e vulnerabilidade juvenil, mostram que os municípios com melhores níveis de desenvolvimento humano, tendem a ter menores taxas de crimes violentos, e quanto maior os índices de pobreza e desigualdade, também há um aumento de mortes violentas (IPEA; FBSP, 2018).

As questões socioeconômicas como as taxas de desemprego são uma variável de correlação importante devido à elevada quantidade de furtos e roubos no município de Alfenas. Abordando esta hipótese, os dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério do Trabalho, o indicador da série histórica do saldo de empregos formais do período 2012-2018 mostra que o ano de 2015 foi registrado com o maior número de crimes, também correspondeu ao ano em que houve o maior saldo negativo, ou seja, maior número de desempregados, pessoas desligadas da economia formal (tabela 17).

Tabela 17 - Saldo de empregos formais criados em Alfenas entre 2012 e 2018

<b>Ano</b>	<b>Saldo</b>
2012	887
2013	387
2014	212
2015	-605
2016	18
2017	765
2018	-75

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE).

É importante observar que os dados da tabela 17 exibem uma grande variabilidade entre os anos de 2012 e 2018, com extremo saldo negativo para um alto saldo positivo, estabelecendo a hipótese de que o alto índice de desempregos pode refletir em um alto índice de criminalidade, pois os dados referentes a crimes de furto e roubo analisados anteriormente apoiam esta comprovação.

O problema da exclusão socioespacial como condicionante da violência e criminalidade está diretamente associado à implementação de políticas públicas e suas questões estruturais se tornam relevantes no contexto das cidades e suas complexidades. Entretanto, as ações de segurança pública têm maior representatividade para a população não somente a partir da percepção dos programas de prevenção e combate à criminalidade, mas também pela presença da polícia no local. Percebe-se que nos últimos anos há uma predominância do sentimento de insegurança por parte da população de Alfenas, como também o crescente descrédito na capacidade do Estado em controlar a criminalidade.

O IRMS (Índice Mineiro de Responsabilidade Social) retrata que a capacidade de administração da criminalidade no município de Alfenas através do policiamento não tem se tornado uma prioridade durante os últimos anos. Em 2015, a quantidade de habitantes por policial militar de Alfenas era 708,01, e após dois anos passou para 484,12 em 2017 (FJP, 2018). Apesar de ser notado uma melhoria, ainda está longe de ser algo significativo para manter a segurança da população, como também a contenção da criminalidade como um todo. Assim como o aparato policial,

o percentual do orçamento municipal destinado à segurança pública é uma variável importante a ser analisada, visto que o município não torna pública a natureza do gasto com segurança pública. Entre 2015 e 2017, o percentual do gasto com segurança pública em relação ao total do orçamento de Alfenas passou de 0,20 para 0,13. Este valor é atribuído da posição de Alfenas em relação aos demais municípios do estado de Minas Gerais.

## **9 Considerações**

Durante o período de estudo foi possível observar a dinâmica de distribuição espacial dos crimes e seus respectivos territórios vulneráveis socialmente, e como podem se propagar associado a questões de extrema importância como a expansão urbana do município de Alfenas, cujo contexto histórico tem como um dos vetores principais a segregação socioespacial, assim como outras questões primordiais no campo da Geografia Urbana inseridas no cotidiano da população.

As técnicas de Geoprocessamento tornam-se relevantes não somente para a geração de produtos cartográficos e suas posteriores análises, mas como uma ferramenta de subsídio e um importante aliado para implantação e planejamento de políticas públicas que, aliado a outras áreas do conhecimento, possibilitam uma maior compreensão do fenômeno da criminalidade, não somente no município de Alfenas, mas na maioria dos ambientes urbanos.

Se enfocarmos isoladamente o crime do ponto de vista de apenas uma perspectiva, sem compreender as causas/consequências, ou estreitar tal problema apenas a uma localidade, podem gerar grandes equívocos. Um tipo de crime estabelecido em um determinado ambiente, pode mudar radicalmente o modo de vida de uma comunidade.

A discussão dos problemas sociais como a criminalidade devem estar presentes com frequência e sob a ótica de diversas esferas, visto que atualmente a criminalidade violenta é apontada como uma das maiores

complexidades presentes no município de Alfenas, assim como a sensação de insegurança. Em contrapartida, a diminuição nos índices quantitativos de crimes ao longo dos anos não pressupõe que, em sua totalidade, haja uma maior efetividade dos mecanismos de segurança social ou melhoria das ações do Estado, pois o problema da criminalidade nos centros urbanos consiste em uma gênese mais complexa.

As intervenções com vistas ao enfrentamento da criminalidade em Alfenas, assim como em outras cidades, devem ser feitas com base não apenas nos números de ocorrências e os tipos de crimes registrados pelos órgãos oficiais, deve-se considerar também a migração destes crimes para áreas pouco assistidas pelos órgãos de segurança. Nesse sentido, é importante a compreensão da violência urbana como uma problemática dinâmica e em rede.

A Geografia tem contribuído no entendimento da violência enquanto fenômeno espacial e tem como objetivo elucidar os processos pelas quais os vários fatores da violência, já identificados em outros estudos, são mais intensos ou prevaletentes em determinadas áreas, levando à conclusão que o crime é um fenômeno social e reflete o tipo de segurança, estabilidade e o padrão de vida da população. Se o crime resulta de certas condições de vida, o estudo destas condições é necessário para compreender as relações sociais no espaço, como também reduzir suas desigualdades presentes no mesmo.

## **Referências**

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Indicadores**. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>, acesso em 20 out. 2020.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2018. **Políticas Públicas e Retratos dos Municípios Brasileiros**. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Rio de Janeiro: 2018, 37p.

BATELLA, W. B.; DINIZ, A. M. A. Análise espacial dos condicionantes da criminalidade violenta no estado de Minas Gerais. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 151-163, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FELIX, S. A. **Geografia do Crime: Interdisciplinaridade e relevâncias**. Marília: Marília Unesp Publicações. 2002.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/alfenas/panorama>, acesso em 19 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

MARQUES, E.; TORRES, H. **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Editora Senac, 2005.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livros 1 e 3. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MENDONÇA, J. D. **A criminalidade violenta e o tráfico de drogas em cidades médias: o caso de Alfenas-MG**. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia Instituto de Ciências da Natureza - Universidade Federal de Alfenas-MG, Alfenas, 2014.

PEET, R. The geography of crime: a political critique. **The Professional Geographer**, Hoboken, New Jersey, n. 3, v. 27, aug. 1975, p. 277-280.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS. **Leitura técnica do Plano Diretor de Alfenas**. Alfenas: 2006.

RODRIGUES, A. M. Geografia e violência urbana. In: PONSTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 77-86.

ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 13, n. 4, 1999, p. 100-111.

ROSA, A. H. A **Geografia do crime: a territorialização dos principais crimes e a influência do comércio ilegal, no tráfico e no consumo de drogas na cidade de Catalão (GO)**. Dissertação de Mestrado do Programa de pós graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

SILVERMAN, B. W. **Density Estimation for Statistics and Data Analysis**. London: Chapman and Hall, 1986.

## Capítulo 7

### O processo de condominização residencial na cidade de Alfenas<sup>34</sup>

Lilian Mara de Castro Azevedo

#### 1 Introdução

De forma geral, o número de condomínios residenciais fechados cresceu significativamente nos últimos anos, transformando não só a paisagem urbana como também a dinâmica social das cidades. A expansão deste produto imobiliário gerou discussões e estudos que abordam suas causas, consequências e origens. Neste trabalho, o estudo sobre a expansão desses empreendimentos na cidade de Alfenas, justifica-se diante do número elevado de loteamentos deste padrão na cidade, e nos leva a uma reflexão sobre qual o espaço urbano está sendo produzido e quais relações sociais, comerciais e espaciais estão sendo criadas ou destruídas a partir dessa conformação. Como esses condomínios são fechados, o acesso livre às ruas fica impedido, selecionando quem tem ou não o direito de circular. A experiência de vivenciar a cidade fica comprometida tanto por parte dos que estão “dentro” quanto dos que estão “fora” dos muros.

Alfenas possui um espaço urbano que remete ao seu passado de urbanização que concentrou no centro o poder econômico e político, o comércio e as residências da classe mais abastada, deixando para a periferia as classes de rendas mais baixas. Esse modelo de urbanização, comum no Brasil, foi se modificando com a saturação do centro da cidade e a criação de bairros elitizados fora do núcleo central, longe dos inconvenientes advindos do desenvolvimento do comércio e dos serviços.

---

<sup>34</sup> Este capítulo tem como base o TCC “Alterações socioespaciais decorrentes do processo de condominização residencial na cidade de Alfenas-MG, apresentado em 2016, sob orientação do Prof. Evânio dos Santos Branquinho, e artigo submetido à revista científica sob o título O protagonismo do poder público na condominização residencial da cidade de Alfenas-MG.

A partir dos anos 2000, de acordo com a Leitura Técnica do Plano Diretor (ALFENAS, 2006), a cidade apresentou uma retração do mercado imobiliário, mesmo assim recebeu investimentos com a construção de novos loteamentos. Em entrevista com o ex-prefeito de Alfenas, Luiz Antonio da Silva (Luizinho), que administrou a cidade no período de 2008 a 2012, temos sua perspectiva, enquanto gestor, para este fenômeno.

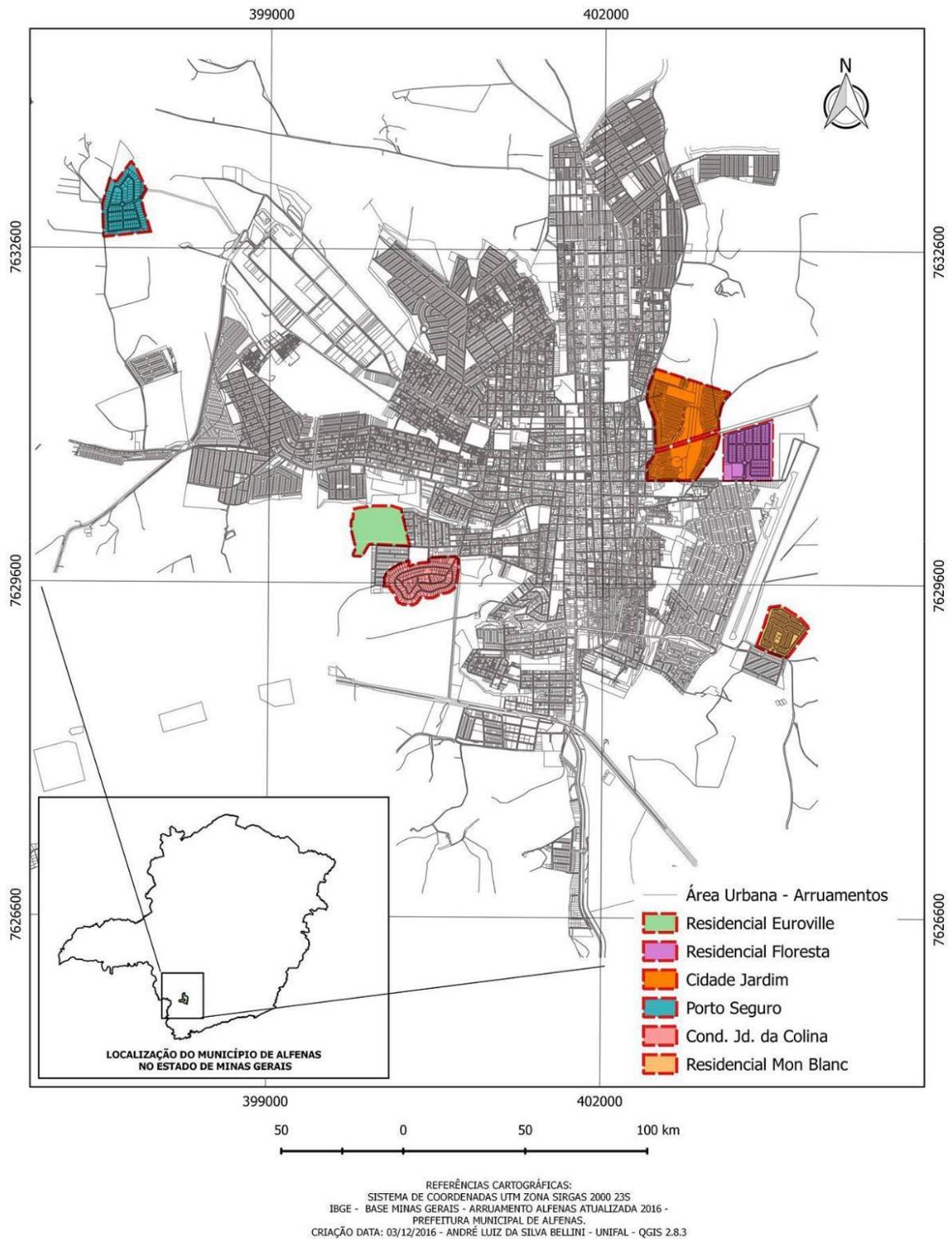
Ainda conforme Alfenas (2006), um dos principais problemas da cidade é o grande número de lotes vagos. Há uma preocupação com a baixa densidade de ocupação, pois esta traz altos custos para manutenção da infraestrutura e serviços urbanos. São reflexo da especulação imobiliária que prioriza o ganho individual enquanto os custos de manutenção da estrutura urbana são, na verdade, coletivos.

Esta não é uma realidade somente da cidade de Alfenas, a condominização acontece em todo o mundo como produto do processo de reprodução de capital da globalização. O solo urbano passa a ser visto cada vez mais como mercadoria, sendo alvo de empreendedores que utilizam de especulação e da promessa por segurança como ferramentas para a valorização de áreas periféricas da cidade, para acumulação de capital cada vez maior.

O município ocupa uma área de 850,446km<sup>2</sup> sendo 33,1km<sup>2</sup> destinados à área urbana e, de acordo com Alfenas (2006), possui uma baixa densidade populacional nesta área e conseqüentemente, vazios urbanos que oneram a administração pública que precisa manter a infraestrutura básica e serviços urbanos. Conta com um distrito industrial com normas restritas para uso exclusivo.

Atualmente identificamos a presença de seis condomínios fechados na cidade, sendo o Jardim da Colina o mais antigo, implantado nos anos 1970 (ALFENAS, 2006). Os demais empreendimentos deste tipo surgiram nos últimos cinco anos, alguns ainda estão em fase de implantação, sendo eles: Vila Porto Seguro, Floresta, Mont Blanc, Cidade Jardim e Euroville, distribuídos na cidade conforme o mapa na Figura 1.

Figura 1 - Mapa de visão geral da área urbana e dos condomínios fechados no município de Alfenas/MG - 2016



Fonte: IBGE, Base Minas Gerais, 2016.

Elaboração: André L. Bellini.

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar as relações socioespaciais da cidade de Alfenas decorrentes do crescente processo de difusão dos empreendimentos do tipo condomínios fechados residenciais, observando a fragmentação intensificada e as novas formas de consumo do espaço urbano.

Para isso partimos da hipótese de que com essa nova forma de apropriação da cidade, as relações público-privadas mudaram, gerando um aumento da segregação espacial.

Para o desenvolvimento do trabalho, buscamos compreender quem são os agentes produtores do espaço urbano e como agem na cidade de Alfenas, compreender os fatores que induzem a reprodução de empreendimentos do tipo condomínios fechados pela perspectiva do processo de globalização, examinar os conceitos de segregação e analisar a condominização a partir da percepção dos moradores.

## **2 Metodologia**

Como apontamento metodológico, este trabalho procura analisar a produção e estruturação do espaço urbano sob a ótica das interações entre seus agentes transformadores, sendo esta uma ferramenta base para a compreensão da dinâmica urbana. A partir disto, o materialismo histórico dialético foi o método que melhor se aplicou para a análise da questão colocada na pesquisa. Quais os fatores que induziram a reprodução de empreendimentos do tipo condomínios fechados na cidade de Alfenas? Este processo gerou processos de segregação socioespacial? Qual o papel dos agentes transformadores do espaço neste processo?

Para isso iniciou-se uma revisão bibliográfica específica sobre os conceitos e temas que pautam os processos de produção do espaço urbano e os agentes responsáveis por tais transformações.

A investigação a respeito de como este tipo de empreendimento surgiu e se reproduz nas cidades foi feita e buscou-se entender quais são as motivações e consequências deste produto imobiliário, à luz de autores que abordaram este tema em pesquisas anteriores.

Foi desenvolvida uma análise bibliográfica também sobre os tipos de segregação e quais seus pretextos, entendendo que este processo é fragmentador do espaço urbano e é, dialeticamente, produto e produtor da cidade.

Encerrando a fundamentação teórica, fez-se necessária o estudo sobre a relação entre as cidades médias e este tipo de condomínio residencial, para contextualizar a cidade de Alfenas dentro de uma lógica que vai além de somente seu desenvolvimento econômico, mas perpassa por uma polarização regional com reflexos da dinâmica global do capital.

Como parte do desenvolvimento empírico, foram realizadas atividades de campo para entendimento das estruturas abordadas, de onde foi adquirido o acervo fotográfico que colaborou para a ilustração desta pesquisa.

Foram realizadas entrevistas semi estruturadas com agentes que, conforme Corrêa (1989), são responsáveis pela formação do espaço urbano. Em uma reunião agendada com o ex-prefeito da cidade de Alfenas, Luiz Antonio da Silva – Luizinho, obtivemos informações importantes sobre a ótica do poder público sobre estes empreendimentos, quais as contrapartidas exigidas aos loteadores e qual a intenção por trás das aprovações destes projetos. Esta entrevista se fez necessária, pois foi no mandato dele que os condomínios mais recentes foram aprovados e tendo em vista que ele é o prefeito eleito no último pleito e administrará a cidade no período de 2017 a 2020.

Outros dois representantes do poder público municipal foram ouvidos em visitas agendadas na Secretaria de Planejamento e Orçamento da Prefeitura Municipal de Alfenas. Foram entrevistados o engenheiro-arquiteto, José Roberto Nobre da Cunha, que foi representante titular do poder executivo na elaboração da leitura técnica e consequente lei municipal que implementou o Plano Diretor na cidade de Alfenas e Edina Donato, engenheira civil, atualmente responsável pela análise e aprovação de projetos de novos loteamentos no município. Em uma das visitas à Secretaria de Planejamento e Orçamento a servidora

Katia Maria Iunes Garcia, arquiteta e urbanista titular de cargo efetivo, também disponibilizou informações para esta pesquisa.

O entrevistado do Grupo Sequóia, Ronaldo Padovezzi Lesiten, forneceu informações importantes do ponto de vista do incorporador e dos proprietários de terras urbanas e, assim como os demais corretores imobiliários ouvidos, concederam dados sobre o mercado deste tipo de produto imobiliário na cidade de Alfenas.

Como atores sociais presentes nesta dinâmica, obtivemos entrevista com o casal Francisco Oliveira de Paula e Ana Aurélia Vieira de Paula, moradores do Condomínio Residencial Floresta, e com moradores do entorno deste mesmo empreendimento, no Bairro Santos Reis, na busca de entender como os conceitos relacionados à segregação socioespacial são percebidos pelos envolvidos no processo.

Os mapas foram elaborados com a base de dados do IBGE, juntamente com a planta cadastral da cidade de Alfenas, fornecida pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Planejamento e Orçamento.

### **3 A produção social do espaço urbano**

Para entender a dinâmica do processo de condominização, convém analisarmos os processos de produção da própria cidade, como ela se materializa e quais são os atores transformadores.

Maricato (2013), sobre essas transformações da cidade capitalista, afirma:

Desde o período da revolução industrial, quando os efeitos de aglomeração nas cidades ofereceram condições indispensáveis para o processo de acumulação de base fabril até as chamadas "cidades globais", que concentram poder internacional, o espaço urbano e, mais recentemente, metropolitano e regional, constitui força produtiva fundamental, além de participar do processo de dominação hegemônica (MARICATO, 2013, p.139).

O capital busca sempre moldar o espaço urbano a fim de tirar dele o maior lucro possível. Trabalhando com a cidade como mercadoria e

entendendo que cada “pedaço” da cidade constitui um monopólio, pois sua localização é irreproduzível, os agentes transformadores do espaço urbano veem na renda imobiliária o motor central de acumulação de capital, através de seu valor de troca.

A cidade é composta de vários fragmentos produzidos e unidos pelas relações sociais ali existentes. A definição de espaço urbano descrito por Corrêa (1989) salienta que a segmentação espacial é uma característica da cidade, as partes são unidas através dos fluxos formando uma unidade articulada, porém complexa. Afirma que, no capitalismo, a fragmentação encontrou terreno fértil para sua reprodução, gerando um “complexo e mutável mosaico social”, sendo reorganizado a cada novo processo de expansão urbana, de incorporação de novas áreas e de mobilização social.

Logo, para Corrêa (1989), o espaço urbano é formado pelas relações sociais estabelecidas, através do tempo, neste contexto espacial segmentado, pelos seguintes agentes sociais:

a) Os proprietários dos meios de produção: pela natureza de suas atividades, são grandes consumidores de espaço. Demandam terrenos de boa localização (para escoamento da produção e para acesso dos funcionários), amplos e com baixo custo. Todavia, essa demanda é mais complexa nas cidades. A especulação imobiliária aumenta o preço das terras urbanas, o que gera um impacto direto no custo da produção e no salário dos trabalhadores.

b) Os proprietários de terras: buscam a maior renda fundiária possível de suas propriedades, interessando-lhes diretamente o valor de troca do solo, não o de uso. Utilizam-se de especulação imobiliária para garantir um alto retorno do investimento e procuram empreendimentos rentáveis para implantar em suas propriedades, como é o caso dos condomínios fechados. Podem contar com o “auxílio” do poder público, no sentido de garantir infraestrutura que agregam mais valor às suas propriedades. A ocupação de áreas periféricas das cidades depende de sua estratégia, para definir quais tipos de empreendimentos se instalarão e qual classe social a ocupará. Os proprietários de terras bem localizadas, que são

dotadas de amenidades físicas (vegetação, mar, lagos, etc), utilizam-se de campanhas publicitárias que exaltam suas qualidades e, conseqüentemente, elevam o preço dos terrenos.

c) Os promotores imobiliários: são agentes que realizam operações de incorporação, financiamento, estudo técnico, construção, comercialização, transformando o capital-mercadoria em capital-dinheiro, acrescido de lucro. A principal estratégia desses agentes é agregar a imóveis um valor de uso que antes não tinham (inovações, diferenciais), para poderem cobrar um preço superior ao inicial.

d) O Estado: articulador da organização espacial da cidade, tem o poder decisório no planejamento e zoneamento da cidade, tornando-o, assim, peça fundamental na produção do espaço urbano. O Estado pode, através de regulamentação de uso do solo, de cessão de infraestrutura e de outros instrumentos de política urbana, favorecer ou não uma área. Por isso, o contato entre o Estado e os demais agentes produtores do espaço urbano é tão importante.

e) Os grupos sociais excluídos: formados por aqueles que não têm condições financeiras para comprar ou alugar um imóvel e que dependem de ajuda governamental para se instalarem ou mesmo ocupando cortiços e favelas. Além destes, os conjuntos habitacionais populares e a autoconstrução em loteamentos periféricos são os produtos destes grupos na modelagem do espaço urbano.

Maricato (2013), analisando a produção do espaço urbano, afirma que, sob a ótica do capital, a cidade é uma mercadoria. O capital molda o espaço urbano conforme suas necessidades, para obtenção de lucros, juros e rendas. Fazem parte desse grupo de capitais responsáveis pela reformulação urbana os incorporadores imobiliários, a construção civil (edificações, estrutura e infraestrutura) e o capital financeiro imobiliário.

Os argumentos apresentados por Harvey (2006) sobre a acumulação via espoliação coincidem com o processo que vem ocorrendo nas cidades brasileiras, e desencadeia uma reestruturação urbana que não se deseja apenas em termos sociais, ambientais e espaciais. Segundo o autor, a exploração do espaço urbano é uma nova e mais agressiva

forma de acumulação do capital, uma forma aprimorada da acumulação primitiva do capital. A ideia de espaço público como essência da cidade, um território onde são estabelecidas as relações sociais e identitárias reafirmando a liberdade individual da sociedade, se dilui na voracidade das regulações dadas à produção do espaço urbano nas cidades.

Portanto, compreender o processo de transformação da cidade passa por mais do que o puro exercício de análise espacial local, deve-se entender que a transformação experimentada nas cidades vem de uma mudança de escala global. A globalização não é só econômica, ela alterou as relações sociais, políticas e culturais, o que conduz à produção de novas espacialidades. Dentre estas, os condomínios fechados residenciais que, inseridos na lógica capitalista atual, modificam as formas de consumo do espaço urbano e favorecem a acumulação de capital, também surgem como solução para os problemas sociais gerados por essa realidade global, produzindo espaços com uso restrito e modificando as relações sociais e espaciais existentes.

#### **4 Os condomínios residenciais fechados**

Os espaços residenciais protegidos por muros e providos de segurança particular tiveram como precursores os *Gated Communities* ainda no final do século XIX nos Estados Unidos, porém foi a partir de 1970 que se percebeu um grande crescimento destes empreendimentos no mundo, segundo Barajas (2003 *apud* SPOSITO E GÓES, 2013, p.62). Os condomínios horizontais fechados surgiram no Brasil a partir de São Paulo com o Alphaville, lançado em 1974. Alphaville, atualmente, é considerado o maior condomínio fechado do Brasil. Segue o modelo das *edge cities* norte-americanas, ou seja, reúne residências, serviços e empregos, como numa mini-cidade. Segundo Caldeira (2011), os condomínios fechados começaram a ser construídos nos anos de 1970, durante o boom do mercado imobiliário e do financiamento estatal.

Janoska e Glasze (2003, p.13-14) abordam a condominização como resultado do processo de globalização e elencam consequências políticas, econômicas e culturais que favorecem esse mercado. A primeira está relacionada à precariedade da infraestrutura urbana oferecida pelo Estado, o que levaria a uma parcela da sociedade com renda mais elevada a investir em sua própria infraestrutura, não necessitando assim do poder público.

A segunda, diz respeito ao poder que o mercado imobiliário alcançou devido à falta de regulamentação específica e dirigindo o "mercado do solo" urbano de acordo com seus interesses comerciais. A terceira consequência seria a transformação observada no âmbito político mundial com a mudança do modo de governo que, depois da derrubada dos governos comunistas na Europa nos anos 1980, passou a ser difundida a ideia de "estado mínimo". Para tanto, observou-se uma descentralização do governo nas decisões econômicas e sociais, favorecendo a iniciativa privada. Essa falta de regulação governamental fez com que o desenvolvimento da urbanização das cidades não fosse controlado pelo poder público e sim pelos empreendedores privados.

A quarta, relativa a um aumento da percepção subjetiva da insegurança, onde cada vez um número maior de pessoas busca a segurança que os muros e portões proporcionam. A reprodução do modelo de vida voltado ao consumo é a quinta consequência da globalização que favoreceu a condominização. Principalmente em países subdesenvolvidos, viver em um condomínio deste tipo é símbolo de status e inclusão no mundo moderno. Por último, os autores descrevem a difusão do sucesso desses produtos imobiliários como razão para que outros empreendedores busquem obter o mesmo êxito, tornando os condôminos fechados num modelo mundialmente difundido como sendo muito vantajoso.

## 5 A segregação e a autosegregação socioespacial

Diante dos “motivos” pelos quais os condomínios surgem em grande número, inclusive no Brasil, observamos que esses empreendimentos modificam as relações existentes no espaço urbano. Estamos diante do processo de autosegregação<sup>35</sup>, onde os indivíduos preferem o isolamento para manutenção de desejos e ideais individuais que geram espacialidades coletivas dentro do modelo atual globalizado, diferentemente da segregação imposta a grupos sociais de baixo poder aquisitivo o qual não são dadas muitas opções de moradia.

Citando Correa (1989) novamente, a segregação residencial constitui-se um dos maiores processos de fragmentação e gera uma espacialidade específica, reunindo grupos sociais de relativa homogeneidade em áreas heterogêneas entre si, as quais ele define como áreas sociais. Essas áreas, definidas pela segregação residencial, resultam de processos sociais e de práticas espaciais engendradas por agentes sociais concretos, com interesses, contradições e conflitos. Nessa lógica o Estado, particularmente na escala municipal, interfere participando de ações e negociações com outros agentes como os proprietários dos meios de produção, grandes empresas, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os grupos sociais excluídos e inúmeros outros agentes sociais. Esse raciocínio nos revela a segregação como processo espaço temporal, não apenas como fato isolado. O autor cita as três forças básicas que estruturam as classes sociais, conforme Harvey (1973 *apud* Correa, 1989), sendo elas:

a) Uma força primária derivada das relações entre capital e trabalho, que é a relação entre quem “compra” e quem “vende” a força de trabalho. No caso desta pesquisa, seria a dinâmica de prestação de serviços existente entre os moradores do condomínio e os do entorno. Aqueles que se autosegregam demonstram o desejo de diminuir o contato com a parte que lhe desagrada da cidade, mas a dependência da mão de obra para serviços domésticos, de segurança e manutenção permanece. Ao passo

---

<sup>35</sup> Termo proposto por Corrêa (1989).

que esta força une também os moradores do lado de fora, que veem no condomínio próximo às suas casas uma oportunidade de trabalho e geração de renda;

b) Uma força residual, pretérita ao sistema atual, mas que ainda exerce influência na sociedade e no modo de produção. Aqui observamos o papel dos proprietários de terra, especialmente no caso de Alfenas, dos antigos cafeicultores da região. A malha urbana expande para a periferia através do loteamento de terras pertencentes, em maior parte, a grupos formados por famílias tradicionalmente conhecidas por sua atividade cafeeira. É o caso do Grupo Engel Madureira e Grupo Jodil (Mont Blanc Residence) e das terras incorporadas pelo Grupo Sequóia que eram dos proprietários do Café Campinho;

c) Forças derivativas, provenientes da dinâmica do capitalismo, derivadas de suas necessidades intrínsecas, envolvendo, o processo de acumulação e sua continuidade e, a reprodução de uma sociedade diferenciada. A necessidade de espaços exclusivos, a busca pela segurança (superestimada pela propaganda dos condomínios), enfim, a forma de consumo do espaço urbano.

Essas forças tornaram a sociedade capitalista mais complexa, fragmentando-a em diversas classes, e engendraram:

I – a fragmentação da classe capitalista e do proletariado em razão da divisão do trabalho, do progresso técnico e da especialização funcional, com isso vários estratos sociais surgem;

II – classes distintas de consumo, objetivando uma demanda; contínua e variada, o que é fundamental para a acumulação de capital;

III – o aparecimento de uma classe média heterogênea (diferenças de renda, culturais e de origem), burocrática, abrangendo esferas importantes do Estado e de grandes empresas, que organizam e controlam a produção, a circulação, a distribuição e o consumo;

IV – desvio de consciência de classe e projeção ideológica da classe dominante, visando desviar a atenção dos problemas das relações capital-trabalho;

V – a necessidade de organizar as chances de mobilidade social que podem advir do processo de produção, circulação e distribuição e sua dinâmica, que podem criar instabilidade na estrutura social; é necessário, então, criar barreiras para controlar essa mobilidade, como se exemplifica com a educação diferenciada.

À medida que essas forças atuam no espaço urbano, geram uma intensa fragmentação da estrutura social e isso deriva uma hierarquização do tecido urbano. Enquanto alteram padrões e conferem à localização diferenciada um papel importante na materialização destas forças, favorecendo a estratificação social através da segregação residencial na cidade capitalista.

O conceito de autossegregação é também utilizado por Sposito e Góes (2013) que a tratam em escalas e dimensões múltiplas. As autoras definem este processo como resultado “da radicalização e do aprofundamento de múltiplas formas de distinção, de segmentação, de desigualdades e, portanto, de diferenciação”. Ela amplia tanto as diferenças (culturais, étnicas, religiosas, políticas) e as desigualdades (socioeconômicas) que promovem, numa escala maior, na perda do direito das pessoas ao acesso à cidade e, numa menor e não menos importante, no agravamento dos sentimentos de intolerância e indiferença em relação ao outro. Diferentemente da segregação imposta, onde, segundo Vasconcelos (2013), as pessoas são forçadas a residir em ambientes semelhantes a guetos (assentamentos, por exemplo), a autossegregação é de caráter voluntário e desejado por pessoas que acreditam que, por trás de muros e grades estarão imunes ao “caos” exterior, criando demanda para empreendimentos cada vez maiores e valorizados, além de rentáveis para quem trabalha com o solo urbano como objeto de reprodução do capital.

Esta visão mercadológica foi abordada por Carlos (2013) quando menciona que por trás da alegação da separação espacial como forma de promoção de maior segurança, qualidade de vida e, até mesmo, de exclusividade, esconde-se uma “estratégia imobiliária capaz de realizar a propriedade privada da riqueza e a lógica da realização do lucro, por meio

de uso e ocupação do espaço”. Porém este espaço faz parte de um tecido urbano complexo, composto de relações coletivas e que os condomínios fechados buscam ignorar. Ao se isolar, estas parcelas da sociedade, perdem a relação de “espaço vivido” com a cidade, produzindo o que Carlos (2007) destaca como sendo um espaço desprovido de identidade e reconhecimento por parte da sociedade que induz ao estranhamento, não ao pertencimento, numa espacialidade como mercadoria e subordinado ao capital financeiro, não mais articulado pelas relações socioespaciais.

Caldeira (2011) chama os novos empreendimentos urbanos residenciais fechados de “enclaves fortificados” e analisa como essa forma de habitar tem alterado a forma como as classes média e alta têm vivido, consumido, trabalhado e gastado seu tempo livre na cidade. Como enclaves fortificados a autora inclui os conjuntos de escritórios, shopping centers, escolas, hospitais, centros de lazer e parque temáticos que satisfaçam ao ideal privativo da elite. São propriedades privadas, porém de uso coletivo que enfatizam o exclusivismo em detrimento ao que é público e aberto à livre circulação. Descreve esses enclaves e seus habitantes como:

[...] ambientes socialmente homogêneos. Aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas. Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcadas por suspeita e restrição. (CALDEIRA, 2011, p. 259)

Suas barreiras físicas afastam o indesejável contato com classes sociais hierarquicamente inferiores (exceto como forma de força de trabalho) e com a heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas. Apuram o sentimento de negação e ruptura com o restante da cidade e, acima de tudo, conferem status. Uma relação simbólica que transforma o enclausuramento, o isolamento, a restrição, a autossegregação e a vigilância em prestígio social.

Com esse pensamento a lógica centro-periferia é subvertida, de forma que as regiões centrais já não oferecem espaços suficientes e adequados para que a elite tenha espaço e tranquilidade necessários para residir, mesmo sendo evidente que o centro contém maior infraestrutura. Áreas isoladas das cidades estão sendo alvo de empreendedores imobiliários que construíram uma resignificação do que é a periferia, agora não mais para alojar mal a classe trabalhadora e sim para constituir um espaço elitizado e balizado em forte diferenciação social.

## **6 Cidades médias: um atrativo**

As cidades médias têm um importante papel na organização do território através do comando de diferentes segmentos da rede urbana brasileira, pois demonstram sua relevância como pontos de atração e influência decorrentes de atividades econômicas complexas, que articulam atividades agrícolas, industriais e de serviços diversos. Uma tarefa importante na temática da cidade média é conceituá-la, pois, em virtude da heterogeneidade de realidades e pela temporalidade dos fenômenos econômicos e sociais, tornou-se muito difícil conceituá-la.

Para Corrêa (2007) a cidade média é uma combinação entre tamanho demográfico, funções urbanas e organização do espaço intra-urbano, ou seja, para conceituá-la não se deve tomar nenhum destes fatores de forma isolada. Em outras palavras, estas cidades são definidas não apenas pelo tamanho demográfico ou dimensões territoriais, mas acima de tudo, pela relação entre as funções que desempenham na rede urbana, ou seja, o papel dos fluxos de mediação (bens, informação, inovação, administração, etc.) entre os territórios rurais e urbanos da sua área de influência e com outros centros e áreas menores. Elas exercem funções de intermediação entre os espaços locais e os espaços regional e global, por isso a análise de uma cidade média deve estar articulada em diferentes escalas de análise, intermediada por combinações entre o

tamanho demográfico, o plano morfológico e as funções e usos urbanos que as colocam em diferentes papéis na rede urbana (SPOSITO, 2006).

As alterações da paisagem urbana geradas pela desconcentração da produção, que favoreceram o surgimento e desenvolvimento das cidades médias, modificaram-se nos últimos anos. Os sistemas técnicos de suporte estabelecidos pelas demandas industriais criaram condições para o desenvolvimento do setor terciário. Desta maneira, as cidades médias que surgiram através da dispersão geográfica dos meios de produção, se desenvolveram, em grande parte, potencializada da prestação de serviços que mantém com suas regiões de influência sem que o setor secundário tenha perdido forças de participação no mercado. Desta forma, as dinâmicas histórica, econômica e política, combinam os acontecimentos endógenos e exógenos com seu papel de comando de uma rede de relações em sua hinterlândia.

Inicialmente presentes em metrópoles, atualmente se observam condomínios fechados também em cidades médias. A desconcentração produtiva que viabiliza o crescimento também promove a atração de capital para investimentos que visam explorar o uso do espaço urbano. Como os condomínios fechados são produtos rentáveis e de grande aceitação no mercado metropolitano, seria previsível que fosse reproduzido onde o capital industrial se expandisse, por haver agora público para consumir este produto. Aliando isto a uma reprodução do discurso da violência que, conforme Sposito e Goés (2013) constitui estratégia marcante deste tipo de empreendimento, além de outras razões, típicas do modo de vida globalizado, como o "desejo de distinção social e de separação espacial" ou "o direito à exclusividade".

Assim, o espaço urbano se (re)produz a partir de contradições. De um lado a riqueza de quem pode se proteger da violência e garantir um bom investimento imobiliário e de outro a pobreza de quem sequer pode ter acesso a todos os espaços públicos da cidade, apontando para a gravidade das questões de ordem social que imperam nesse espaço. Isto encontra terreno fértil nas forças de mercado e na ação elitista e excludente do Estado, particularmente no que diz respeito às condições

de acesso à cultura, ao lazer, à terra urbana, aos serviços básicos e à produção da moradia.

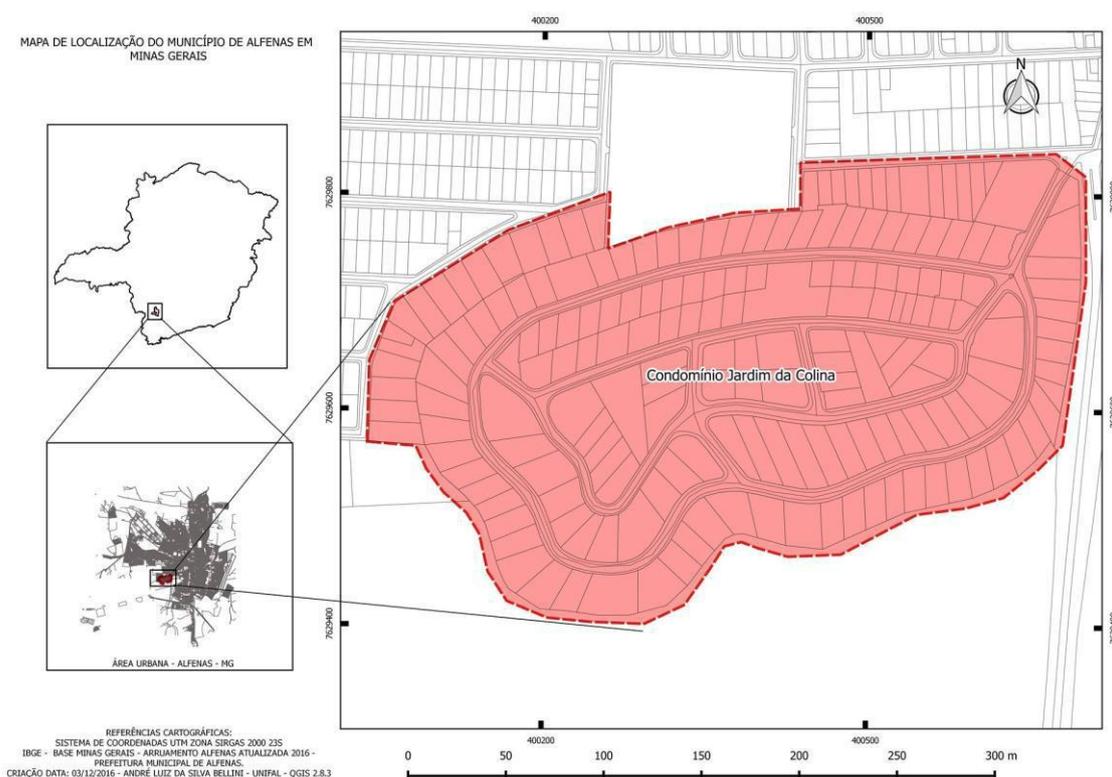
## **7 A condominização da cidade de Alfenas**

Neste item faz-se a contextualização do referencial teórico com a realidade da cidade de Alfenas, através da descrição de todos os condomínios fechados e das informações colhidas em campo.

### **7.1 O PIONEIRO: JARDIM DA COLINA**

A primeira iniciativa em direção da formação de um condomínio residencial horizontal fechado na cidade foi feita pela Associação de Moradores do Jardim da Colina. Concebido como um loteamento de classe alta, com terrenos maiores que o padrão local (chegam a 700m<sup>2</sup>, conforme informação da Secretaria de Planejamento), o bairro foi inaugurado nos anos 1970, de acordo com Alfenas (2006).

Figura 3 - Mapa de localização do condomínio fechado Jardim da Colina - 2016



Fonte: IBGE, 2016.

De acordo com relatos dos moradores, o bairro permaneceu aberto por muitos anos, até que nos anos 1990 os moradores se mobilizaram e fecharam o bairro por conta própria e sem respaldo legal.

Como era um bairro, não um loteamento fechado, causava transtornos aos gestores municipais, pois serviços urbanos eram de obrigação legal do município e o acesso era impedido à população em geral. No ano de 2010, conforme informação dada pelo ex-prefeito Luizinho, a prefeitura fez uma negociação com os moradores do bairro para que sanassem os problemas internos de esgotamento sanitário e pavimentação em troca de isenção de 50% (cinquenta por cento) do IPTU das unidades e da regulamentação do bairro como condomínio fechado. Conforme o próprio Luizinho:

O Jardim da Colina era aberto no papel, os próprios moradores que fecharam e fizeram as regras. No meu governo eu legalizei aquilo. Era aberto, não tinha legislação, mas era fechado para a população. Tinha um problema sério de esgoto que a Copasa teve que resolver, teve que trocar toda a rede de esgoto. Tinha

problema de drenagem e asfalto também. Com a legalização a prefeitura deu uma isenção de 50% do IPTU durante 10 anos para eles criarem um fundo para recapear o asfalto e fazer a drenagem, já que a Copasa refez o esgoto. Considerando que era aberto legalmente, a prefeitura tinha certa responsabilidade, por isso esse acordo. Resolvemos o problema, fiz várias reuniões lá, aí fez a lei e fechamos. Uma lei ou um decreto, não me lembro qual o instrumento legal. Só sei que resolveu. (LUIZINHO, 2016)

Atualmente o Condomínio Jardim da Colina está legalmente instituído como um residencial fechado e conta com restrições urbanísticas próprias, definidas pelos moradores e que são seguidas, inclusive, pela própria Secretaria de Planejamento quando da aprovação de novos projetos para este espaço.

Figura 4 - Portaria de acesso ao Jardim da Colina



Fonte: Lilian M. C. Azevedo, outubro de 2016.

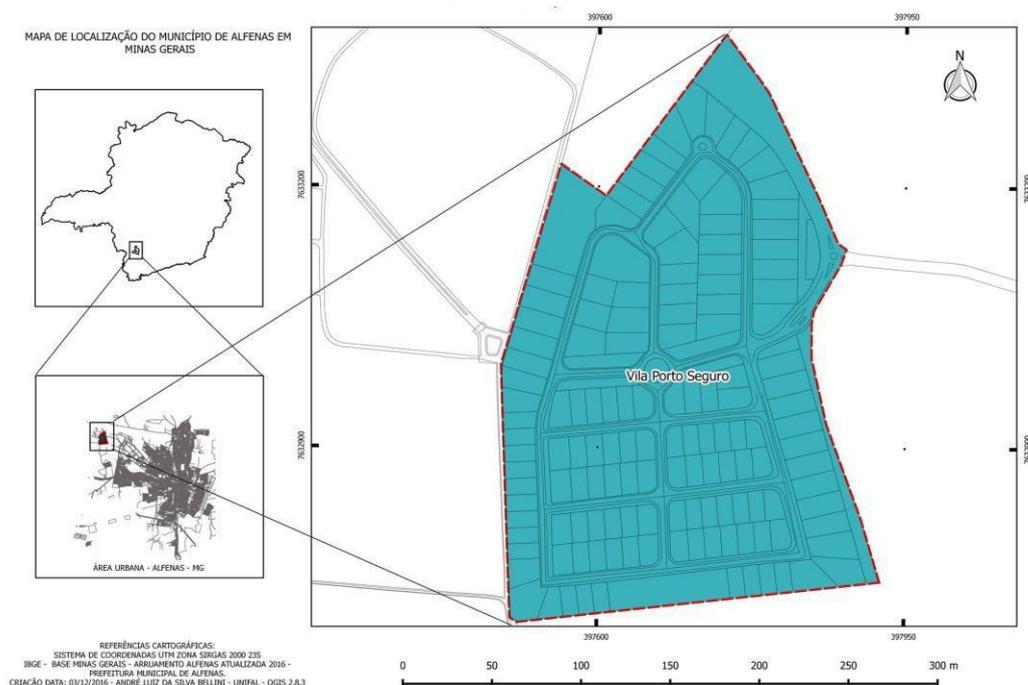
## 7.2 RESIDENCIAL VILA PORTO SEGURO

Situado às margens de um lago artificial o Residencial Vila Porto Seguro é um dos recentes condomínios horizontais fechados da cidade. Mesmo depois de várias tentativas de obtenção de informações, obtivemos pouco sucesso. A arquiteta da prefeitura de Alfenas, Katia Maria Iunes Garcia, relatou que o empreendimento foi autorizado e lançado em 2013 para vendas.

O loteamento teve que se adequar para sua regularização por ser às margens do lago. Os projetos de esgoto não interligaram o condomínio

à rede urbana, devido à topografia do lugar. Como a área é muito abaixo das redes de coleta de esgoto municipal, teria que ser construída uma estação elevatória, que tem custos elevados, por isso os empreendedores optaram pelo uso de fossas sépticas. Esta estratégia demandou uma negociação com a Companhia de Saneamento (COPASA) para evitar danos ao meio ambiente e, conseqüentemente, a liberação do projeto para execução (um loteamento só pode ter lotes comercializados após todos os projetos infraestruturais estarem devidamente aprovados). Não foi possível apurar quando ocorreu a regularização, porém a arquiteta da prefeitura informou que hoje o condomínio está completamente legalizado e não possui mais unidades à venda pelo empreendedor.

Figura 5 - Mapa de localização do condomínio fechado Vila Porto Seguro - 2016



Fonte: IBGE, 2016.

Figura 6 - Panfleto institucional do condomínio Residencial Vila Porto Seguro



Fonte: Inovar Engenharia e Pavimentação.

Mesmo estando entregue para os proprietários, o condomínio ainda não conta com serviços essencialmente típicos de um loteamento fechado. Os portões não ficam fechados e a portaria ainda não conta com porteiro 24 horas.

Figura 7 - Portaria de acesso ao condomínio Residencial Vila Porto Seguro



Fonte: Lilian M. C. Azevedo, outubro de 2016.

Figura 8 - Detalhe de portão aberto e proximidade com o lago



Fonte: Lilian M. C. Azevedo, outubro de 2016

### 7.3 O GRUPO SEQUÓIA: RESIDENCIAL FLORESTA E CIDADE JARDIM

Dois dos condomínios fechados da cidade de Alfenas são do mesmo grupo imobiliário, a Sequóia Loteamentos. Conforme informações do representante do grupo, senhor Ronaldo Padovezzi Lesiten, e do site institucional, o grupo atua há 18 anos neste seguimento, possuindo 71 loteamentos (implantados, em implantação e em fase de projetos) em 20 cidades, nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Originalmente da cidade de São João da Boa Vista, em São Paulo, o grupo expandiu seus investimentos graças a uma estratégia de parcerias com os proprietários de terras em áreas urbanas.

A Sequóia assume os projetos, a regularização, a construção/execução e a comercialização do empreendimento, ficando com 60% (sessenta por cento) da arrecadação total na comercialização dos lotes, os demais 40% (quarenta por cento) ficam para os proprietários do terreno onde o loteamento é implantado. Desta maneira, o Grupo Sequóia age como incorporador (conforme Lei Federal nº4.591/64) sendo a empresa que articula o negócio imobiliário, identifica oportunidades, executa estudos de viabilidade, organiza as

permutas de terrenos e formata o produto a ser desenvolvido através dos projetos, utilizando os terrenos dos parceiros imobiliários.

É papel do incorporador realizar a comercialização das unidades (neste caso, dos lotes), ficando a cargo também a publicidade e serviços de corretagem imobiliária.

Além de incorporador, o grupo assume também a execução dos projetos, terceirizando os serviços, mas permanecendo sob sua responsabilidade a execução dentro do cronograma de obras previsto em contrato firmado entre as partes (proprietário de terras, poder público e empreendedor). Outro papel importante do grupo dentro da comercialização das unidades é o de financiador direto ao consumidor.

O grupo se torna, então, responsável pela idealização e materialização do empreendimento enquanto negócio imobiliário. Assume a maior parte dos riscos da negociação, por isso tem a maior parte da margem operacional (lucros), sendo de sua competência entregar o empreendimento na dada acordada.

Conforme informações do representante do grupo, a Sequóia firmou um grande acordo com os proprietários da empresa Café Campinho Ltda, nas pessoas dos diretores José Reinaldo Vieira da Silveira e Feliciano da Silveira Filho que eram os proprietários da área onde estão localizados os empreendimentos e também de muitas áreas adjacentes. A intenção do grupo e dos proprietários das terras é de realizar a construção de pelo menos oito loteamentos na área, constituindo um aglomerado de condomínios fechados numa área de aproximadamente 484ha. Um novo condomínio já está em processo de regulamentação de projetos na prefeitura, este será construído acima do Residencial Floresta.

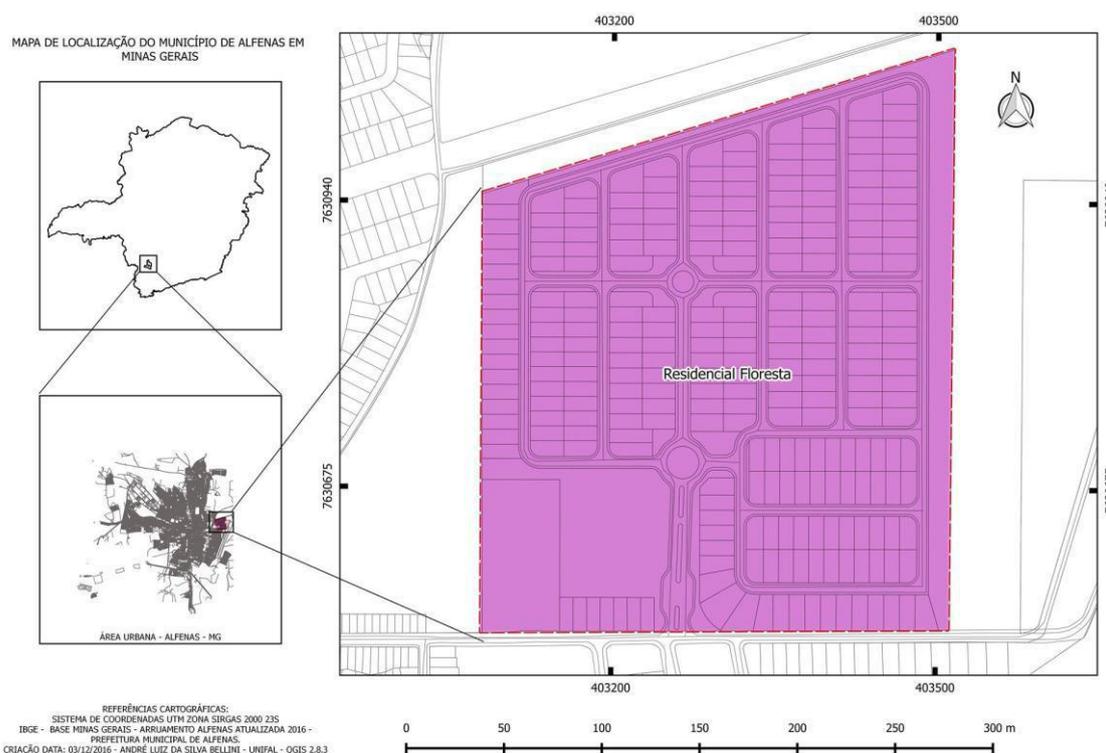
Questionado sobre a existência de mercado para todos estes empreendimentos na cidade, o representante do grupo foi taxativo em dizer que sim. Salientou que o Residencial Floresta foi totalmente vendido em apenas três anos e que o Cidade Jardim, mesmo não estando concluído, já conta com 85% da parte aberta e 40% da fechada vendidos

(o empreendimento Cidade Jardim é misto de loteamento fechado e aberto).

### 7.3.1 Residencial Floresta

Dos condomínios horizontais fechados mais recentes da cidade, o Residencial Floresta é o único que já foi entregue aos proprietários e está em pleno funcionamento (habitado e com serviços). Localizado na Rua Alferes Domingos Vieira e Silva, ao lado dos bairros Jardim Aeroporto e Santos Reis. Com 258 lotes a partir de 432m<sup>2</sup>, conta com infraestrutura completa com água, esgoto, galerias de águas pluviais, rede elétrica, pavimentação, portaria 24 horas e sede social com piscina, quadra de tênis, campo de futebol e playground.

Figura 9 - Mapa de localização do condomínio fechado Residencial Floresta - 2016



Fonte: IBGE, 2016.

O Residencial Floresta foi o primeiro loteamento da cidade que, sendo concebido como condomínio fechado, mantém portões fechados e guarita com porteiro 24 horas na entrada, além dos demais serviços oferecidos aos condôminos. Também é o primeiro a ter 100% dos lotes vendidos pela incorporadora.

Figura 10 - Portaria de acesso ao Residencial Floresta



Fonte: Lilian M. C. Azevedo, outubro de 2016

Conforme informações de Luiz Antonio da Silva, que era prefeito de Alfenas no período em que os projetos deste condomínio foram submetidos à prefeitura, este loteamento foi projetado como condomínio fechado por exigência do poder público municipal. Esta estratégia seria para evitar que a cidade tivesse que arcar com os custos de manutenção de mais um bairro, pois, caso fosse um loteamento aberto, a prefeitura tem obrigação de manter as galerias pluviais e as vias de circulação em bom estado, o que gera custos consideráveis aos cofres públicos. Como o empreendedor foi obrigado a fazê-lo fechado, ficou com a responsabilidade de arcar com a implantação e manutenção da infraestrutura durante a construção do loteamento e, após a conclusão das obras, os custos são de responsabilidade da associação formada pelos moradores e proprietários do condomínio, denominada Associação dos Proprietários do Loteamento Fechado Residencial Floresta, eximindo assim a prefeitura de qualquer gasto com o empreendimento.

Além desta isenção de responsabilidades, o poder público solicitou, como contrapartida ao município, que o empreendedor asfaltasse a rua Alferes Domingos Vieira e Silva (rua da portaria do condomínio), que regularizasse a situação de alguns terrenos próximos que apresentavam problemas de esgotamento sanitário e ligação de água, e construísse uma área de lazer para os moradores do bairro Santos Reis que consistia numa praça com academia ao ar livre (figura 10). O objetivo foi de urbanizar não somente a área interna do residencial, mas que o incorporador favorecesse e trouxesse infraestrutura também o entorno.

Figura 11 - Academia ao ar livre da Rua Alferes Domingos Vieira Silva construída pelo grupo Sequóia



Fonte: Lilian M. C. Azevedo, outubro de 2016

Observando a figura 12 percebemos que uma pequena faixa de lotes está fora dos limites dos muros do condomínio. A quadra "O" foi concebida para atender a empreendimentos comerciais que serviriam aos moradores do loteamento e dos bairros adjacentes, pois, como estão fora do perímetro fechado, não têm as restrições impostas pelas regras e posturas urbanas do residencial. Todavia, observa-se a construção de residências nesses lotes e, até o momento, nenhum estabelecimento comercial se instalou neste espaço.

Figura 12 - Planta do loteamento Residencial Floresta e visão da Quadra "O"

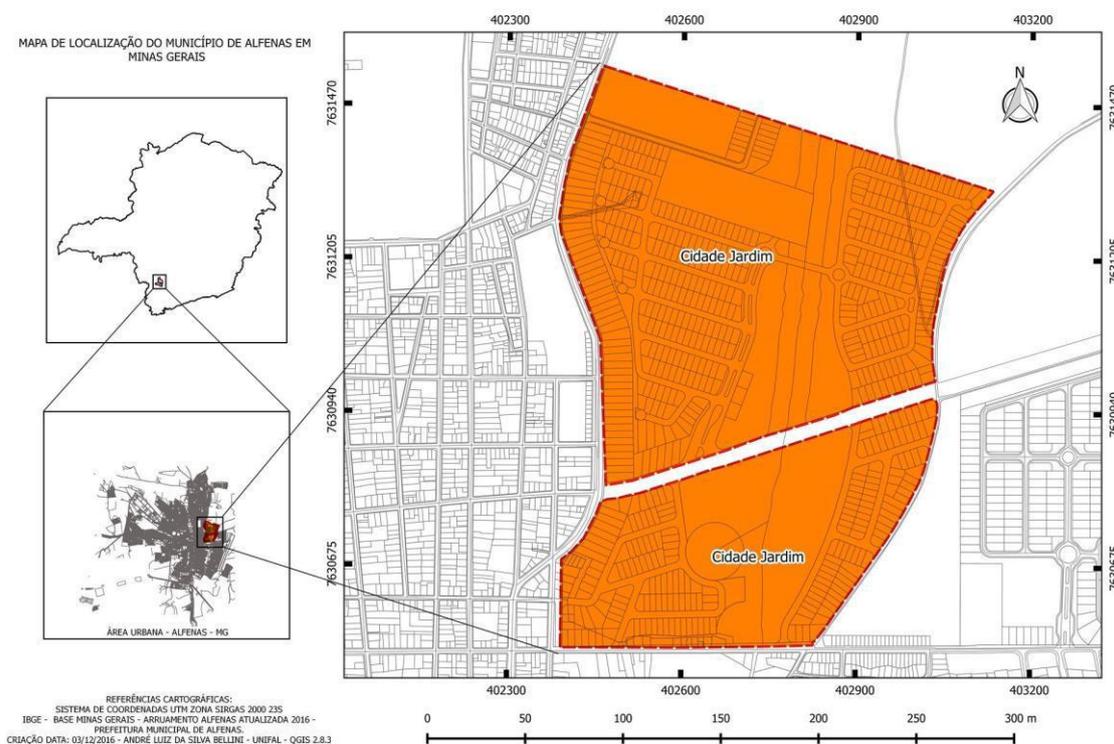


Fonte: Sequóia Empreendimentos Imobiliários;  
Foto: Lilian M. C. Azevedo, outubro de 2016.

### 7.3.2. Cidade Jardim e Residencial Cidade Jardim

Este é o primeiro empreendimento misto da cidade e, conforme entrevista com o prefeito responsável pela cidade na época da liberação, é um teste. Como a prefeitura manteve a exigência de somente liberar loteamento se fosse fechado e, conseqüentemente, minimizar a responsabilidade com infraestrutura, e a área destinada a este empreendimento ser superior ao do Residencial Floresta, chegou-se a um acordo de que parte seria fechada e outra parte aberta.

Figura 13 - Mapa de localização do empreendimento Cidade Jardim - 2016



Fonte: IBGE, 2016.

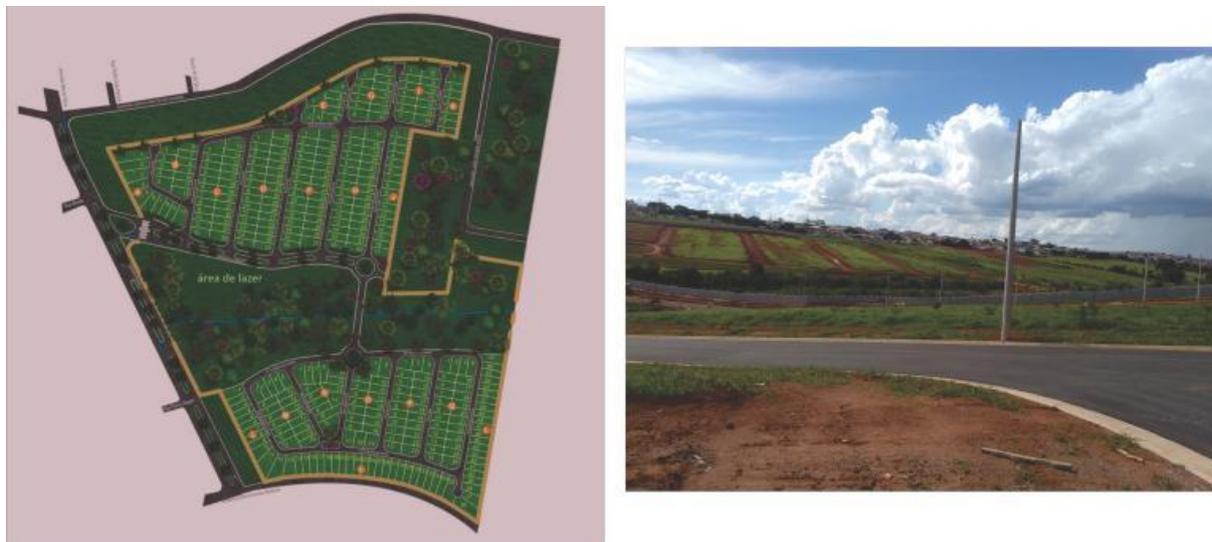
O loteamento aberto conta 175 lotes, a partir de 250 m<sup>2</sup> de área, conforme figura 14. O Residencial Cidade Jardim, condomínio fechado, fica ao lado e comporta 384 lotes, a partir de 300m<sup>2</sup> (figura 15).

Figura 14 – Planta do loteamento aberto Cidade Jardim e foto das obras de implantação



Fonte: Sequóia Loteamentos  
 Foto: Lilian M. C. Azevedo, outubro de 2016.

Figura 15 – Planta do Loteamento fechado Residencial Cidade Jardim e foto das obras de implantação



Fonte: Sequóia Loteamentos

Foto: Lilian M. C. Azevedo, outubro de 2016.

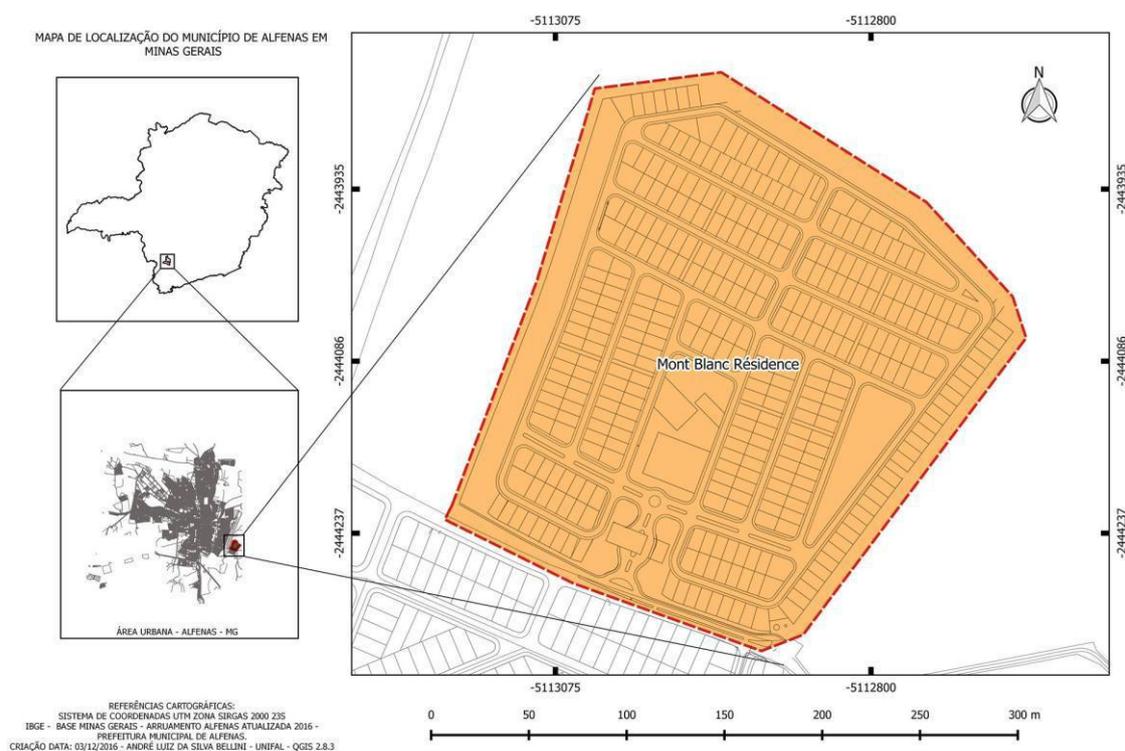
De acordo com o representante do grupo Sequóia, senhor Ronaldo Padovezzi Lesiten, a parte aberta está com 85% das unidades vendidas e a fechada, 40%. As obras de infraestrutura ainda estão sendo feitas e o empreendimento tem previsão de entrega aos proprietários em junho de 2017.

A contrapartida dada ao município para a liberação do loteamento foi a doação de uma área de aproximadamente 21 mil metros quadrados para a implantação de prédios públicos e equipamentos urbanos. Conforme informado pelo senhor Ronaldo, este espaço seria destinado a um Batalhão da Polícia Militar, uma creche e seis órgãos públicos. Uma pista de caminhada também está descrita no projeto para atender tanto aos moradores do loteamento como dos bairros vizinhos.

## 7.4 MONT BLANC RÉSIDENCE

Implantado em uma área de 300 mil metros quadrados o Mont Blanc Résidence Alfenas é o maior condomínio fechado da cidade. Contando com 362 lotes residenciais, com área média de 385 a 917m<sup>2</sup> cada, além de 49.000 m<sup>2</sup> de áreas verdes. O projeto contempla um complexo social de esporte e lazer com centro de convívio com salão de festas, academia, piscinas, salão de jogos, espaço *gourmet*, *play ground*, quadras de tênis, quadra poliesportiva, campo de futebol e um prédio administrativo.

Figura 16 - Mapa de localização do condomínio fechado Mont Blanc Residence - 2016



Fonte: IBGE, 2016.

De iniciativa do Grupo Jodil, que é responsável pela incorporação da área pertencente ao Grupo Engel Madureira, o condomínio segue um padrão arquitetônico próprio dos incorporadores que, com esta conformação de grupo, construíram um outro condomínio residencial horizontal fechado, também nomeado Mont Blanc Residence, na cidade

de Campinas/SP. O Grupo Jodil pertence ao Grupo Campneus (rede oficial de revendedores dos pneus Pirelli) assim como a Terra Forte Exportadora de Cafés e outras empresas. O empreendimento foi aprovado no ano de 2014, quando começou as obras. A previsão de entrega é para o início de 2017.

De acordo com a senhora Ana Karolina, uma das corretoras que comercializam os lotes no empreendimento, cerca de 95% do condomínio estão vendidos e algumas facilidades na questão do pagamento alavancaram as vendas das unidades nos últimos meses. Além das condições de financiamento oferecidas pelo Grupo Jodil, foi oferecida a possibilidade de pagamento do terreno em sacas de café, sob intermédio da exportadora Terra Forte. Além desta forma de financiamento, outra estratégia que diferencia este empreendimento dos demais do mesmo segmento na cidade foi a descentralização da corretagem dos lotes. Neste loteamento são várias as imobiliárias que comercializam os terrenos, enquanto nos outros somente a incorporadora os fazem.

Figura 17 - Planta do loteamento Mont Blanc Residence e portaria de acesso ao condomínio



Fonte: Grupo Jodil.

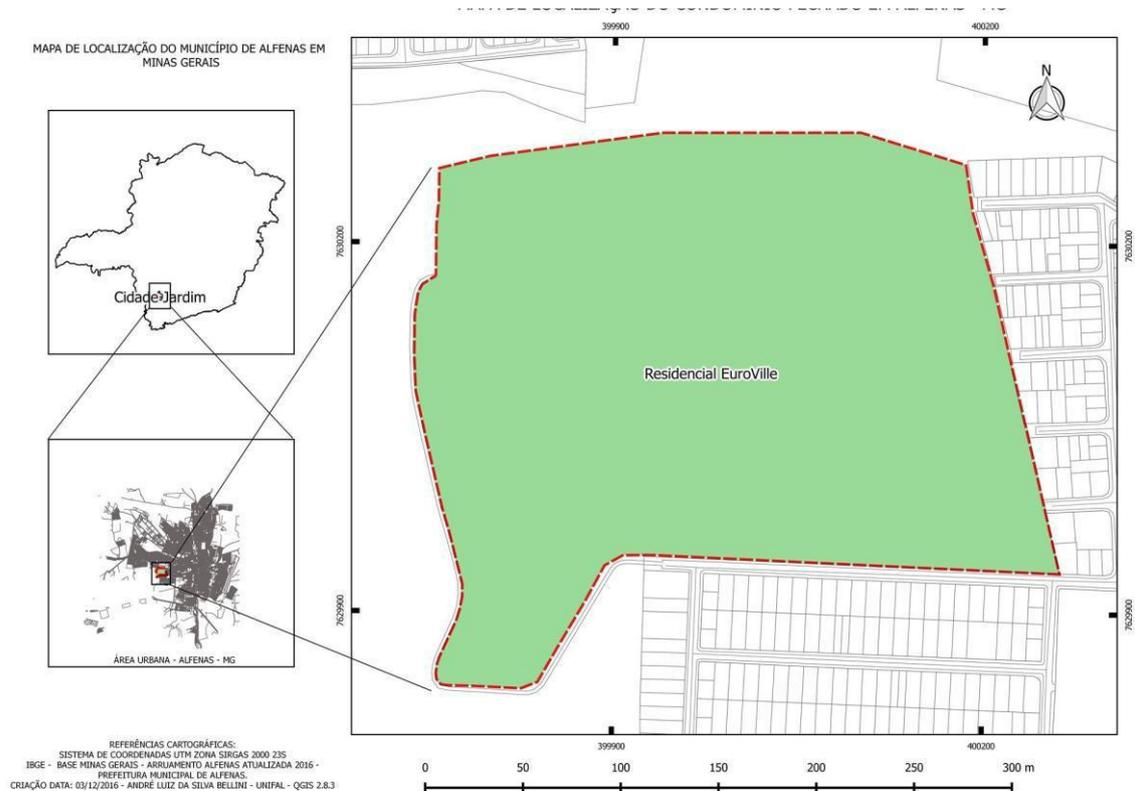
Foto: Lilian M. C. Azevedo, outubro de 2016.

## 7.5 EUROVILLE: O MAIS RECENTE

De iniciativa da Stone Empreendimentos Imobiliários, o Residencial Euroville é o mais novo condomínio residencial horizontal fechado da cidade de Alfenas. Esta empresa foi fundada em 2012 na cidade de Lagoa da Prata/MG e sua principal atividade é a de compra e venda de imóveis e faz parte do Grupo V8 Empreendimentos que atua no setor imobiliário, bike e moto peças, construção civil, pecuária e agropecuária, dentre outras atividades. Conforme dados do site institucional, o Grupo V8 possui mais de 6 mil lotes comercializados em 20 cidades de Minas Gerais (Alfenas, Bom Despacho, Campo Belo, Dores de Indaiá, Formiga, Governador Valadares, Itajubá, Itatiaiuçu, Lagoa da Prata, Luz, Machado, Maria da Fé, Martinho Campos, Moema, Piranguçu, Pompéu, Pouso Alegre, Prados, Santo Antonio do Monte, São Gonçalo do Pará). Além da Stone Empreendimentos, também fazem parte do Grupo V8 as empresas Fort Empreendimentos, Top Urb Empreendimentos, V8 Empreendimentos, Terranova Empreendimentos, LM Moto, LM Bike, Total Maxparts, W Sul Logística, Sense Bike, By Motos, DB do Brasil, Gominha Pneus, Rancho 55, dentre outros.

Conforme informações da corretora de imóveis que comercializa dos terrenos do Residencial Euroville, a senhora Amanda Nascimento, na cidade de Alfenas a Stone Empreendimentos trabalha juntamente com o Grupo By Motos na realização deste loteamento. A metodologia de negócios é, assim como o Grupo Sequóia (Residencial Floresta e Cidade Jardim), na forma de incorporadores imobiliários. Um grupo de empresários, não identificados pela corretora, disponibilizou a área de aproximadamente 80 mil metros quadrados para a construção do loteamento fechado. Também não foram declarados os percentuais desta negociação, apenas a informação de que a Stone seria a incorporadora do projeto.

Figura 18 - Mapa de localização do condomínio fechado Residencial Euroville – 2016



Fonte: IBGE, 2016.

O Residencial Euroville conta com 154 lotes no total, sendo eles, 132 residenciais e 22 comerciais. A corretora informou que mais de 80% do loteamento está vendido, 50% foram vendidos no primeiro mês de vendas. Os lotes comerciais são os das quadras H e I (figura 19), estão fora do perímetro dos muros do condomínio e, conforme informações da corretora, foram vendidos para a instalação de clínicas e consultórios médicos, exigência esta para este local. A intenção é a criação de um polo médico neste local que fica a 50 metros do Hospital Imesa e próximo a vários estabelecimentos dessa natureza.

Figura 19 - Planta do condomínio Residencial Euroville



Fonte: Stone Empreendimentos Imobiliários, 2016

A área institucional que aparece na figura acima (figura 19) foi a contrapartida do empreendimento à cidade, porém não foi possível obter a intenção de uso do poder público nesta área. Na mesma figura observamos uma área remanescente que é uma exigência da prefeitura para que seja recuperada pela incorporadora, por se tratar do fundo de vale do Córrego do Chafariz.

Figura 20 - Portaria de acesso ao condomínio Residencial Euroville



Fonte: Lilian M. C. Azevedo, outubro de 2016.

## **8 Análise socioespacial: o Residencial Floresta e o Bairro Santos Reis**

Dos condomínios descritos acima, somente o Jardim da Colina e o Residencial Floresta são habitados atualmente, os demais estão em construção da infraestrutura para ser entregue aos proprietários. O primeiro está consolidado, tendo em vista que foi construído nos anos de 1970. Já o segundo despertou maior interesse por ter se apresentado como uma alteração significativa numa estrutura urbana pré-existente e muito diversa da proposta do empreendimento. Na realidade, todos os empreendimentos do Grupo Sequóia contam com essa particularidade: a proximidade com bairros populares.

De acordo com a Lei Municipal nº 4.311/2011, os bairros adjacentes aos condomínios do referido grupo são todos pertencentes a uma grande ZEIS I (Zona de Especial Interesse Social) que são definidas, conforme redação da própria legislação, como "regiões ocupadas pela população, nas quais existe interesse público em promover programas habitacionais de urbanização e regularização fundiária, urbanística e jurídica, visando

à promoção da melhoria na qualidade de vida de seus habitantes e à sua integração à malha urbana”.

Figura 21 – Conflito de usos entre os empreendimentos do Grupo Sequóia e área definida como ZEIS I



Fonte: Lilian M. C. Azevedo, setembro de 2016

Como esta pesquisa é derivada de um trabalho de investigação qualitativa aliada à revisão bibliográfica, a realização de entrevistas e até mesmo de conversas informais com os moradores do Residencial Floresta e de seu entorno foi primordial para o entendimento das questões relativas à percepção das alterações espaciais provenientes do empreendimento. As respostas dadas pelos moradores do condomínio e pelos moradores do Bairro Santos Reis, atestaram questões que envolvem as escolhas feitas pelos usuários da cidade. Foi possível, também, observar as impressões e sentimentos dos moradores do

entorno do Residencial, principalmente relacionados às transformações espaciais que vieram com a inegável melhoria na infraestrutura e valorização de seus imóveis, não podendo descartar, também, a possibilidade de inserção profissional desses moradores como prestadores de serviços no interior do condomínio e, finalmente, um vislumbre de crescimento dos pequenos comércios locais.

Os condomínios fechados tornaram-se uma válvula de escape para os problemas urbanos, no caso de Alfenas principalmente para a violência, a falta de espaço e o alto custo de lotes na área central. A proposta dos empreendedores é de fornecer à sua seleta clientela espaços exclusivos, confortáveis e seguros.

Assim, em informações colhidas por meio de entrevistas realizadas com moradores do Residencial Floresta, observamos, nas falas dos mesmos, que eles acreditam ser vantajoso morar ali, pois há segurança e tranquilidade, tudo isso a um custo que não é proibitivo, tendo em vista sua classe social. Os entrevistados disseram que fizeram a opção de adquirir o lote neste local, inicialmente pela possibilidade de investimento vantajoso uma vez que os terrenos foram vendidos com o empreendimento ainda na planta (sem construção) e apresentaram bom custo em relação à localização e aos benefícios.

Após a construção e conclusão do condomínio, os entrevistados se interessaram em construir sua residência e morar lá por questões relacionadas à segurança. Relataram insegurança em morar no bairro Jardim Aeroporto, que faz divisa com o condomínio que residem atualmente. Mesmo estando a menos de um quilômetro entre a casa anterior e a atual, a sensação de segurança, conforme narrado, se dá pela estrutura do condomínio associada às medidas de segurança instaladas na residência de forma particular:

[...] temos porteiros, vigias e instalamos sistema de alarmes na casa. Hoje tenho a tranquilidade de trabalhar até mais tarde e saber que minha família está segura e que, na hora que eu voltar para casa, não serei abordado por marginais no portão. (FRANCISCO, 45 anos, 09/2016)

A insatisfação referente à falta de segurança nas cidades é, segundo Sposito e Goés (2013), a causa mais indicada pelas pessoas que decidiram morar em condomínios fechados há, pelo menos, dez anos. Antes disto, conforme as autoras, a percepção da cidade era outra e a questão da insegurança não era determinante na escolha por um loteamento fechado, como é hoje.

O discurso da violência tem sido utilizado pelos empreendedores também em Alfenas para valorizar seu produto imobiliário, distinguindo-se dos outros loteamentos abertos, são estratégias importantes para que exista a constituição do mercado para esse produto. Frases comerciais reforçam a importância de se viver em segurança nestes lugares, ressaltando que esses loteamentos correspondem a um novo conceito de moradia na cidade, melhor e mais seguro. O objetivo das propagandas imobiliárias é seduzir o potencial comprador, abaixo temos alguns exemplos:

“com portaria 24h, a vida aqui será mais segura” – Residencial Cidade Jardim  
“Escolha viver com segurança, no coração de Alfenas” - Euroville  
“segurança ostensiva e resguardando, de forma preventiva, seu conforto e paz” ou “A paz invadindo seu dia a dia” – Mont Blanc Residence

“Perfeito para morar” – Residencial Floresta

Caldeira (2011) ainda acrescenta que “o anúncio sugere um mundo claramente distinguível da cidade ao redor: uma vida de lazer seguro, um eterno domingo”. Observamos essa “imagem” de lazer seguro quando a entrevistada diz que escolheu morar no Residencial Floresta porque tinha receio de deixar o filho andar de bicicleta no bairro anterior, por medo da insegurança. Porém questionada, posteriormente, se o garoto andava de bicicleta nas ruas do condomínio, a resposta foi negativa, pois lá o filho não tem amigos para brincar nas ruas. Ou seja, a justificativa para a escolha não era efetivamente algo essencial.

Talvez mais importante, na realidade da cidade de Alfenas, seja a procura de um estilo de vida mais prestigiado e mais desejável em termos de residência. A busca por homogeneização social foi identificada na

entrevista quando o senhor Francisco dissertou sobre a relação com os vizinhos:

Quando eu comprei aqui nem tinha intenção de construir, era só investimento mesmo. Mas depois que decidimos construir achamos bom não ter muitos vizinhos. Mas quem constrói aqui é de bom nível, as casas devem seguir padrões, acredito que não teremos problemas com vizinhança. Nas reuniões que tivemos foi tranquilo. Temos um grupo no Whatsapp também. (FRANCISCO, 45 anos, 09/2016)

O distanciamento entre a vizinhança não é entendido com algo ruim, não há sensação de isolamento e o uso da tecnologia, presente no grupo de Whatsapp, demonstra que existe alguma forma de relacionamento entre eles, mesmo indireto.

Sposito e Góes (2013) referenciaram a residência ao status social afirmando que “o lar cristaliza importantes sistemas simbólicos”, além de ratificar que a casa “é uma forma de as pessoas se afirmarem publicamente”. Quem escolhe morar em um condomínio fechado espera que ele seja reconhecido como um morador de algo exclusivo e marcado por uma divisão social clara – o muro. Em entrevista, o ex prefeito de Alfenas, Luizinho, demonstrou sua opinião quando afirmou que quem escolhe morar num loteamento fechado:

[...] quer conviver com seu grupo, sua tribo, porque é chique, é status, mesmo que ele pague mais por isso, porque tem o condomínio, coleta de lixo, manutenção. Se fosse pela segurança, o que ele gasta com condomínio ele poderia gastar com equipamentos de segurança, proteção 24 horas, câmeras, etc, porque quem tem dinheiro pode garantir sua segurança e fica mais barato que a mensalidade de condomínio. (LUIZINHO, 24/10/2016)

Seria a escolha de viver entre pessoas seletas em um ambiente socialmente homogêneo para evitar os constrangimentos do confronto social. Por isso a relação com os moradores do entorno do condomínio não é estreita, restringindo-se ao vínculo de trabalho e, adicionalmente, uma intenção de comércio. Percebe-se que os condomínios fechados são atrativos transmitem uma sensação de segurança e tranquilidade devido à restrição ao acesso dos cidadãos comuns às áreas internas, tornam-se ambientes protegidos das “surpresas” das que áreas públicas podem

trazer. Na fala dos moradores não observamos a ideia de isolamento da cidade, pois nela realizam as atividades de trabalho, lazer e educação.

A construção de condomínios fechados em uma área da periferia como a que estão sendo inseridos os empreendimentos do Grupo Sequóia modifica expressivamente a relação dos moradores pré-existentes com o empreendimento e com o resto da cidade. De acordo com informações colhidas com os entrevistados do entorno que são de classe social inferior à dos novos moradores, foi possível perceber a visão que os mesmos têm do condomínio fechado.

Diferentemente do esperado, esses moradores não se sentem rejeitados, excluídos e/ou segregados pela presença do condomínio fechado, e, sim, favorecidos, pois o mesmo movimenta a economia do bairro, gera empregos para faxineiros, cabeleireiros, manicures, entre outros serviços, como também fortalece o comércio local. O condomínio também significa, na visão desses moradores do entorno, a esperança de melhoria da infraestrutura do bairro, como asfalto (a Rua Alferes Domingos Vieira Silva foi asfaltada como contrapartida do empreendedor ao município), rede de esgoto (para liberação do loteamento a administração pública exigiu que fosse regularizada a rede de esgoto que era precária), iluminação e, principalmente, a valorização dos imóveis do local e da região, fato confirmado pelos corretores das imobiliárias, que consideram a presença de um condomínio fechado em uma determinada área da periferia uma grande valorização de seu entorno, devido às diversas obras de infraestrutura geradas. Para os agentes imobiliários, a busca por segurança é o fator que mais influencia na compra e a presença de todo o sistema de segurança do condomínio intimida crimes em toda a região, possibilitando a valorização.

Damiani (2016) aponta para o que, segundo ela, alguns autores chamam de fronteiras relativas, ou seja, os espaços urbanos que confrontam com alguma "fonte" nova de potencial econômico. Esses "novos espaços de valorização econômica" aquecem a economia local, mas, perversamente e progressivamente, destitui as possibilidades de moradia da população que ali reside e que não se enquadra no novo perfil

social instalado. Acabam sendo expropriados com o tempo, devido à pressão do mercado e à especulação imobiliária. No caso dos moradores do Bairro Santos Reis pode-se identificar que o Residencial Floresta, o Cidade Jardim e o bairro Jardim Aeroporto o “cercaram”.

Todavia a expectativa de benefícios econômicos prevalece sobre a percepção de segregação e a recente instalação dos condomínios fechados ainda não trouxeram à população o real confronto de classes. Uma das moradoras ouvidas relatou que vê somente benefícios com os loteamentos:

Não vejo problema com esses condomínios, só coisa boa vindo pra cá. Esse bairro já foi muito ruim, depois que cresceu o Aeroporto melhorou bem, mas esse lado de cá ainda era ruim porque não tinha asfalto e desse morrão descia puro barro. Arrumaram isso e agora tem mais movimento. Ainda tem os serviços que ajuda muita gente, tem rapaz novo que estava à toa aqui e agora está trabalhando de ajudante nas casas do condomínio. Bom demais! (A. S., 58 anos, dona de casa)

Outra moradora, que trabalha de empregada doméstica em uma casa no bairro Aeroporto, aponta para uma apreensão quanto à segregação associando a relação entre os moradores do bairro Jardim Aeroporto e os dos condomínios:

O povo do Aeroporto não mistura com a gente, nem passa de carro aqui dentro do bairro. Esse povo que tá construindo no Floresta vai ser igualzinho, espera só. Mas que tem mais trabalho agora, ah isso tem. (M.C.A., 38 anos, vendedora)

É importante tecer algumas considerações no que tange à incontestável valorização econômica dos imóveis após a construção dos empreendimentos do Grupo Sequóia. A presença de um condomínio fechado em determinada área da periferia valoriza seu entorno, por trazer consigo a implantação de infraestruturas que se refletem positivamente nos preços dos imóveis e terrenos de entorno além de conferir à região uma suposta condição de área privilegiada e que pode oferecer melhor qualidade de vida. Essas novas características passam a ser exploradas pelos agentes imobiliários. Mas a perversidade deste processo consiste em, após receber melhorias e experimentarem o aumento do preço das propriedades os moradores se sentem tentados

pela demanda do mercado e pela possibilidade de realização de lucro na venda de seu imóvel. Esses moradores migram para regiões ainda mais periféricas, onde geralmente sofrem da carência de infraestrutura e de serviços públicos básicos novamente. Torna-se um ciclo vicioso que, efetivamente, só beneficia os proprietários fundiários especuladores.

Os condomínios fechados expressam nas periferias as diferenças das classes sociais, através de uma “proximidade distante” entre ricos e pobres. Sua própria existência nas periferias fragmenta social e espacialmente ainda mais a cidade e intensifica a segregação espacial aí presente. Entretanto, como exposto anteriormente, é importante registrar que os moradores do entorno não possuem essa mesma percepção. Inicialmente, os moradores ficam curiosos com as características luxuosas do novo condomínio, com as possibilidades financeiras que podem advir de lá, o condomínio torna-se parte da paisagem e passa a ser considerado algo positivo e que traz benefícios diversos para a população local. A partir de então, surge uma convivência “harmoniosa” entre a população de entorno e os moradores do condomínio, mesmo que se restrinja à prestação de serviços.

## **9 Considerações**

Os condomínios fechados modificam a dinâmica socioespacial e a forma tradicional de experimentar a cidade e, desta forma, vêm reforçando ainda mais as disparidades existentes entre as classes sociais no espaço urbano. As relações alteradas vão além da circulação no tecido urbano, passam por uma nova forma de morar, de perceber o lugar onde se mora e de se apropriar (ou não) dele. Como a moradia sempre representou a condição socioeconômica do morador, o *status* social e o poder econômico do indivíduo estiveram sempre relacionados com a aparência e grandiosidade de sua residência. Além da tão justificada segurança que sempre é citada pelos moradores, morar em um condomínio fechado é atingir o ápice do *status* social, é demonstrar para

toda a cidade seu sucesso e estabilidade financeira, sua diferenciação social e sua estreita relação com seus pares.

Os moradores entrevistados relataram que o condomínio fechado lhes proporciona a sensação de conforto e segurança decorrente do fato de lá existirem normas internas que buscam garantir o máximo de tranquilidade e qualidade de vida. Assinalando o grande contraste existente entre as residências da periferia e as de alto padrão do condomínio fechado, que representam verdadeiras “ilhas” privilegiadas quando comparadas com a área de entorno. Muito embora seja muito importante salientar que ficou evidente nesta pesquisa que, contrariando em parte o referencial teórico efetuado sobre os condomínios fechados, que considera esses empreendimentos segregatórios, não foi essa a percepção abstraída das entrevistas com moradores do Residencial Floresta, e muito menos das conversas informais com alguns moradores do seu entorno. Existe, pelos moradores do “lado de fora” dos muros, muito mais um sentimento de esperança em melhores condições de vida, de maior valorização do patrimônio, de oportunidades de emprego e geração de renda do que de apatia e de discriminação.

A configuração urbana e o mercado imobiliário existentes no Brasil são complexos, o lote urbanizado é um produto do mercado com grande taxa de lucro. O município de Alfenas demonstrou, nesta pesquisa, certa incapacidade de administrar as responsabilidades quanto à instalação e manutenção de infraestrutura tendo em vista a velocidade que têm se dado a expansão urbana. Diante disso, os empreendedores privados encontraram uma forma de aliar seus interesses financeiros com a comodidade do poder público em se eximir das responsabilidades infraestruturais.

Um fato importante referente à produção do espaço urbano em Alfenas é o papel dos incorporadores que atuam na cidade. Grupos grandes, de outras cidades e até de outros estados, dominam as iniciativas dos condomínios mais recentes. Esses agentes têm proporcionado uma expansão acelerada da malha urbana, tendo em vista que subsidiam a construção de loteamentos que, provavelmente, não

aconteceriam neste momento. Além de incorporarem na cidade o “estilo de vida” de condomínios fechados acessíveis a uma parcela da população que não tinha essa possibilidade e que passou a poder habitar ou investir neste tipo de empreendimento. Até mesmo o padrão de lotes é mais popularizado se considerarmos as dimensões que são comercializadas (a partir de 300m<sup>2</sup>) e as dimensões dos terrenos do Jardim da Colina, por exemplo.

Evidentemente, a análise aqui apresentada, representa um esforço de discussão de uma problemática extremamente complexa, portanto não se admite a pretensão de esgotá-la. Complementarmente, um único exemplo de condomínio é insuficiente para demonstrar tamanha complexidade, mas, de qualquer forma, deve servir para fomentar ainda mais tal discussão. Portanto, registra-se aqui mais um questionamento importante sobre a produção do espaço urbano em cidades médias brasileiras e mineiras, que ainda requerem novas investigações e pesquisas.

## Referências

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros:** Crime, segregação e cidadania em São Paulo. 3. ed. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2011.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. 1.ed. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p. 96-110

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: BELTRÃO SPOSITO BELTRÃO, M. E. (org.). **Cidades Médias:** espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

DAMIANI, Amélia Luisa. A produção do espaço urbano e a propriedade privada da terra. **Revista Continentes**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 12-24, 2016. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/revistaconti/index.php/continentes/article/view/136>, acesso em: 12 out. 2016

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 15 out 2015.

JANOSCHKA, M; GLASZE, G. Urbanizaciones cerradas: um modelo analítico. **Revista Ciudades**, RNIU, Puebla, México, n.59, p. 9-20, 2003.

MARICATO, E. Cidades e luta de classes no Brasil. In: FUND. PERSEU ABRAMO; FUND. FRIEDRICH EBERT (orgs.) **Classes? Que classes?** São Paulo: Ed. FPA, 2013, p. 139-161.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS. **Plano diretor de Alfenas (MG)**. Leitura Técnica. Alfenas, 2006.

SPOSITO M. E. B. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar (orgs.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 175-197.

SPOSITO, M. E. B; GOÉS, E. M. **Espaços fechados e cidades**. Insegurança urbana e fragmentação socioespacial. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

VASCONCELOS, P. A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 17-37.

## 8 Considerações finais

Elimine-se o conhecimento do contexto e dos componentes e o que sobrar de este produto é uma incógnita. Desconhecer um produto, portanto, impede sua apropriação. Por isso, o conhecimento desse produto (dos bairros) é parte determinante para a ação de utilizá-lo. Enquanto não se conhece, não se pode agir. A não ser que se tenha participado diretamente de sua produção, o indivíduo é apenas um consumidor do produto. Pode saber que ele existe, mas não sabe como, por que e nem para que. Então, alheio ao desconhecimento, o indivíduo perde o poder de saber utilizar esse produto. Se esse poder é visto como desigualdade entre partes, e esse indivíduo está a perdê-lo, então, outros indivíduos estão a ganha-lo. Portanto, quem conhece o produto urbano? (PAULA, 2017)<sup>36</sup>.

Esse produto que é o espaço urbano, multiescalar e fragmentado, é regido por uma lógica, ao estar na cidade, inclui-se nela. Por isso, a presente pesquisa tem como eixo fundante a problematização do espaço marcado pelo desenvolvimento desigual em uma cidade capitalista, reunindo resistências, contradições, violências, incômodos e esperanças, buscando pensar como a geografia pode atuar em meio a essas questões, podendo ela ser um instrumento de cárcere ou de libertação (PAULA, 2017)<sup>37</sup>.

A reestruturação da rede urbana brasileira a partir da industrialização, conduzindo a uma nova divisão territorial do trabalho e, especialmente, após a década de 1980, com uma maior articulação e competição das cidades, "guerra dos lugares", muitas pequenas cidades e localidades buscaram na especialização, uma melhor inserção econômica, desenvolver um potencial turístico, como no caso de Barranco Alto no turismo, foi uma alternativa a muitas dessas localidades, mas a tendência na maioria dos casos, foi a estagnação, manifestada na perda da sua população.

---

<sup>36</sup> As considerações deste parágrafo fazem parte do TCC do Igor Rafael de Paula, apresentado no Capítulo 2 deste livro.

<sup>37</sup> Idem.

Numa cidade em transformação como Alfenas, a renda do solo adquire mais dinâmica, refletindo em uma expansão da mancha urbana de forma dispersa, em uma reestruturação de seu espaço urbano, com tendência à fragmentação, realocização de segmentos e classes sociais, onde se observa novas formas de segregação socioespacial, com reprodução de problemas típicos de cidades de maior porte.

Evidencia-se na região do Pinheirinho uma maior dinâmica imobiliária em função das recentes intervenções, com a renda do solo em crescente valorização. Enquanto a região do bairro Primavera, esse processo apresenta-se atualmente mais inicial, caracterizando uma periferia mais homogênea em termos de condições socioeconômicas e de precariedade da infraestrutura. Portanto, verificamos a existência de periferias e não apenas uma única periferia, confirmando a crescente complexidade desse espaço urbano.

Assumindo a cidade como uma totalidade, as intervenções numa parte desta, valorizando-se mais, em consequência, implica em menos transformações em outras áreas da cidade. Segmentos da população, sobretudo aqueles de menor poder aquisitivo são mais vulneráveis às estratégias de reprodução do solo urbano e acabam sendo alocados de acordo com os interesses de empreendedores imobiliários e do Estado. Pois o ordenamento do Estado, o poder público municipal, é insuficiente frente a esses interesses, quando não coligados a eles; enquanto os projetos habitacionais populares repetem o erro de serem apenas um projeto de habitação e não um projeto urbano.

Não foi nosso propósito também classificar o morador como periférico, quando a própria percepção dele, ou parte deles, afirma o contrário, mesmo quando eles tomam como referência para esta comparação as periferias metropolitanas. Mas, por outro lado, não assumir a condição de periferia pode levar a um não reconhecimento e luta por seus direitos à cidade e ao urbano.

A lógica de exploração da renda do solo urbano, em destaque para a especulação imobiliária, mais do que a pressão do crescimento econômico e populacional, tem levado à ocupação das franjas da cidade,

transformando área rural em área urbana, valorizando esses espaços e empurrando tanto os segmentos mais pobres da população quanto o periurbano para áreas mais distantes.

O bairro Santos Reis, que se formou na segunda década do século XX, do outro lado da linha do trem e do vale do córrego Pedra Branca, portanto, nasce fora dos limites da cidade naquele período e, portanto, já surge segregado. Ao longo dos anos a mancha urbana se expande e incorpora o bairro, mas de forma precária; e o ultrapassa, formando o jardim Aeroporto, uma área nobre. Hoje o Santos Reis está espremido entre o centro, que se expandiu, e o Aeroporto e seu entorno valorizado com os novos empreendimentos de alto padrão, e reforçam a segregação, agora de uma forma intensiva. O próprio Santos Reis virou um "enclave", mas de segregação imposta. O bairro, apesar de estar localizado atualmente em um anel intermediário da cidade, mantém-se como periferia, em função dos equipamentos coletivos e da discriminação que sofre. Seu verdadeiro valor não é econômico, mas cultural e histórico.

A mobilidade urbana, no caso da ciclovia, expressa sua apropriação pelo discurso político visando a obtenção de verbas em obras no sistema viário. Revela o espaço urbano como raridade e a disputa dos agentes sociais por sua apropriação, assim como expõe uma geografia política da cidade, onde modelos diversos de sociedade estão em jogo e suas formas de uso do espaço.

A criminalidade é a principal consequência das problemáticas discutidas nos demais capítulos. Um processo multifatorial que tem seu nascedouro na violência dos processos de desigualdade social e segregação, que vão resultar em mais violências e criminalidade...

O tráfico de drogas virou um grande álibi no discurso recorrente para a ocorrência de diversos crimes, mas na realidade, tanto as causas do tráfico quanto a ocorrência de diversos crimes têm a mesma origem: os fatores de exclusão da população mais pobre em relação a equipamentos e serviços públicos, de onde a percepção que a vida nesses espaços tem menos valor e a violência e os crimes são naturalizados. Onde as ações de

extermínio recaem predominantemente sobre jovens, pobres, negros e periféricos.

Os condomínios fechados destacam-se pela privatização do espaço público e ou seu esvaziamento, nesse sentido, como a anti-cidade, como negação da diversidade e da cidadania. Chama a atenção no estudo de caso de Alfenas, a própria atuação do poder público na disseminação desses empreendimentos que contribuem para a privatização do espaço público.

Se os condomínios vendem a noção de "segurança" é porque há uma demanda, os indivíduos que procuram habitar um condomínio vão em busca também de uma certa homogeneidade, apartando-se relativamente da "mistura" com outras classes. Nesse sentido, a segurança que se procura não é só em relação à violência, mas a de construir uma identidade a partir de um reconhecimento mútuo: igualmente "condômino", criando assim uma noção de "comunidade de iguais" no interior desses espaços privatizados, em detrimento da noção da cidade, do espaço público, associado cada vez mais ao caos, ao desconhecido e ao hostil.

Como argumenta Rolnik (1999), não houve uma falta de planejamento urbano, mas um planejamento que ordenou as áreas mais valorizadas, voltadas para população de rendimentos mais altos, enquanto as áreas periféricas sem interesses e voltada a uma população de baixo rendimento, o planejamento foi flexível em relação aos padrões de ocupação, permitindo a lógica de lucros dos empreendedores imobiliários e também a conivência do poder público na ocupação irregular, como uma forma de clientelismo e de ganhos políticos. Haja vista o pouco interesse dos prefeitos na revisão e aplicação do Plano Diretor Participativo.

Sob outra perspectiva, pode-se afirmar que este livro começa pela violência, da expropriação das terras dos moradores de Barranco Alto, desdobra-se na violência dos processos de segregação na expansão urbana de Alfenas, que desembocam no fenômeno da criminalidade e termina na violência da autosegregação da condominização mais recente, apontando para a fragmentação da cidade e para a atrofia do que ela traz como potencialidade humana.

## OS AUTORES

**Camilo de Lélis Gonçalves, Licenciatura em Geografia – Universidade Federal de Alfenas**

**Dilma Maria da Silva, Licenciatura em Geografia – Universidade Federal de Alfenas**

**Evânio dos Santos Branquinho, Bacharelado e Licenciatura em Geografia, Mestrado e Doutorado em Geografia Humana – FFLCH – Universidade de São Paulo, Professor do Curso de Geografia – Universidade Federal de Alfenas**

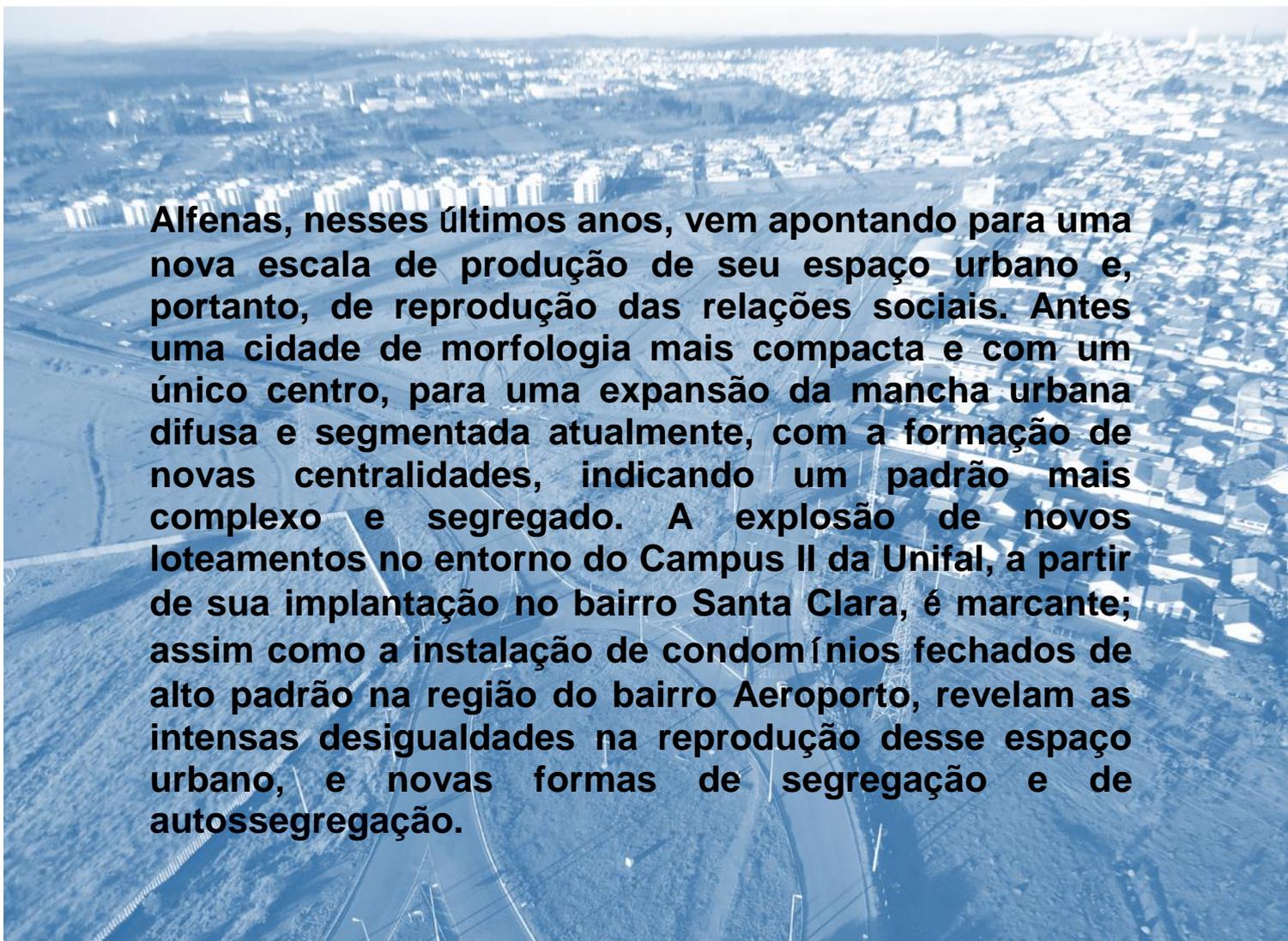
**Igor Rafael de Paula, Licenciatura em Geografia – Universidade Federal de Alfenas, Mestrado em Geografia Humana – FFLCH – Universidade de São Paulo, Professor de Geografia da Rede Estadual de São Paulo**

**Keylla Patrícia Francisco, Licenciatura em Geografia – Universidade Federal de Alfenas**

**Lilian Mara de Castro Azevedo, Bacharelado em Geografia – Universidade Federal de Alfenas, Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário do Leste de Minas Gerais, Secretária de Desenvolvimento Estratégico da Prefeitura Municipal de Alfenas, e Mestranda em Geografia na Universidade Federal de Alfenas**

**Paulo Vitor Moraes Estella, Bacharelado em Geografia – Universidade Federal de Alfenas**





**Alfenas, nesses últimos anos, vem apontando para uma nova escala de produção de seu espaço urbano e, portanto, de reprodução das relações sociais. Antes uma cidade de morfologia mais compacta e com um único centro, para uma expansão da mancha urbana difusa e segmentada atualmente, com a formação de novas centralidades, indicando um padrão mais complexo e segregado. A explosão de novos loteamentos no entorno do Campus II da Unifal, a partir de sua implantação no bairro Santa Clara, é marcante; assim como a instalação de condomínios fechados de alto padrão na região do bairro Aeroporto, revelam as intensas desigualdades na reprodução desse espaço urbano, e novas formas de segregação e de autosegregação.**



<https://www.unifal-mg.edu.br/geografia/>

